



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

REBECA KRAMER DA FONSECA CALIXTO

**SERVIDORES PÚBLICOS E NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES LABORAIS
EM TEMPOS DE INCERTEZA**

Recife
2021

REBECA KRAMER DA FONSECA CALIXTO

**SERVIDORES PÚBLICOS E NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES LABORAIS
EM TEMPOS DE INCERTEZA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Mota de Lima

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

C154s Calixto, Rebeca Kramer da Fonseca
 Servidores públicos e novas formas de relações laborais em tempos de
incerteza / Rebeca Kramer da Fonseca Calixto – 2021.
 191 il. ; 30 cm.

 Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Mota de Lima.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2021.
 Inclui referências e anexos.

 1. Antropologia. 2. Teoria econômica – Risco econômico. 3. Época
negativa – negócios desvantajosos. 4. Profissionais desmotivados –
Profissionais desvalorizados. 5. Política industrial - Comércio -
Regulamentação. 6. Pressões no trabalho. I. Lima, Antonio Carlos Mota de
(Orientador). II. Título.

REBECA KRAMER DA FONSECA CALIXTO

**SERVIDORES PÚBLICOS E NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES LABORAIS
EM TEMPOS DE INCERTEZA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Aprovada em 10/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Mota de Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alex Giuliano Vailati (Examinador Titular Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dr^a. Maria Iraê de Souza Corrêa (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Examinadora Titular Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes (Examinador Titular Externo)
Museu Nacional - UFRJ

A todos os servidores públicos da saúde que estiveram na linha de frente do combate à Covid-19.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos consistem em um momento muito importante da tese, pois é aqui que podemos expressar toda gratidão para com todas as pessoas que, de um modo ou de outro, colaboraram para sua concretização. Essas pessoas tanto contribuíram com ideias e indicando autores para leitura como atuaram em termos afetivos, proporcionando incentivo e lançando pensamentos positivos.

Entre elas, estão David Cardoso, meu companheiro de longa data (já se vão 15 anos de relacionamento); meu grande amigo jornalista e historiador Tércio Amaral (quem me incentivou a fazer o doutorado); e, durante o curso do doutorado, outro grande amigo que me animou em momentos de ansiedade e de estresse, Elder Loureiro, também inserido na jornada do mundo acadêmico com seus múltiplos mestrados e doutorados (risos).

Eu também não poderia deixar de mencionar o professor Dr. Antonio Motta, meu orientador desta tese. Foi um prazer ser sua orientanda, professor! Sempre original, com suas conversas e indagações ele direcionou meu olhar para perceber a rica produção acadêmica que poderia advir da relação entre as categorias de incerteza e de temporalidades, bem como de que maneira elas funcionariam como técnica de estudo antropológico, voltadas para os servidores públicos, no contexto do governo Bolsonaro.

Ademais, meus mais profundos agradecimentos aos professores “da casa” que se dispuseram a colaborar com minha pesquisa, participando da banca da qualificação ou da defesa propriamente dita. Obrigada, em especial, aos mestres Alex Vailati, Peter Schröder e Salete Cavalcanti.

Gostaria de salientar que a realização de uma tese de doutorado em si já é uma tarefa desafiadora. Contudo, considero que o meu desafio foi ainda maior, pois sempre me dividi bastante entre diversas atividades, como doutorado; faculdade de Direito (terminei ao mesmo tempo do doutorado) e, conseqüentemente, trabalho de conclusão de curso (TCC); além de prova da OAB e o meu trabalho no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde sou servidora pública. Assim, posso dizer que aprendi muito sobre administração do tempo e sobre o enfrentamento de riscos e incertezas. Será que essas empreitadas dariam certo?

Também agradeço aos meus pais que se esforçaram para me educar e investiram sempre em meus estudos, com dedicatória especial à minha mãe, Ivana Fon-

seca, sendo a maior torcedora dos meus sucessos, entre todas as pessoas.

Na sequência, como não poderia ser diferente, agradeço a todos os meus colegas e amigos servidores que se dispuseram, direta ou indiretamente, a serem entrevistados e observados durante a pesquisa de campo, além de terem aberto as histórias de suas vidas para mim. Gostaria de prestar uma singela homenagem a três servidores, enquanto representantes de cada um dos órgãos do Ministério da Fazenda que serviram de espaços sociais para a pesquisa, sendo eles: Vitor de Lima Carneiro, da Procuradoria da Fazenda Nacional; Walmir Maximino, da atual Superintendência da Diretoria de Administração e Logística; e Rosaline Carneiro, que atuou na liderança da Escola de Administração (ESAF/PE).

Gostaria de prestigiar, ainda, os servidores do Tribunal onde trabalho atualmente, pois, mesmo sem terem relação direta com a tese, proporcionaram-me muito aprendizado em diversas áreas do conhecimento, devido à sua excelência enquanto servidores. Meu contato com eles iniciou antes da Pandemia da Covid-19, ou seja, quando ainda estávamos no regime presencial.

Assim, a interação com Isabelle Câmara, Magnus Medeiros e Alexandre Sena foram e são fundamentais para minha formação como servidora. Por derradeiro, é com muito carinho que também ofereço meus agradecimentos aos servidores do Gabinete do Des. Federal Paulo Cordeiro, onde trabalho atualmente. Essas pessoas me receberam com tamanha generosidade, e com elas tenho aprendido tanto, que é difícil medir em palavras os meus sentimentos! A todos eles, o meu muito obrigada!

“São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público” (BRASIL, Constituição (1988), Capítulo VII – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Art. 41.).

RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre as percepções e as reações de servidores públicos federais em resposta aos fenômenos manifestos em um contexto mundial de paradigma neoliberalizado, o que se percebe por meio da tendência às privatizações das atividades estatais, das retiradas de benefícios trabalhistas, da redução da máquina pública ao que se denomina de estado mínimo e da maximização do individualismo, elevando os sujeitos a um patamar de “empresários de si mesmos”. Quando se fala em administração pública, reduto de segurança e tranquilidade, onde os riscos praticamente inexistem em virtude de um status conferido pelo próprio Estado, considerando a estabilidade dos cargos públicos, parece contraditório pensar a categoria da incerteza – e todo o campo semântico que a permeia – como frutífera para uma pesquisa antropológica. Nesse momento específico da história política brasileira, com o presidente Jair Bolsonaro no poder, seguindo uma onda global de conservadorismo “nos costumes”, embora caracterizado pela abertura “ao capital”, notadamente sob a influência do ministro da Economia, Paulo Guedes, os servidores públicos experimentam certas mudanças no serviço público que, de uma forma ou de outra, colaboram para moldar suas subjetividades e seu senso de temporalidades. Os relatos biográficos foram o principal suporte para a construção da metodologia deste trabalho, por meio do protagonismo dos servidores públicos do “antigo Ministério da Fazenda”, em especial, da ESAF/PE, da SAMF/PE e da PRFN 5ª Região. Por um lado, em função da percepção de desmantelamento da administração pública, da liquidez dos laços sociais, da descrença em um governo cuja religião encontra lugar de privilégio em sua governamentalidade e, ainda, da possibilidade de repetição de um passado traumático, quando o governo Fernando Collor demite inúmeros funcionários públicos no início dos anos 90, revelam-se servidores públicos com sentimentos de medo e de ansiedade de um futuro indesejado. Por outro lado, a pesquisa também mostrou a perspectiva otimista de servidores públicos em relação às formas de gerir do governo federal. Na realidade, eles compreendem o governo Bolsonaro como um marco para mudanças ideais na administração pública, rejeitando a “corrupção inerente ao passado petista”. Assim, as incertezas advindas do governo com a gestão mercadológica do (neo) liberal Paulo Guedes, gerindo a pasta da Economia, são encaradas como alternativas ou oportunidades, perseguindo-se um serviço público com ditames mais próximos aos da iniciativa privada, com valorização da

meritocracia em detrimento da burocracia, foco na eficiência e na desregulamentação. A noção de estabilidade do cargo público, enquanto categoria nativa, encontra-se no cerne desta pesquisa, considerando-se condição vital dos espíritos dos servidores, apta a moldar a forma como experienciam seu presente e refletem sobre seu passado e futuro, mormente quanto a elementos qualificadores do neoliberalismo, como as privatizações, as terceirizações e os cortes de gastos na administração pública, ensejando tensões laborais.

Palavras-chave: incerteza; temporalidades; servidores públicos federais; desregulamentação; tensões laborais.

ABSTRACT

This work focuses on the perceptions and reactions of federal public servants in response to phenomena manifested in a world context of neoliberalized paradigm, which is perceived through the trend towards privatization of state activities, withdrawal of labor benefits, reduction from the public machine to what is called the minimum state and the maximization of individualism, elevating subjects to a level of “entrepreneurs of themselves”. When it comes to public administration, a stronghold of security and tranquility, where risks practically do not exist due to a status conferred by the State itself, considering the stability of public positions, it seems contradictory to think about the category of uncertainty – and the entire semantic field that permeates it – as fruitful for an anthropological research. At this specific moment in Brazilian political history, with President Jair Bolsonaro in power, following a global wave of conservatism “in customs”, although characterized by opening “to capital”, notably under the influence of Economy Minister Paulo Guedes, the civil servants experience certain changes in the public service that, in one way or another, collaborate to shape their subjectivities and their sense of temporalities. The biographical reports were the main support for the construction of the methodology of this work, through the protagonism of public servants of the “former Ministry of Finance”, in particular, ESAF/PE, SAMF/PE and PRFN 5th Region. On the one hand, due to the perception of the dismantling of public administration, the liquidity of social ties, the disbelief in a government whose religion finds a privileged place in its governmentality and, also, the possibility of repeating a traumatic past, when the government Fernando Collor fires numerous civil servants in the early 90's, civil servants with feelings of fear and anxiety about an unwanted future are revealed. On the other hand, the survey also showed the optimistic perspective of public servants in relation to the federal government's ways of managing. In reality, they understand the Bolsonaro government as a milestone for ideal changes in public administration, rejecting the “corruption inherent in the PT's past”. Thus, the uncertainties arising from the government with the market management of the (neo)liberal Paulo Guedes, managing the Economy portfolio, are seen as alternatives or opportunities, pursuing a public service with dictates closer to those of the private sector, with an appreciation of the meritocracy over bureaucracy, focus on efficiency and deregulation. The notion of stability of public office, as a native category, is at the heart of this research, considering it is a vital condition of the

servants' spirits, able to shape the way they experience their present and reflect on their past and future, especially with regard to qualifying elements of neoliberalism, such as privatizations, outsourcing and spending cuts in public administration, giving rise to labor tensions.

Keywords: uncertainty; temporalities; federal civil servants; deregulation; labor tensions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - O Ministério da Economia resulta da fusão da Fazenda; do Trabalho; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e da Previdência	19
Figura 02 - Os órgãos estudados foram a PRFN 5ª Região, a SAMF/PE e a ESAF/PE, todos integrantes do Ministério da Fazenda	20
Figura 03 - O Ministério da Fazenda é órgão da administração direta.....	26
Figura 04 - As empresas públicas e sociedades de economia mista integram a administração indireta.....	26
Figura 05 - São espécies de servidores públicos os estatutários, os empregados públicos e os temporários	28
Figura 06 - Os servidores estudados são aqueles “do quadro” de pessoal e os “anistiados” políticos de Collor.....	30
Figura 07 - Os servidores do Poder Executivo Federal ganham menos do que aqueles do Judiciário, com mesmo cargo e nível de carreira.....	34
Figura 08 - De acordo com o Portal da Transparência, há 34.805 cargos efetivos nas unidades de vínculo direto com o Ministério da Economia.....	45
Figura 09 - Fontes de acesso ao conhecimento	76
Figura 10 - Os três momentos do “tempo da política” sugeridos: antetempo, entretempos e “tempo do governo”	92
Figura 11 - Os candidatos da eleição de 2018 com ideologia “de centro à extrema direita”	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CONESG	Companhia Nordestina de Serviços Gerais
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ESAF	Escola de Administração Fazendária
GAEG	Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
LBA	Legião Brasileira de Assistência
PRFN 5	Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
SAMF	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SRA	Diretoria de Administração e Logística (Ministério da Economia)
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OS SERVIDORES PÚBLICOS NO MINISTÉRIO DA FAZENDA.....	23
1.2	AS INCERTEZAS DA PESQUISA DE CAMPO	37
1.3	O RELATO BIOGRÁFICO	47
1.4	ESTRUTURA DA TESE	52
2	INCERTEZAS E O SEU CAMPO SEMÂNTICO	57
2.1	“ESTADO MÍNIMO”, RISCO E GOVERNANÇA	68
2.2	OS EFEITOS DO ACESSO AO CONHECIMENTO	76
2.3	INCERTEZAS E TEMPORALIDADES	86
2.4	ESTABILIDADE: UMA CATEGORIA NATIVA	98
3	RUPTURA E DESCONTINUIDADES: TEMPOS TURBULENTOS?....	110
3.1	MAFALDA E MARIA: MEMÓRIAS DOS “ANISTIADOS”.....	115
3.2	PAULO E ANGELINA: ESTRUTURAS DESMANCHADAS	126
3.3	FLÁVIO E LUANA: RELIGIÃO E GOVERNO NÃO SE MISTURAM	137
4	ESPERANÇA E BUSCA DE OPORTUNIDADES	147
4.1	JOANA: JÁ CHEGOU O FUTURO LIBERTADOR	149
4.2	JOÃO INÁCIO: NÃO HÁ NADA DE NOVO	159
4.3	RAFAEL: UM PROJETO NÃO CONSTRUÍDO	166
5	SAUDADES DO FUTURO E/OU FUTUROS POSSÍVEIS?	177
	REFERÊNCIAS	180
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	190

1 INTRODUÇÃO

Nada escapa à incerteza. Ela vive entre nós, calada, oculta, imprevisível. Contudo, não pode ser, tampouco, banalizada, tendo em vista que ela pode também tomar uma roupagem merecedora de estudos acadêmicos com fins investigativos acerca de sua natureza. Nesse sentido, a noção de incerteza carrega consigo um campo semântico mais amplo, poroso e fluido, que remete a riscos, indeterminação, contingências e oportunidades, que também carece de uma profunda análise antropológica para seu entendimento. Na tese em questão, estamos falando do estado de extraordinariedade em que a incerteza pode performatizar ao se relacionar com diversas formas de temporalidades.

Ao se debruçar sobre a esperança e a incerteza na migração senegalesa para a Espanha, María Hernández-Carretero (2016, p.116) defende que a esperança da migração ampliará o leque de possíveis futuros, a partir da percepção dos próprios senegaleses de que, na Espanha, poderão ter uma vida melhor. Por seu turno, os estudos de Grace Akello-Ayebare (2008, p.vi), realizados no Norte da Uganda, examinam o sofrimento das crianças em tempos de guerra, em busca de terapia para trabalhar sua saúde mental, quando a incerteza também repercute nas emoções das pessoas, como é o caso dos sofrimentos vivenciados por meio de doenças infecciosas e até mesmo por desgaste emocional.

Na perspectiva dos fenômenos sociais que englobam os estudos das incertezas, notadamente relacionados com um “tempo especial” da história, encontram-se as crises ensejadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro entre os servidores públicos – estes, por terem os cargos públicos nos quais estão investidos caracterizados pela estabilidade ou, pelo menos, por uma estabilidade relativa, não compreendem de modo claro ou não acessam cognitivamente o fato de ter de lidar com o inesperado, com o ainda não experienciado e com o risco. Nessa toada, por outro lado, existem os servidores públicos que captam essa temporalidade específica como um tempo de oportunidades e a crise, na realidade, não existe, mas apenas o progresso em direção a um tempo desejado.

Essa conjuntura tem como pano de fundo um processo (neo) liberal de desestabilização e desregulamentação dos mercados de trabalho que emergiram na década de 80 até os tempos presentes. De acordo com Cavalcanti e Bonanno (2019, p.19), quando o fordismo entrou em sua crise final na década de 1970, os processos

de liberalização da economia se tornaram dominantes. Nesses termos, diriam os autores que as políticas de liberalização envolveram a desregulamentação da economia, a redução drástica dos gastos do Estado com os programas sociais e o incentivo à privatização de empresas estatais. No Brasil, ainda, a aplicação do modelo se traduziu na redução do número de empresas estatais.

Tendo em vista o referido panorama, a ênfase no lucro, na desestabilização e desregulamentação dos mercados de trabalho praticados pelos Estados e na própria exploração do indivíduo por ele próprio (HAN, 2015, p.17) – em que agressor e vítima não podem mais ser distinguidos, desencadeando em adoecimentos psíquicos de uma sociedade de desempenho cuja patologia advém de uma suposta liberdade paradoxal –, além do maniqueísmo político instalado em todo o mundo e as fragilidades das relações profissionais entre os indivíduos cada vez mais acentuadas em instituições que se desintegram (SENNET, 2006, p.66) encontra-se em conformidade com um paradigma (neo) liberal globalizado.

A partir da metáfora do filósofo liberal Luiz Felipe Pondé, durante entrevista concedida à emissora de televisão CNN¹, em 25 de abril de 2020, ele afirma que o Brasil já enfrentava várias camadas de incertezas, de forma assemelhada a um “folheado”, quando se tem a camada da incerteza política, a incerteza da economia e, agora, a doença [Pandemia da Covid-19] que pegou a humanidade. “E essa incerteza do vírus faz a gente lembrar que a espécie humana é precária, frágil e dependente”, frisou o estudioso.

Assim, no contexto desse sobreposicionamento de incertezas em todo o mundo, marcado pela desorientação das práticas de diversos governos, experimentando a população, a cada dia, novas tomadas de decisões e, entre elas, aquelas também provenientes do governo brasileiro, o servidor público federal emerge enquanto um trabalhador igualmente sujeitado aos efeitos do (neo) liberalismo e dessa desmaterialização do mundo do trabalho, a despeito de não se apresentar ao imaginário, em um primeiro momento, como um grupo de pessoas forjado nesse enredo de maldizeres e de falta de sorte.

Enquanto os sistemas modernos são construídos para explorar os benefícios e eficiências resultantes da especialização do trabalho, economia de escala, conhecimento coletivo e compartilhamento de informações (CENTENO et al., 2015, p.66),

¹Ver Mundo Pós Pandemia entrevista filósofo Luiz Felipe Pondé. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/04/24/mundo-pos-pandemia-entrevista-filosofo-luiz-felipe-ponde>. Acesso em 23 de março de 2021.

o que parece memorar nomes de grandes executivos donos de multinacionais, investidores em criptomoedas e empresários do agronegócio, os servidores públicos não podem, de maneira alguma, ser subconsiderados. Como diria Rabinow (2008, p.1), a antropologia contemporânea parece ser melhor realizada quando exemplos são apresentados e reflexões a seu respeito são feitas.

Mudanças no modo de operar pelo Estado, especificamente dos governos, em relação à gestão da administração pública, por meio da edição de leis e demais atos normativos, como Decretos e Portarias, influenciam o modo de os servidores pensarem seu universo laborativo, suas perspectivas de futuro e, consequentemente, as suas práticas quanto a incertezas e riscos pressentidos, em função desse movimento global instalado também no contexto brasileiro. Diante do exposto, Sundfeld (2001, p.1) corrobora tal noção, ao afirmar que “ideias e interesses econômicos jamais foram contidos pelos mapas”. Para o autor,

Ao conceber e aplicar suas normas — aqui está o ponto — o Estado passa a fazê-lo em função das necessidades mundiais de organização da vida econômica, social e política; pior ainda, essas imposições tornam-se determinantes da própria dimensão do Estado, da profundidade de suas intervenções, do limite de seus poderes. Isso vem, nos anos recentes, alterando de modo decisivo o direito administrativo brasileiro, esse mesmo que mexe com a vida do homem da rua, que tira de seu sossego aquele consultor, aquele advogado, aquele juiz, imersos na realidade doméstica (SUNDFELD, 2001, p.4).

É justamente o servidor público que, representando o Estado e disciplinado pela lógica do Direito Administrativo, confere aplicabilidade ao que se decide no âmbito político, quando atuam de dentro de seus respectivos Ministérios, como é o caso do Ministério da Fazenda – onde foi realizado o campo desta pesquisa. Porém, ainda que esteja atuando “de dentro” de suas repartições públicas, são eles que fazem cumprir as leis – em sentido amplo – e não mais estão amparados nos limites do Estado Nacional, pois buscam suas fontes de informação para a execução de seu trabalho também fora dele (SUNDFELD, 2001, p.1).

Diante do exposto, pode-se dizer que, diferentemente de muitos trabalhos acadêmicos que estudam o Estado, majoritariamente, em situações de conflitos com minorias, este trabalho tampouco fala de grandes autoridades públicas, como juízes, promotores, defensores e procuradores, mas é sobre como ordinários servidores públicos, conectados a essa lógica (neo) liberal, manifestam suas incertezas e percepções de temporalidades, nos seus espaços de trabalho, considerando-se como pano de fundo o “tempo da política” do governo Bolsonaro.

Atualmente sem partido, o ex-deputado federal por sete mandatos (1991-2018) foi candidato em outubro de 2018 às eleições presidenciais pelo Partido Social Liberal (PSL). Eleito com 55% dos votos válidos no segundo turno, o capitão reformado do Exército iniciou em 1º de janeiro de 2019 seu trabalho de administrar a República Federativa do Brasil como chefe de Estado e chefe de Governo, estando ao seu lado o vice-presidente, General Hamilton Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

Por sua vez, o art. 76 da Constituição Federal assevera que o Presidente da República, representante do Poder Executivo, na órbita federal, conta com o auxílio dos seus Ministros de Estado para governar. Nesse contexto, um nome bastante proeminente pelas veiculações midiáticas que o destaca entre os outros ministros aparece para auxiliar o presidente Jair Bolsonaro, inclusive durante a própria campanha eleitoral, sendo uma das iscas para angariar eleitores identificados com políticas mercadológicas: fala-se, portanto, do economista Paulo Roberto Nunes Guedes, fundador do Banco Pactual, da Abril Educação, das Faculdades Ibmecc e do Instituto Millenium.

O Ministro da Economia, mais conhecido como Paulo Guedes, encabeçou a fusão dos Ministérios da Fazenda; do Trabalho; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e da Previdência, conforme o art. 57, I, da Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 e do Decreto 9.660 de 1º de janeiro de 2019, os quais ficaram sob seu comando. Nessa toada, os servidores públicos federais protagonistas dos relatos biográficos apresentados neste trabalho são alguns daqueles que se encontravam *em exercício*, ou seja, em atividade, no antigo Ministério da Fazenda, quando da posse do presidente – em outras palavras, aquelas pessoas que experimentaram o exato momento da transição, da descontinuidade, da virada de governo, captando a mudança em um vívido flagrante.

Figura 1: O Ministério da Economia resulta da fusão da Fazenda; do Trabalho; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e da Previdência.

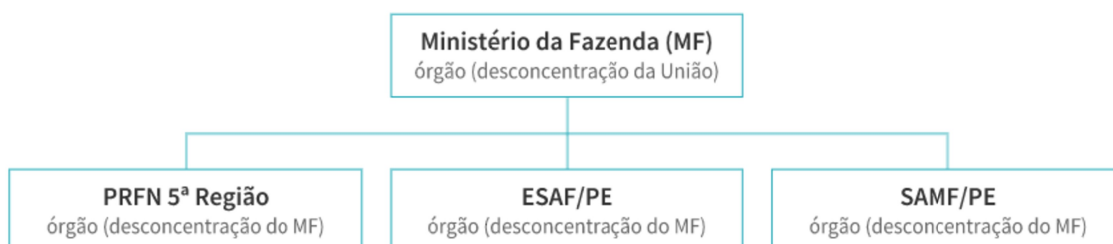


Fonte: A autora (2021).

Em análise contínua, o atual Ministério da Economia tem a ele relacionado uma infinidade de órgãos, autarquias e entidades congêneres. Por essa razão, seria inviável a exequibilidade de se pesquisar todos eles, notadamente pelo tempo que se levaria desenvolvendo a pesquisa, bem como pelas peculiaridades características de cada órgão. Entre elas, estariam as diferenças remuneratórias e identitárias entre os servidores públicos. Por isso, foram eleitos apenas três órgãos que, pelas suas similitudes estruturais, funcionaram como espaços sociais comuns de pesquisa. É no plano desses três órgãos que a incerteza é repertoriada (MONTERO, 2013, p.10), evitando-se, assim, pura e simplesmente, a demonstração dos avatares da reificação dos grupos de servidores públicos.

Os órgãos escolhidos foram, justamente, a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF/PE), atualmente nomeada Superintendência da Diretoria de Administração e Logística do Ministério da Economia (SRA/PE); a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região (PRFN 5ª Região ou simplesmente Procuradoria da Fazenda); e, por fim, a Escola de Administração do Ministério da Fazenda (ESAF/PE), posteriormente fundida com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), ao que ambas tiveram suas atividades encerradas em Recife, Pernambuco, no ano de 2019.

Figura 2: Os órgãos estudados foram a PRFN 5ª Região, a SAMF/PE e a ESAF/PE, todos integrantes do Ministério da Fazenda.



Fonte: A autora (2021).

Nessa perspectiva, diversas foram as razões que me conduziram a estudar o servidor público federal numa perspectiva antropológica. Inicialmente, pela representação social que a população constrói de sua figura, que chama a atenção pelo seu perfil emblemático. Muito embora várias modificações tenham ocorrido ao longo do tempo no que concerne aos “estereótipos” relacionados ao funcionário público, remanesce na memória popular uma imagética, ainda não rompida e constantemente reinventada, o que pode ser percebido por meio de alguns registros literários, como é o caso da Marchinha de Carnaval *Maria Candelária*.

Interpretada por Blecaute, na década de 50, a marchinha narra a história de uma funcionária pública que, além de ter “saltado de paraquedas no serviço público”, também não trabalha. “Começa ao meio dia (...) A uma vai ao dentista/ Às duas vai ao Café/ Às três vai ao modista/ Às quatro assina o ponto e dá no pé! Que grande vigarista que ela é!” (CAVALCANTI; CALDAS, 2006, p.77). Nesse sentido, vale ressaltar que, até a Constituição Federal de 1967, o que atualmente se denomina de “servidor público” outrora fora denominado de “funcionário público”, segundo constante da Seção VII (Dos Funcionários Públicos), dentro do Capítulo VII (Do Poder Executivo), da referida Constituição.

Com o advento da Lei 8.112/1990, sendo este o Estatuto que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o novo nome se consolida, embora já estivesse assim referido na atual constituinte de 1988, dentro da Seção II (Dos servidores públicos), no Capítulo VII (Da Administração Pública). A expressão “funcionário público” tem caído em desuso, a despeito de algumas legislações mais antigas ainda manterem tal no-

menclatura. A ideia é que o servidor público é aquela pessoa que, investida em cargo público, tem propósito de “servir ao público” e não deve ser pensado enquanto mera engrenagem dentro de um sistema burocrático.

Por sua vez, na crônica *Alvarás, cartas régias, etc.*, supostamente publicada em 1918, o escritor e também “funcionário público” Lima Barreto (1881-1922) delinea uma administração pública caracterizada pela rigidez das suas secretarias, sua eternidade, sua resistência passiva, calada, oculta, fazendo com que seu espírito, sua linguagem e seus *tícs* atravessem, soberanamente, anos e anos (BARRETO, 1918, p.51). Dessa forma, observando o ambiente onde trabalhava, chegou o autor ao desfecho de que se tratava de um lugar sem vida, apático e persistente contra mudanças, ou seja, avesso a riscos e incertezas.

Na antropologia, autores como Roberto DaMatta (1986) se debruçam sobre os aspectos caricaturais da cultura brasileira, entre os quais o “funcionalismo público”, enquadrando-se tal “categoria” dentro de certos “padrões de comportamento”. Segundo o antropólogo, o solicitante, para o “funcionário público”, trata-se “apenas de um indivíduo qualquer que, como um número, um caso complicado, um estorvo ou um requerimento, solicita algo” (DAMATTA, 1986, p.67).

Como aparente justificativa, a estabilidade torna-se uma salvaguarda para tais funcionários, estes que “não trabalham”, nem se preocupam com o amanhã – porquanto seus empregos e cargos estão garantidos –, além de que o ambiente burocrático parece regido pela sua fatídica e inevitável mortalidade. Nesse sentido, a política e seus políticos, o Estado, o governo e seu modo de governar são algumas das palavras-chaves desta tese, combinadas com o que a incerteza e o seu campo semântico podem oferecer em termos de estudos antropológicos. Os atores sociais escolhidos são os servidores públicos do Poder Executivo Federal que, tendo como pano de fundo o “tempo da política” do governo Jair Bolsonaro, oferecem-nos seus depoimentos e seus relatos biográficos para uma melhor compreensão das categorias em estudo.

A partir de uma certa ideia de burocracia e de seus “funcionários públicos” e de como estes encontram-se em uma suposta situação de segurança e de tranquilidade, aponta-se que os tempos mudam – porque sempre mudam –, mas mudaram de um modo diferenciado; não apenas pelos avanços advindos de novas legislações e de uma outra ética do serviço público, mas pelas incertezas de um recorte temporal específico, relacionadas ao modo de gerir deste governo atual.

Enquanto servidora “do quadro” do Ministério da Fazenda e, mais especificamente, da Procuradoria da Fazenda, por cerca de cinco anos (de 1º de setembro de 2014 a 28 de novembro de 2019), eu fui capaz de testemunhar algumas das mudanças empreendidas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, além das reações dos servidores públicos a elas. Segundo os ensinamentos de Paula Montero (2013, p.8), “os antropólogos gostam do desafio de tentar entender o modo particular como as pessoas pensam o mundo no qual estão inseridas”.

Contudo, ainda para a autora, esse tipo de conhecimento depende da habilidade do pesquisador para desenvolver interações sociais e afetivas com aquelas pessoas cujo modo de ver a vida ele deseja descrever, o que não pode ser realizado à sua revelia, sem seu consentimento e colaboração. Sendo que somente o “Outro” possui a chave de seu próprio conhecimento, ser uma “nativa” no campo estudado tornou possível muitas ações durante a pesquisa, em decorrência da confiança compartilhada e, mesmo, do entendimento acerca de diversas temáticas relevantes para o próprio grupo em si de servidores (MONTERO, 2013, p.8).

Portanto, o acesso facilitado aos atores desta pesquisa, inclusive no próprio ambiente de trabalho, dado que eu também tinha acesso permitido aos outros dois órgãos do Ministério da Fazenda, permitiu-me a observação dos seus comportamentos e a análise dos seus comentários diante das tomadas de decisão governamentais, suas reticências, dúvidas, medos e ansiedades, bem como sua empolgação e satisfação, o que enriqueceria a construção e o resultado da pesquisa, em virtude da multiplicidade de perspectivas de linhas de pensamento daquelas pessoas. Por um lado, percebi a existência de servidores públicos que demonstraram enfrentar de modo alarmante o risco de ter a estrutura da administração pública, de algum modo, desordenada por esse “tempo da política”.

Dessa maneira, partindo-se do pressuposto de como pensam essas pessoas, o governo pretendia reduzir a “máquina pública”, exonerando, dispensando ou demitindo os servidores públicos, o que se configura enquanto característica do processo global do (neo) liberalismo e da noção de Estado Mínimo, então seria dizer que o serviço público encontra-se na iminência concreta de sucumbir. Ao que parece aos servidores adeptos dessa corrente, a estabilidade por eles naturalizada, nos moldes de quem internaliza uma “categoria nativa”, enfrenta graves incertezas. Há quem defenda, inclusive, certa maldade por parte do Estado, “repleto de conspirações” (BAUMAN, 2007, p.66).

A razão disso encontra-se no fato de ter sido justamente essa instituição – o Estado – a que conferiu a tal “tipo profissional” o estatuto talvez dos mais seguros entre todos. Então, para sua perplexidade, ameaça-lhe a retirada da referida posição. Nessa perspectiva, uma substancial parcela dos servidores do lado de cá percebe o governo como arriscado, perigoso ou incerto em diferentes gradações, traçando cenários de prejuízos e infortúnios para sua vida no trabalho.

Por outro lado, existe um grupo de servidores públicos que confia nas decisões tomadas pelo presidente da República e seus ministros. Para essa vertente, o mandato de Jair Bolsonaro não coloca a administração pública em risco. A culpa pelas instabilidades, insegurança, desemprego e sofrimento enfrentados pelo povo brasileiro se deve aos governos antecessores. Além disso, ainda que o governo Bolsonaro os colocasse sob algum tipo de ameaça, esse perfil de servidor público persegue um raciocínio de autoconfiança que os coloca dentro de uma margem de segurança, por conta da lógica meritocrática na qual acreditam estarem inseridos. Portanto, enxergam-se enquanto fora da zona de risco.

Entre esses dois extremos, a incerteza sentida pelos servidores públicos – percebida negativa ou alternativamente, a depender de sua concordância com as práticas governamentais – pode indicar diversas posições dentro de uma linha contínua de níveis do que venha a ser considerado “arriscado”, permitindo-lhes, assim, experimentar perspectivas distintas de temporalidades e de “tempos da política”, inclusive contraditórias.

Alguns cenários apresentados pelos servidores nesta pesquisa são personificados em forma de relatos biográficos, com a finalidade de responder ao seguinte problema: como reagem os servidores públicos do antigo Ministério da Fazenda, em Recife, Pernambuco, às incertezas provocadas pelo “tempo da política” entabulado pelas práticas do presidente Bolsonaro?

1.1 OS SERVIDORES PÚBLICOS NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

O art. 18 da Constituição Federal de 1988, no Título III (Da organização do Estado), mais especificamente no Capítulo I (Da organização político-administrativa), assevera que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. Sendo pessoas jurídicas de direito público, dotadas de autonomia política,

devem exercer funções essenciais à coletividade e ao Estado.

Nesse contexto de autonomia política, diante da Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de 2019, posteriormente convertida na Lei 13.844, de 18 de junho de 2019, cria-se o Ministério da Economia. É no Capítulo IV, intitulado “Da transformação, da extinção e da criação de órgãos”, com atenção para o inciso I, do art. 57, da supramencionada legislação, que ficam transformados: “o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho no Ministério da Economia”.

Posteriormente, com o Decreto 9.660 de 1º de janeiro de 2019, dispondo sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta, passa a ser incluído nesse rol o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Trata-se, aqui, do fenômeno jurídico denominado de *centralização administrativa*, a partir do surgimento de um novo órgão – Ministério da Economia – pela reunião de outros órgãos. Ademais, se as atividades estatais são divididas em legislação, jurisdição e administração, nesta última o Estado se organiza de modo a melhor prestar suas atividades. Isso ocorre, por sua vez, por meio do fenômeno denominado *desconcentração administrativa*, quando o Estado reparte competências entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica.

Nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello (1975, p.69), os órgãos consistem em círculos de atribuições, sendo feixes individuais de poderes funcionais repartidos no interior da personalidade estatal (a União, neste caso) e expressados através dos agentes neles providos (ou seja, os servidores públicos). Assim, da mesma maneira que o Ministério da Economia trata-se de um órgão da pessoa jurídica da União, ele também pode se subdividir em outros órgãos.

Segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella di Pietro (2018, p.573), órgãos são criados para “descongestionar, desconcentrar, tirar do centro um volume grande de atribuições, para permitir seu mais adequado e racional desempenho”. Se, no âmbito da pessoa jurídica União, os órgãos podem ser representados pelos já referidos Ministérios, no âmbito dos Estados e Municípios, teríamos, por analogia, as Secretarias integrantes dessas pessoas jurídicas. Diante dessa introdução com foco no Direito Administrativo, podemos dizer que o Ministério da Fazenda, quando ainda existia, dispunha de diversos órgãos, da mesma forma como o corpo humano possui coração, rins, baço, fígado... Então, elegeu-se alguns desses órgãos para servirem de espaços sociais de estudo, sendo eles justamente a já mencionada Pro-

curadoria da Fazenda, a SAMF/PE (atual SRA/PE) e a ESAF/PE (que se fundiu à ENAP, após o quê veio a ser extinta).

Na sequência, vale frisar que cada Ministério tem, em sua liderança, um ministro escolhido pelo próprio Presidente da República e uma finalidade para a qual o órgão foi criado. Entre os ministérios brasileiros, encontram-se o Ministério da Saúde, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, do Meio ambiente, etc. Porém, foi eleito para o desenvolvimento desta tese o antigo Ministério da Fazenda e os atores estudados são os servidores públicos federais que, nele *em exercício* naquela ocasião de fusão de ministérios, ainda experienciariam os efeitos de decretos e legislações publicados pelo governo ao longo do ano de 2019 e parte de 2020, ensejando diversas transformações na administração.

A pesquisa se passa nesses três órgãos e, ao mesmo tempo, opta por remeter à expressão “antigo Ministério da Fazenda” para registrar o período de mudanças em que o estudo foi realizado, além de delimitar, dentro do “Superministério da Economia”, a fração do espaço social em que se pesquisa, nada obstante as temporalidades e as incertezas percebidas e reagidas pelos servidores não são concluídas nas fronteiras de tais órgãos. Elas alcançam, por exemplo, seus espaços familiares e as interações espaciais dos servidores com a sociedade e colegas de outros órgãos integrantes de outros ministérios e de outros Poderes.

Nessa toada, em uma análise do art. 3º do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, atualizado pela Lei 7.596, de 10 de abril de 1987, na órbita federal, a Procuradoria da Fazenda, a ESAF/PE e a SAMF/PE se enquadram no conceito de *administração direta*, pois consistem em serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, conforme expõe a ilustração a seguir:

Figura 3: O Ministério da Fazenda é órgão da administração direta.



Fonte: A autora (2021).

Nada obstante, por razões técnicas ou de conveniência, a União pode decidir que é melhor transferir o exercício da função administrativa para outra pessoa diversa dela, caso em que ocorre o fenômeno a *descentralização administrativa*, formando-se os entes da *administração indireta*. Seria o caso da formação das Sociedades de Economia Mista (SEM), das Empresas Públicas (EP) e das Fundações Públicas (FP), todas estas autorizadas por lei, e das Autarquias, criadas diretamente por lei, conforme explana Di Pietro (2018, p.584). Nesses termos, para elucidar as explicações, segue novamente uma ilustração:

Figura 4: As empresas públicas e sociedades de economia mista integram a administração indireta.



Fonte: A autora (2021).

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é uma dessas empresas públicas, tendo sido fundada em 1964, a fim de prestar serviços em tecno-

logia da informação, e continua em atividade. Muitos dos servidores públicos estudados nesta tese fazem parte do quadro da referida empresa. Por sua vez, no passado, existiu uma empresa pública brasileira denominada Rede Ferroviária Federal (RFFSA) de transporte ferroviário, popularmente pronunciada pelos seus servidores como “REFESA”.

Alguns dos servidores que concederam entrevistas e se permitiram ser estudados são oriundos dela. Fundada em 1957, teve suas atividades encerradas em 1999, devido à privatização durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Por fim, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) consiste em uma sociedade de economia mista ainda em funcionamento, fundada em 1945 para a atividade de fornecimento de energia.

Conforme comentado, alguns dos servidores estudados neste trabalho são oriundos dessas estatais. No entanto, eles não trabalham nas suas sedes (SERPRO, CHESF e RFFSA – no caso desta última, até porque nem existe mais). Eles trabalhavam, quando da posse do presidente Bolsonaro, justamente em algum dos três órgãos do Ministério da Fazenda aqui já apresentados como espaços sociais de pesquisa desta tese. Em outras palavras, encontravam-se em exercício na SAMF/PE, na Procuradoria da Fazenda ou na ESAF/PE. Portanto, depois de explicados os conceitos de administração direta e indireta, bem como de centralização, descentralização e desconcentração administrativas, prosseguimos com uma viagem no tempo para entender melhor como já funcionou a lógica dos cargos públicos e como essa noção repercute nos dias atuais.

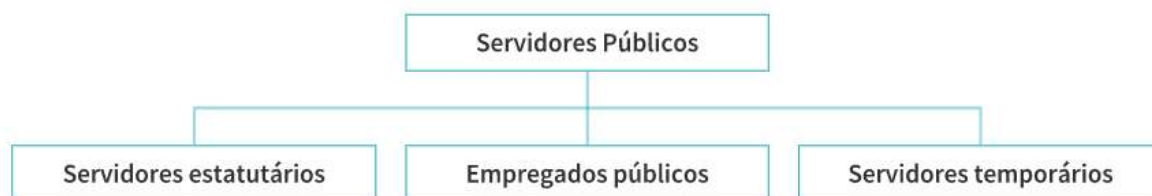
No Brasil, até fins do século 18, conforme explica Miranda (2005), quem ocupasse um cargo público era designado de “oficial” por ser detentor de um ofício, ou seja, de uma ocupação e de um modo de vida. O termo também era utilizado para as ocupações relacionadas aos trabalhos manuais. Segundo a antropóloga, os titulares dos ofícios “públicos” alcançavam os cargos a partir de concessões reais, o que funcionava como garantia de fidelidade aos ditames do rei, traduzindo-se em uma possibilidade de ascensão social. Nesse sentido, as características do ofício manifestavam-se, de acordo com a autora, em “patrimonialidade, o uso privado da função pública, o predomínio da fidelidade pessoal, a multiplicidade das funções, a estabilidade, a ausência de especialização profissional e associação com o enobrecimento” (MIRANDA, 2005, pp.13-14).

Para melhor compreender a figura do servidor público, no contexto da pesqui-

sa aqui realizada, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2018) nos ensina a importância em definir, em primeiro lugar, quem seria o “agente público” por uma questão de abrangência. Trata-se de “toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta” (DI PIETRO, 2018, p.731). Para a administrativista, existem quatro categorias de agentes públicos, quais sejam: os agentes políticos, os servidores públicos, os militares (a exemplo dos membros das polícias militares e do corpo de bombeiros) e os particulares em colaboração com o Poder Público (como os mesários nas eleições).

Especialmente quanto aos servidores públicos, nestes se encontram compreendidos os servidores estatutários, “sujeitos ao regime estatutário e ocupantes de cargos públicos”, além dos empregados públicos, aqueles “contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público”. Por fim, existem os servidores temporários, aqueles “contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público”. Dessa forma, constam como participantes diretos desta pesquisa apenas os servidores públicos estatutários e os empregados públicos.

Figura 5: São espécies de servidores públicos os estatutários, os empregados públicos e os temporários.



Fonte: A autora (2021).

Por um lado, o regime de trabalho do servidor público estatutário rege-se não por um contrato, que administra as relações entre o empregado e o empregador em regime celetista, mas por um Estatuto, sendo este a Lei 8.112/1990. A referida legislação expressa formalmente os princípios, direitos e deveres que regem a relação entre tais servidores públicos federais e o Estado. Por outro lado, os empregados públicos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além dos acordos e convenções coletivas de trabalho, como é o caso dos servidores públicos do SERPRO, da CHESF e da extinta RFFSA.

Lá atrás, no início dos anos 90, durante o curto governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), ocorreu de tais servidores (empregados públicos) serem demitidos. Segundo Paludo (2016, p.118), com foco na privatização de empresas estatais, Collor criou o Programa Nacional de Desestatização (PND) por acreditar que a administração federal havia crescido demais. No entanto, sem ter uma proposta formal, promoveu uma reforma administrativa “desastrada”, culminando com a redução drástica das despesas públicas, a extinção de órgãos e Ministérios e a demissão de aproximadamente 112 mil funcionários públicos.

Quando o então vice-presidente Itamar Franco (1992-1995) assumiu o cargo após o processo de *impeachment* de Fernando Collor, ocasião em que este renunciou ao cargo, assinou a Lei 8.878/1994, conhecida como “Lei da Anistia”, cujo objetivo era proporcionar o retorno dessas pessoas ao serviço público federal. No entanto, esse fato só ocorreria em grande escala durante o segundo mandato do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010).

É quando os servidores públicos tomam conhecimento de “que é para eles voltarem”, e começam a entregar currículos nos órgãos públicos a fim de serem reintegrados. Por essa razão, a despeito de serem originários das estatais referidas, retornam ao serviço público para trabalhar em órgãos que os aceitassem como “cedidos”, entre os quais estão os órgãos estudados nesta pesquisa. Uma vez instalados nos novos locais de trabalho, esses servidores ditos “anistiados” se deparam com outras espécies de servidores públicos, sendo estes denominados “do quadro” ou “da casa”, em contraposição aos “anistiados de Collor”.

Se, por um lado, um dos servidores “do quadro” comentou que, na época, a informação era de que receberiam uma nova equipe de amigos e não chegou ao seu conhecimento qualquer tipo de ocorrência de preconceito, eu mesma cheguei a presenciar algumas situações desconcertantes, envolvendo discriminação devido ao “estatuto” ou à “essência de ser” “anistiado” a eles conferidos. Certa vez, um servidor “do quadro” comentou com outra de mesmo *status*, na minha frente, que estava chateado com alguns de seus estagiários, pelos atrasos constantes, além de faltas sem aviso prévio. O servidor comentava que eles chegavam tarde e saíam cedo, sem dar qualquer satisfação a ele.

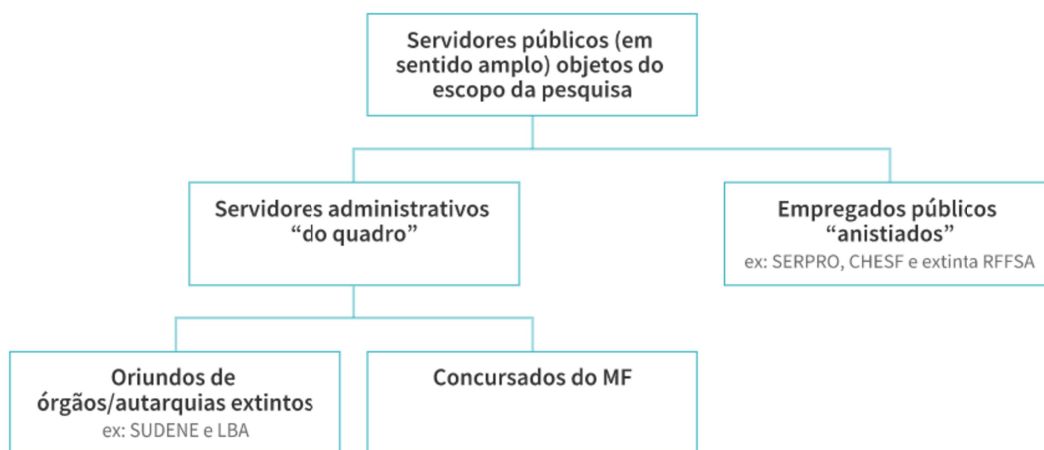
Na sequência, afirmou que, se ele estivesse ausente em determinado momento quando os estagiários precisassem se ausentar, eles poderiam dar satisfação a uma outra servidora, que “era contratada do SERPRO”, mas que “não deixava de

ser funcionária também”. Conforme se percebe, certas condições que emergiram no passado dessas pessoas têm implicações na sua experiência presente, despertando-lhes diversos sentimentos negativos de insegurança, o que é reforçado com o presidente Bolsonaro no poder.

Entre os servidores “do quadro”, estão os que são estatutários, mas são originários de outro órgão ou autarquia que foram extintos, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Também são servidores “do quadro” os que fizeram concurso para o próprio Ministério da Fazenda.

Segundo me relatou uma “anistiada” do SERPRO, explicando a posição dos estatutários de órgãos e autarquias extintas, eles continuaram sendo servidores, porque, na verdade, eles nunca saíram do serviço público federal, uma vez que outro órgão os absorveu. Diferente é o caso dos “anistiados” de Collor, pois tais servidores públicos foram realmente desligados das respectivas estatais e “postos pra fora do serviço público”.

Figura 6: Os servidores estudados são aqueles “do quadro” de pessoal e os “anistiados” políticos de Collor.



Fonte: A autora (2021).

Contudo, um dos servidores “do quadro” e “da velha guarda”, concursado do antigo Ministério da Fazenda, explicou, em sua visão, que os servidores “cedidos” eram os “da SUDENE, os ‘anistiados’ e os da RFFSA”. Com essa nova noção de “cedidos” que me foi apresentada, o referido servidor disse que eram, de fato, “funcionários”, apenas aqueles do Ministério da Fazenda desde a origem, não tendo passagem anterior em outro órgão ou autarquia. Verifica-se, dessa forma, que os pró-

prios “nativos” encontram dificuldades em conceituar aspectos de sua realidade no trabalho. É tanto que, já outro servidor “do quadro”, oriundo da SUDENE, afirmou que os servidores de órgãos e autarquias extintos eram aqueles “da ativa” e que, na época da extinção da mencionada autarquia, o Ministério da Fazenda aproveitou para torná-los seus funcionários, do mesmo modo que outros Ministérios o fizeram, inclusive a Advocacia-Geral da União (AGU).

Em todo caso, se comparados com aqueles servidores que, independentemente se concursados ou não, entraram diretamente no Ministério da Fazenda, os servidores redistribuídos de órgãos e autarquias extintos (SUDENE, LBA, IAA, etc) se enxergam dentro de um contexto de mesma hierarquia tanto em relação aos “do quadro” concursados como dos não originários diretamente do Ministério da Fazenda, dado o fato de serem igualmente estatutários. Essa questão conceitual foi trabalhada por Viveiros de Castro (2002), que afirmou:

A jurisdição do conceito é extraterritorial às faculdades cognitivas e aos estados internos dos sujeitos: os conceitos são objetos ou eventos intelectuais, não estados ou atributos mentais. Eles certamente ‘passam pela cabeça’ (ou, como se diria em inglês, ‘cruzam a mente’): mas eles não ficam lá, e sobretudo, não estão lá prontos – eles são inventados (...) Como aplicar, por exemplo, a noção de conceito a um pensamento que, aparentemente, nunca achou necessário se debruçar sobre si mesmo, e que remeteria antes ao esquematismo fluente e variegado do símbolo, da figura e da representação coletiva que à arquitetura rigorosa da razão conceitual? (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, pp.124-125).

Outrossim, mostra-se relevante a apresentação dos nomes dos cargos nos quais os servidores estudados encontram-se investidos. Os “anistiados” do SERPRO, abarcados por esta pesquisa, são denominados de “auxiliares” ou “técnicos”, assim mesmo, sem nenhuma especificação (auxiliar do quê? Técnico do quê?), o que sempre gerou muita confusão e incertezas nessas pessoas, sendo mais uma evidência de seu tratamento segregador com relação aos servidores “não anistiados” da referida empresa pública, ou seja, os que não foram demitidos no governo Collor e permaneceram trabalhando na sede do SERPRO, sem qualquer descontinuidade do vínculo empregatício, cujos cargos são especificados, como “técnico em informática”, por exemplo.

Na prática, esses “anistiados” do SERPRO, independentemente se técnicos ou auxiliares, executam atividades de natureza administrativa nos órgãos onde se encontram em exercício, correspondendo, as referidas atividades, a título de exemplo, a controlar as diárias e passagens dos servidores ao inseri-las no sistema, a

preencher planilhas, a organizar materiais de expediente, a protocolar documentos, etc. Em outras palavras, ser técnico ou auxiliar não direciona essas pessoas para alguma atribuição específica, sendo muito mais observada a aptidão do servidor ou mesmo a sua formação de nível superior – se houver. Assim, um auxiliar formado em psicologia poderia ser lotado em um setor de Recursos Humanos, e um técnico que tivesse graduação em informática poderia ser apto a trabalhar com sistemas.

Quanto aos servidores “anistiados” da CHESF, esta pesquisa contou com a participação de apenas uma servidora, a qual tinha o cargo de “profissional nível médio suporte I”. Além desses, participaram também como entrevistados e foram observados os servidores “anistiados” da RFFSA, investidos nos cargos de “técnico em serviço de escritório”, “artífice de metalurgia”, “tratorista”, “artífice de manutenção”, “artífice de via permanente”, “auxiliar de expediente” e “técnico em contabilidade”. Conforme exposto acima, as definições das atividades tinham muito mais relação com as aptidões das pessoas e sua formação acadêmica do que com o nome do cargo, inclusive impraticáveis, notadamente conforme se observa dos cargos dos servidores da RFFSA.

Inclusive, na época do retorno ao serviço público, alguns desses servidores “anistiados” tiveram problemas em função da incompatibilidade do nome do cargo de origem (ex: tratorista) com o exercício prático da atividade que deveriam desempenhar nos novos órgãos que os receberiam, de cunho eminentemente administrativo, típico das burocracias. Nessa perspectiva, a despeito de sua experiência como motorista de caminhão, ocorreu de um servidor “anistiado” da extinta RFFSA não ter conseguido ficar no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), porque, em sua carteira, não tinha assinado o nome “motorista”, mas “tratorista”, perdendo tal oportunidade. Foi quando o Ministério da Fazenda o aceitou, tendo em vista a necessidade de alguém para dirigir, independentemente do nome do cargo constante da carteira de trabalho.

Por seu turno, entre os servidores “do quadro” ou “da casa” entrevistados e oriundos do próprio Ministério da Fazenda, estão aqueles com os cargos de “analista técnico administrativo”, “técnico administrativo” e “agente de portaria”. Em outras palavras, eles entraram diretamente no Ministério da Fazenda, sem terem passado pelo processo de redistribuição, dada a extinção de seus órgãos ou autarquias de origem. Também existem os servidores “do quadro” provenientes de órgãos ou autarquias extintos, que se encontram investidos nos cargos de “datilógrafo”, “auxiliar

operacional de serviços diversos” e “agente administrativo”.

Apenas para reforçar, na prática da rotina administrativa, o cargo não é tão relevante no sentido de definir as atribuições do servidor público. Dessarte, mesmo pessoas com cargos de nível superior podem desenvolver as mesmas atividades passadas para alguém de nível técnico, pois a administração se atém mais à força de trabalho e à capacidade de desempenhar as atribuições do que à especificidade do cargo no qual a pessoa foi investida.

Dessa forma, ao estudarmos apenas os servidores *administrativos* da Procuradoria da Fazenda, da SAMF/PE e da ESAF/PE, essa *práxis* de indiferenciação de tarefas mostra-se mais comum do que se o cargo tivesse denominação específica, como seria o caso de um engenheiro ou pedagogo. Mesmo no caso dos servidores da extinta RFFSA, cujos cargos realmente não guardam compatibilidade com as atividades desempenhadas na burocracia da administração pública, eles tiveram suas rotinas adaptadas para serviços de escritório, ainda que o nome permaneça, ali, escrito daquela maneira.

Na sequência, o estudo dos servidores em exercício no antigo Ministério da Fazenda tornou-se conveniente por algumas razões. Segundo as lições de Caldeira (1984, p.9), tais servidores seriam os mais “desprivilegiados” em relação a outros mais favorecidos social e economicamente. Se comparados com autoridades do próprio Poder Executivo Federal, como seriam os casos dos auditores e dos procuradores da fazenda, e mesmo se comparados com os “ordinários servidores” administrativos de outros Ministérios ou, até mesmo, do Poder Judiciário Federal, eles são os que mais seguem incertos com relação às práticas do governo de Jair Bolsonaro. Isso porque trata-se dos servidores que, em última instância, sujeitam-se, especificamente, ao comando do ministro Paulo Guedes, titular da pasta da Economia, em que algumas das ordens emanadas dirigem-se exclusivamente aos servidores do referido Ministério da Fazenda – atual Economia.

É tanto que, logo no início da Pandemia da Covid-19, os servidores do Judiciário Federal foram colocados de imediato em regime de *home office*, em detrimento de certo retardo dessa tomada de decisão pelo Poder Executivo Federal. Aliás, a própria remuneração dos referidos servidores do Poder Executivo também é menor, quando se faz a correspondência com os mesmos cargos no Poder Judiciário Federal. Ocorre que o Executivo possui uma estrutura com maior número de servidores, uma vez que sua função é administrar, o que acaba por reduzir os valores pagos

aos seus funcionários. Apesar disso, são os que trabalham com carga horária mais extensa (8 horas, quando, na realidade, o Judiciário realiza acordos para se trabalhar 7 horas corridas, caso em que os servidores já incluem seu horário do “almoço”), levando-os a uma situação de desprivilégio.

Num quadro sinótico, pode-se comparar quanto ganham os servidores de nível médio dos Poderes Executivo e Judiciário Federais em fim de carreira, ou seja, pessoas dentro de mesma classe e padrão, independentemente de gratificações e funções comissionadas adicionais, como chefias de serviço ou diretorias. Nesse sentido, a remuneração é um bom critério para demarcar o perfil socioeconômico dos profissionais estudados.

Sabe-se que parte do prestígio que a categoria do Poder Judiciário Federal possui socialmente está relacionada ao fato de serem historicamente um dos grupos mais bem remunerados do serviço público brasileiro, destacando-se em relação ao servidor do Poder Executivo Federal e, notadamente, em relação aos servidores que desempenham atividades administrativas.

Figura 7: Os servidores do Poder Executivo Federal ganham menos do que aqueles do Judiciário, com mesmo cargo e nível de carreira.

Dez/2020	Servidor do Executivo Federal (fim de carreira) Cargo: agente administrativo	Servidor do Judiciário Federal (fim de carreira) Cargo: técnico judiciário
Remuneração bruta (cargo nível médio)	R\$ 5.500,36	R\$ R\$ 11.398,39
Vale alimentação	R\$ 458,00	R\$ 910,08

Fonte: A autora (2021).

Ademais, mostrou-se mais favorável a escolha desses órgãos do antigo Ministério da Fazenda, porque, quando do início desta pesquisa, os servidores da SAMF/PE e da ESAF/PE trabalhavam no mesmo edifício (que era próprio), localizado na Av. Alfredo Lisboa, 1168, no Bairro do Recife. Portanto, a concentração dos dois órgãos em um mesmo espaço físico tornou a pesquisa exequível, tendo em vista a oportunidade de visitá-los simultaneamente, especialmente considerando que, trabalhando, eu tinha menos oportunidades de sair mais cedo do trabalho ou ser liberada para fazer a pesquisa.

Com a fusão dos ministérios, a SAMF/PE recebeu alguns servidores do extinto Ministério do Trabalho, o que chacoalhou muitas mudanças em seu âmbito inter-

no. Foi interessante porque, de acordo com o relato de um dos servidores “do quadro” de pessoal do antigo Ministério da Fazenda, um “bolsonarista fanático” do Ministério do Trabalho teria questionado “quando mudariam o nome da fachada do prédio”. Ele gostaria que o nome Ministério da Fazenda passasse o mais rapidamente possível para Ministério da Economia, demonstrando sua simpatia ao governo Bolsonaro, ao que chegou a ligar para o chefe da informática para que também mudassem o domínio do e-mail, que era “xxxxxxxxxx@fazenda”.

Segundo o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, que descreve as competências regimentais da SAMF/PE, no art. 66 do Diário Oficial da União de 30 de março de 2012, afirma-se que, entre outros, compete à referida Superintendência a concessão de salário-família, auxílio, vantagens, licenças, concessão de aposentadoria e de pensão. Inclusive, o meu ato de posse como servidora ocorreu lá, por ela ser esse grande centro de recursos humanos. Dessa forma, muitas das necessidades dos servidores da ESAF/PE e da própria Procuradoria da Fazenda tinham que ser resolvidas na SAMF/PE, configurando-se o narrado caso mais um fio condutor entre os três órgãos estudados.

Por seu turno, fundada em 1973, durante o governo de Médici (1969-1974), a ESAF/PE buscava a formação e o desenvolvimento de servidores públicos fazendários, promovendo cursos, seminários e treinamentos, inclusive para os servidores dos demais órgãos fazendários, como a SAMF/PE e a Procuradoria da Fazenda, além de ter sido uma das maiores e mais respeitadas bancas de concurso público na área fiscal. Porém, passou pelo processo de fusão com a ENAP/PE, sendo esta última também extinta no final das contas. Os servidores públicos “anistiados” lá em exercício, em especial, os do SERPRO, precisaram “procurar órgão” para ir, sob a pressão psicológica de que poderiam ficar em “disponibilidade” ou até mesmo ser dispensados.

Já na Procuradoria da Fazenda, situada na Av. Senador José Henrique, 231, na Ilha do Leite, atuam seus Procuradores da Fazenda e servidores, distribuindo-se a força de trabalho em três andares: o 18º, 19º e 20º. Nessa toada, mostrou-se oportuna e conveniente a realização da pesquisa neste espaço social por eu ser servidora do seu “quadro” de pessoal e, desta maneira, conhecer previamente os servidores públicos e o próprio espaço social em si mesmo, o que será melhor trabalhado no tópico a seguir.

Em sua página institucional, a Procuradoria da Fazenda² informa atuar “na representação da União em causas fiscais, na cobrança judicial e administrativa dos créditos tributários e não-tributários e no assessoramento e consultoria no âmbito do Ministério da Fazenda”. Durante o governo Bolsonaro, ela chegou a receber empregados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), em decorrência de seu processo de privatização, o que apenas confirma a movimentação e a série de incertezas insurgentes dentro do referido órgão.

Por derradeiro, deve ser mencionado que muitos dos servidores públicos desses três órgãos já se conheciam previamente de diversas maneiras. Os “anistiados” se conheciam desde antes do retorno ao serviço público federal, uma vez que trabalhavam seja no SERPRO, na CHESF ou na extinta RFFSA. Ademais, outros se conheciam das autarquias que foram extintas, como é o caso da SUDENE, caso em que muitos desses servidores foram aproveitados até nos mesmos órgãos, prosseguindo com sua convivência e compartilhando lembranças.

Além disso, muitos dos servidores públicos concursados do Ministério da Fazenda se conheceram por meio do mesmo concurso prestado, quando se adicionavam em Redes Sociais e criavam grupos virtuais para tomarem conhecimento do andamento do certame, donde surgiram diversas amizades, ainda que tivessem sido lotados em órgãos distintos.

Enfim, o próprio trabalho em si colaborava para a criação de laços entre os servidores desses três órgãos, tendo em vista a conexão entre suas atribuições e a necessidade de comunicação. É tanto que ocorria de servidores se “conhecerem” por telefone e se tratarem como bons colegas. É como se houvesse uma nuvem invisível que circundasse os servidores desses três órgãos, qualificando-os mais pelas suas semelhanças do que pelas suas diferenças deontológicas.

Para além do sentido de “propriedade rural”, o termo “fazenda” também quer dizer “tesouro público” em português. Esse segundo sentido, aliás, está mais próximo do significado primitivo da palavra “fazenda”, cuja origem latina indica “coisas que devem ser feitas”. Essa explicação, encontrada na Revista Superinteressante da Editora Abril³, complementa que, no Brasil, o termo foi usado pela primeira vez em

²Ver <https://www.gov.br/pgfn/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-a-pgfn>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

³Ver Revista Superinteressante. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/por-que-se-chama-o-ministerio-da-economia-de-fazenda/>. Acesso em 09 de março de 2020.

1821, com a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Antes disso, as finanças do país eram administradas pelo Erário ou Tesouro Geral e Público, criado em 1808, ano em que a corte portuguesa se transferiu de Lisboa para o Rio de Janeiro. Além disso,

A denominação “Ministério da Fazenda” surgiu em 1891, dois anos após a proclamação da República, e sobreviveu até hoje, com exceção de um breve intervalo no começo da década de 90. “No início da gestão do ex-presidente Fernando Collor, criou-se o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, em 1990. Foi uma tentativa de reduzir o número de ministérios, concentrando três deles em apenas um”, afirma o economista e ex-ministro Mailson da Nóbrega, titular da pasta nos últimos dois anos do governo de José Sarney (1985-1990). Mas a troca durou até o impeachment de Collor, em 1992, quando o novo presidente, Itamar Franco, baixou um decreto que restabeleceu a Fazenda como um ministério separado dos outros. Além do Brasil, países como Espanha e Chile, onde a palavra hacienda tem significado parecido com o português, também chamam de Ministério da Fazenda o órgão do governo que gerencia a economia (REVISTA SUPERINTERES-SANTE, 2011).

Considerando que este tópico da tese buscou a contextualização acerca dos sujeitos que serão estudados, bem como as características dos órgãos escolhidos enquanto espaços sociais frequentados pelos servidores públicos, e onde se desenrola toda essa trama em torno das incertezas e das temporalidades suscitadas pelo tempo da política do governo Bolsonaro, acredito que podemos avançar no sentido de compreender melhor as categorias em destaque desta pesquisa e de que maneira elas nos serviram de ferramentas para a compreensão do fenômeno estudado.

1.2 AS INCERTEZAS DA PESQUISA DE CAMPO

O início da minha pesquisa de campo, de certa forma, acabou se confundindo com minha própria entrada no serviço público federal, como servidora da Procuradoria da Fazenda, órgão do Ministério em estudo. Afinal, muito já se havia aprendido pela convivência com os servidores sobre seu modo de ver o mundo, suas principais problemáticas e rotina de trabalho – uma vez que lá atuava desde 2014 e o primeiro ano do doutorado deu-se em 2018, onde permaneci até novembro de 2019, ao passar em outro concurso. Desta vez, no Poder Judiciário Federal, especificamente no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª Região).

Entretanto, dado que agora estava no doutorado – o ano era 2018 – e apesar de saber que gostaria de estudar os servidores públicos, o propósito do trabalho re-

manescia misterioso. Inicialmente, preocupei-me em pagar as disciplinas do curso, enquanto refletia sobre a problemática passível de ser abordada. É quando o presidente Bolsonaro encara a campanha eleitoral para presidente da República e, então, em outubro de 2018, vence as eleições, faltando apenas alguns meses para tomar posse no seu cargo – o que ocorre em janeiro do ano seguinte.

Sendo uma incógnita, o futuro com um eventual governo Jair Bolsonaro, o que veio realmente a se concretizar, ainda carecia de substância. E essa substância apenas se consolidaria na medida em que fatos peculiarmente intrigantes acontecessem durante a sua gestão, de modo a serem noticiados pela grande mídia e outros meios oficiais de divulgação de informação, e, diante disso, os servidores públicos responderem a esses estímulos. Esse cenário realmente deixava a própria realização da pesquisa sob risco, porquanto dependia fortemente de fatores extrínsecos para sua execução.

Entretanto, com o passar do tempo, aos poucos ia percebendo que eu não mais tateava no escuro, e muitas polêmicas se apresentariam no dia a dia das repartições públicas, pautando a agenda dos servidores. Diante disso, o ordinário na administração foi se tornando extraordinário, a partir dos posicionamentos ideológicos das pessoas, das discussões, dos embates, das participações em manifestações e comentários posteriores no recinto da repartição, dos objetos com conteúdo político expostos nas mesas, paredes e armários das salas do trabalho, enfim, tudo isso contribuiu para apontar que estavam por vir prováveis desdobramentos do que seria o governo Bolsonaro.

Especialmente na Procuradoria da Fazenda, que era onde eu trabalhava, o levantamento de dados ocorria, literalmente, no dia a dia, com foco no presente – e eu não me decepcionava praticamente nunca, porque, simplesmente, fofocas e murmurinhos se espalhavam, notícias eram veiculadas pela mídia e o governo sempre tomava decisões que repercutiam, alimentando meu caderno de anotações ou diário de campo, com as ansiedades, medos, expectativas, esperanças e, de forma geral, com reações dos servidores públicos.

No caso das pesquisas realizadas na SAMF/PE e na ESAF/PE, também tive acesso privilegiado a esses espaços, notadamente porque muitos dos colegas que passaram junto comigo no mesmo concurso – denominado PECFAZ ou Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, cujos cargos estavam voltados para a nomeação de servidores de nível superior – atuavam nesses dois órgãos. A partir des-

se evento que nos uniu – o concurso público em comum –, deu-se sequência a uma série de encontros em cafés, almoços e até confraternizações, ocasiões em que compartilhávamos histórias e acontecimentos envolvendo os órgãos onde trabalhávamos. Nesses encontros, a rede de contatos foi naturalmente se expandindo, mesmo antes de eu decidir fazer o doutorado. Quando isso aconteceu, a rede já estava bastante ampliada.

É tanto que, no início da pesquisa de campo, não senti a necessidade de acionar nenhum dos colegas que deram início a esta rede, porque as amizades já podiam ser consideradas autônomas ou independentes, como foi o caso dos contatos com os servidores da “velha guarda”, ou seja, os mais antigos, e dos ATAs (assistentes técnicos administrativos), sendo estes concursados de nível médio. Sem dúvidas, o lugar ao qual tive acesso mais facilitado foi realmente a Procuradoria da Fazenda. Lá, eu já conhecia os servidores de longa data, em um contexto de convivência continuada, razão pela qual pude ter com eles maior abertura para se sentirem confortáveis o suficiente para expor suas vidas. Assim, aquelas circunstâncias não eram propriamente uma “entrada no campo”, pois mais parecia um novo olhar, desta vez, “para o campo”.

Enfim, não houve grandes empreendimentos para o acesso aos servidores, nem enfrentei chuvas torrenciais em um campo a céu aberto; tampouco, precisei de alguma complexa infraestrutura montada para realizar a pesquisa ou me disfarçar para ter acesso a algum grupo de mafiosos. Todas as pessoas e “materiais coletáveis” encontravam-se no próprio espaço das repartições públicas, configurando-se enquanto espaços de escritório, rodeados de computadores, birôs, cadeiras, telefones, carimbos, grampeadores, processos, cadernos de protocolo e paredes demarcando o mundo afora e o mundo burocrático.

Mesmo tendo deixado a Procuradoria da Fazenda por ter sido aprovada e nomeada em outro concurso, conforme já mencionei antes, a rede de relacionamentos com as pessoas foi mantida, além do acesso aos próprios espaços sociais em estudo, muito embora, a esta altura, a ESAF/PE não mais existisse, devido a sua extinção. Nesse sentido, permanecendo na condição de colega e amiga das pessoas, fazia-lhes visitas eventualmente, mantinha contato por telefone e por *WhatsApp*, em especial com as pessoas que eram consideradas as melhores informantes. Em outras palavras, eram aquelas mais populares, em posição privilegiada ou com mais maturidade para tecer comentários para a pesquisa.

Por conta da Pandemia da Covid-19, os trabalhos dos servidores passaram a ser realizados em regime de *home office*, mas esse não era o único problema de cunho metodológico a ser enfrentado, dado o impedimento de conviver com as pessoas em seu ambiente de trabalho. Ora, nem mesmo o contato pessoal, fora do ambiente de trabalho era aconselhado, devido ao isolamento recomendado pelas organizações de saúde pelo alto risco de contágio da doença. Portanto, a pesquisa de campo chegou ao ponto de ser afetada, assim como ocorreu com diversos outros pesquisadores que, inclusive, não tiveram a mesma sorte minha de, ao menos, concluir a tese dentro do prazo inicialmente pensado, requerendo apenas algumas adaptações, como a redução do escopo temporal.

A antropóloga Louise Pasteur de Faria (2020)⁴ sustenta que o modo como se encarava a metodologia muda, abruptamente, daqui em diante, em função da Pandemia, o que afetará o campo em sua totalidade. Sem que tivessem sido preparados para enfrentar essas novidades técnicas, como coloca autora, mesmo porque se trata de um evento dentro do contexto de incerteza, emerge a necessidade de repensar os projetos de pesquisa, o que é algo angustiante. “No entanto, enquanto antropólogos, entendemos o humano a partir de sua capacidade de adaptação e agência diante da incerteza”. É por essa razão que não desistimos de implementar esse projeto do doutorado, dentro da medida do possível.

Nesse contexto, passei todo o ano de 2019 e o primeiro trimestre de 2020 – neste caso, ainda que à distância – convivendo com essas pessoas, observando-as, ouvindo seus comentários e instigando conversas, sempre em função das incertezas sentidas devido ao governo Bolsonaro e sua perspectiva de futuro dentro da administração pública. O período em que estivemos em isolamento permitiu apenas alguma complementação da pesquisa de campo, por meio de entrevistas por videoconferência, telefone ou *WhatsApp*, como já comentei.

O marco final da pesquisa foi o período da crise culminada pela saída do então Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro. Ao caracterizar uma situação de drama social e momento de conflito dentro do governo, inclusive inesperado, como é a incerteza, a sua retirada ressaltou mais um momento de crise que valia a pena ser mencionada, eventualmente, nos relatos biográficos.

Porém, antes de qualquer panorama pandêmico, ainda com a situação de

⁴Ver <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/etnografia-na-pandemia-algumas-experiencias-de-trabalho-de-campo-1>. Acesso em 7 de setembro de 2021.

“normalidade” em voga, por eu estar imersa nas dinâmicas de poder do estado, sendo uma “nativa” no contexto de minha atividade profissional, o meu caso diverge das etnografias registradas nos textos mais clássicos de antropologia (CASTILHO et al., 2014, p.8). Na realidade, segundo Leirner (2014), percebe-se certa reticência por parte de alguns antropólogos quanto a estudar o estado. Ocorre que haveria uma tendência a “legitimar” o estudo de temas “sociologicamente periféricos” e, mesmo dentro do estado, são legitimadas as pesquisas que podem subsidiar políticas públicas para as populações (LEIRNER, 2014, p.88).

Para o antropólogo, seria dizer que a antropologia teria naturalizado o estado numa posição que é, simultaneamente, central e marginal, poderosa e desinteressante, presente, mas invisível. Porém, na realidade, o estado deve ser considerado, academicamente, pelas suas características modernas, e não pela persistência de um arcaísmo. Para o autor, toda essa conjuntura nos leva a pensar acerca de sua preocupação ao diferenciar os termos Estado com “E” maiúsculo e estado com “e” minúsculo, sendo este último um conceito “com gente dentro”, numa relação entre pessoas concretas (LEIRNER, 2012, p.38), ou seja, no que concerne a esta pesquisa, trata-se da relação do estado com os próprios servidores públicos.

Além disso, muitas pesquisas realizadas no estado remanescem enfocando a distância existente entre a “norma oficial” que deveria ser seguida em conformidade com o Direito Administrativo e a realidade da prática administrativa agenciada pelos funcionários públicos. Nesse sentido, Pierre Bourdieu chega a ensaiar (2008, p.123) sobre o desinteresse dos funcionários, fala dos casos de utilização “privada” do serviço público, dos “jeitinhos”, das tolerâncias administrativas, das delongas e dos tráficos de cargos que transgridem o Direito. Tais situações refletem uma produção em antropologia do Estado pequena, se comparada a outras áreas e, quando o estado aparece nas pesquisas, acaba sendo muito mais para dizer como ele afeta negativamente os objetos de pesquisa dos antropólogos.

Por outro lado, antropólogos brasileiros como Ciméa Beviláqua (2020), que estuda as lições de uma cafeteira desaparecida em uma repartição pública, ampliando o conhecimento sobre burocracia, criatividade e discernimento no serviço público federal; Mariza Peirano (2002), que se debruça sobre os documentos e os valores nacionais; Piero Leirner (2020), desenvolvendo um trabalho sobre os militares, as operações psicológicas e a política em uma perspectiva etnográfica e Ana Paula Mendes de Miranda (2001), descrevendo os rituais de passagem dos auditores-fis-

cais, mostram como o Estado e a burocracia podem ser pensados de um modo alternativo.

Não só o estudo do estado, conforme defende Leirner (2012), com “e” minúsculo, mas a própria burocracia em si ainda podem ser considerados algo “exótico” à antropologia, sendo mais tradicionalmente estudados pela ciência política e a sociologia, segundo coloca Miranda (2005). Esse fato pode ser percebido tanto entre os próprios estudiosos como pelas pessoas “comuns” da sociedade. Nesse contexto, aludindo a Marc Abélès (1986), que estudou as administrações locais na França, seria dizer: “nós não somos selvagens, vocês não estudam índios” (MIRANDA, 2005, p.3). Assim sendo, a pesquisa no estado ou na burocracia não são tarefas fáceis, sendo repletas de incertezas, inclusive porque não se sabe de que forma a academia receberá tal tipo de pesquisa. O fato de ser uma servidora pública naquele contexto apenas reduz alguns dos meus riscos, mas as incertezas são incontroláveis.

Seguindo essa linha de raciocínio, entre esses riscos que foram evitados ou minimizados, relacionados com minha “natividade” naqueles espaços sociais estudados, estão o afastamento de possíveis portas fechadas, a incoerência de interpelação de seguranças com fins de dificultar o meu acesso, a inexistência de espaços restritos apenas a pessoal autorizado, uma vez que meu tráfego era livre, além da não verificação de normas estritas sobre quando, onde e como circular nesses espaços, e com quem eu estava autorizada a conversar e por quanto tempo, conforme descreve Teixeira (2014, p.33).

Portanto, posso dizer que não tive maiores problemas para realizar a pesquisa, uma vez que os sujeitos me viam, antes de tudo, como uma pessoa que não lhes era estranha, e que lhes inspirava confiança pela convivência habitual, inclusive de anos antes da realização da pesquisa de doutorado. Logo, muitos deles não apenas quiseram colaborar com a tese voluntariamente, mas se sentiram empoderados por poderem contar suas histórias de vida ou manifestarem seu apreço ou desapeço pelo governo Bolsonaro, no que concerne às incertezas de um futuro na administração pública, de acordo com sua posição de servidor “do quadro” ou “anistiado” ou ligado ideologicamente à “direita” ou à “esquerda” políticas, entre outros critérios.

No entanto, também houve casos de alguns poucos servidores que tiveram receio de serem entrevistados de modo direto, tão somente permitindo a observação de seu comportamento ou o registro de seus comentários, sem identificá-los, como aqueles que já sofreram algum Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ou quem

era “anistiado” do governo de Collor, temendo represálias do governo Bolsonaro. Quanto a essas pessoas, eu procurava sugerir a possibilidade de concessão de entrevista com bastante “jeito”, embora imaginasse, por já conhecê-las previamente, que não aceitariam.

Algumas não negavam de imediato; colocavam algum marco temporal para uma possível futura aceitação, como quando pediam para terminar “certo trabalho” e então falariam comigo na sequência, mas nunca me procuraram depois disso. Como eu entendia que era uma forma sutil de dispensa, evitava insistir para não ensejar clima de constrangimento. Ao mesmo tempo, em alguns momentos, fui pega de surpresa durante a pesquisa de campo e mais uma vez a incerteza se fazia presente, pois pessoas impensáveis até se voluntariaram para participar da tese. E mais do que isso: participaram ativamente, com entrevistas e até apresentando seus relatos biográficos.

Essa proximidade prévia com os servidores foi muito importante, porque, conforme sugere Bourdieu (1997), possibilitou-me a minimização dos efeitos de uma comunicação violenta, inerente ao princípio da troca ou da “intrusão”, além de permitir a compreensão do impedimento em abordar determinados assuntos ou, ao menos, o cuidado que eu deveria ter ao tratar com eles, e a consciência da necessidade de “incitar” alguns temas (BOURDIEU, 1997, p.695), reduzindo-se a ocorrência de riscos. Mesmo eu alegando que garantiria o anonimato na pesquisa, houve pessoas, conforme já exposto, que se negaram a participar dela. Uma vez que começaram a me ver como antropóloga, e não mais apenas como uma colega servidora, sentiam-se de algum modo ameaçados ou embaraçados.

Recordo-me da monografia *Sociedade de Esquina*, de Foote-Whyte (1914-2000), quando o autor apresenta a trajetória de rapazes que se eternizaram na sua obra, refletindo sobre o impacto dessa imortalização em suas vidas. Nessa perspectiva, reunindo todos os seus informantes para ouvi-los acerca do perfil esquematizado a seu respeito, o antropólogo se defrontou com questões éticas de uma pesquisa. A partir de seus ensinamentos, eu busquei evitar situações de desconforto entre os servidores envolvendo o modo de retratá-los, encontrando estratégias para, ao menos, amenizar uma retratação desgastante.

(...) Fiz uma visita a Pecci cerca de cinco anos depois da publicação do livro. Sua reação pareceu-me uma combinação de orgulho e embaraço. Perguntei a ele sobre como haviam reagido os membros da gangue. Disse que Frank Luongo (Mike Giovanni) parecia ter gostado do livro. O único comentário de Gillo (Danny) foi: Nossa! Você é realmente um cara fenomenal! Se eu fosse uma moça, casaria com você". E os outros membros da gangue? Até onde Pecci sabia, nunca leram o livro (...). Presumo que, de sua maneira discreta, Pecci fez todo o possível para desencorajar a leitura local do livro, pelo embaraço que poderia causar a vários indivíduos, inclusive a ele mesmo. Por exemplo, dificilmente seria leitura agradável para os que ocupavam as posições inferiores entre os Bennett, pois veriam quão baixo era seu status e em que tipo de dificuldades eles se metiam (...) (FOOTE-WHYTE, 2005, p.340).

Dessa forma, minha metodologia não recaiu apenas sobre criar nomes fictícios para as pessoas, mas era sobre como desenvolver uma pesquisa em que eu fosse capaz de fazer com que os servidores não pudessem identificar seus pares dentro de um universo tão pequeno de apenas três órgãos públicos. Não se sabe, ao certo, quem realmente lerá esta tese ou, se lendo, se o trabalho trará algum impacto para suas vidas, o que pode parecer deprimente e alarmante aos olhos de um antropólogo. O fato de a pesquisa não apresentar fotografias também foi uma maneira de preservar a imagem das pessoas, ao mesmo tempo em que existe a consciência de que se perde – e muito – em termos de receptividade do público leitor, dado que imagens são atraentes aos olhos do público.

Essa dificuldade de acesso a alguns servidores, ainda que garantido o seu anonimato, já era esperada por mim, mas ela foi sendo mitigada pelo amplo universo de servidores públicos disponíveis para entrevista e observação. Ao tempo da pesquisa, chegaram a estar em exercício na SAMF/PE (atual SRA/PE) cerca de 160 servidores, sendo que, por conta da promessa de Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, esse número foi reduzindo e se aproximando da casa dos 100 funcionários, por conta dos pedidos de aposentadoria, já contando com a força de trabalho dos servidores advindos do extinto Ministério do Trabalho.

Por sua vez, na extinta ESAF/PE, chegou-se a ter 21 servidores no seu auge durante a pesquisa de campo, tendo sido essas pessoas redistribuídas, quando da extinção do órgão, entre alguns órgãos do atual Ministério da Economia, quais sejam: a própria SAMF/PE, a Procuradoria da Fazenda, a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e a Receita Federal do Brasil (RFB). No caso da extinção da ESAF/PE, cada servidor precisou informar seu órgão de preferência, assim como os

próprios órgãos tiveram que se manifestar, então haveria um batimento de informações e de interesses mútuos. Para fazer suas escolhas, os órgãos tomaram em consideração os currículos dos servidores.

Por fim, na Procuradoria da Fazenda, chegou-se a ter por volta de 60 servidores públicos, mesmo com o recebimento de um ou outro servidor da Infraero, sendo que o número foi reduzido gradativamente também em função de aposentadorias. Nessa perspectiva, memoravelmente, durante uma de nossas tantas conversas em que ele se manifestava contra o governo Bolsonaro, e para quem o referido governo era repleto de incertezas negativas, um dos servidores públicos “anistiados” da RFF-SA pediu, certa vez, que eu observasse ao redor. Parei, olhei ao redor. Quebrando o suspense do silêncio, ele exclamou: “as cadeiras estão ficando vazias, Rebeca...”, em alusão aos servidores que deixavam o serviço público e como o aparato estatal estava diminuindo em função do receio das mudanças a serem efetuadas pelo governo ainda naquele ano de 2019.

No âmbito federal e, em especial, no Ministério da Economia, segundo o Portal da Transparência acessado em 2020, existem 34.805 cargos efetivos no órgão, além de 7.208 cargos e funções comissionadas ocupados por servidores e, ainda, 586 cargos ou funções comissionadas ocupados por pessoas sem vínculo com a administração, conforme consta no quadro a seguir:

Figura 8: De acordo com o Portal da Transparência, há 34.805 cargos efetivos nas unidades de vínculo direto com o Ministério da Economia.

Órgãos / entidades vinculadas com mais servidores em exercício ✕

ÓRGÃO / ENTIDADE	CARGOS EFETIVOS DO ÓRGÃO/ENTIDADE	CARGOS/FUNÇÕES COMISSIONADAS OCUPADAS POR SERVIDORES PÚBLICOS	CARGOS/FUNÇÕES COMISSIONADAS OCUPADAS POR PESSOAS SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	OUTROS
Ministério da Economia - Unidades com vínculo direto	34.805	7.208	586	3.382

Fonte: Portal da Transparência (2020).

Diante desse universo de servidores públicos e em função do contato prévio com eles e o acesso privilegiado aos espaços por eles ocupados, saí do campo e das entrevistas com a sensação de que a pesquisa foi densa, e as respostas não foram lacônicas, conforme teoriza Teixeira (2014, p.33) sobre pesquisas realizadas nos espaços sociais estatais. Independentemente de se estudar os servidores ou outros sujeitos, dentro ou fora das burocracias, sabe-se que o campo não está no aguardo de nossa observação.

Ele resulta de interações com sistemas simbólicos variados, inclusive da intervenção da teoria carregada pelo pesquisador. Despertando para o fato de que a pesquisa de campo pressupõe uma hierarquia, pois ela precisa ser aceita pelos “nativos”, do contrário, simplesmente não haverá pesquisa etnográfica, Stocking Jr. (1974, p.282) ainda argumenta que, da mesma maneira que a pesquisa de campo tem um início, ela pode vir a ter um fim.

Eu tinha este temor não por conta dos servidores, pois eles sempre estavam disponíveis a colaborar, porém a própria manifestação dos servidores públicos a respeito do “tempo da política” do governo Bolsonaro dependia do “andamento” do próprio governo Jair Bolsonaro, ou seja, de sua arte de governar. Sendo assim, a pesquisa foi sendo construída na incerteza do porvir, mas com algumas potencialidades calculáveis, conforme já ensaiei alhures.

Além disso, apesar do acesso facilitado aos servidores públicos por eu ser uma “nativa” no Ministério da Fazenda, não deixava de ser um desafio o fato de ter a burocracia enquanto espaço de pesquisa. Por tal mundo institucional se caracterizar pela sua reiterada habitualidade e carência de qualquer evento crítico ou dramático acontecendo, ao menos sendo este o seu estigma, tornou-se necessário o emprego de esforços para saber apreciar a rotina, ouvir o não dito e atribuir sentido às repetições e lacunas (TEIXEIRA, 2014, p.34). Preocupação essa que é minimizada em outros espaços e sujeitos pesquisados, diante de maiores dinamismos, dado que os fenômenos parecem ocorrer com mais clareza.

Sobre ser uma “nativa” no campo, o antropólogo Gilberto Velho (1981) expõe que tal fato também possui viés enganador, portanto, a atenção deve ser redobrada. Isso porque por estar acostumada com aquelas paisagens sociais onde a disposição dos atores soa bastante familiar, e em que a hierarquia e a distribuição de poder permitem fixar os indivíduos em categorias mais amplas não faz ter, necessariamente, o acesso ao significado da lógica de suas relações. Afinal, “(...) meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos” (VELHO, 1981, p.128). Partindo dessa ideia, a realização da pesquisa em uma temporalidade específica tornou mais latente o fenômeno estudado, apresentando-se pelas suas descontinuidades, mesmo para quem se encontrava familiarizada, como eu, com aquela burocracia e aquelas pessoas pelo convívio continuado.

Os conflitos, as disputas e as acusações feitas uns contra os outros servidores foram particularmente úteis para esta empreitada. Segundo Velho (1981), situa-

ções de drama social são momentos em que se pode registrar os contornos de diferentes grupos, suas ideologias e interesses, tornando-se facilitada a percepção de mudanças paradigmáticas. Além disso, outro aspecto suscitado pelo antropólogo consiste no rompimento e na rejeição do cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes, o que ilumina o pesquisador quanto ao que se sente familiarizado em termos de rotina e mecanismos de conservação e dominação existentes, por meio de “casos limites” (VELHO, 1981, pp.131-132).

Nesse sentido, pode-se destacar o caso de uma servidora “anistiada” que, revoltada, chegou ao trabalho comentando que “esse homem aí [Bolsonaro] mandou demitir aí um homem do Banco do Brasil só porque ele botou um negro pra fazer propaganda. Tanta coisa pra esse homem se preocupar”, frisou, comentando ter visto a notícia no *Conversa Afiada*, do jornalista já falecido Paulo Henrique Amorim. Destarte, espera-se deste trabalho a esperança de poder falar para uma audiência mais ampla, de modo que a estratégia adotada, os exemplos dados e os contextos apresentados possam facilitar o entendimento acerca dos impactos das práticas de governo no trabalho e na vida dos servidores públicos, revelando-se as incertezas sob seus variados modos.

1.3 O RELATO BIOGRÁFICO

Esta tese se baseia em informações etnográficas coletadas entre a campanha eleitoral para Presidente da República em 2018 até a saída de Sérgio Moro do cargo de Ministro da Justiça e da Segurança Pública, o que ocorreu em 24 de abril de 2020, momento em que se tem mais uma crise institucionalizada durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro. A partir dessa demarcação de tempo, a observação participante, as discussões informais, a análise de legislações, além de entrevistas aprofundadas realizadas com 25 servidores públicos, entre “anistiados” e “do quadro”, em exercício em algum dos três órgãos do antigo Ministério da Fazenda, foram consideradas como critérios metodológicos para o desenvolvimento da tese doutoral.

O destaque, entretanto, ficou ao encargo dos relatos biográficos dos servidores públicos. Em sua maioria individuais, os relatos biográficos também foram apresentados aos pares de servidores, considerando aqueles que passaram por experiências em comum, dando a tais relatos um tom de comparabilidade. Durante a pes-

quisa de campo, percebi que, a despeito de a maioria dos servidores públicos tradicionalmente se manterem fiéis a uma perspectiva política “esquerdista”, a oposição chegou a representar cerca de 40% do universo amostral levantado, mantendo-se aliado ao governo Jair Bolsonaro ou, ao menos, ao ministro da Economia, Paulo Guedes, em função de sua vertente mercadológica.

Estudar a categoria de incerteza e seu campo semântico, entre os servidores públicos federais de apenas três órgãos do mesmo Ministério, evoca aquilo que o interpretativista Clifford Geertz (2004, p.18) denomina de acessar grandes questões a partir do conhecimento obtido em pequenos lugares, caracterizando os antropólogos enquanto miniaturistas das ciências sociais, além de permitir encontrar “no pequeno” o que escapa aos olhos dos cientistas sociais “no grande”. No mesmo raciocínio, Ronald Cohen (1985) defende que a antropologia política trata de áreas muito menores da vida política, compensando tal limitação de escala por uma maior profundidade de análise. Assim, ocupa-se da compreensão da “interação dialética entre duas variáveis principais: as relações de poder e o simbolismo” (COHEN, 1985 pp.77-78).

Nesse enredo, ao optar pelos relatos biográficos enquanto metodologia de apresentação das relações que os servidores mantêm com as temporalidades e as incertezas, advindas do “tempo da política” instigado pelo governo Bolsonaro, a pesquisa permite tropeçar em verdades gerais em meio a casos específicos com uma profundidade ainda maior. Diferentemente da autobiografia, segundo ensina Becker (1994, p.102), a técnica dos relatos biográficos se dedica às propostas do antropólogo e não às do autor da narrativa. Em outras palavras, do próprio servidor público, e se interessa menos por valores artísticos e mais por um relato fiel da experiência do “sujeito”.

Com os relatos biográficos levantados, pretende-se entender por que alguém tem o comportamento que tem, mas não só isso: trata-se de compreender como lhe parecia tal comportamento, o que pensava que teria que confrontar, e, ainda, quais alternativas via se abrirem (BECKER, 1994, p.103). Não era raro que, durante as entrevistas formais e as conversas informais, durante o expediente de trabalho ou fora dele, a dialogia do processo fosse interrompida pelas confidências voluntárias por parte dos servidores com quem busquei conversar.

Para Miranda (2005, p.22), as confissões, características de um inquisidor, diferem das confidências, pois estas últimas se referem a uma comunicação em segredo, que pressupõe a confiança na discrição e lealdade do ouvinte, na qual o foco

pode estar tanto no receptor quanto na mensagem. Certa vez, durante uma dessas entrevistas, enquanto eu ainda “sondava” qual (is) servidor (es) seriam os escolhidos para concederem seus relatos, os quais seriam mais representativos para a tese, um deles me disse que eu tinha sido a única pessoa que tinha parado para ouvir sua história, e disse isso com os olhos cheios de lágrimas.

Ele era um “anistiado” da extinta RFFSA, e mostrava com saudosismo a sua carteira de trabalho assinada e bastante desgastada pelo curso do tempo, no intuito de provar a sua longa carreira na empresa, quando ainda passaria pelo processo das demissões. Diante do exposto, conforme alertou Fonseca (1999), esses levantamentos tratam de saber quais pessoas teriam um conteúdo histórico potencialmente representativo para, a partir de determinado recorte temático, utilizar a incerteza enquanto ferramenta de construção de suas histórias.

Para a autora, a representatividade em antropologia tem características próprias, diferente das outras ciências sociais. Dessa forma, se, em outras disciplinas, os “sujeitos” são selecionados de antemão, segundo critérios previamente definidos, em antropologia, o pesquisador “chega ao campo com algumas perguntas ou hipóteses, mas é sabido que estas devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados” (FONSECA, 1999, p.60).

É tanto que, não raramente, segundo a autora, o problema indicado pode sofrer uma transformação radical em função de preocupações que só aparecem durante a pesquisa de campo, sendo o dado particular o que abre o caminho para interpretações abrangentes. Dessa forma, diante de tantas possibilidades apresentadas, resolvi adentrar em histórias de servidores que se mostravam representativas da multiplicidade de sentidos e práticas relacionadas com as incertezas e riscos do “tempo da política” do governo do presidente Bolsonaro.

O conhecimento prévio de muitas pessoas ajudou a maturar essa noção de quem poderia prover esses relatos biográficos, porém essa percepção apenas é construída com o tempo que se passa com as pessoas, com o tempo que se passa as observando e conversando com os servidores a respeito dos posicionamentos de seus colegas, ou seja, do “Outro” diferente deles. De acordo com Becker (1994), “a história de vida, por causa da ‘própria história’ de seus atores, é uma mensagem viva e vibrante que vem de ‘lá’, que nos conta o que significa ser um tipo de pessoa que nunca encontramos face a face” (BECKER, 1994, p.111).

Nesses termos, tendo em vista tratar-se de uma metodologia de superexposi-

ção dos servidores e que muitos deles têm receio acerca da descoberta de sua identidade perante os demais colegas, suas chefias e, inclusive, perante o próprio governo Bolsonaro em si mesmo, o que aconteceu peculiarmente entre os servidores “anistiados”, a sua privacidade será preservada, alterando-se certas características de identificação das pessoas e das histórias contadas. Nessa perspectiva, nos ensinam Adams et al. (2011, p.281) que são mais relevantes a essência e o significado da história do que a recontagem precisa do detalhe.

Para ser mais exata, durante os relatos biográficos, optou-se por não revelar o ano de nascimento preciso do servidor público, mas sim um intervalo de datas, dentro da qual ele teria nascido e, dessa forma, camuflar melhor sua identidade, sem deixar de indicar seu perfil geracional ao mesmo tempo. Também é possível que o sexo, tipo físico e características das personalidades dos servidores tenham sido modificados, a fim de evitar conceder pistas acerca de suas pessoas. Na dúvida, a informação era suprimida ou adaptada e, assim, a intenção era sempre resguardá-los de constrangimentos ou de ter que dar satisfações.

Apesar desse esforço, houve casos em que cheguei a desistir de contar determinada história, pois ela era tão reveladora da identidade de uma servidora, que sua publicação seria a própria divulgação de quem se tratava. Afinal de contas, existem pessoas que são conhecidas por realizarem determinadas manifestações políticas, por certos jargões e frases frequentemente utilizadas, além de que contam certas histórias reiteradamente que, dificilmente, deixariam de ser identificadas. Portanto, nesses casos, optou-se pela não inserção do relato.

Dessa forma, a ideia era que as amizades entre mim e os servidores não fossem abaladas pelo vazamento de alguma informação que pudesse colocá-los em situação de dificuldade. Existe grande probabilidade, inclusive, com a leitura deste trabalho, que muitos deles se peguem na tentativa de identificar quem seria aquele personagem, o que poderia ser perigoso para a preservação de suas imagens e intimidade. Portanto, com a pesquisa, não se pretende arriscar qualquer tipo de constrangimento; aliás, tudo isso foi negociado previamente.

Acerca desse assunto, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2003) afirma que, em pesquisas “com” os seres humanos, diversamente da pesquisa “em” seres humanos, comumente existente na área da saúde, o sujeito da pesquisa perde a condição de cobaia – ou de objeto de intervenção – para tomar para si a função de ator ou de sujeito de interlocução. Portanto, na antropologia, que tem no trabalho de

campo o símbolo primordial de suas atividades de pesquisa, “o próprio objeto da pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003. p.3).

Para realizar o levantamento dos relatos biográficos, também se mostrou relevante que a história contada acompanhasse os assuntos dos registros oficiais, como as Portarias, as Instruções Normativas, as Medidas Provisórias e as demais legislações aplicadas ao caso, além dos materiais informativos fornecidos pelas próprias pessoas e os assuntos divulgados pela mídia ou pelos meios informais de comunicação. Abrindo parênteses para os ensinamentos de Teixeira (2014), para se etnografar instâncias estatais, torna-se fundamental considerar tais documentos, notadamente porque, no caso em questão, muitas das dúvidas que pairam no serviço público são emanadas das ordens neles inscritas.

Portanto, nas burocracias, esses registros escritos propõem novos contextos de significados do universo empírico, contribuindo para a produção de incertezas e de temporalidades entre os servidores públicos. Por meio deles, tornou-se possível fazer o levantamento de diversos elementos, entre os quais os conflitos expressos ou silenciados, seus usos inesperados e explícitos, além de suas pretensões universalistas e seus contextos particulares, de engenharia institucional e de disputas políticas subjacentes (TEIXEIRA, 2014, p.40).

A fim de praticar uma “aproximação biográfica” com os servidores públicos, pude observar a importância da forma como os acontecimentos são narrados por essas pessoas, ora enfatizando alguns eventos ora escondendo outros, sem contar que era latente o desejo do entrevistado de construir uma imagem sua, o que se reveste de uma estrutura significativa interessante ao pesquisador. Conforme já comentado, nesses momentos, as emoções eram afloradas, cambiando desde o ódio até a tristeza e a euforia, pois a narrativa de sua própria vida oferece ao entrevistado uma chance de se escutar, de refletir sobre passado e presente, erros e acertos, de projetar-se no futuro, avaliar os riscos e de ter uma identidade.

No trabalho ativo de narrar suas percepções e reações ao “tempo da política” inaugurado pelo governo Bolsonaro, os servidores podiam sentir injustiças sendo afloradas, oportunidades sendo detectadas e incertezas pairando nas suas mentes, caso em que se atribui um novo significado a fatos que, quando vividos, apresentam-se confusos e sem rumo. Entretanto, José Machado Pais (2003) alerta, de ma-

neira bastante coerente, para a denominada *ilusão* a que se submetem as pessoas ao contar os seus relatos, eventualmente encobrindo a medida complicada da sua própria existência. Ao estudar o curso da vida, o autor diz que ela permanece subordinada a métodos de linearidade, em que presente, passado e futuro estão relacionados numa cadeia sequencial, quando, na realidade, o curso da vida relaciona-se a metamorfoses, multiplicidade e reversibilidade.

Conforme salienta o autor, mesmo quando as pessoas nos contam que suas vidas são feitas de altos e baixos, existe uma tendência a suavizar tais contornos em um antes e um depois. “Embora toda vida seja composta de mudanças e descontinuidades, existe um sentido ansioso que precisa compreender a continuidade desta descontinuidade real” (PAIS, 2003, p.120). Para ele, esse fato ocorre por meio de instrumentos de ilusão de um “todo” que reduz o tempo a um “espaço euclidiano”, ou seja, um “espaço plano”. Por essa razão, a entrevista semiestruturada foi tomada como uma das técnicas de pesquisa, permitindo que os entrevistados também se insurgessem com suas colocações.

Por fim, ainda gostaria de comentar que, a despeito de minha convivência informal e espontânea com aqueles servidores, considerando minha “natividade” naquele espaço, o processo de observação participante precisou ser iniciado em algum ponto. Esse ponto tratou-se de voltar minhas sensibilidades auditivas e de olhar para o sujeito da pesquisa de um modo diferente. Segundo Malinowski (1884-194), um trabalho etnográfico apenas possui valor científico inquestionável se nos permitir distinguir com clareza, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso e intuição psicológica (MALINOWSKI, 1978, p.18). Portanto, com esta pesquisa, o estudo da incerteza nesse “tempo da política” do governo Bolsonaro surge enquanto categoria a ser investigada apenas em meio a tantas outras incertezas inerentes ao campo.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

O modo como devem ser segmentados os dados coletados durante a pesquisa de campo, em termos de análise, trata-se de temática complexa, considerando que os dados etnográficos potencialmente disponíveis, conforme ressalta Edmund Leach (1989, p.11), “são virtualmente ilimitados, em termos ou de extensão ou de di-

versidade”, o que conduz ao problema do que seja realmente relevante ou irrelevante para a pesquisa. Sob ótica similar, o antropólogo assevera que, na etnografia, “há sempre um número infinito de elementos concretos possíveis que o antropólogo entusiasta poderia registrar no seu caderno”.

Porém, ressalva que uma acumulação indiscriminada de semelhantes dados acaba também por não dizer muito. Nessa perspectiva, Edwin Reesink (2020, p.259) toca em um ponto fundante ao tratar da impermanência da realidade, no que concerne à pessoa e ao coletivo e à relação entre ambos, além da limitação cognitiva simplificadora e necessária dos seres humanos, captando “a fluência contínua da realidade em conceitos descontínuos e, sempre, em última instância, arbitrária; a inconstância do mundo em todas as suas facetas”.

Com essas considerações, não que esta pesquisa tenha buscado indiscriminadamente qualquer ordenamento sistemático para conectar os dados levantados, mesmo porque os fenômenos estão em constante mutação, dentro de uma lógica processual, mas propomos uma sistematização necessária para a compreensão do fenômeno, a despeito de serem tantas outras as possibilidades existentes de sua estruturação.

Nessa perspectiva, partimos da premissa de que há a intenção de se estudar a categoria de incerteza e sua relação com as temporalidades. O sujeito a ser estudado, para tanto, trata-se dos servidores públicos do antigo Ministério da Fazenda, hoje integrantes do Ministério da Economia. Essas pessoas foram escolhidas, dentro de um grande universo de servidores disponíveis não por acaso, pois, de acordo com Bourdieu, os membros de uma mesma classe – ou seja, do mesmo Ministério – têm maiores chances do que qualquer membro de uma outra classe de ter se deparado com as situações mais frequentes para os membros dessa classe (BOURDIEU, 1983, [1972], p.27), malgrado nem todos os membros da mesma classe possuam as mesmas experiências e na mesma ordem.

Assim sendo, a pasta da Economia torna-se simbólica para esta pesquisa, na medida em que, ao estudarmos a incerteza em um momento da política nacional em que o ministro Paulo Guedes pretende realizar agendas (neo) liberais, entre as quais estão aquelas voltadas para o serviço público, a escolha do referido Ministério produz um impacto diferenciado se, ao contrário, elegêssemos outros órgãos como espaços sociais de estudo, a exemplo do Ministério da Saúde, da Educação ou da Agricultura.

Ainda assim, mesmo dentro do antigo Ministério da Fazenda, as pessoas percebem e reagem de modos diferentes às perspectivas quanto ao governo Bolsonaro e ao tempo em que ele se apresenta. A consciência de cada indivíduo, conforme será analisado nos relatos biográficos registrados, mostra-se fundante para relacionar sua maneira de ver o trabalho, o serviço público e sua própria posição no mundo com as incertezas lançadas sobre suas mentes.

Nesse contexto, Ortner (2007, p.376) diria que o sujeito deve ser encarado como existencialmente complexo, um ser que sente, pensa e reflete, e que busca significado. Dessarte, no que concerne às repartições públicas dos três órgãos mencionados, parte-se da premissa de que diferentes graus de conhecimento dos servidores e de familiaridade com a situação (a entrada de um novo presidente capaz de impulsionar o destino da administração pública) podem se relacionar com diferentes escalas e intensidades de incertezas (HÄNSCH ET AL., 2017, p.8). Por essa razão, optou-se por dividir a tese em quatro capítulos, sendo os dois últimos capítulos compostos por relatos biográficos de pessoas que se apresentam com diversos modos de enxergar o governo do presidente Jair Bolsonaro e a interferência dele em seu futuro.

O primeiro capítulo refere-se à “Introdução” do trabalho e ressaltou, justamente, uma linha mais contextualizadora da pesquisa. Em outras palavras, buscou apresentar os sujeitos a serem pesquisados – os servidores públicos do antigo Ministério da Fazenda em Recife, Pernambuco, durante parte do governo Bolsonaro, a partir da categoria de incerteza e sua estreita relação com as noções de temporalidades. Nessa toada, dentro do referido Ministério, foram eleitos três órgãos onde seriam realizadas as pesquisas de campo e as entrevistas, quais sejam, a Procuradoria da Fazenda, a SRA/PE (antiga SAMF/PE) e a extinta ESAF/PE, já tendo sido explicadas as razões pelas quais eles terem sido escolhidos.

Questões relacionadas com a metodologia escolhida, ou seja, os relatos biográficos, também foram suscitadas, como uma forma de melhor adentrar nas histórias dos servidores e, a partir delas, permitir ao leitor conhecer grandes questões por meio de suas peculiares e profundas histórias. Ademais, tratou-se um pouco de como se deu a pesquisa de campo, notadamente quanto aos empecilhos costumeiros de se estudar a burocracia, quando esta se mostra quase sempre apática ou, por que não dizer, também impenetrável, a partir do momento em que o Estado nem sempre se mostra receptivo a pesquisadores adentrando os recintos públicos para

observar o dia a dia de trabalho dos servidores.

Essa questão, conforme exposto, foi minimizada, se não eliminada, pela condição de “nativa” da pesquisadora, muito embora ainda remanescesse o desafio de pesquisar na burocracia quando esta parece até mesmo dificultar a visualização do fenômeno pretendido. Nesse sentido, discutiu-se os obstáculos de se reconhecer o excepcional ou o diferente em meio a um ambiente que favorece quase que um fluxo contínuo e invisível de passagem do tempo, demonstrando-se, portanto, as estratégias que devem ser implementadas com vistas à obtenção dos dados com relevância científica.

Por sua vez, o capítulo II, denominado “Incertezas e o seu campo semântico”, trata dos conceitos chaves necessários à compreensão dos relatos biográficos que se seguirão. Assim, esse momento da tese esclarece as diferenças entre terminologias relacionadas, como a incerteza, o risco e o perigo, além de refletir acerca do (neo) liberalismo e a “governamentalidade”, aspectos tão relevantes para a análise antropológica do presente estudo.

Na sequência, o impacto do acesso ao conhecimento ou da falta dele, enquanto propulsor ou intimidador das reações dos servidores nas suas relações de trabalho, também será discutido neste capítulo. Será, ainda, tratada a noção de estabilidade, enquanto “categoria nativa” entre os servidores públicos. Por fim, o referido capítulo desenvolverá ideias relacionadas com temporalidades e de “tempo da política”, estas notadamente relacionadas com o presidente Bolsonaro.

Já no capítulo III, intitulado “Ruptura e descontinuidades: tempos turbulentos?”, serão apresentadas experiências de servidores públicos que se mostram avessos, em menor ou maior grau, às incertezas decorrentes do “tempo da política” instaurado pelo governo Bolsonaro. Em um primeiro momento, relatos biográficos de servidores “anistiados” serão apresentados. A partir dessa condição, eles rememoram a época de sua demissão, durante o governo Collor, e falam sobre como tal experiência passada pode repercutir em seu presente e futuro.

Ato contínuo, será trabalhada a noção de desmoronamento da visão de um Estado mais protetivo para o servidor público, devido a inestimáveis perdas enfrentadas por eles, como aquelas referentes aos cortes de gastos, conduzindo à extinção da instituição ESAF/PE e à retirada de gratificações financeiras. Por fim, os últimos relatos biográficos demonstram de que maneira os servidores sentem-se vulneráveis diante de um governo em que a religião se faz onipresente, porquanto defendem a

dissociação desses dois elementos para uma melhor forma de governar de um presidente da República.

O capítulo IV, denominado “Esperança e busca de oportunidades”, contemplará os relatos biográficos de servidores que não percebem o governo Bolsonaro como necessariamente negativo, manifestando seu apreço pela gestão do governante em diversos momentos no dia a dia de trabalho na repartição. Primeiramente, será apresentada a descrição de um futuro libertador vislumbrado por uma servidora “anistiada”, dado o rompimento com o período dos governos petistas, embora esse novo “tempo da política” ainda siga aprisionando-a ao passado.

Posteriormente, um dos servidores “do quadro” opinará acerca das possibilidades reais de mudança na administração pública em prol da eficiência e de uma melhor prestação de serviço ao público, o que, para ele, trata-se de um fato incerto, haja vista a “força que a máquina pública tem”, lançando esforços para neutralizar quaisquer esforços neste sentido por parte do governo e do Ministro Paulo Guedes. Por essa razão, não visualiza grandes possibilidades de incorporação desse pensamento entre os servidores na sua prática de trabalho e que, diga-se de passagem, não são tão novidades assim, porquanto governos passados já tentaram implementar iniciativas similares igualmente sem tanto êxito.

Por fim, nem com diferentes estratégias e articulações por ele adotadas no ambiente de trabalho parece que um dos servidores “do quadro” conseguirá ascender profissionalmente pela meritocracia dentro do serviço público, uma das bandeiras do (neo) liberalismo tão arguida especialmente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Isso ocorre em função dos labirintos do curso da vida relacionados com a ignorância da burocracia e da falta de capilaridade local das normas de gestão pensadas pelo governo federal lá em Brasília, tornando o futuro desse servidor incerto, o que acaba por conduzi-lo a pensar em novas alternativas.

2 INCERTEZAS E O SEU CAMPO SEMÂNTICO

Da mesma forma como ocorre com a Antropologia, diversas outras ciências se debruçam sobre as descrições de situações de insegurança e os modos de lidar com elas. Nesse sentido, perigo, desastre, risco, ameaça, azar e possibilidades são apenas algumas das terminologias que, de acordo com Hänsch et al. (2017, p.6), estão distantes de serem padronizadas e aceitas entre as diversas fronteiras disciplinares. E é por essa razão que tentaremos, neste capítulo, clarear essas perspectivas conceituais de modo a colaborar para o entendimento do fenômeno aqui estudado.

Ainda assim, em comum, todas essas terminologias demandam “certo nível de conhecimento sobre fontes, acessibilidade de fatos, quantificação e calculabilidade, enquanto a incerteza é marcada pela falta de conhecimento”. Diria a antropóloga Susan Whyte (2009, p.213) que a incerteza é desigualmente distribuída, assim como os meios para lidar com ela, referindo-se à falta de “absoluto” conhecimento, ou seja, uma inabilidade para prever o resultado de eventos ou de estabelecer fatos sobre um fenômeno e conexões com garantia.

Esta pesquisa considera não apenas a categoria de incerteza no sentido de “completa aleatoriedade”, mas também aquilo que inclui seu campo semântico, sendo tais elementos orbitantes também imprescindíveis para a compreensão das percepções e reações dos servidores públicos federais quanto ao seu passado, presente e futuro na administração pública, em função da “governamentalidade” da atual gestão do presidente Bolsonaro. Nesse sentido, não há como tentar compreender as incertezas nesses “tempos da política” sem entender como a burocracia colabora para sua construção. Ela não costuma ser uma palavra-chave nos estudos antropológicos, mas, certamente, deve ser pensada como elemento ativo na produção das incertezas.

Isso porque, para Hoag (2011), as burocracias podem ser irônicas na sua prática diária, afinal, apesar de sua representação de racionalidade e eficiência, muitas vezes ela representa o oposto. Enquanto propulsores dessa máquina burocrática, diz-se que os servidores trabalham com vagareza e atrasos, papeladas desnecessárias, protocolos complicados. Isso não só para quem está de fora, pois, para os próprios servidores, as burocracias podem parecer ilógicas. Conforme coloca o autor, “eles [os servidores] se tornam porteiros com controle sobre o fluxo de infor-

mação e recursos” (HOAG, 2011, pp.81-82) e as regras que os guiam podem sobrecarregar os objetivos que deveriam ser para servir. “Os burocratas nestas instituições incorporam o espírito do imprevisível e da criatura liminar”.

As burocracias ainda podem ser perigosas, como se pode extrair das reflexões de Hannah Arendt (1906-1975) acerca do julgamento de Eichmann, um funcionário público de baixo escalão que ajudava no planejamento, deportações e transportes dos judeus e, a despeito de pessoalmente não ter matado ninguém, teria sido um dos atores do planejamento da “solução final”, ato de eliminação daquele povo no território alemão. Para a autora, ele não era ideologicamente nazista, tendo inclusive amigos judeus, e suas práticas foram meramente enquanto servidor público, fazendo o serviço que lhe era pedido. Portanto, a burocracia teria esse condão de desumanizar os servidores, transformando-os em meras engrenagens. Até mesmo a palavra burocracia é curiosa, pois significa governo de ninguém (ARENDT, 2014, p.312).

Nessa perspectiva, uma série de questões sobre a natureza do poder e da violência estrutural são colocadas por Graeber (1961-2020) ao refletir sobre a experiência da incompetência burocrática, confusão e sua habilidade de fazer com que pessoas inteligentes ajam de modo imbecil. As burocracias, portanto, seriam espaços em que o trabalho interpretativo não existe, por isso o autor defende não ser estranho que não se aprecie falar sobre elas: afinal, elas “repelem a imaginação”. Contudo, se elas forem completamente ignoradas, existe o risco de as pessoas se tornarem cúmplices da violência que as cria (GRAEBER, 2012, p.123).

Nesta pesquisa, a previsível rotina processual burocrática cede espaço, portanto, para o drama social, o que é confirmado por determinados comportamentos proativos e reativos atípicos entre os servidores públicos. Não se deve esperar, obviamente, que eles vão para uma guerra, literalmente, ou que se jogarão ao mar aberto. A estrutura ainda os aprisiona, e eles só podem agir de uma forma mais limitada. Ao mesmo tempo, é só por conta dessa estrutura que eles encontram meios e razões para agir, dado que o serviço público é o seu trabalho – é seu modo de estar no mundo. Entretanto, a burocracia não comporta apenas lados “negativos”. De certa forma, ela confere segurança aos servidores públicos.

Quando pensou sobre as vantagens técnicas de um modelo de administração burocrática, então denominada racional-legal, Max Weber (1864-1920), no século 19, desejou empreender um paradigma emergente com o processo de industrializa-

ção, e da introdução dos regimes democráticos, quando o Estado passa a ter que se capacitar para induzir ao crescimento econômico, aumentar a infraestrutura do país e prestar serviços públicos à população.

Para o autor, a burocracia se caracteriza pela “precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, descrição, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e de pessoal” (WEBER, 2004, p.124). Independentemente das disfunções do modelo, apontadas por Robert Merton (1978, p.275), o qual afirmava que a obediência às regras, originalmente concebidas como um meio, transformavam-se em um fim, a burocracia era e continua sendo, na verdade, a realidade de praticamente todos os servidores.

Dessa forma, eles acabam se tornando espécies de prisioneiros do serviço público, com este se tornando, muito provavelmente, o próprio resto de suas vidas. Trata-se, assim, de um espaço social em que as opções para confrontar as situações de incerteza são limitadas e a maneira com que o governo realiza sua gestão pode frear ainda mais essa capacidade de agência dos servidores públicos, embora, ainda assim, eles permaneçam capazes de agir e viver nesse contexto, e “livres” para tomar suas atitudes.

No caso dos servidores “anistiados”, estes se revestem de duas armas bastante poderosas, a despeito de serem celetistas e isso significar não possuírem a estabilidade do cargo, que é característica dos estatutários. Em primeiro lugar, o Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário 589.998, com repercussão geral, de relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, entendendo que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) teria o dever jurídico de *motivar*, em ato formal, a demissão de seus empregados, com fundamento no princípio da impessoalidade, protegendo o empregado público de arbitrariedades.

Já quanto ao *princípio da motivação*, o art. 2º, VII, da Lei 9.784/1999, define que, nos processos administrativos, serão observados, entre outros, a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinam qualquer decisão. A própria LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), em seu parágrafo único do art. 20, dispõe que a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas existentes passíveis de serem eleitas.

Assim sendo, além da necessidade de motivação das demissões de empre-

gados públicos (servidores em sentido amplo), ou seja, de “justificativa” para dispensá-los, os “anistiados” possuem, em segundo lugar, o resguardo de uma legislação própria: a Lei 8.878 de 11 de maio de 1994. Por conta dessa denominada “Lei da Anistia”, a maior parte dos “anistiados” não acredita, de fato, que alguma desventura lhes possa ser causada, pois ela conferiria uma proteção adicional aos referidos servidores, por ser uma legislação para além da necessidade de motivar qualquer demissão de empregados, “garantindo-lhes” seu emprego.

Contudo, ao mesmo tempo que “creem” nisso, eles têm receio das medidas que o governo Bolsonaro possa tomar, como aquelas referentes a demissões e terceirizações no serviço público, apontando a contraditoriedade característica dos seres humanos. É por essa razão que emerge o medo do instituto da *disponibilidade*, ou seja, de o servidor “ficar em disponibilidade”, o que faz surgir a ideia de fragilidade. A “disponibilidade” ocorre quando o servidor “fica sem órgão”. E ele se vulnerabiliza em uma eventual ação de enxugamento da máquina pelo governo, por ele não estar amparado em nenhuma estrutura burocrática (nenhum órgão público, em suma).

Isso pode ocorrer, por exemplo, quando um servidor público é “devolvido à empresa de origem”, como seria o caso do SERPRO ou da CHESF, e fica no aguardo de uma nova lotação onde possa entrar em exercício. Certa vez, um servidor “anistiado” da RFFSA, afastado do órgão onde trabalhara, por receber o auxílio do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) por invalidez, tentou retornar ao serviço público quando teve seu benefício cessado. Ele se encontrava, neste contexto, em disponibilidade, com a dificuldade adicional de que sua empresa de origem encontra-se extinta.

O órgão onde ele outrora havia trabalhado – um dos três aqui em estudo – fez a proposta de que ele ficasse três meses a título de teste ou de experiência para avaliarem seu trabalho e sua adaptabilidade. Então, se não correspondesse às expectativas da gestão, seria devolvido ao Ministério da Infraestrutura. “Mas tá tudo bem. Já se passaram seis meses, então eu não tenho risco de sair, né? A não ser pelo governo, né?”, perguntou ele, com medo de ficar em disponibilidade.

Sabidamente buscando se articular com a chefia, ele foi alocado em um “ponto estratégico”, ou seja, em um setor onde não faltava “serviço” e, portanto, seria mais difícil a administração desejar dispor de seu trabalho. Já certa vez, após obter, depois de muita luta, a liberação do órgão onde trabalhava com fins de ir atuar em ou-

tro órgão por ela almejado, uma servidora “anistiada” da RFFSA teve sua recepção negada por conta de burocracias. Esse novo órgão teria alegado que o lugar não estava mais precisando de pessoal, embora não houvessem lhe comunicado tal fato a tempo. O resultado é que ela “ficou em casa” quase um ano, sem trabalhar – e ela não queria voltar a seu órgão anterior.

A despeito de ter permanecido ganhando normalmente sua remuneração, engana-se quem pensa que a servidora achou bom. Desgastou-se por ter que ficar em casa, sem órgão, dado que sempre gostou de trabalhar. Sentiu-se inutilizada, além do medo de ser demitida, pois, se ela podia ficar em casa sem trabalhar, é por que a sua força de trabalho era dispensável. Sem contar que, de acordo com sua personalidade, o fato de ser uma pessoa nervosa, que entrava em pânico com facilidade e bastante medrosa complicava ainda mais seu quadro.

Nesse ensejo, pode-se dizer que a casa da servidora deixou de ser um lugar para se tornar um não-lugar: sem colegas de trabalho, sem o dia a dia da repartição e, enfim, sem trabalho, e sem o *animus* afetivo de permanecer ali. Essas inseguranças enfrentadas por aqueles que são colocados – ou se colocam – em situações de não lugares encontra guarida nos estudos de Marc Augé (1992). Segundo seus ensinamentos, os não-lugares referem-se a “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico (...) não são lugares de memória”, referindo-se a um “um mundo prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero” (AUGÉ, 1992, p.73). Portanto, a servidora não ficaria nem lá, nem cá, enquanto aguardava o órgão de destino recebê-la – até que finalmente isso veio a ocorrer.

O risco também pode ser avaliado diante da publicação dos mais diversos atos normativos por parte do governo e, quanto ao conteúdo dessas portarias e decretos, os servidores públicos podem adotar diversas estratégias em resposta, entre as quais estão as posturas de adaptação, agir com indiferença ou com rebeldia. Dessa maneira, diante da publicação da Portaria 424, de 21 de agosto de 2019, dispondo sobre medidas de racionalização de gastos e redução de despesas para o exercício daquele ano no âmbito do Ministério da Economia, autarquias e fundações vinculadas, as reações dos servidores foram diversas. Uma das imposições, por exemplo, era não ligar os computadores antes do horário nem permanecer no expediente além do horário permitido para economizar energia.

Nada obstante, alguns dos servidores que chegavam cedo para poderem lar-

gar mais cedo continuaram procedendo da mesma forma, pois não deixariam de largar no horário mais conveniente para eles, e evitar engarrafamentos ou aproveitar uma alguma carona por conta de “Bolsonaro” ou de “Paulo Guedes”. Portanto, eles reagiam ignorando ou desafiando a norma. As pessoas com esse perfil tinham como hábito exteriorizar suas atitudes de rebeldia para outros colegas servidores de sua confiança, a fim de se sentirem realmente burlando a norma, ou seja, “combatendo o governo”, mas também estavam em busca da legitimação de uma coletividade por conta de seu comportamento transgressor, pois a anuência dos colegas lhes conferia alguma segurança por não seguirem a norma.

Por outro lado, era possível encontrar servidores que, em respeito ao art. 6º do referido normativo, mesmo chegando cedo, apenas ligavam os computadores às 8 horas. Nesse sentido, o horário máximo que poderiam ficar com tudo ligado, inclusive as luzes, era até as 18 horas e tais regramentos deveriam durar do período de 26 de agosto a 31 de dezembro de 2019, a princípio. O governo, então, mostrava-se, no âmbito interno da administração pública, enquanto criador de novas obrigações, da manutenção de direitos ou da redução deles.

Contudo, diferentemente do setor privado, em que, ao menos em tese, os empregados podem mudar de emprego caso não estejam satisfeitos, ou negociar com sua chefia por melhores condições, os servidores se encontram mais amarrados ao ambiente institucional que lhes é imposto. Sendo regidos por estatuto próprio, ou seja, a Lei 8.112/1990, os servidores “do quadro” não se arriscariam a mudar para um emprego no setor privado apenas porque tiveram problemas com a chefia, uma inimizade, uma insatisfação com a atividade desempenhada ou um inconformismo com as decisões governamentais, afinal, a estabilidade parecia lhes conferir o sentido de permanência, acomodação ou de vantagem.

Assim, os servidores da “velha guarda”, ainda que se arriscassem, dificilmente seriam recepcionados pela iniciativa privada por conta de sua idade, sem contar que muitos deles não tiveram outra experiência de trabalho em suas vidas, a não ser as atividades relacionadas com a burocracia da administração pública. No entanto, de modo peculiar, não é raro que os servidores “mais jovens” permaneçam estudando para concursos e deixem seus cargos atuais mediante novas aprovações e respectivas nomeações. Embora isso seja possível, tal objetivo pode levar até mesmo anos, considerando a concorrência dos certames.

Nessa perspectiva, de acordo com Akama et al. (2018, p.55), a incerteza

pode permitir que futuros alternativos possam ser imaginados, gerados e produzidos. Assim sendo, voltando ao passado, um dos “anistiados” do SERPRO comentou que, após o ciclo de quase um ano trabalhando na empresa pública, ele foi demitido logo em 1990, durante o governo de Fernando Collor. Após isso, colocou um comércio de frios e laticínios, que não teria dado certo; ainda trabalharia no setor comercial de uma empresa de informática, por mais de 10 anos.

Na sequência, passaria mais um ano em uma fundação, até que começaria a trabalhar com economia solidária, época de que tem boas lembranças, em especial. Tratava-se de um Programa do governo Lula, segundo ele, baseado na solidariedade e não em competição. Segundo esse servidor público, “a gente orientava as pessoas a abrirem pequenos negócios... Tinha um Fórum Brasileiro de Economia Solidária e eu viajei várias vezes pra Brasília. Eu gostei muito”. Atualmente, ele revela não ter medo de ser dispensado novamente, pois Lula “deu um nó muito bem-dado”, referindo-se ao embasamento dos aspectos jurídicos em que o retorno ocorreu. No futuro, o servidor ainda cogita trabalhar na empresa de informática dos sobrinhos, ao se aposentar.

Diante do exposto, segundo Vigh (2010, p.159), para se mover em direção aonde se deseja ir, algumas vezes desvios são tomados; em outras situações, abstém-se de agir; ademais, pode-se engajar em atos aparentemente ilógicos, traçados a partir da antecipação do que está por vir. Destarte, a perda da noção de certezas, conhecimento ou rotinas não necessariamente resulta em apatia ou em passividade, conforme salientam Hänsch et al. (2017, p.8). No caso dos servidores, ao contrário, eles podem atuar no sentido de produzir e adquirir conhecimento para que seu futuro torne-se mais previsível e com significado, muito embora a obtenção desse conhecimento possa causar-lhes mais incertezas.

Diferentemente da incerteza, que envolve uma forma de indeterminação não calculável, como foi o caso da Pandemia da Covid-19, já o risco e a insegurança permitem uma maior certeza sobre como lidar com as circunstâncias e os efeitos causados por elas. De acordo com Hänsch et al. (2017, p.6), se “uma potencialidade é calculável, uma situação pode se tornar um risco”. Assim, a noção de risco, por exemplo, pode ser percebida no comportamento de indignação de uma servidora “anistiada” com a tendência da terceirização no serviço público.

Em sua opinião, “Bolsonaro está enfraquecendo o trabalhador, que quase já não tem direitos”. Ela ainda apostou na “entrega das estatais”, realizada por um “ho-

mem desajuizado, que fala e não mede as coisas”. Todas essas suas sugestões baseiam-se em elementos passados a que teve acesso e, portanto, permitem-na tomar conclusões a respeito do tema. Atribuindo a *performance* do atual governo como de “alto risco” para o servidor público, ela o comparou com Collor, sendo que, ao menos, “Collor ainda escondia, mas Bolsonaro mostra mesmo que não gosta do pobre, do Nordeste, e aí quando ele vê uma repercussão negativa, ele volta atrás”, referindo-se ao que denominou “extrema direita” política do país.

Nessa perspectiva, para Lupton (1999, p.5), ao longo dos séculos, a palavra *risco* tem se modificado e seu uso se tornado mais comum, aplicando-se em diversas situações. Muitos conectam a emergência da palavra e o conceito de *risco* com as primeiras aventuras marítimas no período pré-moderno, relacionando-se aos períodos em que uma viagem poderia estar comprometida. Continuará a autora que as mudanças de significado do termo *risco* associam-se com a emergência da modernidade, o mundo industrializado, o capitalismo incorporado, as instituições de sobrevivência e o armamento nuclear.

Em termos de transição social, Lupton (1999, pp.10-11) ressalta a existência de uma fixação contemporânea com o *risco*, alicerçando-se na “desconstrução da transição”, a partir do fim da Guerra Fria, da disseminação das tecnologias de comunicação e das mudanças nos relacionamentos familiares e nos locais de trabalho forjados no movimento feminista, do declínio econômico e do crescimento do secularismo. Conceitualiza-se o *risco* como resultado de uma rápida mudança tecnológica e social que tem suas raízes na moderna sociedade industrial.

Já no que se denomina de “modernidade tardia”, o antropólogo Ulrich Beck (1994) defende que a produção social da riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos e, por essa razão, o processo de modernização torna-se “reflexivo”, convertendo-se a si mesmo em tema e problema. No que diz respeito à comoção que produzem, os *riscos* já não estão vinculados ao lugar em que foram gerados, como a fábrica, mas eles ameaçam a vida no planeta, sob diversas formas. Portanto, os *riscos* da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que os produziram ou lucraram com eles (BECK, 1994, p.26). Referindo-se a uma condição humana do início do século 21, os *riscos* trabalhados pelo autor impactam os aspectos da sociedade que estavam ocupados em debater e gerenciar os riscos que ela própria produziu.

Por sua vez, em uma série de entrevistas, Tulloch e Lupton (2002) desenvol-

veram a noção de *indivíduo reflexivo*, a partir de relatos de pessoas acerca dos riscos que mais as ameaçavam. Transgressões de barreiras definidoras de segurança e proteção, sendo elas literais ou metafóricas; enfrentamentos de vontades familiares, como beber, fumar ou até andar de cavalo; e emigração para outro país e assumir a homossexualidade, em busca de justiça social, são alguns dos apontamentos de riscos pessoais (LUPTON; TULLOCH, 2002, p.117).

Entretanto, a noção também impulsiona o movimento e a progressão. A partir da confrontação das experiências de medo, nervosismo e desconforto, muitas vezes as pessoas precisam lidar com riscos voluntários, mas também involuntários. Observam Lupton e Tulloch (2002, p.122) que a tomada de risco reveste-se de oportunidade para os indivíduos mostrarem coragem, controlar o medo e provar algo para si mesmos, permitindo-os viver com um senso de agência pessoal. É interessante apontar, ainda, para a noção de *acaso*, trabalhada pelo antropólogo Paulo Granjo (2011, p.83), que afirma que ele não existe. Para o autor, os “acazos recorrentes a que chamamos coincidências” não podem existir, dado que “acontecimentos que prejudiquem ou beneficiem alguém pressupõem a existência de causas que lhe estejam subjacentes, em especial se se repetirem”.

Essas causas subjacentes, contudo, não substituem a causalidade material nem lhe são antagônicas. Considera-se, de facto, que o mundo está repleto de ameaças materiais e naturais, reguladas por causas materiais. Uma parte dessas causas será conhecida, outra não, mas nem por ser desconhecida deixará de existir (GRANJO, 2011, p.83).

Nesse contexto, determinado servidor público “do quadro” comentava não acreditar em acaso na vitória de Bolsonaro. Para ele, defensor de que o governo atual não dispunha de qualquer programa para gerir o país e suas únicas propostas eram o “Estado mínimo” e a “liberação de armas”, a proposta (neo) liberal defendida por Paulo Guedes é que teria atingido um público específico: o mercado. O mesmo teria ocorrido na época da eleição de Fernando Collor, quando “o mercado o colocou lá”. Ao mesmo tempo, opinou o servidor que “o mesmo mercado que colocou Fernando Collor no poder também tirou, diante daquela crise altíssima do Plano Cruzado”, frisou, salientando que quem compra as bancadas são os mercados, como a bancada evangélica. Por derradeiro, ainda asseverou que, sem o mercado, nenhum partido pode se sustentar na atualidade.

Por sua vez, as noções de *desordem* ou de *perigo* remetem à existência da

subversão de uma ordem dentro de um sistema. Segundo Mary Douglas (1992, p.30), que se debruçou profundamente sobre o tema, os sujeitos reordenam positivamente os espaços que os rodeiam, transformando tais espaços em conformidade a uma ideia, o que confere unidade à sua experiência. Nesse sentido, enquanto sujeitos organizacionais, os servidores públicos arquitetam seu universo “estável”, o que para eles possui uma forma reconhecível e uma permanência clara e bastante bem definida.

De acordo com a antropóloga, ao perceber o mundo, o ser humano o constrói e, então, aceita algumas indicações e rejeita outras. Considerando essa premissa, por um lado, haverá servidores públicos que conservarão o projeto de estabilidade e suas implicações práticas tão rigorosamente, que qualquer possibilidade de fragmentação implicará indicações ambíguas, rejeitando tais discordâncias, sendo difícil para eles modificar a estrutura de suas suposições e alojar novas experiências (DOUGLAS, 1991, p.31).

Como uma das consequências das incertezas e dos riscos percebidos pelos servidores, Hage (2009) nos insta a abordar o conceito de *estagnação* agenciada pelos servidores públicos, em relação ao governo Bolsonaro. Para a autora (2009, p.97), mais do que ser “percebida como algo de que alguém precisa se livrar a qualquer custo, também se pode experienciar, de modo ambivalente, a estagnação como um estado patológico inevitável que deve ser suportado”. Uma vez que Bolsonaro já estava eleito, nada mais se podendo fazer a respeito, essa noção de estagnação parece ser bem aplicada.

Afinal de contas, ele apenas deixaria de ter autoridade sobre os servidores públicos e sobre a população de eleitores a ele contrária se ele não se reelegesse, oportunidade essa que se vislumbra, talvez, pela elegibilidade do ex-presidente Lula, após nova decisão do Supremo Tribunal Federal, tornando o julgamento do então juiz e, posteriormente, Ministro da Segurança e da Justiça, Sérgio Moro, parcial. Nessa perspectiva, ainda parece interessante pensar que muitas pessoas esquecem, mas, ainda que o presidente Bolsonaro sofresse um *impeachment*, seria o general Hamilton Mourão, seu vice-presidente, quem assumiria em seu lugar, da mesma forma como Michel Temer assumiu quando Dilma Rousseff caiu.

Portanto, os servidores públicos precisam lidar com as incertezas de alguma forma, com relação ao fato de o presidente Jair Bolsonaro estar no poder, dado que sua permanência ali parece ser por um *tempo certo*. Por essa razão, afirmaria Hage

(2009, p.97) que o confronto com a crise pode se dar mais pela capacidade de alguém poder se sobressair do que de clamar por uma mudança. Entre os que desaprovam a gestão do presidente, mas precisam conviver com ela, algumas práticas se mostraram presentes, durante a pesquisa de campo, as quais serão demonstradas mais adiante.

Na mesma linha de raciocínio, seguindo agora o entendimento de Hänsch et al. (2017, p.9), o estabelecimento de rotinas, regras e interpretações são importantes para que as pessoas se recomponham na vida. Para os autores, rotinas ajudam a ordenar o que é aparentemente desordenado e convertê-lo em algo familiar, conhecido e confiável. Nesse contexto, os servidores encontram na habitualidade das reclamações que fazem, diariamente, sobre as ações do governo uma forma de engajamento ou de manifestar seu protesto.

Podem fazê-lo entre seus aliados (servidores com pensamentos semelhantes), com os quais aprenderão e compartilharão conhecimento, que será prontamente aceito, com poucas ou nenhuma reprovação, mas também podem protestar contra o governo Bolsonaro em face daqueles que colaboraram para a sua vitória. Portanto, frequentemente se pode testemunhar embates acirrados entre os servidores de opostas ideologias nas repartições. Nesse “tempo da política”, os servidores têm passado por uma visível e marcante transformação da sua consciência individual, que se ajusta mental e espiritualmente à experiência.

Assim, desenvolveu Mannheim (1972, [1936], p.234) a noção de *contato fresco*, diante da capacidade que as pessoas têm de remodelar a sociedade. Dessarte, seria dizer que, onde circunstâncias históricas encontram-se propícias, um grupo desenvolve um senso de geração, e pode ser motivado a agir no mundo de uma maneira totalmente nova. Para o autor, o *contato fresco* é mais significativo no contexto de condições transformativas, como guerra, migração, recessão ou rápido desenvolvimento econômico, devendo ele ser reacionário ou conservador, embora não necessariamente progressivo.

Ademais, afirma-se que a conceitualização da incerteza e sua relação temporal com o futuro ainda é temática pouco tratada na antropologia, a despeito de a incerteza se relacionar de modo próximo à imprevisibilidade do futuro (HÄNSCH ET AL., 2017, p.4). Muito embora ela seja uma parte iminente da vida cotidiana, a incerteza se tornou um dos lugares circundantes da ordem mundial (neo) liberal, moldando a vida social e deixando traços nas experiências subjetivas.

Inúmeras foram e são as temáticas pulsantes na administração pública nesse “tempo da política” estabelecido pelo presidente Jair Bolsonaro e, como chefe da pasta, também pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Desde a Reforma da Previdência até a proposta de Reforma Administrativa, passando pelo corte de gratificações e de outros gastos, os servidores públicos têm reagido às incertezas, que se mostram peculiares pelo seu estatuto de servidores do Poder Executivo Federal do antigo Ministério da Fazenda.

2.1 “ESTADO MÍNIMO”, RISCO E GOVERNANÇA

O antropólogo Clifford Geertz (1991) registrou que o principal substantivo do moderno discurso político do Estado reúne, ao menos, três sentidos etimológicos, quais sejam: o *status*, no sentido de posto, posição, *rank*, condição; a pompa, no sentido de esplendor, aparato, dignidade, presença; e a governação, no sentido de regência, regime, soberania, comando, enfim, a arte de governar (GEERTZ, 1991, p.153). Segundo o interpretativista, seria característico de tal discurso – e de sua modernidade – que o terceiro significado e último a surgir dominaria o termo ao nível de obscurecer a compreensão da sua natureza múltipla.

Aliás, essa controvérsia que emana na humanidade sobre como governar e como fazer para ser o melhor governante sempre intrigou estudiosos como Michel Foucault (1926-1984), conhecido pelo desenvolvimento da ideia de “governamentalidade”. Nessa perspectiva, o governo do estado ou governo em sua forma política, segundo ele, relaciona-se com a maneira como se conduz a conduta dos homens, de acordo com os objetos com que ele lida, dos recursos do país, sua população e economia. Seria dizer que os servidores também estão em boa parte do tempo fazendo uma análise do governo, de suas tomadas de decisão, dos seus limites de fato e dos seus limites desejáveis (FOUCAULT, 2008, p.55).

Dentro da noção de “a arte de governar”, torna-se relevante um entendimento mais aprofundado acerca do (neo) liberalismo, movimento político e intelectual que remonta, nas palavras de Fergunson (2009, pp.170-172), à emergência das racionalidades governamentais nas ofensivas de Thatcher e Reagan durante o estado de bem-estar social do pós-guerra. Entre algumas de suas características, estão o fato de o Estado passar a subcontratar pessoal do setor privado para executar até mesmo funções essenciais; a defesa de uma doutrina macroeconômica em que se sus-

peita do Estado; a busca da desregulação; o funcionamento do Estado como um negócio e um regime de políticas e de práticas associadas com a fidelidade a essa doutrina.

Acrescenta o geógrafo David Harvey (2005, p.74) que setores antes geridos pelo Estado passam, no contexto do (neo) liberalismo, para a iniciativa privada; os sindicatos devem ser disciplinados ou destruídos; a flexibilidade torna-se o mantra dos mercados de trabalho; a seguridade social deve ser reduzida ao mínimo, em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Nesses termos, o modelo reflete uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional: esta caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2005, p.12).

Muito embora o conceito de “governamentalidade” consista em um termo foucaultiano pensado para a produção de subjetividades diversas a partir de técnicas e modos de regulação e condutas dos homens, ele se relaciona com outro conceito que merece reflexão: o de governança. De acordo com Bresser Pereira (1997, p.40), existe governança em um Estado quando seu governo possui “as condições financeiras e administrativas para transformar em realidade as decisões que toma”. O estudioso explica que um Estado em crise fiscal, com poupança pública negativa, sem recursos para realizar investimentos e manter em bom funcionamento as políticas públicas existentes, muito menos para introduzir novas políticas públicas, é um Estado imobilizado.

Insta salientar que, conforme assevera Fischer (2012), o risco e a governança se sobrepõem de três formas diversas. Primeiramente, em determinadas circunstâncias, o risco tem sido promovido como uma técnica de governança, especialmente no contexto do *New Public Management* (NPM). Em segundo lugar, a ênfase em discursos de risco sob análise permite um maior alcance de público e atores privados a se envolverem em um processo de governar. Por último, discursos sobre risco destacam a coprodução de modos de governar e de compreender os problemas de ser governado (FISCHER, 2012, p.2).

No exercício dessa teoria, pode-se pensar que a “governamentalidade” de Bolsonaro, por um lado, pauta-se sob quatro linhas de forças sociais articuladas, conforme expõe Almeida (2019, p.185). Para o autor, seriam aquelas econômica-

mente liberais, moralmente reguladoras, securitariamente punitivas e socialmente intolerantes. Com tais premissas de pensamento, uma parcela dos servidores públicos constrói seus mais diversos graus de sentido e medidas de incerteza, caso em que o conservadorismo associado ao presidente pode ser “identificado de modo excessivo e impreciso com fascistas, se na política, ou com fundamentalistas, quando na religião” (ALMEIDA, 2019, p.186).

De outro lado, essa “governamentalidade” também conduziu a conduta de outro grupo de servidores públicos, notadamente no que tange à pauta da ética na política e, especialmente, ao recordar o escândalo do Mensalão (2003-2006), cujo julgamento foi sucedido, em 2011 e 2012, por outro escândalo de corrupção na Petrobrás: o chamado “Petrolão”, ambos relacionados ao Partido dos Trabalhadores. Nesses termos, segundo Almeida (2019, p.190), os próprios meios de comunicação suscitam instabilidade ou uma crise permanente ao produzir uma audiência da política. Nesse contexto, a bandeira empregada por Bolsonaro, autointitulado “pessoa de bem”, foi criar identificação com os brasileiros honestos e trabalhadores vítimas da violência e da corrupção.

Parte desse eleitorado representa uma verdadeira “contraforça” ao que se impõe como “politicamente correto”, ou seja, são reacionários à política “esquerdista” eventualmente presente no serviço público. Assim, a escolha do presidente Bolsonaro, ainda que por conta exclusivamente do (neo) liberal Paulo Guedes na pasta do Ministério da Economia, aponta para formas mais gerais e dinâmicas de subjetividades contemporâneas, com foco no mercado global financeiro. Segundo crítica de Taylor (2013, p.51), como a “governamentalidade”, o (neo) liberalismo consiste em uma intensificação da biopolítica do século 19.

Em uma crítica a esse movimento global, Taylor (2013, p.51) ressalta que, como a vida é organizada em dados quantificáveis e em uma política econômica em que as populações são desorganizadas o suficiente para travar resistência, os Estados-nações administram suas populações para negar instituições públicas e direitos trabalhistas, a fim de alimentar mais capitalistas ao utilizar uma linguagem baseada no medo de crise, austeridade, terrorismo, emergência e dívida, alimentando suas próprias bases de poder.

Em análise contínua, a despeito do que seria considerado “capitalismo negativo”, os servidores públicos “da direita” confiam no “progresso” da administração com o governo eleito, o que incluiria, em seu modo de ver, a redução de “burocracias”, o

aumento de produtividade, além da inserção de tecnologias facilitadoras do trabalho dos servidores públicos. Diante desse cenário, testemunhei, certa vez, quando uma servidora “do quadro” emanou uma energia revigorante, ao contar sobre o deferimento do seu pedido de aumento de jornada de trabalho.

Ela passou de 6 horas de carga horária diária para 8 horas, um pleito seu antigo, mas ainda não atendido. Tal fato teria se dado em decorrência de “seu presidente da República” ter tomado posse em 1º de janeiro de 2019. “Desde dezembro [de 2018], as coisas tão tramitando mais rápido. Acho que as pessoas estão trabalhando mais, né? Procurando serem mais eficientes. Deve ser por causa do governo. Como tá melhorando!”, exclamou. Para esse grupo de servidores, portanto, desmantelamento, transição e mudança orbitam as incertezas positivas nas quais são seus principais investidores e defensores enquanto sinônimas de oportunidades e alternativas.

Quanto à atuação do ministro Paulo Guedes no governo, mister é tratar o (neo) liberalismo enquanto ligação entre dois pontos políticos distintos: o liberalismo político proposto por John Locke (1632-1704), ainda no século 18, e sua caracterização, no Brasil, durante a atuação de Paulo Guedes enquanto auxiliar do presidente da República, o que ocorreu desde quando ele estava em campanha eleitoral em 2018. Para esse propósito, Schaefer (2018, p.99) levantou uma das entrevistas concedidas por Guedes ao *InfoMoney*⁵, em maio daquele ano:

É importante explicar porque o Jair está subindo nas pesquisas. Você sabe qual a função básica de um governo? Se você perguntar isso para um social democrata ele dirá que é saúde, educação, mas não é isso. Essa pauta é recente na história, surgiu há uns 300 anos, depois da revolução francesa. A função básica de um governo é proteger vidas e propriedades, e surgiu há 500 anos atrás, com Thomas Hobbes e depois com John Locke. É o que o Bolsonaro está dizendo (...) (*INFOMONEY*, 2018).

Nessa perspectiva, torna-se relevante explicar o que defende John Locke: para ele, o ser humano tem direitos naturais, direitos intrínsecos e inquestionáveis, sendo inerentes à própria existência humana, o que influenciou a Revolução Francesa e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, além do próprio movimento Iluminista. O autor pugna pelo direito à vida; o direito à liberdade, como as liberdades

⁵Ver InfoMoney. Disponível em:

[//www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7436031/entrevista-alckmin-e-irrelevante-e-centro-tera-que-escolher-quem-apoiara-no-2-turno-diz-paulo-guedes](http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7436031/entrevista-alckmin-e-irrelevante-e-centro-tera-que-escolher-quem-apoiara-no-2-turno-diz-paulo-guedes). Acesso em 21 de março de 2021.

de pensamento, de expressão e de religião, inspirando fortemente a Revolução Gloriosa (1689), na Inglaterra, caso em que se questionou o Absolutismo na época; e o direito à propriedade privada, não pretendendo dizer que todos devam ter uma propriedade, mas, uma vez tendo, ninguém poderia tomá-la.

Logo, estando vivo e sendo livre, a pessoa poderia adquirir suas propriedades por meio do trabalho, posto que se trata de um direito natural. Com o Estado devendo ser um mero garantidor de tais direitos, posicionava-se contra um estado interventor, caracterizando-se como um liberal. De acordo com Bobbio (1994, p.14), na referida doutrina, o Estado liberal é justificado como o resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura.

Assim, se o indivíduo obedece ao ordenamento jurídico ao qual está inserido, da mesma forma o Estado seguirá garantindo a manutenção de seus direitos naturais, como a vida e, notadamente, a propriedade privada.

(...) Enquanto o curso histórico procede de um estado inicial de servidão a estados sucessivos de conquista de espaços de liberdade por parte dos sujeitos, através de um processo de gradual liberalização, a doutrina percorre o caminho inverso, na medida em que parte da hipótese de um estado inicial de liberdade, e apenas enquanto concebe o homem como naturalmente livre é que consegue construir a sociedade política como uma sociedade com soberania limitada. Em substância, a doutrina, especialmente a doutrina dos direitos naturais, inverte o andamento do curso histórico, colocando no início como fundamento, e portanto como *prius*, aquilo que é historicamente o resultado, o *posterius* (BOBBIO, 1994, p.15).

Ainda no intuito de traçar a linha de raciocínio do liberalismo em Paulo Guedes, e, mais adiante, de que maneira uma forma de governo específica ordenada sob tais ditames impacta os servidores públicos, interpelemos o autor mencionado pelo Ministro da Economia, o qual volta seus interesses para a origem da sociedade e o início e extensão do poder político. Em “O Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, John Locke ([1689], 1963, p.89) defende que nem mesmo o sargento, que poderia dar ordem a um soldado para prostrar-se diante da boca de um canhão, onde quase com toda certeza pereceria, poderia ordenar ao mesmo soldado que lhe desse o dinheiro que tem. Tal doutrina valoriza tanto a propriedade privada que, nesse sentido:

(...) seja quem for a pessoa em cujas mãos está depositado o governo, como este só lhe foi confiado sob condição e para um fim preciso, ou seja, que todos os homens podem continuar donos de seus bens com toda segurança, o príncipe, o senado, ou seja, quem for que tenha o poder de fazer as leis para a regulamentação da propriedade entre os súditos, jamais tem o poder de tomar para si o conjunto ou qualquer parte da propriedade dos súditos sem seu próprio consentimento. Isto equivaleria a privá-los de toda propriedade (LOCKE, [1689], 1963, p.73).

Em entrevista ao Jornal *El País*⁶, em agosto de 2018, ainda nas campanhas eleitorais, Paulo Guedes minimizou a expressão “Estado Mínimo”, alegando que o Estado sempre existirá, embora supostamente defendesse a “privatização de todas as estatais” naquela época. No entanto, atacou o “Estado disfuncional”, concentrador de privilégios corporativistas e previdenciários, resultado de um modelo dirigista da ditadura militar e que “a social-democracia” não conseguiu reformar, portanto, a estrutura burocrática do Estado se manteve, inconvenientemente, da mesma forma.

(...) Se você olhar do ponto de vista de necessidade do financiamento do setor público, é enorme e disfuncional. Ele consome 45% do PIB, somando impostos mais o déficit. Mas ele gasta mais com ele mesmo e com o passado inepto dele, ou seja, os juros da dívida, os privilégios previdenciários do setor público e com a máquina pública. Gasta 6% do PIB em educação e 5% em saúde, mais que alguns países desenvolvidos, e não é o suficiente. E não conseguimos cumprir uma função básica do Estado que vem antes, que é a preservação de vidas e propriedades. Então o Brasil está dando um grito desesperado (...) E agora vamos para a coisa pública: está certo tirar um bilhão da Petrobras? As pessoas também estão dizendo que não querem essa roubalheira. Enquanto isso, a social-democracia está preocupada com outras coisas, como a legalização da maconha. Fernando Henrique tem falado mais sobre isso do que sobre segurança (...) Se a gente quiser fazer saneamento e segurança, temos que privatizar algumas empresas. (INFOMONEY, 2017).

Ato contínuo, nos Estados Unidos, na Inglaterra e também no Chile surgem, ao final dos anos 80, organizações permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas atuantes para informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública, como é o caso, no Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo Rocha (2015, p.262), elas são denominadas *think tanks*, e uma dessas organizações trata-se do Instituto Millenium⁷ (IMIL), fundada em 2005 por, entre outros, o atual Ministro da Economia, Paulo Guedes. Na página do IMIL, pode-se encontrar

⁶Ver El País. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/23/politica/1534995588_943964.html. Acesso em 21 de março de 2021.

⁷Ver <https://www.institutomillennium.org.br/>. Acesso em 10 de abril de 2021.

um resumo sobre a instituição: “Somos referência nas ideias modernas, nas redes sociais e no combate às *fake news*. Inovando sempre na comunicação sobre economia de mercado, democracia, debate de políticas públicas e liberdade individual”. Na sua linha editorial, entre outros pontos, afirma o texto colacionado à página do Instituto que:

Os artigos enviados devem estar alinhados aos valores defendidos pelo Instituto: Estado de Direito, liberdades individuais, responsabilidade individual, meritocracia, propriedade privada, democracia representativa, transparência, eficiência e igualdade perante a lei (INSTITUTO MILLENIUM, 2021).

Pelo exposto, depreende-se que a aliança entre Paulo Guedes e Jair Bolsonaro parecia mesmo improvável. Enquanto o atual presidente reflete a figura de um saudoso da ditadura militar e apoiador do intervencionismo estatal, que chegou a induzir à demissão do presidente do Banco do Brasil, André Brandão, indicado pelo seu próprio Ministro da Economia, por ele instituir, em 2021, uma política de Programa de Demissões Voluntárias (PDVs) dentro da instituição financeira; aquele é fruto da academia da Universidade de Chicago, berço dos *Chicago Boys*, economistas que, na segunda metade do século 20, influenciaram as reformas liberais de países tais quais Estados Unidos, Inglaterra e o Chile.

Apesar de Paulo Guedes não ser alguém que se debruce, realmente, sobre a academia, as suas entrevistas e aparições na esfera pública influenciam o comportamento (SCHAEFER, 2018, p.108) dos servidores públicos a partir de seus posicionamentos e promessas no que concerne à atuação do governo no serviço público. Obviamente, conforme alertou Marx (1852, pp.60-61), devemos nos ater à máxima de que existe uma diferenciação entre “as ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses”. Mesmo assim, as falas do ministro da Economia parametrizam as incertezas em face do “tempo da política” do governo Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, em fevereiro de 2020, Paulo Guedes envolveu-se em uma polêmica ao relacionar o Estado e os servidores públicos, respectivamente, a um hospedeiro e a um parasita, enquanto fazia uma palestra na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Ao defender a necessidade de uma Reforma Administrativa para solucionar a situação dos Estados que gastam mais do que arrecadam, o economista teceu críticas aos reajustes automáticos das remunerações dos servido-

res públicos. Segundo pode ser conferido pelo Portal G1⁸, o ministro da Economia disse:

(...) O governo está quebrado. Gasta 90% da receita toda com salário e é obrigado a dar aumento de salário. O funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação, tem estabilidade de emprego, tem aposentadoria generosa, tem tudo, o hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita, o dinheiro não chega no povo e ele quer aumento automático, não dá mais. A população não quer isso, 88% da população brasileira são a favor inclusive de demissão de funcionalismo público, de reforma, de tudo para valer. Nos Estados Unidos, o cara fica quatro, cinco anos sem dar um reajuste. De repente, quando ele dá um reajuste todo mundo: 'Oh, muito obrigado, prazer'. Aqui o cara é obrigado a dar, porque o dinheiro está carimbado, e ainda leva xingamento, ovo, não pode andar de avião (G1, 2021).

Já em agosto de 2019, a BBC⁹ publicou uma notícia, levantando informações acerca das prospecções de privatizações no Brasil. A reportagem informou que, naquela ocasião, o Brasil tinha 138 empresas estatais federais, segundo o Observatório das Estatais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nesse sentido, informou que Paulo Guedes teria decidido “manter a estrutura do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), montada durante o governo de Temer para coordenar as dezenas de privatizações propostas por sua equipe”, e criou a Secretaria Especial de Desestatização para dar amparo ao processo.

Além disso, a referida reportagem trouxe também dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2015, comunicando que o Brasil estaria atrás apenas da China (51.341), Hungria (370) e Índia (270), em número de empresas estatais. Apesar dos números vultosos, a reportagem frisa que, segundo especialistas, existem empresas estatais que podem ser produtivas e outras não, devendo haver análise dos casos concretos para uma tomada de decisão acertada acerca de uma potencial privatização.

Conforme demonstrado, existe uma lógica imbricada nas práticas do Ministro da Economia quanto ao que ele entende por (neo) liberalismo e de que maneira a noção de “Estado Mínimo” por ele defendida pode intervir no que os servidores podem esperar do governo. Não que seus posicionamentos sejam sinônimos de insegurança, contingência e dificuldades, pois o fato de Paulo Guedes ter se tornado ministro foi recebido com muitos aplausos por parte dos servidores. Em outras pala-

⁸Ver <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/02/07/paulo-guedes-compara-servidores-publicos-com-parasitas.ghtml>. Acesso em 10 de abril de 2021.

⁹Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49428758>. Acesso em 05 de abril de 2021.

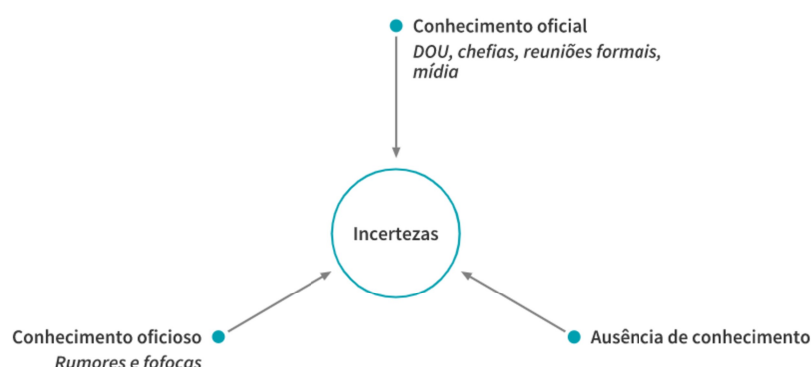
vras, de acordo com Nigel Thrift (2005, p.1), o capitalismo também pode ser divertido e as pessoas obterem coisas com ele – e não apenas mais *commodities*. Com sua vitalidade “louca”, não se limita a encher os bolsos das pessoas, portanto, assim como ele subtrai, ele também adiciona ao mundo.

Nesse contexto, a análise antropológica aparece como um modo de reconhecimento e de conhecimento de um exotismo político, ou seja, das “formas políticas outras”, de acordo com Balandier (1969, p.8). Para ele, a antropologia política consiste em “um instrumento de descobrimento e de estudo das diversas instituições e práticas que asseguram o governo dos homens, assim como os sistemas de pensamento e dos símbolos que os fundam” (BALANDIER, 1969, p.9).

2.2 OS EFEITOS DO ACESSO AO CONHECIMENTO

Os sentimentos de medo, vulnerabilidade e ansiedade dos servidores públicos, bem como de confiança e autoestima, quanto a esse “tempo da política”, refletem o acesso que eles possuem a certos tipos de conhecimento, sejam eles oficiais (informações advindas das chefias, dos veículos de comunicação, de legislações em sentido amplo e pelo Diário Oficial da União – DOU) ou oficiosos (por meio de rumores e fofocas) e, inclusive, pela própria falta de acesso ao conhecimento, despertando nos servidores públicos tanto “do quadro” como nos “anistiados” uma série de pensamentos, provocando-lhes reações diversas.

Figura 9: Fontes de acesso ao conhecimento.



Fonte: A autora (2021).

Tão logo Paulo Guedes assumiu a então pasta da Fazenda, os servidores já tiveram acesso ao conhecimento da primeira tomada de decisão que os impactaria,

tratando-se da Medida Provisória 870, de 1º de janeiro de 2019, a qual criou o Ministério da Economia. Por meio do mesmo documento, os servidores da ESAF/PE ficariam sabendo, para sua surpresa, que a antiga Escola de Administração, onde se encontravam em exercício, estava se transformando, naquele momento, em ENAP (Escola Nacional de Administração Pública).

Já por meio do Decreto 9.725, de 12 de março de 2019, o Governo Federal extinguiu os cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal. Além disso, também manifestou a intenção de instalar o ponto eletrônico, o que até o momento não ocorreu, por meio da Portaria 371 de 23 de julho de 2019. As especulações em torno do início do funcionamento desse ponto eletrônico agitaria as repartições, ao que se podia observar claramente o movimento das pessoas perguntando sobre o assunto às chefias, além de promoverem reuniões informais entre os próprios pares, reclamando que a tecnologia não gera produtividade, pois “de nada adiantava estar no trabalho e não trabalhar”.

Por conta dessas e outras novidades, é imprescindível o estudo das noções de rumores e fofocas, mormente porque eles traziam movimentação ao dia a dia nas repartições, a partir de pautas relacionadas com tomadas de decisões do presidente Jair Bolsonaro ou a outros atos normativos relacionados com o Ministério da Economia. Nesse sentido, geralmente referindo-se a fatos recentes, os rumores consistem em um padrão comunicativo, desenvolvido quando um grupo se envolve em uma situação atípica. Segundo Menezes et al. (2020, p.16), eles ocorrem quando as pessoas reúnem seus recursos intelectuais em um esforço para se (re)orientarem, reforçando-se em uma sucessão de atos comunicativos.

Segundo parcela dos servidores públicos, a insatisfação era sobre como funcionaria exatamente esse novo sistema de ponto eletrônico, sendo muitas as incertezas. As principais perguntas se debruçavam sobre a possibilidade de queda de energia e os computadores não pudessem ligar a tempo de o servidor “logar”, então poderia perder o “ponto”. A grande insatisfação pairava sobre o motivo provável de o governo pretender a instalação da tecnologia. Assim, disparou, certa vez, um servidor “do quadro” e de “esquerda”: “Por causa de 2 ou 3 [funcionários] que não fazem [não trabalham], 15 funcionários terão que pagar?”. Com a Pandemia da Covid-19, e o trabalho em regime de *home office*, a instalação do referido “ponto” acabou por não se realizar. Todavia, como o futuro é imprevisível, talvez esses rumores voltem fazer parte do dia a dia das pessoas.

Ademais, também foi muito simbólica a publicação da Portaria 424 de 21 de agosto de 2019, que dispunha sobre o corte de gastos na administração pública, do que decorreu a dispensa de diversos estagiários, a proibição de compra de pó de café para consumo dos servidores públicos e o impedimento de realização de novos contratos de terceirização até dezembro daquele ano. Segundo um dos servidores “do quadro”, os desligamentos dos estagiários, por exemplo, foi algo que “ele não estava nem esperando”.

Inclusive, ele contou que havia um estagiário que estava de férias, e recebeu a notícia nessa circunstância, para o inconformismo de muitos servidores. Dessa forma, houve muita lamentação, do lado dos servidores, e também muita mágoa e irritação, do lado dos estagiários, notadamente porque alguns dos estagiários foram escolhidos para poderem ficar no estágio, em detrimento de outros que foram desligados. Assim, os que foram desligados, inevitavelmente, comparavam-se uns com os outros, questionando-se acerca dos critérios utilizados. Na prática, alguns servidores acabaram aproveitando o ensejo para dispensar estagiários que não eram tão dedicados, mas também foram desligados os que estavam com os contratos mais próximos do término.

Nessa perspectiva, segundo os servidores, o Governo Federal teria pecado pela surpresa causada, faltando preparar os estagiários para essa possibilidade dos cortes, porém a administração já “foi dando a notícia”. Os servidores frisaram que os estagiários eram pessoas a quem se tinha apego, gerando grande tristeza entre os funcionários. “Os meninos ficaram cabisbaixos. Tinha que entender que é gente, é ser humano. Tem estagiário que tá trabalhando aqui pelo dinheiro, que ajuda em casa”, comentou.

Outra preocupação era com os funcionários terceirizados e, sobretudo, com aqueles que eram antigos e bastante queridos pelos servidores. Com o corte de gastos, o que incluía o corte com a compra de café, os rumores eram de que os “copeiros” perderiam o objeto de sua função, não restando outra medida senão a sua dispensa. Em uma das reuniões informais organizadas pelos servidores, durante o horário de almoço, comentaram que determinada autoridade do órgão, a fim de ajudar a manter o posto de um desses funcionários, teria tirado dinheiro de seu bolso para comprar café. “Gente, por enquanto ninguém comenta nada com Dona Judith¹⁰, se-

¹⁰Judith é um nome fictício criado para a preservação da identidade da funcionária e dos próprios servidores.

não ela vai ficar muito nervosa, bichinha, de perder o emprego dela. Essa criatura é tão prestativa, faz tudo que a gente pede...”, comentou uma servidora “anistiada”, dizendo, ainda, que na idade de Dona Judith seria difícil ela arrumar outro emprego.

Por sua vez, no ano de 2020, o Governo Federal editou a Instrução Normativa 19, de 12 de março, sendo esta a primeira que informaria as pessoas acerca do funcionamento do trabalho em regime de *home office*, referente aos efeitos da Pandemia da Covid-19. Na ocasião, tudo foi feito muito às pressas, de maneira muito atabalhoada, tendo-se notícias de haver servidores públicos em casa “sem trabalhar”, e “gente sem computador para fazer as atividades”, além de servidores com dificuldades de instalar os sistemas necessários para o desenvolvimento de suas atividades, bem como pessoas que, como já quase não faziam nada presencialmente, apenas continuaram da mesma forma.

Nesse contexto de incertezas, ora as chefias passavam uma informação, ora passavam outra, e esse desencontro ocorria porque ninguém havia passado por situação semelhante antes: uma Pandemia como essa, cujos efeitos são incalculáveis e não se sabe por quanto tempo ainda a humanidade terá de lidar com ela. Segundo um servidor “anistiado”, logo no início do “telesserviço”, como ele assim definiu, a chefia teria informado que ele trabalharia presencialmente “dia sim e dia não” e que outras pessoas, com comorbidades e mais idosas, seriam liberadas de imediato.

Eu fico muito preocupado, visse, não vou mentir, porque eu mesmo tô no grupo de risco, tenho mais de 60, já tive problema de câncer. Tô lavando sempre minhas mãos, um cuidado arretado, porque eu acho que ainda vai acontecer muita coisa. Acho que o Brasil não tem essa estrutura, não. As pessoas não se conscientizaram ainda do problema. Eu vejo os ônibus muito lotados, metrô, então tô pedindo a Deus que tudo isso se resolva aí. Vou falar com a chefia, até por tudo que eu tive, minha baixa imunidade. Eu fico muito preocupado com meu pai também, que se pegar a gripe é uma bronca. Que situação atípica danada. Até quando eu saio fico com uma neurose, quando eu volto, troco sandália, tomo banho...

No entanto, o conhecimento de informações emanadas de atos normativos advindos das práticas do governo Bolsonaro não era acessado e igualmente distribuído a todos os servidores. Tanto havia pessoas que eram acostumadas a ler o Diário Oficial da União (DOU) realmente todos os dias, sendo sua fonte primária de informações, mas também existiam aqueles que acompanhavam as novidades pelas reuniões promovidas pelas chefias ou mesmo alguns dos servidores mais bem relacionados eram os que repassavam o conhecimento adiante, dos quais dependiam

os demais funcionários, mais desatentos e dependentes da proatividade alheia. Dessa forma, são diversas as causas pelas quais algumas pessoas têm acessos desigualmente distribuídos ao conhecimento.

Para Hänsch et al. (2017, p.7), essa restrição pode estar relacionada a “grupos baseados em idade, gênero, profissão ou outro *status*”. Notadamente, as pessoas “mais jovens” tinham mais habilidade em acessar a internet para acompanhar o DOU e, ainda, as chefias tinham informações privilegiadas em comparação aos demais servidores, por possuírem um acesso direto às autoridades dos órgãos, para quem as informações são passadas em primeiro lugar.

Por seu turno, os servidores “mais antigos”, com sua vasta capilaridade de rede de relacionamentos, indagavam “a um e a outro” colega de trabalho a respeito dos assuntos de seu interesse, envolvendo a tomada de decisões do presidente Bolsonaro. Ademais, os grupos de *WhatsApp* também atendiam à finalidade de tornar conhecidas as informações de interesse dos servidores públicos, pois bastava que um membro da classe tomasse conhecimento de uma novidade para repassar, assim, aos demais, seguindo-se a série de compartilhamentos.

Além disso, a condição de ser ou não “anistiado” também importava para se ter acesso ao conhecimento, haja vista que não foi possível encontrar nenhum “anistiado” em cargo de chefia, logo, não poderiam essas pessoas obter informações privilegiadas em “primeira mão”, dependendo sempre de um “Outro” comunicá-lo acerca de determinada informação. Portanto, seus meios de acesso ao conhecimento eram muito mais os próprios sindicatos, quando havia reuniões em que os servidores eram convocados e, por fim, por meio dos rumores e fofocas.

Por óbvio, eram os próprios servidores e não os cidadãos “comuns” quem mais tinha interesse imediato no conteúdo desses atos normativos e nas legislações publicadas, dado que se aplicavam diretamente ao seu universo enquanto agentes estatais. Por outro lado, as incertezas enfrentadas nesse “tempo da política” também movimentavam a sociedade, desejante em saber se aquelas normas já estavam sendo postas em prática no setor público, obtendo tais informações especialmente pela mídia, como foi o caso do corte de gastos das funções gratificadas, que desencadeou um sentimento de satisfação, principalmente entre os eleitores de Bolsonaro, para quem a administração é “inchada” e se paga muito bem a tais servidores para muitos não prestarem um bom serviço.

Essa perspectiva pode ser corroborada quando do caso de uma servidora

“anistiada” que, desabafando comigo, se mostrou indignada pelo que escutou de dois homens dentro do ônibus, enquanto ia para o trabalho. Eles falavam mal de um servidor público da CHESF. Segundo essa servidora, um dos homens comentava com o outro que havia um “velho” [funcionário público] que “só ia trabalhar para pegar o salário, e que trabalhava apenas um dia na semana”. O porquê de eles estarem tocando nesse assunto ela não descobriu. De toda forma, esses homens manifestavam a sua indignação com uma suposta situação beneficiária do funcionalismo público, que não se estendia aos demais cidadãos, sendo estes considerados os verdadeiros trabalhadores.

Segundo ela, que desceu “bufando” do coletivo, “muita gente tá achando bom que Bolsonaro vai mexer no servidor, de tirar a estabilidade, de diminuir o salário”. Em sua opinião, na verdade, ocorre que as pessoas têm inveja do funcionário público, porque acham que eles ganham muito bem, ao passo que elas podem ser demitidas em qualquer tempo nas empresas privadas, atribuindo a Paulo Guedes o “grande feito” de fazer uma “limpeza no serviço público”.

Nessa ocasião, ela recordou-se de outra situação; desta vez, em uma corretora de imóveis, quando servidora “anistiada” se incomodou com um homem que falava bem do presidente Jair Bolsonaro. Ela disse que teria começado a discutir com ele, pois não aguentou ficar calada e, quando ele perguntou sua profissão, ao que ela respondeu “funcionária pública”, então o homem teria emitido uma longa interjeição: “Ah, logo vi! Vai privatizar, né?”, contou ela, que é do SERPRO.

É de se frisar, ainda, que o conhecimento pode estar acessível apenas a especialistas, caso em que uma pessoa leiga não terá alternativa, senão confiar na expertise deles. Entre esses, encontram-se os jornalistas, pelo acesso que possuem a bastidores e às entrevistas concedidas pelo presidente Bolsonaro e pelo Ministro Paulo Guedes, além dos contatos privilegiados no Congresso Nacional, provendo-lhes conhecimento. É por causa das matérias veiculadas em diversas mídias que os servidores chegam nas repartições comentando pautas que os amedrontam ou os encorajam, no contexto desse “tempo da política”.

Nessa perspectiva, as notícias mais comentadas e que tiveram maior influência sobre o comportamento dos servidores e seu modo de ver o governo Bolsonaro eram aquelas que não apenas impactavam a estrutura da administração, mas as que conferiam certo caráter ético ou antiético ao comportamento do presidente. Assim sendo, os servidores comentaram acerca da “famosa” pose do então deputado

federal Jair Bolsonaro ao lado de um cartaz afixado no gabinete dele desde 2005, com os dizeres: “Quem procura osso é cachorro”, referindo-se à busca de desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, nos anos 1970.

As temáticas de cunho religioso, como a ausência do presidente na canonização da Irmã Dulce, seu banho no Rio Jordão e o gesto de “arminha” que fez durante a Marcha para Jesus, também ganharam notoriedade na mídia, além do modo como Bolsonaro enfrentou a Pandemia – minimizando seus efeitos –, os confrontos com os ministros Henrique Mandetta, da Saúde, e Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública, além da disponibilização do auxílio de R\$ 600,00 para o povo brasileiro – sem que essa tenha sido a proposta inicial, ao sugerir valores inferiores de início – foram mais algumas pautas de relevância entre os servidores, discutidas por eles, notadamente, pelas incertezas provocadas.

O papel da mídia de produzir conhecimento tem sido imprescindível para que os servidores adquirissem e continuem a adquirir tantas informações, permitindo-lhes computar riscos e chances. “A gente torce para que o governo Bolsonaro melhore o país, mas sei que as reportagens dizem que ele vai prejudicar muita gente na aposentadoria, inclusive os servidores”, afirmou um servidor “do quadro”, hoje já aposentado, tendo dado entrada no processo de aposentadoria antes da Reforma da Previdência, muito embora tantas pessoas, assim como ele, tivessem “direito adquirido”, mas não sentiam confiança quanto a isso.

Conforme se percebe, não é exatamente a falta de conhecimento que causa incerteza, afinal, os servidores têm acesso aos normativos publicados pelo governo e pelo Ministério da Economia e trocam ideias com colegas de trabalho, além de que a chefia faz reuniões com eles e a mídia divulga várias notícias. Porém, o inesperado sempre causa receio, uma vez que o desconhecido não é algo que se possa controlar, embora ele permita o fenômeno das especulações, a partir de conhecimentos prévios, ademais das imaginações das próprias pessoas.

Devido ao acesso a esse conhecimento, os servidores públicos se envolvem em uma série de rumores ou escândalos, reagindo a eles ou mesmo dando causa a eles. Tais rumores se relacionam ao que é perigoso e problemático, além de enganador e assustador no governo. Nessa perspectiva, ante a possibilidade da perda da estabilidade com a possível Reforma Administrativa, uma petição foi repassada pelo *WhatsApp*, com pedidos de assinatura contra o fim da estabilidade, resultado dos discursos e manifestações do ministro Paulo Guedes, favoráveis ao processo de não

estabilidade dos servidores.

É importante salientar, ainda, que os grupos detentores de conhecimento podem decidir reter, instrumentalizar ou fabricar informação, inclusive falsa (HÄNSCH ET AL., 2017, p.7), o que não seria diferente com os servidores e com outros atores sociais capazes de influenciar o voto das pessoas nas eleições, a fim de evitar que o então candidato Jair Bolsonaro saísse vitorioso. O caso Ciro Gomes (PDT), por exemplo, ficou muito conhecido no segundo turno das eleições porque, na visão dos petistas, ele poderia ter ido à televisão e se pronunciado para as pessoas, pois, a despeito de sua decepção com o Partido dos Trabalhadores, não poderia ter deixado Bolsonaro ganhar. No entanto, absteve-se de se manifestar e acabou tornando-se igualmente responsável por sua vitória.

Diante do exposto, uma servidora “anistiada” afirmou que Ciro Gomes “teria sido ambicioso demais”. Para ela, além do próprio candidato, a mídia compeliu a população a ter ódio do Partido dos Trabalhadores, o que fez muitas pessoas votarem branco e nulo, levando Jair Bolsonaro a vencer. “A Globo queria Alckmin e companhia, porque ia ter vantagem pra ela, mas não previram que Bolsonaro ia ganhar, e agora estão contra ele”, pontuou. Para Hänsch et al. (2017, p.7), o conhecimento “sozinho” pode ter efeitos negativos, como quando ele não é repassado de forma efetiva para a sociedade e, no caso em tela, para os servidores, que podem deixar de saber de uma informação relevante ou acessar seu conteúdo com uma interpretação incorreta.

Nessa esteira, na visão de um servidor público “anistiado”, a “grande mídia” não veicula a “série de provações e de maldades” praticadas pelo governo de Jair Bolsonaro, caso em que, para se informar dos fatos que ocorrem, ele precisa buscar meios alternativos de informação, como a internet. Ele reclama que muitas pessoas o criticam, porque ele vive acompanhando as notícias de forma sagrada, mas, para ele, a vida das pessoas é “beber cerveja e assistir jogo”. Porém, ele está convicto de que os seus colegas lamentarão no futuro, e vão dizer: “Poxa, eu não tenho direito a isso, não? Tiraram isso de mim?”, afirmou, induzindo à lógica de que, ao ter conhecimento, poderia controlar os riscos a que se submete.

Mas quais os veículos e profissionais da comunicação mais acessados, escutados ou assistidos por servidores de ideologia reclamadamente “de esquerda”? Segundo comentaram muitos desses servidores, os seus favoritos são a página do jornalista já falecido Paulo Henrique Amorim, intitulada *Conversa Afiada*, que continua

ativa, e o canal de Léo Stoppa do *Youtube*. Por sua vez, a Rede Globo, antes rechaçada pelos petistas, também passa a ser negada pelos eleitores do presidente Jair Bolsonaro, que aderem à campanha *Globo Lixo*, em razão das notícias veiculadas por ela supostamente contra o presidente.

Quanto aos servidores “de direita”, as principais fontes de conhecimento estão em assistir aos pronunciamentos do próprio presidente Bolsonaro, porquanto, desta forma, eliminam intermediários deturpadores de suas palavras, além de acompanhar as análises políticas do bacharel em Direito Caio Copolla, que é ex-comentarista da Jovem Pan e ex-contratado da CNN Brasil. Nesta mesma emissora, também é prestigiado pela “direita” o jornalista Alexandre Garcia. Portanto, em ambos os casos, os servidores públicos têm buscado selecionar os meios pelos quais buscam se informar, saindo da tradicional TV aberta.

Aliás, as informações dos grandes meios de comunicação têm sido colocadas em suspeição, dando-se crédito, muitas vezes, às informações vindas das redes fechadas e ancoradas em relações de confiança e proximidade, como o *WhatsApp*, que serviu como plataforma para popularização de notícias falsas em diferentes estratos sociais, desconstruindo adversários e gerando dúvidas também entre os servidores. Para Almeida (2019), durante a campanha eleitoral, por exemplo, os eleitores bolsonaristas se sentiram empoderados por não serem apenas receptores de notícias, mas propagadores da campanha.

É tanto que Fernando Haddad gastou tempo denunciando que a campanha de Jair Bolsonaro se utilizava da consultoria do estrategista da campanha de Donald Trump, nos Estados Unidos, Steve Bannon, em 2016 (ALMEIDA, 2019, pp.190-191). O episódio da facada, que teria retirado Bolsonaro da esfera pública, convertendo o corpo debilitado do ainda candidato em um corpo digital formado por seus apoiadores, ensejou a produção de uma campanha eleitoral em que seus eleitores puderam ficar no seu lugar. Segundo Cesarino (2019, p.533), eles se autoproclamavam “marqueteiros do Jair”, mostrando-se inabaláveis diante das ameaças que vinham do exterior, como a imprensa e os adversários políticos, ao utilizarem seus perfis de *WhatsApp* e celulares – notadamente, os *smartphones* – em função da causa.

A leitura de livros e as influências de familiares e do histórico de trabalho em outras empresas privadas também são fontes de conhecimento. Em especial, para um dos servidores “do quadro” entrevistados, que se considera uma pessoa “de es-

querda”, tendo votado, inclusive, em Guilherme Boulos, no primeiro turno, alguns livros que o influenciam são *O Manifesto Comunista* e *O Capital* de Karl Marx. Para o servidor, que ainda se autointitula comunista, e é envolvido em movimentos sociais, o grande problema do Brasil é que as pessoas negligenciam a história. “Eu fiz concurso, porque a iniciativa privada explorava bastante. Trabalhei dois anos no RH de uma empresa e, antes, eu fui estagiário. Eu trabalhava muito e ganhava pouco, um pouco mais de um salário mínimo”. Por saber como funciona o trabalho no setor privado, tomou a iniciativa de fazer concurso público.

Assim, tomar conhecimento dos meios de comunicação da preferência dos servidores públicos também é motivo para diversas reações entre eles, podendo suas escolhas serem reforçadas ou rechaçadas pelos seus pares. Trata-se de momentos, inclusive, de validação das fontes de informação, em que se pode subjugar ou enaltecer alguém intelectualmente, a depender de que meio de comunicação uma pessoa se utiliza para adquirir conhecimento. É interessante porque, com certa frequência, ocorria de um servidor “do quadro”, simpatizante do Partido dos Trabalhadores, procurar saber a opinião de outros colegas, conhecidos por serem “de direita”, acerca de determinados temas “do momento”, envolvendo a agenda do Governo Federal. Era um momento de descontração, de “tiração de onda”, pois ninguém saía aparentemente ofendido, mas, no fundo, o que se dizia era com intuito real de defender uma ideologia.

Em uma dessas conversas, tratou-se do paradeiro do pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fernando Santa Cruz, que teria morrido na década de 70, quando era líder estudantil na Universidade Católica de Pernambuco. Segundo o servidor, Bolsonaro não apenas disse que “sabia como o pai do presidente da OAB tinha morrido”, mas, no início daquela tarde, o Portal Brasil 247 informava que Bolsonaro já havia voltado atrás em sua fala. “Bote aí na internet Brasil 247, que você vai ver”, falou, ao que retrucaram os demais servidores, eleitores de Bolsonaro, um deles no primeiro e no segundo turno: “Aí é confiável... Se você disser, assim, que leu essa notícia no UOL, no Globo, no Estadão, aí eu acredito, mas aí é piada, né?”, afirmou, entre risos.

É inevitável algum tipo de reação pelos servidores ao que é noticiado, porém, ao mesmo tempo, afirmaria Canetti (1984, p.15) que nada amedronta mais o homem do que o desconhecido. Isso porque o ser humano deseja ver o que pode atingi-lo, bem como ser capaz de classificar esse conhecimento. Seguindo essa lógica, na vi-

são de um servidor “anistiado”, o governo não chega a lhe “tirar o sono”, mas também não se sente seguro pela possibilidade de a empresa onde trabalha ser privatizada, como ele sabe – e já testemunhou – de experiência similar no passado. “A gente tem esse exemplo desde o governo Collor, como foi com a ex-Telpe, que virou Telemar, e agora é Oi, e todos os servidores foram demitidos”, lembrou-se, aludindo justamente à falta de conhecimento do futuro.

Por fim, conforme colocam Hänsch et al. (2017, p.7), o conhecimento não pode ser reduzido à informação, pois implica rotinas e conhecimento corporalmente sedimentados e experiências com as quais o fluxo de eventos podem ser relacionados. Dessa forma, os servidores percebem e reagem ao modo de governar do presidente Bolsonaro, bem como aos comandos do ministro da Economia, Paulo Guedes, autoridade máxima da pasta, de modo que o acesso ao conhecimento – ou à falta dele – torna-se fator primordial no desenvolvimento de certos sentimentos e emoções relacionados com incertezas, riscos e oportunidades.

2.3 INCERTEZAS E TEMPORALIDADES

Servidores “jovens”, servidores “velhos”. Servidores “do quadro”, servidores “anistiados”. Servidoras e servidores. O que todos esses atores possuem em comum é a experiência de compartilharem uma mesma temporalidade e historicidade, por meio de uma intersecção temporal lastreada pela posse do presidente Jair Bolsonaro em janeiro de 2019. Lá estavam eles em atividade nos seus postos de trabalho no antigo Ministério da Fazenda, quando o contexto em que estão inseridos colabora para a produção de novos capítulos de suas histórias de vida enquanto servidores públicos.

Considerando o exposto, quando questiona o que vem a ser o “contemporâneo”, Rabinow (2008, p.2) levanta algumas possibilidades. A primeira delas refere-se a algo que existe ou ocorre no mesmo período de tempo que outro algo ou, mesmo, outra pessoa. A segunda possibilidade consiste em um “estilo distintamente moderno”. Para o antropólogo, o primeiro uso está vago de quaisquer conotações históricas, pois possui apenas aplicação temporal.

Assim, poder-se-ia afirmar que o servidor “fulano” foi contemporâneo de “beltrano”, assim como o autor exemplifica que Cícero foi contemporâneo de César. Na segunda proposta, seria dizer que os servidores públicos em estudo seriam contem-

porâneos ao se inserirem em uma razão móvel da modernidade, movimentando-se através do passado recente e do futuro próximo, em um espaço não linear, que mede a modernidade como um *ethos* já tornado histórico. Esse é o elo que congrega unicidade, em alguma medida, aos seus relatos biográficos.

A fim de “decompor” um fenômeno emergente como o “tempo da política” do governo Bolsonaro e a relação dos servidores para com ele, mostrou-se necessária a documentação e a análise do curso dessa emergência. Ao fazê-lo, esta pesquisa dividiu cada uma dessas “etapas” em três partes, apresentando seus efeitos sobre os servidores públicos, para, então, torná-los disponíveis para uma reflexão crítica. De acordo com George Marcus (2008, p.74), as temporalidades conduzem ao funcionamento da própria pesquisa antropológica e levam à sua originalidade, além de que a pesquisa de campo é concebida em termos de distinção temporal.

Por essa dicção, uma observação “oportuna” ao campo demonstrou que a “pauta” Bolsonaro já esquentava os debates entre os servidores públicos, especialmente no ambiente de trabalho, desde a corrida eleitoral para a presidência da República, quando ele ainda era candidato, o que ocorreu, oficialmente, com sua candidatura em convenção, ocorrida em 22 de julho de 2018. Dessa maneira, os servidores já especulavam como seria uma administração pública gerida por ele, embora aquela possível realidade, a despeito de querida por uns e rejeitada por outros, ainda estivesse distante – e fosse, realmente, incerta.

Nesse intervalo de tempo até a eleição, que ocorreria em outubro de 2018, podia-se observar a inquietude de muitos dos servidores que eram “da casa” e da “direita” ideológica. Eles não se conformavam com o fato de os “anistiados”, em sua maioria “de esquerda”, insistirem na candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, até então inelegível. Eles compreendiam, com um pouco de dificuldade, que os “anistiados” “eram agradecidos a Lula” por terem regressado ao serviço público, e, por essa razão, o seu voto era dele.

Isso porque, para esses servidores, qualquer ato político do governo Lula de heroísmo para com os “anistiados” jamais apagaria as “roubalheiras” praticadas pelo Partido dos Trabalhadores. Esse pensamento, inclusive compartilhado também por alguns servidores “anistiados”, se coaduna com a lição de que aquele “tempo da política” empreendido por Lula e Dilma não merecia continuar. Em muitas ocasiões, pareceu-me que os anti-petistas tornavam-se, ainda mais, “anti-anistiados”, tomando uma verdadeira aversão dessas pessoas que, a seu ver, reduziam-se a uma inferior-

ridade duplamente aplacada – dada a condição de “anistiados” e de eleitores de Lula.

Dada a prevalência de um status *quo* de “esquerda” nos órgãos pesquisados, os servidores que não pretendiam votar em qualquer um dos candidatos esquerdistas disponíveis buscavam sempre se justificar, quando as conversas trilhavam uma roupagem política, como se eles se sentissem pressionados. Assim, se já haviam votado na “esquerda” no passado, faziam questão de trazer tal informação à tona, como se estivessem dando justificativas, a fim de minimizar os preconceitos potencialmente sofridos. Eles pretendiam dizer que já se alimentaram dos mesmos sonhos e utopias que os seus companheiros de trabalho, mas que sucumbiram ante a decepção política deflagrada. Por essa razão, eles tinham que ser melhor compreendidos pelos seus pares e, portanto, distinguidos dos “nunca-antes-votantes-da-esquerda”.

Por sua vez, os servidores “anistiados” que, em sua maioria, eram de “esquerda”, frequentemente demonstravam indignação quando os colegas faziam juízo de valor de seu voto no candidato Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores, que foi a indicação de Lula, e tentavam desqualificar sua opinião política, em função do que eles teriam recebido a título de “favorecimento” do Partido, ou seja, o seu retorno ao serviço público federal. “Eu sempre votei na esquerda, independente de ter voltado [para o serviço público] ou não”, disse uma “anistiada”.

Nessa mesma toada, certa vez um dos servidores “anistiados” ressaltou que eles não “nasceram demitidos, nem nasceram anistiados”, portanto, rechaçavam esse estigma reforçado pelo discurso e pelas práticas dos servidores “do quadro” ou “da casa”, em especial, os “da direita”, além de que alegou não se posicionar, necessariamente, contra os empresários, mesmo porque “eles são os responsáveis por empregar as pessoas”, porém entende que a “esquerda” tem como atributo um lado mais social, prezando pela empregabilidade, pela educação e pela saúde do povo brasileiro.

Ainda na fase de pré-vitória de Jair Bolsonaro nas urnas, não apenas os conteúdos dos discursos nas repartições públicas foram analisados, mas também as práticas dos servidores públicos. Nesse sentido, mostrou-se bem curioso quando um servidor “anistiado” do SERPRO me contou que passou a ser ignorado por uma colega, inclusive da mesma empresa pública, e quem conhecia há muitos anos, apenas por que ele não votaria em Fernando Haddad, mas sim em Jair Bolsonaro. Por

essa razão, a “esquerdista” virava a cara quando o via nos corredores da repartição pública – tamanha era sua raiva e desgosto.

É que, para os “anistiados da esquerda”, os bolsonaristas teriam dado um “tiro no pé”, dado que, com a idade desses servidores – todos na faixa dos 50 anos na época de seu retorno –, se não fosse por Lula, não arrumariam trabalho em lugar nenhum. Essa “anistiada” que passou a ignorar o colega bolsonarista mencionou que ele chegou até a “passar necessidade” na época em que foi demitido, mudando seu humor de raiva extrema para profunda tristeza, ao afirmar que sentia sua alma doer ao ver tantos “anistiados” pretendendo votar nele.

A dinâmica temporal instaurada pela figura de Jair Bolsonaro conduziu e ainda conduz muitos dos servidores a realizarem viagens imaginárias ao passado. Na verdade, o futuro pode ser compreendido, de acordo com Hänsch et al. (2017, p.10), como uma continuação de um processo que se iniciou no passado. É o caso, por exemplo, dos servidores “anistiados”, os quais passaram por certas experiências dramáticas durante o governo de Fernando Collor e divagavam sobre as possibilidades de sua repetição com o governo Bolsonaro.

Dado esse contexto, não era incomum ver conversas serem iniciadas envolvendo a política do governo Bolsonaro e saltarem abruptamente ao passado para falar sobre as gestões de Fernando Henrique Cardoso e de como este era “habilidoso e inteligente”, no sentido pejorativo, pois teria vendido diversas empresas estatais, ou de Fernando Collor de Mello, considerado um “louco” pelos servidores “anistiados”, um “molequezinho irresponsável que tinha vaidades, queria roubar, e fazia às claras”, supostamente que nem Jair Bolsonaro.

Os posicionamentos políticos durante a campanha eleitoral também marcaram aquele momento por meio de simbologias associadas a um partido ou a outro. A própria fisionomia das salas onde trabalhavam os servidores passou por processos de transformação: durante a campanha eleitoral, adesivos podiam ser observados nas bancadas dos servidores, além de adereços como canecas com a foto do candidato Lula encontravam-se posicionados em cima de algumas mesas. Bandeiras do Brasil, camisas com a fotografia de Bolsonaro e chapéus verde e amarelo acomodados em cima de mesas e armários também eram elementos daqueles espaços sociais. Eventualmente, ocorreria alguma reprimenda de um colega da oposição ou da própria chefia sobre a proibição de manifestação política dentro do serviço público, mas nada que alguém realmente levasse a sério.

Durante o horário do almoço, entre 12h e 13h, certos espaços de uso comum, como a copa ou a calçada do lado externo das repartições, serviam de ponto de encontro para uma sociabilidade mais ampla (PALMEIRA; HERÉDIA, 1995, p.31) e debates sobre a candidatura de Bolsonaro e a própria eleição presidencial em si se faziam presentes. Em caráter de deboche e para incomodar os colegas de trabalho - também adversários dentro dessa arena de disputas-, certo servidor “do quadro” falava em alto e bom som, rotineiramente, o tão propagado *slogan* da campanha de Bolsonaro: “Eu sou Brasil, eu sou Brasil!”. Numa espécie de direito de resposta, certa servidora “anistiada” e também “petista” disparou que eles também eram Brasil, espalmando a mão no peito.

Dessa maneira, fica evidente que o tempo não se apresenta apenas como uma realidade externa aos servidores públicos, porquanto ele também consiste em uma experiência decorrente das relações dessas pessoas entre si, bem como com os próprios eventos – políticos – ao seu redor, despertando-lhes sentimentos de incertezas subjetivas, conforme coloca Franch (2008, p. 24).

Passada a fase *Antetempo*, iniciada com a candidatura de Jair Messias Bolsonaro e encerrada com o fim das votações, no último domingo de outubro de 2018, quando a mudança nas intenções do voto não mais poderia ocorrer, a incerteza encontrava sua posição liminar no tempo. Após contagem dos votos, com Bolsonaro proclamado, oficialmente, presidente da República Federativa do Brasil, um interstício de tempo que iria desde a sua vitória até a sua efetiva posse, em 1º de janeiro de 2019, caracterizaria o que denominamos de *Entretempos*. Assim, para parcela dos servidores públicos, esse momento parecia concretizar a crise por vir, de um lado, enquanto outro grupo de servidores públicos aguardava a esperança de novos tempos.

Na segunda-feira seguinte ao resultado das eleições, quando já se tinha a certeza sobre quem governaria o país e ditaria o norteamento da administração pública, uma das servidoras “anistiadas” ligadas ideologicamente ao Partido dos Trabalhadores chegou a faltar ao expediente de trabalho. Usando um dia de folga a que tinha direito, ela alegou que tinha “coisas a resolver”, por isso não havia ido ao trabalho naquele dia. Contudo, seu colega comentou, em particular comigo, que ela se sentiu tão mal com a vitória de Bolsonaro, que não suportaria comparecer ao serviço, especialmente após todos os embates diários com os servidores “da direita”, evitando, assim, ouvir “gracinhas”.

É bem verdade que cada ser humano encontra suas próprias razões para sentir ansiedades, medos e inseguranças. E a vitória do candidato Jair Bolsonaro transformou isso em um fenômeno entre os servidores nas mais diferentes intensidades. Por conta da vitória do político, lembro-me que um de meus colegas “de esquerda” e “anistiado”, com uma expressão séria na face, pediu para conversar em particular comigo. Com uma cerimônia que não era de seu feitio, perguntou se eu poderia acompanhá-lo para fora da sala onde trabalhávamos, ocasião em que acabamos indo para um dos corredores próximos dali.

Ele indagou para mim, servidora “do quadro”, se eu o informaria caso seu nome constasse de alguma lista de demissão, se eu ficasse sabendo de algo. Por achar que eu poderia ter acesso privilegiado a tal informação, o servidor estava receoso de passar novamente pela experiência da época de Fernando Collor, o que, no seu imaginário, poderia se repetir com Bolsonaro como futuro presidente. Pouco tempo depois, flagrei uma conversa dele com a chefia, pedindo para “pegar mais serviço” e ser habilitado em mais sistemas, contribuindo, assim, na realização de mais tarefas. Nesse dia, ele disse a mim que “já não era tão novinho assim” - estava na casa dos 60 anos – e “queria muito permanecer no emprego”.

Essa teria sido a maneira com que o servidor e, por que não dizer, alguns dos demais “anistiados” teriam encontrado para tentar resolver seus conflitos, pois as suas práticas não foram isoladas, sendo tais mecanismos necessários ao entendimento de como se mantém certa ordem diante da desordem; notadamente, dentro de um “tempo da política” ensejador de desestabilidade.

Nessa perspectiva, o servidor buscava uma adaptação de suas condições temporais de existência que, apesar de coletivo, não era homogêneo, dado que os grupos acatam para si ritmos e representações temporais próprias, coexistindo uma pluralidade de tempos no interior do serviço público. Portanto, esse período toma uma roupagem de incertezas não apenas negativa, mas também ensejadora de confiança e de perspectivas interessantes de futuro. Sentimentos esses que se perpetuariam ou se modificariam com o tempo.

Com Bolsonaro empossado, ou seja, chegado o *Tempo do Governo*, seus eleitores passam a sentir-se empoderados no ambiente de trabalho. Houve até o caso de um servidor “do quadro” que “ameaçou” os colegas “esquerdistas”, afirmando que gravaria quem falasse mal do seu presidente Bolsonaro. Muito embora o referido servidor bolsonarista apenas quisesse ironizar com os petistas, ainda houve

quem cogitasse acreditar que ele poderia realmente ter algum contato em Brasília, a quem enviaria a mencionada gravação.

Foi quando uma das servidoras “anistiadas” confessou que pararia de falar mal de Bolsonaro, temendo pelo seu emprego. Portanto, percebe-se que o tempo converte-se em um indicador de *status* e se torna estipulador de facetas de inclusão e de exclusão. Nesse sentido, mostra-se valioso o ensinamento do antropólogo Evans-Pritchard (1902-1973), que concebeu uma interessante noção acerca do tempo. O autor se refere a este como uma série de “sucessões de acontecimentos que possuem bastante interesse para que a comunidade os note e relacione, uns aos outros, conceitualmente” (EVANS-PRITCHARD, 1940, p.108).

Figura 10: Os três momentos do “tempo da política” sugeridos: antetempo, entretempos e “tempo do governo”.



Fonte: A autora (2021).

Verifica-se, ainda, a relevância de situar a própria figura do Jair Bolsonaro no contexto de um ritual de passagem, dada sua candidatura, posterior vitória e, por último, sua posse enquanto presidente. Nessa perspectiva, Turner (1974) alude ao antropólogo Van Gennep ao definir ritos de passagem, sendo o que acompanha toda mudança de lugar, estado, posição social e idade. Esses ritos de transição, para o autor, constituem-se pelas fases de “separação”, “margem” (limen) e “agregação” (TURNER, 1974, pp. 116-117). A “separação” significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um estado) ou ainda de ambos, como era o caso do Bolsonaro deputado federal, que assume nova identidade.

Uma vez que o então candidato vence as eleições, entramos na fase de “margem”, período limiar intermediário, cujas características do sujeito ritual (o transitante) são ambíguas; passando através de um domínio cultural que tem poucos ou quase nenhum dos atributos do passado ou do estado futuro. Neste segundo momento, portanto, Jair Bolsonaro já dá entrevistas como o futuro presidente que será e já se encontra no imaginário dos servidores como tal, sendo sua rotina, discursos e comportamentos avaliados de modo peculiar em relação ao Bolsonaro apenas candida-

to. Acerca dessa fase de liminaridade, escreveria Turner (1974) o seguinte:

Tais fases e pessoas podem ser muito criativas em sua libertação dos controles estruturais, ou podem ser consideradas perigosas do ponto de vista da manutenção da lei e da ordem. A 'communitas' é um relacionamento não estruturado que muitas vezes se envolve entre "liminares". É um relacionamento entre indivíduos concretos, históricos, idiossincrásicos. Esses indivíduos não estão segmentados em funções e "status" mas encaram-se como seres humanos totais (TURNER, 1974, p.5).

Por fim, chega-se à fase de "agregação" do presidente Bolsonaro. Logo, uma vez passada a novidade inicial que foi, propriamente, o novo governo em si, os acontecimentos noticiados pela mídia impulsionavam, de tempos em tempos, os comportamentos dos servidores públicos. Decerto é que tão logo ele assumiu o poder, seu governo já começou a editar atos normativos, com repercussão dentro do Ministério da Economia, onde Paulo Guedes atua diretamente como chefe da pasta. Muitos servidores mencionaram a retirada das gratificações, cujo intuito teria sido "arrumar a casa", aos que defenderam a medida.

Por sua vez, um dos servidores públicos que recebia uma gratificação e, inclusive, confiava bastante no governo Bolsonaro, sendo o presidente o candidato em quem votou nos dois turnos, mostrou-se decepcionado com a tomada de decisão inesperada, pois "o presidente deveria ter feito um levantamento melhor, e não chegar e tirar as gratificações", embora entendesse que tinha muita gente recebendo sem merecer – obviamente, ele entendia que não fazia parte desse grupo de "não merecedores", por considerar que trabalhava bastante e se dedicava ao máximo ao serviço público.

Diante do exposto, aborda-se aqui o Decreto 9.725 de 12 de março de 2019, que extinguiu cargos em comissão e funções de confiança, além de limitar a ocupação, concessão ou a utilização de gratificações no âmbito do Poder Executivo Federal. Assim sendo, enquanto sentia a "pancada forte" da perda financeira no seu bolso, o referido servidor lembrou-se da época em que a SUDENE, sua autarquia de origem, durante o governo militar, concedia reajustes mensalmente, junto aos reajustes dos servidores militares.

Naquela época, de acordo com ele, os servidores, como era o seu caso, tinham ajuda com material escolar, compra de carro e consórcio, além de viagens feitas a trabalho; a administração pública se empenhava em qualificar seus funcionários a partir de cursos e treinamentos e havia esforços para uma melhor convivência

com a chefia. Verifica-se, assim, que os ponteiros do relógio passam para as pessoas de maneira diferente, a depender de como cada grupo social apresenta a demarcação de seu ritmo de tempo, ora apontando para um tempo dinâmico, ora apontando para um tempo estático.

Se, por um lado, a administração pública (burocrática) constrói um ritmo de vida com batidas bem marcadas; por outro, a noção de temporalidades e de incertezas, advindas do “tempo da política” e das decisões do governo, fizeram sucumbir as rotinas pendulares e repetitivas comuns ao serviço público. Portanto, novas emoções e reações passam a permear cada um dos servidores nesses momentos de suas vidas, substituindo-se uma rotina baseada em um mesmo enredo ou caracterizada por uma “apatia existencial” pelo revigor de seus espíritos ou pela subversão de uma ordem (PALMEIRA; HERÉDIA, 1995, p.32). Portanto, tem-se que o “tempo da política” trata justamente acerca da politização que extravasa nesse período, não se referindo a uma categoria nativa. Mas é a comoção que o governo Bolsonaro causa dentro das repartições públicas e, a partir desse ensejo, permite às pessoas se relacionarem, em especial, em função de tal aspecto.

O modo de governar de Bolsonaro também contribuiu para a mudança de opinião em relação a servidores que colaboraram para sua eleição. Ao desabafar que seu desejo era mesmo tirar o Partido dos Trabalhadores do poder, um autodeclarado servidor “de direita”, bolsonarista e “anistiado”, chegou a dizer que o presidente em quem tanto confiou não só não ajudou como atrapalhou a gestão da Pandemia da Covid-19. Para quem dizia que Bolsonaro poderia fazer e dizer o que fosse e, ainda assim, votaria nele naquelas eleições de outubro de 2018, os tempos pandêmicos mudaram seu modo de enxergar os “tempos da política”.

Fazendo menção ao negacionismo do presidente face à doença e sua insistência em vetar o uso das máscaras no comércio, nas igrejas, escolas e *shoppings*, essa representou, em sua opinião, a *performance* de um presidente que se prestava a “ser do contra” e cujas atitudes não eram condizentes com as de alguém “normal” – entendendo o servidor que Bolsonaro poderia ter problemas mentais. Quando fez essa afirmativa, estávamos no sistema de *home office*, mas só fiquei imaginando o retorno ao trabalho presencial dessa pessoa e a série de provocações e chacotas que esse servidor público deverá enfrentar diante dos “esquerdistas”, notadamente os “anistiados”, diante de um “bem que eu avisei”.

Levando em consideração os ensinamentos de Amparo Lasén (2000, p.724),

este trabalho, portanto, interpela conceitos como ritmo, tempo, duração, instante, continuidade, memória, nostalgia, tempo do mito – neste caso, interessantemente, teríamos o tempo do “mito” como codinome de Bolsonaro – e tempo de história, os quais, por sua vez, servem ao entendimento dos mundos paralelos, da hierarquização dos diferentes tempos sociais, da vivência da geração que compartilha um tempo histórico, da maneira de se representar o futuro e o passado, da socialização dos servidores na forma temporal moderna e suas limitações. Dessa forma, todos esses aspectos permitem o aprofundamento nas dinâmicas da administração pública no mundo contemporâneo.

Assim sendo, de acordo com Franch (2008, p.25), ao desenvolver a noção de tempo, afirmou a antropóloga que “basta refletirmos sobre nosso dia a dia para perceber que o tempo do dia é diferente do tempo da noite, assim como o tempo profano é qualitativamente distinto daquele sagrado, a sexta-feira difere da segunda-feira, o tempo da memória se diferencia do presente e do futuro, e assim por diante”. Em outras palavras, compreender a intensidade e as qualidades de cada tempo, os modelos utilizados para localizar os eventos no fluxo do tempo, o entendimento do processo de mudança biológica e o *timing* de cada instante para determinadas ações trata-se de questão a ser indagada nesta pesquisa.

Embora para alguns o tempo no trabalho passe muito devagar, o que se relaciona com a percepção de meio ambiente institucional, “caracterizado por muitas regras e regulações que levam à monotonia” (MARTI, 2017, p.71), as discussões e conversas sobre política conduzem para experiências fora da rotina. Nesse contexto, certa vez, revoltada, uma servidora “anistiada” dispararia contra um colega “do quadro” que “ele era ruim, era ruim, ruim e, por isso, aprovava as maldades de Bolsonaro e Paulo Guedes na Reforma da Previdência”. Nessa ocasião, todos que se encontravam presentes e escutaram a confusão ficaram chocados, pois os dois se “davam bem”, e tal evento acabou quebrando o ritmo temporal daquele dia – que tinha tudo para ser como os outros, mas deixou a atmosfera repleta de constrangimento, irritação e carente de empatia.

Como dito alhures, a amizade sempre prevaleceu entre esses dois servidores, até que a escolha do colega por votar em Bolsonaro, no segundo turno das eleições, tornaria tal servidor um verdadeiro estranho. Ele, que evitava falar de política no dia a dia, guardando para si suas opiniões, deixou-se aflorar durante esse “tempo da política” apenas desta vez. Por esse contexto, acabou surgindo um novo “conta-

to” entre eles, mostrando uma faceta do “Outro” até então desconhecida ou acessada de maneira rasa.

O “tempo da política” ainda fazia surgir as práticas de *passar o tempo*, significando uma espécie de distração, vagueação ou devaneio, como quando os servidores simplesmente liam notícias sobre política na internet. Ao mesmo tempo, emergia uma preocupação ativa em *produzir com o tempo* (MARTI, 2017, p.72). Neste último caso, trata-se dos servidores que aproveitam o tempo para exercer alguma agência, como quando se organizam para se encontrarem em manifestações sociais, inclusive pedindo para largarem mais cedo às chefias.

Em uma dessas ocasiões, um dos servidores bolsonaristas e “do quadro” se pronunciou perante os demais colegas da sala, afirmando que pretendia largar mais cedo, já que também participaria do movimento denominado *Festival Lula Livre*. Contudo, ele logo foi interrompido por uma servidora “anistiada”, informando-lhe que ele ficaria até o final do expediente, porque o propósito “não era ele ir para casa”. Afinal, ela sabia que ele apenas pretendia sair mais cedo, aproveitando-se da situação. No final das contas, ele parecia brincar, mas a servidora levava o tema da política com muita seriedade.

Entre servidores da situação e da oposição, neste dia, um dos servidores que havia votado em Alckmin, no primeiro turno, e em Bolsonaro, no segundo, comentaria comigo, baixinho e com discrição, não achar correto os colegas petistas serem liberados no horário de trabalho para irem à manifestação e, se quisessem, deveriam ir depois de largarem, questionando o posicionamento da chefia e do serviço público. O *Festival Lula Livre* ocorreu em junho de 2019 e, no dia seguinte ao evento, os servidores “esquerdistas” chegariam às repartições comentando tudo o que aconteceu, pautando, assim, o conteúdo das conversas.

Segundo uma servidora “anistiada” que frequentou o evento, este teve como finalidade a reflexão acerca dos 580 dias de resistência e sobre a inocência do ex-presidente Lula. Contudo, esse *modo de estar no tempo*, que enfoca o futuro incerto e a falta de uma perspectiva concreta, levaria as pessoas ao constante sofrimento, segundo ressaltou Marti (2017, p.74). Portanto, ao passo em que essas pessoas ficavam eufóricas com tais manifestações, mantendo em suas mentes a esperança viva da soltura de Lula e, também, sua insatisfação com o presidente eleito, a ida ao Festival e a participação em outros movimentos apenas lhes traria desgosto e contratempo, quando poderiam substituí-los pela resignação.

Seria dizer que, se o servidor público aceitasse a situação em que se encontra, ou seja, que o governo Bolsonaro foi democraticamente eleito, independentemente de polêmicas referentes a *fake news* e demais alegações de ilegalidade na sua vitória eleitoral e se empenhasse na realidade do tempo dos fatos, ele poderia experimentar segurança e bem-estar, embora isso requeresse, em contrapartida, a desistência da esperança. Portanto, se ele se concentrasse principalmente no tempo presente, poderia se tranquilizar quanto ao sentimento de indeterminação. Nesse sentido, uma servidora “anistiada” e “de direita” recriminou a ida da colega ao *Festival Lula Livre* a uma terceira pessoa, dizendo que ela deveria aceitar o futuro governo de Bolsonaro, aí “doeria menos”.

Ademais, questões geracionais também impactaram a percepção do “tempo da política” por parte dos servidores públicos, além do discernimento e das reações às incertezas por ele propiciadas. Segundo o comentário de um dos servidores “do quadro” “mais jovens” da repartição, na casa dos 30 anos, a Reforma da Previdência deveria ter sido até mais forte, apesar de já ter tirado alguns “direitos”, sendo concorde com essas “retiradas”. Em sua opinião, pessoas como ele, com a mesma faixa etária, entendem melhor a necessidade da reforma, embora valha ressaltar que o referido servidor votou em Henrique Meirelles no primeiro turno e em Bolsonaro, no segundo. Para ele, os “mais jovens” compreendem com mais facilidade “a existência do desequilíbrio fiscal e o impacto para o futuro do país dessa tomada de decisão”.

Na sequência, ele completaria afirmando que os servidores “antigos”, ou seja, “aqueles que não estudam, não fizeram um nível superior ou muito mal fizeram o ensino médio”, pensam tratar-se das piores injustiças, e acreditam que a previdência brasileira é lucrativa, de maneira equivocada. Na visão de mundo dessas pessoas, “a situação não tá boa pra elas”, mas, na realidade, “muitas nem trabalham direito”, e “sustentam muitos familiares desempregados” nesse tempo de crise, detalhou. Dessa maneira, o “tempo da política” do governo Bolsonaro ficou caracterizado como aquele que promoveu tais reformas, e as percepções e reações a elas são impactadas pelo perfil geracional dos servidores.

Marcado como um ano de muitos acontecimentos, o ano de 2020 levou os servidores públicos a muitas reflexões, entre as quais atentar ainda mais para o “tempo da política”, tendo em vista o maior “tempo livre”, justamente por ficarem em casa, evitarem as “perdas de tempo” com trânsito e outras atividades. Aliás, com a Pandemia da Covid-19, persistente ainda em 2021 e até não se sabe quando, os

servidores públicos sofreram com o impacto do distanciamento físico dos colegas de trabalho e com a mudança de ritmo de vida, ao atuarem em regime de *home office*. Esse “tempo livre” também lhes permitiu acompanhar as notícias relacionadas ao futuro do serviço público e, ao mesmo tempo, o distanciamento dos colegas lhes to-
lheu o acesso ao conhecimento que teriam no regime presencial. Assim, a insurgên-
cia de inseguranças foi reforçada por esse aspecto.

Conforme se percebe, a atividade política, que é oscilante por princípio, con-
forme assevera Almeida (2019, p.191), tornou-se elemento de uma temporalidade
de inclinações imprevistas. A partir da perspectiva da administração pública, apenas
aparentemente apática e estática, constrói-se uma série de fases sequenciais de
temporalidades, além de temporalidades sobrepostas, tornando únicas as experiên-
cias vividas pelos servidores públicos em termos afetivos, cognitivos e de tomadas
de decisão, tendo como pano de fundo o governo Bolsonaro.

2.4 ESTABILIDADE: UMA CATEGORIA “NATIVA”

Enquanto uma das representações coletivas das mais essenciais e eminentes
ao conhecimento humano, uma categoria constitui, segundo Roberto Cardoso de
Oliveira (1982, p.141), uma dimensão privilegiada para a investigação antropológica.
Históricas, as categorias do entendimento formam-se a partir de elementos tomados
das fontes mais diferentes, sendo verdadeiros quadros sólidos que encerram o pen-
samento. Dessa forma, a categoria serve para explicar os costumes e os hábitos de
forma geral, implicando uma série de juízos e de raciocínios entre os seres huma-
nos.

Nesse sentido, ao articular o universal e a diferença concreta, uma categoria
contempla a dimensão do inconsciente e suas ideias mostram-se tão evidentes que
não têm necessidade de serem expressas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1982, p.144).
Diferentemente, as representações sociais podem falar a um homem, a uma socie-
dade ou a uma época, porém as categorias são os “conceitos eminentes, os que de-
sempenham no conhecimento um papel preponderante” (CARDOSO DE OLIVEIRA,
1982, p.132).

Assim, a estabilidade emerge como uma dessas possíveis categorias de
análise, pensada pela sua “natividade” entre os servidores públicos. Para com-
preendê-la, torna-se necessário, primeiramente, o entendimento jurídico e legal so-

bre o qual ela se alicerça. Nesse sentido, entra no ordenamento jurídico brasileiro a Emenda Constitucional 19/1998, conhecida como a Emenda da Reforma da Administração, inserindo no *Caput* do art. 37 mais um princípio, agora devidamente expresso, a ser perseguido pela administração: o princípio da eficiência.

O nome do princípio resume toda uma dinâmica pretendida por essa Emenda, tendo como propósito primordial a alteração constitucional do Capítulo VII, referente à Administração Pública. Na Seção II deste Capítulo, do tema Servidores Públicos, o art. 41 passa, então, a contemplar significativas modificações quanto à estabilidade. A partir dessas alterações, tornam-se “estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”; antes, porém, esse prazo era de dois anos.

A partir do referido dispositivo, também são criados mecanismos de controle do servidor público, como foi o caso da possibilidade da perda dessa estabilidade em três casos: por sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo, assegurada ampla defesa; e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. Anteriormente, era inexistente esta terceira possibilidade de perda da estabilidade, tendo o rol sido, portanto, ampliado.

Para a aquisição da estabilidade, após os mencionados três anos, a mudança decorrente da Emenda tornou obrigatória uma avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade. Portanto, o servidor público deve percorrer normalmente seu curso natural de tempo dentro do serviço público até que, passado o período de “teste”, tornar-se-á estável, considerando-se alguns critérios, se estes forem atendidos.

Nessa perspectiva, quando entra no serviço público, o servidor do antigo Ministério da Fazenda passa por três ciclos avaliativos para fins de obtenção da estabilidade, denominando-se esse momento de *estágio probatório*. Primeiro, avalia-se sua *performance* no 12º mês de trabalho; depois, a segunda avaliação ocorre no 24º mês; e a terceira, no 32º mês, quanto aos critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, conforme disciplinado na Lei 8.112/1990, em processo administrativo próprio, antigamente físico, mas tornado digital com os avanços tecnológicos.

Além de jurídica, a noção de estabilidade também abarca um entendimento próprio entre os servidores públicos, dada sua natividade. Interessante observar que

a acepção jurídica e a dos “nativos” nem sempre se correspondem, além de que a noção “nativa” que se tem de estabilidade serve à agência dos servidores neste “tempo da política” do governo Bolsonaro. Para os servidores, a estabilidade é algo que eles vivem, é ter segurança. É saber que, se ficar doente, não precisam recuar “levar uma chamada, porque apresentou atestado médico”.

Quando falam sobre estabilidade, as pessoas costumam conferir-lhe qualidades a fim de defini-la, conforme acima descrito – como é ter segurança –, ou narrar casos que ocorrem no setor público que teriam outro fim caso ocorressem no setor privado. Para eles, portanto, a noção se refere a “passar o final de semana tranquilo e saber que o emprego está garantido”; “não dormir estressado, por não correr o risco de ser demitido”; “é ver os amigos do setor privado que ficam eventualmente sabendo da existência de enxugamento na empresa e pensar que será o próximo”, garantindo-lhes certo conforto mental. Portanto, a comparação entre essas duas situações parece ser inevitável ao servidor público.

Um dos servidores “do quadro” chegou a dizer que a estabilidade, para ele, era permitir-lhe fazer parte de movimentos sociais. “Eu vi que concurso traria essa estabilidade e viabilizaria essa minha atividade de militância, porque a pior coisa é fazer política e passar por necessidade”, frisou, pedindo anonimato quanto ao quê milita. Essa tranquilidade supostamente ensejada pela estabilidade encontra respaldo na legislação.

Assim, muito antes de se optar por exonerar um servidor estável, por conta de necessidade de contenção com despesa de pessoal ativo e inativo da União, em excedendo os limites estabelecidos em lei complementar, o art. 169, § 3º, da CF/1988 assevera que, pelo menos, 20% dos comissionados e das funções de confiança deverão ser cortados prioritariamente e, só então, os não estáveis e os estáveis, respectivamente.

Neste caso, o ato normativo de eventual dispensa dos servidores deverá ser *motivado*, e o servidor público estável fará jus a uma indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, além de que o cargo objeto da redução será considerado extinto. Dessa forma, será vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. Enquanto categoria “nativa”, a estabilidade é internalizada na mente dos servidores, e não é tão simples para eles falar dela, nem estabelecer definições sistemáticas ou identificar sua base constitucional e legal. As pessoas até sabem que podem estar “naque-

la lista de possíveis exonerações”, mas não sabem dar informações precisas sobre como isso ocorreria. Quanto ao estágio probatório, por exemplo, para um dos servidores “do quadro”, trata-se “mais de uma ameaça que fica um pouquinho velada, que é pra o novato não aprontar muito”.

O referido servidor recorda que apenas quando a atividade era mais complexa é que se preocupava em conversar com a chefia para não cometer erros, como na realização de atos submetidos a órgãos de controle, como Tribunal de Contas da União (TCU) ou a Controladoria Geral da União (CGU). No entanto, conforme o passar do tempo, ele “não via nada acontecendo, nem viu ninguém perdendo emprego, nem nada”.

Até mesmo no que se refere à avaliação de desempenho, que ocorre anualmente, durante toda a carreira do servidor público, ela tampouco refletiria a valorização dos melhores, mas a certeza de que a “indolência” da administração pública se encarregaria de nivelar todos por baixo. Nesse sistema, os servidores pontuam a si próprios pelo trabalho realizado, além de se avaliarem mutuamente e serem avaliados também pelas chefias.

Aponta-se como fatores de avaliação a produtividade; conhecimento de métodos e técnicas; trabalho em equipe; comprometimento; cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo; capacidade de autodesenvolvimento; e o cumprimento da meta de desempenho individual registrada pelo servidor no início do ciclo avaliado. Contudo, por questões de amizade, corporativismo e relacionamentos pessoais, os servidores costumam avaliar uns aos outros, atribuindo praticamente sempre a maior nota possível, e tampouco receiam alguma reprimenda pelo mau desempenho de suas atividades. “Só conheci até hoje uma pessoa que não deu a nota máxima pra alguém, e esta ficou bem chateada”, comentou um servidor “do quadro”.

Nesse sentido, o que deveria conferir honra, *status* e prestígios excessivos a determinados indivíduos em virtude de seus méritos, acaba sendo a eles reservada uma espécie de punição ou penalidade. Conforme salienta Barbosa (2003), os sistemas meritocráticos possuem “forte ligação com sistemas de seleção, mas não com sistemas de avaliação” (BARBOSA, 2003, p.63). Uma numerosa quantidade de servidores é a favor da existência de estabilidade, alegando que políticos de outras ideologias poderiam querer trocar os servidores de acordo com a vontade deles, colocar seus familiares e amigos, além de preencher a administração com cargos comis-

sionados, em busca de troca de favores e nepotismo.

Porém, existe uma consciência coletiva de que esse lado positivo da estabilidade gera consequências, quando as pessoas acabam não fazendo o serviço ou não querendo mais trabalhar. “Estabilidade é você poder aprontar e não ser demitido”, afirmou um servidor “do quadro”. Assim, seria “poder fazer muitas coisas” e ter uma tolerância muito grande da chefia e de outros colegas do trabalho até que a pessoa sofra uma penalidade. “Numa empresa, se o funcionário faltar uma semana, sem falar nada com o chefe, estará muito próximo de ser demitido”, frisou, indicando já ter testemunhado tal comportamento. Ele acrescentou que o empresário entenderá como muito danoso um cliente não ser bem atendido, porquanto ele pode “ir lá na internet ou gravar um vídeo criticando a empresa”.

Digamos que dentro da defesa de uma lógica (neo) liberal, existem servidores públicos contrários à necessidade de estabilidade para determinados cargos, como os administrativos, que são os mais genéricos, e objetos desta pesquisa. Seria dizer que essas pessoas poderiam ser substituídas por funcionários de empresas terceirizadas sem maiores entraves, pois “elas costumam ser até mais qualificadas”. Portanto, sob essa ótica, não poderiam ser “instáveis os cargos das carreiras de Estado, como juízes e promotores, porque você pode ter perseguição política, aí é complicado”, citou um dos servidores “do quadro”, e eleitor de João Amoêdo, no primeiro turno, e Jair Bolsonaro, no segundo.

Entretanto, outro servidor se contrapôs a esse posicionamento, ao afirmar o risco dessa execução indireta das tarefas, pois o “terceirizado é mais suscetível a fazer algo errado, se pressionado, posto que pode perder o emprego a qualquer momento”. Ele defende que o servidor público, por seu turno, teria seu Estatuto [Lei 8.112/1990], conferindo-lhe condições de sempre seguir o caminho da lei. Assim, a estabilidade configura-se como um problema para parcela dos servidores, que são críticos quanto à sua utilidade, notadamente porque muitos servidores não se julgam responsáveis por seus resultados de trabalho na administração, e “todos se veem determinados por condições históricas”, responsabilizando-se os anônimos processos macrossociais (BARBOSA, 2008, p.102).

Logo, a responsabilidade pelas situações e a solução para os impasses da vida social não cabem aos sujeitos, pois eles não se consideram responsáveis, mas culpam sempre terceiros, sejam específicas instituições – como o Estado – ou forças externas com poder transformador (BARBOSA, 2008, p.102). Nesse sentido, uma si-

tuação intrigante ocorreu com um servidor de quem, aparentemente, todos realmente gostavam, mas tinha “problemas com bebida”, ou seja, era um alcoólatra. Diante disso, muito embora ele fosse chefe de setor, já permanecendo no cargo por uns três ou quatro anos, a sua situação apenas piorava com o tempo, fazendo-se necessário seu desligamento do cargo de confiança.

Seu superior hierárquico, então, teria lhe dado “muitas chances e foi muito benevolente”, conforme comentou comigo um dos servidores que tomou conhecimento do fato. A despeito desse cenário, aquele que exonerou o alcoólatra da função de confiança passou a ser visto, entre os demais, como “uma das piores pessoas do mundo”, quando, na realidade, até mesmo o alcoólatra teria reconhecido “que foi justo”. Assim, os colegas de trabalho passaram a apontar o chefe, ou seja, aquele que pretendeu fazer justiça dispensando da função de confiança o servidor com problemas de alcoolismo como “traidor”, “ditador” e “judas”.

Nessa perspectiva, percebe-se que não somente as pessoas se compadece-ram de um servidor “digno de pena”, mas também sentiram dúvidas se, futuramente, eles próprios não poderiam estar também sob julgamento. Portanto, a estabilidade acabou alcançando um propósito protetivo porque, mesmo sendo dispensado do cargo de confiança, ainda assim o servidor permaneceu intocável quanto ao seu cargo no serviço público. Verifica-se que os servidores tentam “minimizar as ações dos colegas” e, supostamente, acabam por antecipar a excludente de sua imprevisível culpa futura. Dessa forma, seria dizer que agirão a fim de evitar a prolação de sentenças pelas autoridades legitimadas; se não conseguem, colocar-se-ão ao lado dos que já foram julgados ou condenados.

Nesse contexto, certa vez uma chefia decidiu colocar duas ou três faltas na folha de ponto de um servidor que, praticamente, não aparecia no trabalho. Em defesa do servidor, “as pessoas foram mencionar que a mulher deixou ele, e que o filho não falava com ele”. Assim, a estabilidade não é um mero estatuto legal, mas habita os espíritos dos servidores. A estabilidade não se encontra apenas na improbabilidade de um servidor ser desligado do serviço público, mas engloba os processos diários que conduzem-nos a esse entendimento coletivo, fazendo-os protegerem seus semelhantes, em um contexto de colaboração coletiva.

Segundo Barbosa (2008), as pessoas buscam um Estado igualitário onde o que é concedido a um deve ser estendido a todos, pois não se almeja o desenvolvimento e nem o reconhecimento dos aspectos idiossincráticos de cada um – o que

não seria justo, além de que seria incerto.

Daí a síndrome da isonomia, as progressões automáticas para todos e o engessamento do serviço público no qual diferentes categorias funcionais encontram-se amarradas umas às outras, de forma que qualquer distinção, mesmo que baseada na diferença de funções, é vista como concessão de direitos que devem ser estendidos a todos. (BARBOSA, 2008, p.70).

No dia a dia do trabalho, existem os momentos de desavenças entre os servidores, como ocorre em qualquer organização, mas é interessante pensar sobre como e o porquê, além das circunstâncias que conduzem-nos a se unirem em prol da sua categoria. Por outro lado, a união coletiva é mitigada quando os servidores são cobrados sobre atividades que deveriam saber fazer, e ainda não aprenderam e, entre eles, alguém foi capaz de aprender.

Foi o caso de um servidor “do quadro” que fez um curso para aprender a manusear um sistema novo, sendo que o curso foi claramente introdutório e insuficiente para aprender a mexer, tendo aprendido praticamente tudo sozinho, mas que foi “acusado” de saber utilizar o sistema por ter feito o curso, razão pela qual os demais servidores encontravam-se inaptos de maneira justificada.

Ele revelou que os colegas não tiveram interesse em fazer o treinamento, provavelmente “pela dificuldade em usar internet, chegando muitos ao seu limite”, reflexo da estabilidade que lhes permite ter certa liberdade no serviço público, inclusive, se abster de fazer determinada tarefa ou se obrigar a fazer um curso necessário para o desempenho de suas atividades diárias. “Com muito sofrimento, ou de não querer mesmo, os servidores precisam aprender a mexer em um sistema, quando eram acostumados com as folhas de papel”. Um caso como esse reflete o raciocínio de Livia Barbosa (2008, p.102), quando afirma a autora que “instala-se no corpo social uma ética de reclamações e acusações mútuas, pela qual não existem sujeitos responsáveis pelos universos em que vivem”.

Nesse sentido, esforço, determinação, persistência e iniciativa seriam apagados pela resistência à mudança e pela acomodação às situações. O referido panorama, portanto, moldado pela noção de estabilidade, apenas demonstra como os servidores valorizam a solidez e, em regra, lutam contra a desordem. A estabilidade também pode possuir gradações ou níveis de segurança, a depender de quem ocupar o cargo: se uma autoridade ou não. No caso dos servidores com autoridade de cargo, enquanto representantes do poder público, com sentido “político de poder e

de força” (MIRANDA, 2005, p.15), a estabilidade é aumentada, como é o caso de um auditor-fiscal ou um procurador da fazenda.

Reforçando esse entendimento, um dos servidores que atua na área de gestão de pessoas observou, ao inserir descontos e benefícios no contracheque de tais servidores, que “mais de 90% deles tem algum desconto de sindicato, coisa assim de R\$ 300,00 reais. E eu vejo que o sindicato deles é muito forte, o *lobby* é muito forte, são muito unidos”. Além disso, ressaltou não ser por acaso que, diferentemente dos servidores administrativos, a cada três ou quatro anos “conseguem uma ‘cacetada’ de aumento”. Nesses termos, o senso de estabilidade dessas pessoas é forjado também no *status*, no maior poderio econômico e no poder que o cargo lhes confere.

Em análise contínua, por representarem um menor número de pessoas, essas “classes” conseguiriam aumentos remuneratórios com maior facilidade, porque dividem os valores “com menos gente, enquanto que os servidores públicos da ‘área meio’, com elevado número de funcionários, acarretam um maior custo para o erário. Eles são muito fortes”. Assim, a estabilidade, para eles, toma uma roupagem diferente, inclusive, para reivindicarem melhores condições de trabalho, de remuneração, de ambiente de trabalho, etc, o que não ocorre na mesma medida entre os servidores públicos com atribuições administrativas.

Em uma retrospectiva histórica, a estabilidade surge para muitas pessoas com a Constituinte de 1988. Nesse sentido, o artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT) dispõe que os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há, pelo menos, cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 – o que seria mediante aprovação em concurso – foram considerados estáveis no serviço público.

Para tanto, o referido artigo suscita, em seu § 1º, que tais servidores deveriam se submeter a concurso público para fins de efetivação, na forma da lei. Em uma das entrevistas realizadas, um desses servidores “do quadro” contou ter entrado no serviço público federal aos 12 anos de idade, especificamente na Receita Federal, na função de mensageiro ou o que ele disse ser o “atual contínuo”, sendo empregado de uma empresa terceirizada. “Foi quando um concurso ocorreu, e eu fui aprovado”, comentou o servidor, que se aposentou no início de 2019, pelo temor à Reforma

da Previdência. Na época, ele ainda disse que havia sido distribuída uma apostila para os interessados estudarem, sendo parte da avaliação uma prova escrita e outra parte uma prova de múltipla escolha.

Para ele, ser estatutário ou “do quadro”, como ele entende serem termos sinônimos, sempre lhe trouxe confiança; contudo, para outros colegas, abarca mais do que isso: confere a possibilidade de escolher ou selecionar as “melhores atividades” ou as “atividades mais cômodas” pela sua condição de estatutário, como quando ele observa que seus companheiros se recusam a “carregar os processos físicos nos carrinhos”, devido à necessidade de transportá-los de um órgão a outro ou mesmo internamente, de um setor para outro. Nesse sentido, seria como se os servidores achassem que a atividade os desprestigia por requerer “força braçal” ou porque seriam preguiçosos mesmo. Apesar de ele ser “do quadro”, não faz uso dessa suposta “prerrogativa” e, inclusive, critica quem o faz.

Nesse contexto, um dos servidores “anistiados” da RFFSA expôs que o trabalho no serviço público é complicado e a dificuldade é grande, pois “quem é servidor ‘da casa’ não carrega peso, não quer fazer força. Eu já carreguei muito processo, eu suava levando os carrinhos. Eu quero o reconhecimento disso”. Da mesma forma, posicionou-se outro servidor “anistiado” da RFFSA que, com os olhos lacrimejando, falava o quanto de xérox já havia tirado ao longo de sua carreira, uma atividade que os servidores “do quadro” não se passariam a fazer por considerarem uma atividade inferior pelas razões já expostas.

Tendo isso em vista, alguns “anistiados” se dizem detentores de uma “estabilidade relativa”, sendo aquela caracterizada pelo somatório dos acordos coletivos de trabalho com a “Lei da Anistia”, ou seja, aquela não decorrente do Estatuto dos Servidores, e talvez por isso haja certa subserviência sobre a aceitação de realização de certas tarefas que os “do quadro” não desejam realizar.

Essa relativização da estabilidade alegada por parcela dos servidores “anistiados” encontra guarida na linha de pensamento de que não se pode ter confiança nem mesmo nos acordos coletivos de trabalho. Segundo um desses servidores, na época do governo do presidente Collor, o Governo Federal “demitiu as pessoas e pronto, sem maiores satisfações”. Nesse sentido, ele entende que a estabilidade é falha. “É só no papel, porque, de fato, eles passaram por cima de qualquer comissão. A ‘direita’ age assim. Eles agem fazendo parecer que as coisas têm ares de legalidade”, explicou, referindo-se à postura temerária que poderia, de acordo com o

servidor, ser adotada pelo governo Bolsonaro.

Por outro lado, um servidor também “anistiado”, outrossim autodenominando com “estabilidade relativa”, e oriundo da extinta RFFSA, afirmou que a “Lei da Anistia” tem conferido uma efetiva cobertura para o servidor até agora. Ele frisou, por exemplo, que o INSS acatou o tempo de “anistia” para fins de aposentadoria de um dos colegas da mesma empresa, o que espera que se estenda aos demais, embora a Justiça ainda não tenha liberado a indenização pelos anos em que ele ficou sem trabalhar. Apesar das inseguranças causadas pelo governo de Collor, ele se sente seguro com a referida lei que lhe confere “direitos adquiridos”.

À exceção dos servidores “anistiados”, que possuem a tal “estabilidade relativa” e já passaram pela situação de demissão traumática durante o governo Collor, dado que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a representação social dos funcionários públicos aponta para a sua despreocupação em encarar incertezas, imprevisibilidade do futuro e prestação de contas por infortúnios passados. Carregando muito mais regularidades no seu cotidiano do que se sentindo perturbados em termos de ordem social, devido ao seu estatuto de segurança e tranquilidade, os servidores levam consigo uma ou mais noções de estabilidade. Fazê-los refletir a incerteza e todo o campo semântico que remete à insegurança, ambiguidade, confusão, risco e obscuridade parece “estranho”.

Isso porque, enquanto grupos de trabalhadores abarcados pela estabilidade dos cargos a eles atribuídos pelo Estado, e mesmo nos casos dos “anistiados”, dentro de seus próprios critérios de realidade, a possibilidade de mudança dessa condição é o que enseja essa euforia. Seguindo a linha de raciocínio de Castel (2008, p.12), seria dizer que os servidores públicos, arrodeados de proteção, são aqueles mais preocupados com a sua segurança.

A possibilidade de ter essa segurança retirada, da forma como o servidor a entende, pode ser representada pela perda de uma gratificação financeira que possuiu ao longo de muitos anos de sua vida, ou uma maior dificuldade com a avaliação de desempenho – tendo em vista critérios mais rigorosos de aferição – e não necessariamente em função da perda do cargo ou outro evento abrupto.

Entre essas possibilidades, uma que se encontrava em voga nos discursos dos servidores, durante o período de pesquisa de campo realizado, tratava da antecipação de que os “novos servidores” não teriam mais estabilidade, ou seja, com a ocorrência da receada Reforma Administrativa, os futuros servidores não teriam di-

reito à estabilidade, aludindo, assim, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32/2020)¹¹ que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Um dos servidores “do quadro”, entretanto, reforçou que, embora o Governo Federal tenha se manifestado dizendo que as mudanças propostas não deverão afetar os servidores públicos atuais, sente-se intimidado ante a existência de alterações no texto até a aprovação final pelo Congresso Nacional. Por sua vez, outro servidor “do quadro”, apesar de ser ideologicamente autointitulado como de “esquerda”, não acredita que o governo colocará fim à estabilidade, “porque não vai ter respaldo jurídico, a não ser que vivamos num estado de exceção, onde pessoas podem ser presas”.

É indubitável que os servidores “anistiados” e, em especial, os da “esquerda” e, até mesmo, os servidores “do quadro” da mesma alcunha ideológica, sentem maior ansiedade quanto aos impactos das ações do governo na administração pública. Segundo Sennett (2006, p.54), a ansiedade diz respeito ao que poderia acontecer e, quanto ao medo, refere-se ao já sabido que acontecerá. Assim, a ansiedade manifesta-se em condições ambíguas, e o medo quando a dor ou o azar encontram-se claramente definidos. “Não admira que sonhemos, continuamente, com um mundo sem acidentes. Um mundo regular. Um mundo previsível” (SENNETT, 2006 p.100).

Representando um governo “não humanizado” entre os servidores “da esquerda”, o governo de Jair Bolsonaro, auxiliado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, parece-lhes olhar a “máquina pública” apenas com o viés da eficiência – não que isso seja ruim em si mesmo. Mas significa a implementação da terceirização e do enxugamento dos cargos e empregos, olhando-se apenas critérios objetivos de economia, sem qualquer humanização com a possibilidade de dispensa dos servidores públicos ou uma menor realização de concursos.

Nessa perspectiva, Bauman (2007, p.15) defende que os medos estimulam as pessoas e, no caso em tela, os servidores públicos, a assumirem uma ação defensiva, e tal ação confere proximidade e tangibilidade ao medo. “São nossas respostas que reclassificam as premonições sombrias como realidade diária, dando corpo à palavra”, dependendo do existencialismo das pessoas para se autoperpetuar, não possuindo, o medo, recursos próprios.

¹¹Ver [PEC-REFORMA-ADMINISTRATIVA-V4-SARAN-2SET2020-19h30.pdf](#). Acesso em 11 de abril de 2021.

A explicação para tanto pode se encontrar na seguinte comparação: se a estabilidade e a segurança do cargo público puderem ser associadas com a noção de um organismo saudável, sem doenças, então sentir os sintomas, ou não sentir sintoma algum dependerá do sujeito onde ela se desenvolve. Dessa forma, diria Häbermas (1976) que o paciente fica “condenado à passividade e ‘temporariamente privado’ da possibilidade de ser um sujeito em completa posse de seus poderes”. Em outras palavras, a crise se associa à ideia de uma força objetiva que priva o sujeito de parte de sua soberania (HÄBERMAS, 1976, p.1).

É dessa forma que se sente grande parte dos servidores públicos. Por essa razão, cenários de medo, inconformismo, raiva e tensão desabroçam. Para eles, o governo pode se assemelhar a uma doença, a uma atipicidade orgânica. Por outro lado, o mesmo governo Bolsonaro pode significar o remédio adequado para os problemas existentes na burocracia da administração pública e dos governos passados – notadamente o do Partido dos Trabalhadores.

Assim sendo, a noção de estabilidade está longe de ser perfeitamente delineada, seja porque mudam os sujeitos e, então, muda também a noção de estabilidade, como quando ela é tida pelos “anistiados” como “relativa”, seja porque, de acordo com a ideologia defendida especificamente por cada um dos servidores, o sentimento de proteção e segurança pode ou não se perpetuar.

3 RUPTURA E DESCONTINUIDADES: TEMPOS TURBULENTOS?

Com a posse da “direita” na presidência do país ou a ascensão do “conservadorismo”, como alguns se referem à vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de outubro de 2018, parece-lhes a alguns servidores públicos que uma série de epidemias de sofrimento, desastres e incertezas estavam por vir. Para aqueles que não experienciam a realidade dos servidores públicos, tal evento jamais poderia ser comparável às fortes e contínuas secas no Nordeste, tampouco às inundações da Amazônia ou aos deslizamentos de terras nas regiões montanhosas do Sudeste e do Sul (TADDEI, 2014, p.32). Porém, temos justamente uma leva de servidores que enfrenta essa virada temporal numa perspectiva catastrófica.

Concretizando-se nas figuras de Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, o extraordinário exsurge capaz de causar turbulências no serviço público, diante das potenciais descontinuidades na rotina do trabalho, bem como da desordem causada no espírito dos servidores. Dentro desse grupo que enxerga com desconfiança o novo governo, preponderam os “esquerdistas” mais conectados ao “lulopetismo”, sendo as pessoas que se mantiveram fiéis ao político Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com os escândalos de corrupção, aos quais tais servidores mostram-se avessos e descrentes.

Assim como a maioria dos seres humanos, os servidores públicos, sejam “da direita” ou “da esquerda”, procuram traçar as trajetórias de suas vidas ao longo de águas tranquilas. Especialmente, considerar a passagem de uma situação de estabilidade e segurança para outro nível implica uma fragmentação ou perda de rotinas, conhecimento e relações, em resumo: de certezas (HÄNSCH ET AL., 2017, p.8). Para muitos “esquerdistas”, o governo de Jair Bolsonaro parece desencadear um terreno de mudanças e volatilidade em uma instância isolada para essa classe de trabalhadores, dada a aparente constância característica das repartições públicas e, portanto, os servidores não estão acostumados com isso.

Conforme se extraiu da pesquisa de campo e das entrevistas, essas pessoas podem até mesmo estar nesta condição sua vida inteira, sem nunca terem conhecido sequer outro emprego, seres desejantes em permanecer nesse *status* também no futuro. Nesse sentido, podemos afirmar que tais servidores não estão habituados a enfrentar a crise, além daquela crise que possa se estabelecer pela convivência diária no trabalho entre chefias e colegas, comum das relações humanas. Portanto,

essa “estagnação” pode ser vista como um verdadeiro progresso, haja vista que as “coisas” continuam exatamente como deveriam ser, ou seja, em consonância com uma rotina conhecida e segura.

Esse ensaio recorda os tempos nas fábricas fordistas, conforme prelecionou Bauman (2007), quando o compromisso com o lado oposto nas relações capital-trabalho era recíproco e de longo prazo, tornando ambos os lados mutuamente dependentes. Com seus percursos de carreira claramente definidos, suas rotinas cansativas, mas tranquilizadamente estáveis, o ritmo lento de mudança na composição das equipes de trabalho e a grande utilidade das habilidades aprendidas, os empregados mantinham os perigos do mercado de trabalho à distância. Portanto, é com pretensão similar que seguem, os servidores, os seus cursos de vida.

Nesse sentido, “(...) a incerteza podia ser suavizada, se não inteiramente eliminada, e os medos podiam ser expelidos para o domínio marginal dos ‘golpes do destino’ e dos ‘acidentes fatais’, em vez de saturarem o curso da vida diária” (BAUMAN, 2007, p.66). Dessa forma, as fábricas fordistas representavam um campo em que os empregados não se preocupavam com o movimento do campo em si mesmo e, tampouco, como esse movimento poderia mudá-los, embora pudessem competir estrategicamente entre si por posição e capital.

Colocando Bauman para conversar com Vigh (2010, p.158), seria considerar o movimento social em uma perspectiva sincrônica, dado que os “agentes atuam enquanto impregnados em uma qualidade estável e sólida”. Assim, a permanência na condição de estabilidade significa a não intervenção de instâncias capazes de provocar mudanças e causar instabilidade. Em um contexto em que a calma e a segurança parecem ter se tornado prosaicos, a insurgência do governo Jair Bolsonaro enseja sentimentos negativos entre os servidores, quanto à manutenção de seu *status quo*.

Portanto, independentemente de o perigo ser palpável ou apenas imaginado, e se, de fato, as mudanças advindas de decisões do novo governo terem sido, realmente, danosas ou não, as percepções e reações dos servidores públicos são legítimas, porquanto provêm de seu entendimento sobre o mundo da vida e do trabalho. Da parte do Partido dos Trabalhadores, enquanto a estratégia era manter Lula na disputa eleitoral até quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) permitisse, os eleitores mantinham a esperança num futuro desejado, mas que não se concretizou, em vista da indicação do candidato Fernando Haddad praticamente a um mês da vota-

ção do primeiro turno, conforme ensaiou Almeida (2019, p.197), acabando por não sair vitorioso.

Naquela ocasião, de acordo com as informações disponibilizadas pelo site do TSE (Superior Tribunal Eleitoral)¹², no primeiro turno das eleições presidenciais, o candidato que recebeu o maior número de votos foi Jair Bolsonaro, da Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL-PRTB), com 49.276.990 (46,03%). O então candidato disputou o segundo turno com Fernando Haddad, da Coligação O Povo Feliz de Novo (PT-PCdoB-PROS), que obteve 31.342.005 (29,28%). Entre os principais candidatos “da esquerda”, afora o petista, podemos mencionar Ciro Gomes (PDT) e Guilherme Boulos (PSOL), sendo nesses candidatos que os servidores públicos do lado de cá depositaram seus votos e esperanças para não permitir que Bolsonaro vencesse a disputa.

Naquela época da corrida das eleições, recordo-me que um grande protagonista entre os servidores “esquerdistas” e não apoiadores do Partido dos Trabalhadores era justamente o político Ciro Gomes, este que teve como sua candidata à vice-presidente a ex-senadora ruralista Kátia Abreu, do PDT. Para os servidores públicos “lulopetistas”, era revoltante o fato de ele insistir em se candidatar, pois dividiria os votos da “esquerda”, facilitando, assim, a vitória de Jair Bolsonaro. Segundo Almeida (2019, p.198), o próprio candidato limitou-se a afirmar que sua luta seria pela democracia e contra o fascismo, não declarando voto em Fernando Haddad no segundo turno.

Ainda explana o autor que, no primeiro turno, por sua vez, com a finalidade de limitar o crescimento de Ciro Gomes no campo à esquerda e centro-esquerda, o Partido dos Trabalhadores, supostamente, teria agido para que o PCdoB e o PSB não o apoiassem. Portanto, a presença de Ciro Gomes nas eleições foi bastante emblemática pela sua colaboração para o desfecho de uma história política que se iniciaria com Bolsonaro e Paulo Guedes no poder, afetando as perspectivas das pessoas no serviço público.

Em análise contínua, o antropólogo Piero Leirner (2020) desenvolve uma interessante reflexão acerca do que ele denominou de a “grande inversão”, uma guerra política que teria se iniciado com a primeira eleição da ex-presidente Dilma Rous-

¹²Ver <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/concluida-totalizacao-de-votos-do-1o-turno-das-eleicoes-2018>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

seff. “Trata-se de um método dialético: uma constante projeção que certos agentes realizam nos seus inimigos invertendo suas posições” (LEIRNER, 2020, p.18). Esse processo ideológico culmina no que os militares chamam de operações de bandeira falsa (*false flags*), ocorrendo quando o inimigo carrega a culpa que se projetou nele.

Nessa perspectiva, seria dizer que os candidatos “da esquerda” se tornaram um alvo dessa grande inversão que, segundo o autor, estaria “em todo lugar hoje”. Dessa maneira, afirmamos que esse fenômeno colaborou para a construção da representação social, em especial, do Partido dos Trabalhadores, fulminando sua empreitada de se perpetuar no poder.

A grande inversão está em todo lugar hoje. A Rede Globo se tornou uma agente do comunismo internacional. O PT tem um “projeto gramsciano” de dominação cultural, diz Olavo de Carvalho, o não-ideológico. “As ONGs tocam o fogo na Amazônia!”. Bolsonaro afirma que as urnas estão fraudadas. O powerpoint de Deltan Dallagnol mais parece o organograma do Ministério Público e sua relação com Sérgio Moro – só trocaram os nomes nos quadri-nhos. Os militares são “técnicos” que ocupam despreziosamente mais de 1000 cargos só no Palácio do Planalto, mais de 1/3 do total e quem aparelha o Estado é o PT. As universidades estão inteiramente infestadas de ideologia, segundo os cientistas da Terra Plana (LEIRNER, 2020, p.19).

Diante do exposto, não apenas os militares, mas diversos outros agenciadores teriam desestabilizado o *establishment* estatal, a partir da ideia de que o Estado havia sido tomado por uma “quadrilha” (LEIRNER, 2020, p.31). Para o antropólogo, super-personagens começam a aparecer em “conferências coletivas, apresentações para a imprensa, programações ininterruptas de telejornais e discursos em praça pública”. Nessa perspectiva, ele menciona o caso da Lava-Jato, de Sérgio Moro, de delegados, do “japonês da Federal”, do “lenhador da Federal”, de Janaína Paschoal (afirmando que a Rússia estaria a um passo de atacar o Brasil), da influência de Olavo de Carvalho, entre outros.

Dessa forma, “o anti-comunismo dos anos 1930-1970 se desdobrou em anti-petismo; hoje, este se desdobra também em anti-ambientalismo, anti-onguismo, anti-identitarismo etc” (LEIRNER, 2020, p.31). O desenvolvimento dessa ideia aplaca os corações dos servidores públicos, que se sentem tolhidos enquanto cidadãos, haja vista discordarem veementemente com essa linha de pensamento que eles entendem ser “da direita” política, provocando-lhes muitas inseguranças com relação ao seu estado de permanência na administração pública.

Por derradeiro, Cesarino (2019, p.531) relembra como o presidente Jair Bol-

sonaro teria reagido negativamente ao saber que o Supremo Tribunal Federal estendeu à homofobia o escopo da Lei Antirracismo, criticando o político por este não saber diferenciar uma pauta de reconhecimento para tratar de uma questão de redistribuição: “a decisão do Supremo é completamente equivocada. Além de estar legislando, está aprofundando a luta de classes”, afirmou o presidente, segundo a autora. Para os servidores públicos, a falta de tato e, mesmo de ignorância, do candidato Bolsonaro, agora tornado presidente, com pautas que lhes são sensíveis, representa um perigo para toda essa comunidade de pessoas.

Dessarte, esse é o panorama que gera diversas incertezas entre esses servidores: o fato de os militares sequer precisarem “dar um golpe” de Estado, porque há quem diga que eles já estão no poder, tendo sido o setor mais beneficiado desde a derrubada de Dilma Rousseff, conforme ressalta Leirner (2020, p.42). Somando-se a isso, a linha de pensamento (neo) liberal do responsável pela pasta da Economia, o ministro Paulo Guedes, reforça a insegurança dos servidores, que enxergam esse período como um tempo político em que se precisa de bastante cautela e de estratégias de sobrevivência.

Os relatos biográficos a seguir apresentados buscam revelar questões atinentes às preocupações, dúvidas e sofrimentos dessa parcela dos servidores públicos que, mesmo não sendo homogênea, possui similaridades suficientes para serem analisados dentro de um mesmo contexto, haja vista um risco comum coletivamente identificado.

3.1 MAFALDA E MARIA: MEMÓRIAS DOS “ANISTIADOS”

“O servidor público não tem nada de direito, não tem segurança no seu trabalho em relação a contar o tempo de serviço. Se eu desempenhar bem o trabalho, mesmo assim não tenho a certeza de que vou ficar”.

- Mafalda

As “demissões” dos empregados públicos de diversas estatais durante o curto governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) forneceram o impulso para o estudo antropológico acerca do trauma coletivo e da recuperação psicológica entre essas pessoas. Diante dessa conjuntura histórica, os servidores públicos em exercício no antigo Ministério da Fazenda, quando da virada para um novo tempo da

política inaugurado pelo presidente Bolsonaro, em especial, os “anistiados” de Collor, canalizaram suas atenções para a potencialidade de um perigo que outrora já sentiram bem de perto. Um *déjà vu* pressentido pelas servidoras Mafalda e Maria¹³ que, diante do que elas entenderam como uma violência, experienciam novamente sentimentos de seu passado no tempo presente.

Os seus relatos biográficos mostram-se úteis para a compreensão das respostas dos servidores “anistiados” expostos ao evento das demissões, permitindo a análise dos múltiplos efeitos adversos que o governo Bolsonaro desencadeou em suas vidas. Se, por um lado, a servidora da CHESF Mafalda reage de modo a permitir que o medo torne-se mais próximo de uma realidade, cada vez mais penetrante e factível; por outro, a servidora da RFFSA Maria parece desafiar o governo, invitando-o para uma verdadeira batalha, o que aponta para uma premissa de que também presente o perigo, embora o alvo não lhe seja páreo.

Naquele dia da demissão, Mafalda havia chegado em casa chorando; ela soluçava. Estava arrasada com a notícia de a CHESF tê-la dispensado. Seu marido, também servidor da mesma empresa estatal, inclusive quem havia lhe conseguido o emprego na época, sem concurso, disse a Mafalda “que ela não se preocupasse, pois não passaria fome”. Seguindo normalmente com seu trabalho, o esposo categorizou que garantiria o sustento da família dali por diante. Porém, para a servidora, tudo aquilo não se tratava apenas da perda de um emprego qualquer. Ela sentiu-se ferida intimamente, desmerecida, subjugada, pois sempre procurou desempenhar as suas atividades da melhor forma possível e com o melhor desempenho. “Eu fazia tudo com a maior perfeição naquela escola”.

Assim como ela, tantos servidores públicos celetistas em todo o Brasil foram demitidos durante os dois anos de governo do presidente Fernando Collor. Com a volta deles ao serviço público federal, em sua maioria durante o governo Lula, tais pessoas recebem a denominação de “anistiados” ou “anistiados de Collor”, o que mudaria a sua maneira de ver o mundo do trabalho e com ele estabelecer conexões, comparativamente ao *status quo* anterior às demissões. Por seu turno, o próprio mundo do trabalho passaria a enxergá-los de um modo diferente, indicando, assim, que suas perspectivas de futuro eram incertas.

Mafalda contou ter se tornado servidora pública “por amor”. Graduada em

¹³Mafalda e Maria são nomes fictícios criados para a preservação da identidade das pessoas. Nasceram, respectivamente, entre 1945 e 1950 e entre 1950 e 1955, tendo ambas votado em Fernando Haddad no primeiro e segundo turnos nas eleições presidenciais de 2018.

História, ela era professora das terceiras e quartas séries nas escolas construídas nos acampamentos da CHESF de Sobradinho, no Estado da Bahia, e, depois, exerceu a ocupação em Itaparica, em Pernambuco. Essas escolas eram estruturas disponibilizadas aos servidores públicos e suas famílias ali conviventes, além do “pessoal das empreiteiras”, sem contar na oferta de serviços como supermercados, lojas e hospitais por parte da empresa. Neste período em que trabalhou para a CHESF, comentou que se sentia “protegida” pela empresa estatal, de onde se depreende jamais pensar que, no futuro, seria “posta pra fora”.

Enquanto servidora e ser humano, Mafalda relatou sempre ter buscado dar o melhor de si em seu trabalho e que podia até não ser boa profissional, mas se esforçava para ser. A despeito das demissões acometidas a ela e a tantos outros servidores de empresas estatais no mesmo período, ela defende que, na época, os servidores eram mais reconhecidos do que na atualidade, além de que havia funcionários em menor quantidade. Ela comentou que a concorrência hoje é bem maior nos concursos públicos, bem como existe “muita gente competente”, mas pontuou que também sempre trabalhou muito. “Olha, eu trabalhava tanto... às vezes, eu amanhecia o dia trabalhando... era trabalho redobrado”.

Para além do seu compromisso com suas atividades diárias, entre seus colegas, ela é reconhecida ainda pelo seu jeito meigo e sua candura, chamando os companheiros suficientemente jovens de “meu filhinho” e “minha filhinha”. Ela é do tipo de pessoa que fica no seu cantinho, “calminha”, “caladinha”, toda “bonitinha”. É baixinha, parece um “chaveirinho”. Algumas pessoas se dirigem a ela como “Dona Mafalda” ou “Mafaldinha”, talvez pelo respeito que sua imagem recatada transpassa ou pelo fato de ser evangélica e sempre trazer consigo a palavra de Deus. Tem boa forma, “é toda durinha” para a idade. Usa sempre calça jeans e camisas de manga curta, normalmente aquelas apenas de uma cor, completando seu *look* com um sapato de plataforma baixa e discreto.

Mesmo sendo essa pessoa repleta de nobreza de espírito e uma dedicada servidora, nossa protagonista foi escolhida pelos seus superiores para entrar na temida lista de demissões. A notícia chegou sem muitas explicações e, mesmo as que foram dadas, pareciam sem sentido para Mafalda. Na época, a história contada era que, se dois servidores fossem casados, um dos cônjuges deveria sair. “Ninguém chegou especificamente pra mim e disse isso não, tampouco foi nosso chefe”, salientou. Nessa toada, talvez a condição de ser mulher tenha traçado o destino da ser-

vidora. Abre-se, assim, a possibilidade de entender os papéis sexuais como dicotomizados, pois foi a servidora Mafalda e não seu marido quem perdeu o emprego. Confundindo-se gênero com estereótipos, ela parece ter se inserido em um contexto de incertezas advindas do poder e da desigualdade.

Segundo a socióloga Silvana Mariano (2020), as crises de proteção social tendem a afetar primeiro as mulheres, pois elas arcam com a principal responsabilidade de cuidado e as tarefas de reprodução social; já em uma crise política, dependendo do tipo, pode resultar em tipos de reformas de Estado que reduzem garantias e direitos¹⁴. Essa linha de raciocínio acabou sendo corroborada pelo futuro de Mafalda: até seu retorno ao serviço público pela “anistia” concedida durante o governo de Lula, ela permaneceu dona de casa, junto aos seus filhos, com seu marido provendo o sustento da família. Assim sendo, Mafalda vivenciou uma espécie de desilusão perduradora no tempo, desencadeada por um evento a que não deu causa, até onde se tem conhecimento.

Sexto sentido ou não, a servidora comentou não ter votado no presidente Fernando Collor, pois ela já “não gostava muito dele”. Na verdade, passou a ter ainda mais aversão à figura do político, em virtude das injustiças referentes às demissões em seu governo. “Ele foi um tolo. Acho que se fosse um partido de esquerda não teria tido essas demissões”, opinou a senhorinha, com expressão de choro. “Eu só era ligada ao trabalho e aos meus filhos, não sei dizer porque ele fez isso”, prosseguiu, desta vez, chorando. Talvez por sua formação acadêmica de nível superior na área de ciências humanas, ela menciona, em um instante raro de revolta, dada a sua personalidade complacente e amável, que a “raça brasileira foi criada por degradados”, referindo-se a Collor e àqueles que votaram nele, colocando-o no poder como chefe do Executivo. Por ser bastante religiosa, ao mesmo tempo acredita que essas pessoas, assim como os demais políticos do Congresso Nacional, serão julgados por Deus. Essa parece ser sua certeza.

Dos 15 anos que passou trabalhando na CHESF, sendo os últimos dois anos em Itaparica, no Estado de Pernambuco, como já comentado, ela disse nunca ter apresentado sequer um único atestado médico na vida. Não alegava motivos de doença para faltar ao trabalho, mesmo porque não gostava de se ausentar do serviço, de modo a intentar demonstrar a arbitrariedade de sua demissão. Assim, ela não só

14 Ver entrevista. Disponível em: <https://rededejornalistas.com/2020/05/02/qualquer-crise-arrebenta-primeiro-para-as-mulheres-avalia-sociologa/>. Acesso em 27 de março de 2021.

utilizava a entrevista para desabafar tal qual em uma relação entre um terapeuta e o paciente como também acabou me tomando como alguém que legitimaria seus argumentos, notadamente pela minha posição de pesquisadora – uma posição para além de uma colega de trabalho de mesma hierarquia.

Por conta desse fato histórico das demissões, inesperadamente ou não acaba sendo publicado o Decreto 1.153 de 8 de junho de 1994, assinado pelo ex-presidente Itamar Franco (1992-1995), tratando sobre a “constituição da Comissão Especial e das Subcomissões Setoriais de Anistia, de que trata o art. 5º da Lei 8.878, de 11 de maio de 1994”. Seria o Decreto, portanto, que viabilizaria o retorno dos servidores públicos federais à administração pública. Ocorre que o governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), apenas “uns gatos pingados” teriam sido chamados de volta, ou seja, um número inexpressivo.

Por essa razão, Mafalda ressaltou que, verdadeiramente, teria sido com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que se daria a concretização dos planos de “devolver os empregos aos servidores”, o que acontece no segundo mandato do governo do petista. Como um atleta que, lesionado, precisa se afastar dos campeonatos, e dedicar-se aos tratamentos dos machucados e das lesões, mas que consegue se reerguer e dar a volta por cima, Mafalda “ia voltar” merecidamente depois de 18 anos afastada do trabalho.

O conhecimento acerca da novidade se deu por meio dos colegas que comentavam uns com os outros, mas também havia os sindicatos, que ligavam para as pessoas. Nesse sentido, inclusive, o sindicato chegou a ligar para ela e marcar uma reunião também com os demais servidores da CHESF para informar formalmente da situação, declarando que eles seriam contactados pelos órgãos para onde seriam redistribuídos. Em outras palavras, eles não retornariam para trabalhar na referida empresa estatal, mas em órgãos da administração pública direta do Poder Executivo Federal. Na sequência, Mafalda receberia um ofício com a data em que deveria se apresentar no órgão onde seria lotada para, posteriormente, entrar em exercício.

Procurou, nessa ocasião, ir acompanhada de sua filha. A jovem tanto lhe ofereceu conforto com sua presença como buscou entender a situação para orientar melhor a mãe em caso de alguma necessidade, considerando que a expectativa de retorno vinha de mãos dadas com a insegurança. “Eu nem tinha entendido que a gente ia trabalhar lá, e nos disseram que a gente tinha sido encaminhado pela CHESF”, comentou Mafalda, deixando pistas sobre a desorganização desse “retor-

no” e falta de informação concreta aos servidores públicos, ficando nítido para ela que a CHESF não nutria interesse nesse retorno, notadamente pela recepção dada pela estatal que foi “zero”, não acolhendo, portanto, as pessoas como deveria ter feito. Nesse sentido, se, por um lado, ela sentiu seu coração preenchido de esperança e contentamento, também foi aplacada pela ansiedade e pelo medo do “novo”.

Entre outras razões, uma certa angústia pairava a áurea de Mafalda, porque os servidores que não foram demitidos na época de Collor estereotipavam os “anistiados” como “desonestos e irresponsáveis”, razão pela qual supostamente teriam sido escolhidos para saírem. A essa altura – do retorno ao serviço público pela “anistia” –, frisou a servidora, a CHESF já fazia concursos públicos, então havia muitos funcionários “novatos”, que também se “achavam muito superiores a nós, mas não sabem eles que nós éramos os veteranos”.

Adicionalmente, além da ansiedade natural do reencontro com antigos funcionários e o contato com os novos, ela ainda não sabia o que esperar sobre seu novo trabalho. Apesar de os “anistiados” pertencerem a uma empresa estatal de origem, como é o caso em tela da CHESF, o seu retorno não se daria para ela; a sua volta ocorreria mediante cessão a outro órgão público do Poder Executivo, conforme já explanado, o que causou uma certa confusão mental em termos de identidade laborativa.

Além dessa distinção, a frustração ainda decorreria de outras questões pontuais que orbitavam a nova realidade dos servidores “anistiados”, como, por exemplo, as diferenças salariais em comparação com os “não anistiados” atuantes na CHESF, ainda que desempenhassem as mesmas funções e com o mesmo cargo. Segundo uma colega de Mafalda, também na condição de “anistiada”, “essa foi uma estratégia do presidente Lula, pois ele sabia que pra gente voltar tinha que fazer isso pra o Legislativo aprovar”. Apesar da tentativa de amenização das circunstâncias em que os “anistiados” encontram-se subscritos, Mafalda prosseguiu, afirmando que “até a data do nosso pagamento é diferente. A gente só recebe dia 1º ou 2 do mês, e as pessoas que não são ‘anistiadas’ recebem dia 28 ou 29 do mês anterior”.

Ao iniciar seu trabalho em um dos órgãos do antigo Ministério da Fazenda, a servidora contou ter se emocionado tanto, mas tanto que, de imediato, pegou uma doença chamada herpes, sendo obrigada a se afastar do trabalho. “Acho que tive um choque de lá pra cá com as mudanças. As minhas duas mãos estouraram. As minhas costas estavam de um jeito que eu não podia nem usar uma roupa”, reme-

morou, comprovando como a mente e corpo do ser humano podem ser complexos. Para Kleinman (1997, p.2), não existe uma única forma de sofrer, bem como não existe um modelo de sofrimento universal no tempo e no espaço, mesmo porque há comunidades em que o sofrimento é desvalorizado e, por outro lado, existem aquelas em que ele é dotado de máxima significância.

Nessa linha lógica, a despeito de a servidora Mafalda possuir suas sensibilidades próprias, que lhe são inerentes em termos de temperamento, é certo que toda uma comunidade de servidores “anistiados” enfrentaram situações de sofrimento seja devido aos efeitos das demissões, como contas a pagar e prestações que precisavam ser liquidadas, seja em função do próprio retorno ao serviço público, caso em que muitos deles não se atualizaram em termos tecnológicos, tendo dificuldade com o uso de computadores. Contudo, algumas dos “problemas na cabeça” que a servidora Mafalda revelou ter sentido deveu-se ao incômodo sentimento de que os colegas de trabalho do órgão onde passou a exercer suas funções também a julgavam. Segundo a servidora, os colegas “do quadro” tinham a ideia errada de que ela daria “trabalho” e era problemática, tendo o preconceito como nítido, muito em função de ela ser uma servidora “anistiada”.

Desse cenário, podemos nos apropriar das noções de estabelecidos e de *outsiders*, trabalhadas por Elias e Scotson (1994, p.96), para compreender que os estabelecidos são aqueles que evitam qualquer contato social mais estreito com membros do grupo *outsider*, em resposta ao chamado “medo da poluição”. É quando os servidores “do quadro” poderiam sofrer com uma “infecção anômica”, além de ficarem sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo. O contato com os *outsiders* ameaçaria o inserido de ter seu *status* rebaixado dentro do grupo estabelecido. “Ele pode perder a consideração dos membros deste — talvez não mais pareça compartilhar do valor humano superior que os estabelecidos atribuem a si mesmos” (ELIAS; SCOTSON, 1994, p.26).

Portanto, os servidores “anistiados” representam o desconhecido encarnado, carregando consigo a imagem de culpados por terem sido demitidos e a naturalidade com que deveriam ser subalternizados e aceitarem tal condição. Não é por acaso que situações de discriminação podem ser testemunhadas, ainda hoje. Mesmo depois de tantos anos de retorno ao serviço público dessas pessoas, eu própria já presenciei um incidente que me chocou bastante.

Dando preferência a tirar férias no mês de janeiro para viajar por causa dos fi-

lhos e netos, que moravam em outro Estado, pois era o período de férias escolares, Mafalda costumava combinar com a chefia a sua liberação. Nada obstante, quando o desejo dela de tirar férias coincidia com o mesmo período de interesse de um servidor público “do quadro”, colega seu de trabalho, este entendia que ela deveria ceder, já que os dois não poderiam se ausentar simultaneamente, em virtude de compartilharem as mesmas atribuições dentro de um mesmo setor.

Nesse panorama narrado, o referido servidor, até então, vinha abrindo mão das férias no período de sua preferência, postergando as para os meses de fevereiro ou março. Contudo, em uma espécie de surto, disparou sobre a colega “anistiada” que ela era muito esperta e “ia na surdina falar com a chefia para pedir as férias antes dele”. Pelo que se podia entender de seu ponto de vista, ele sentia que ela não o considerava, porquanto nunca perguntava a ele se tinha interesse em tirar férias naquele período ou, mesmo, propor algum rodízio. “Nunca me consulta se eu quero também. Nunca consigo tirar férias em janeiro. Era pra ela vir falar comigo como um ‘cachorrinho’. Uma ‘terceirizada’ dessa...”, externou ele, aludindo ao *status* da servidora que, ao seu entender, era inferior ao dele.

Esse panorama mostra-se apto a nos apresentar, nas palavras de Dumont (1980), a gradação de estatutos de hierarquia, a partir desses sistemas ocupacionais laborais, como se o servidor “do quadro” fosse, numa oposição ritual, o “puro” em detrimento da “anistiada” impura. E não apenas isso: cada uma dessas pessoas, como partes interdependentes desse todo, apenas podem ser compreendidas em relação à estrutura global. Assim, não é de se estranhar que o referido servidor “do quadro” não apenas esperasse, mas estranhasse que a servidora de casta inferior não realizasse o papel para o qual ela estava ali para executar. Enquanto o antropólogo falava “em nossa moderna sociedade”, as castas ensinam esse princípio fundamental da hierarquia aqui entre nós (DUMONT, 1966 [1980], p.2).

Somando-se os anos de falta de acolhimento por parte de muitos servidores “do quadro”, que não se esforçaram para ensiná-la o serviço, caso em que precisou aprender a mexer no computador e a “observar tudo, calada, na sua” e, dessa forma, desenvolver suas atividades, acredita que os “anistiados” podem vir a ser demitidos novamente no governo Bolsonaro. Governantes como o atual presidente podem se utilizar sempre de uma brecha na lei para demitir, além de que a idade mais avançada é um forte critério para dispensar as pessoas.

Por esse seu entender, talvez possamos afirmar que a servidora nunca se re-

cuperou de seu trauma; no máximo, sentiu alguma calma quando o Partido dos Trabalhadores esteve no poder, retornando a seu *status quo ante* de apreensão com Bolsonaro presidente. Nessa perspectiva, segundo Igreja e Baines (2019, p.252), a recuperação depende da disponibilidade e da acessibilidade de uma variedade de recursos sociais e institucionais, que tomam formas e dinâmicas específicas em lugares específicos.

Contudo, sem um ambiente propício para esse enredo se concretizar, apenas se pode falar na repetição de um passado doloroso no momento presente. “O servidor público não tem nada de direito, não tem segurança no seu trabalho em relação a contar o tempo de serviço. Se eu desempenhar bem o trabalho, mesmo assim não tenho a certeza de que vou ficar”, opinou Mafalda. Assim sendo, conforme os ensinamentos do antropólogo Victor Turner (1975, p.209), o que faz essa servidora nada mais é do que tentar interpretar problemas emergentes de outras épocas, mas que têm implicações na sua vida presente.

Mas o período em que os servidores permaneceram fora do serviço público federal não ocorreu sem lutas dos sindicatos. Muitos dos servidores sindicalizados, inclusive, mantiveram os laços estreitamente fortalecidos pelo “sofrimento e pela injustiça do passado”, haja vista o compartilhamento em comum das demissões advindas das tomadas de decisões políticas. Assim, de acordo com Vigh (2010, p.141), apesar de tudo parecer estar acabado, os “anistiados”, como Mafalda, são esses servidores que constituíram, durante 18 anos, uma unidade relativamente durável de análise, ou seja, uma *comunidade de experiência*.

Nesses termos, as referidas instituições colaboraram ativamente para as mudanças nesse processo de recuperação social ao longo do tempo, por meio da disponibilização de informações relevantes aos servidores “anistiados” e de sua assistência na etapa de retorno ao serviço público federal, provendo-lhes suporte em diversos aspectos, especialmente emocional. Em verdade, ocorre que os efeitos das demissões do governo Fernando Collor nunca se deram por encerrados e, assim como Mafalda, a servidora “anistiada” Maria, pertencente à extinta RFFSA, estatal vinculada ao que seria hoje o Ministério da Infraestrutura, também possui seus fantasmas, associando, em alguma medida, o modo de governar do seu antigo algoz com as práticas do presidente Jair Bolsonaro.

Naquela época, sem a maturidade que, em sua opinião, apenas a idade lhe traria, ela tardou em perceber que “as pessoas não eram aquilo que elas pareciam

ser”. Comentou, ainda, nunca ter se furtado de dizer sempre a verdade, o que lhe teria custado muito. “Eu não pedia ao chefe pra ir ao médico se eu ia tomar um sorvete na esquina. Eu dizia que ia tomar um sorvete na esquina”. Com um temperamento bastante forte, uma voz grave e sua altura típica de jogadora de basquete, Maria passa uma mensagem corporal intimidadora.

Apesar de ela parecer grosseira nos modos, não transparece ter o propósito de ferir qualquer pessoa, sendo esse apenas o seu jeito de ser, podendo se mostrar bastante carinhosa e afetuosa, para aqueles que possuem a oportunidade de conhecê-la. Quando conversamos, ela contou com certo orgulho que costumava enfrentar com alguma frequência sua chefia, como quando pretendia reclamar acerca de algo que ela discordasse. “Eu respondia de volta na cara dele”. Aprendendo com a vida, como ela mesma salientou, já não se portaria da mesma forma no próximo emprego que conseguiria após a sua demissão da RFFSA.

“Ouça os conselhos de sua mãe...”. Assim, Maria passou a acatar o conhecido ditado popular, muito em função também de ter bastante carinho por sua genitora; foi quando se tornou mais reservada nos seus comportamentos, atentando mais para as palavras e o tom com que as utilizava. Naquela época, em busca de emprego, trabalhou em um escritório de advocacia, empresa de uma pessoa amiga sua, onde Maria disse que podia manter sua maneira de ser livre, aberta, sem ter alguém que a pressionasse. Divagando acerca das razões que a teriam levado a ser demitida, ela não crê que tenha sido por causa de seu temperamento, haja vista ter saído uma relação inteira de pessoas também demitidas.

Inclusive, ela recordou-se que o superintendente incumbido de realizar as demissões se negou a tanto, segundo a qual ele teria dito que “jamais demitiria ninguém, pois eram senhoras e senhores com famílias, e que precisavam do trabalho”. Nutrindo sentimentos de grande respeito e até mesmo de afeição por essa pessoa, Maria disse que ele argumentou que não teria paz à noite ao deitar sua cabeça no travesseiro, acaso tomasse essa decisão. Em função disso, o superintendente, segundo Maria, derradeiramente entregou o cargo, aposentando-se na sequência. “Que homem íntegro!”, exclamou. Entretanto, a pessoa que ficou no lugar dele, um engenheiro, já falecido, era “uma pessoa indiferente e vaidosa, que ia continuar com o cargo dele, a fortuna dele, então não se preocupou com o próximo”. Portanto, foi esse homem que executou o plano das demissões, de quem Maria se recorda até hoje.

Apesar de ter perdido o emprego, e mesmo se não tivesse trabalhado no mencionado escritório de advocacia, como era casada, Maria tinha no seu cônjuge, já falecido, um suporte financeiro, portanto, ela não sentiu abalo quanto a este ponto. Porém, enquanto conversávamos, ela externou muita dor e choque ao comentar acerca dos suicídios sucedidos entre alguns empregados da extinta Rede, que não receberam bem a notícia. “Eu conhecia uma dessas pessoas; trabalhava comigo no mesmo departamento. Muita gente adoeceu. Eu fico impressionada como Collor está bem vivo”, externou, comentando, ainda que outros foram acometidos por outras doenças da mente, inclusive o alcoolismo.

Durante a pesquisa de campo, descobri que as lamentações acerca da morte dessas pessoas era algo compartilhado pelos demais empregados da RFFSA, os quais mantinham vívidos os traumas dessa ordem provenientes daquela época. Nessa toada, Kai Erikson (1994, p.231) explana que o acontecimento traumático, que qualifica o indivíduo, torna-o diferente e, quando partilhada a experiência, enseja um sentimento de pertença e de identidade. Apesar disso, a servidora mantinha acesa a esperança de que, um dia, retornaria ao serviço público.

Tal esperança se reforçaria em virtude da predisposição religiosa de Maria que, embora seja católica, admirava o espiritismo kardecista. Nessa perspectiva, ela contou que uma prima sua, com habilidade de ter visões, teria lhe dito, numa tarde de domingo: “Maria, não se preocupe, não. Você ainda volta pra ‘Rede’. Aí eu achei interessante aquilo, mas fiquei na minha. E, depois de 20 anos, ela já morta, e eu voltei e estou aqui”, comentou ela, experienciando a previsão de sua prima. O serviço público, de fato, voltaria a fazer parte de seu presente e futuro. A concretização da profecia apenas corroborou aquilo no que Maria já acreditava: “a quem Deus promete, o homem não tira; ele abala, mas não tira. Foram 20 anos, e a gente na rua gratuitamente, e 20 anos não são 20 dias”.

Essa ênfase no largo lapso temporal em que permaneceram fora do serviço público colaborou – e muito – para a construção da imagética heroística em torno do ex-presidente Lula que, ao final de tudo, conseguiu devolver-lhes o emprego retirado injustamente. “Um homem como Lula, oriundo de um interior de Pernambuco, tornar-se o presidente de uma nação, só pode ser uma determinação de Deus”. Para Talal Asad (2010), a religião é uma prática incorporada e, em uma sociedade moderna na qual o conhecimento está enraizado ou em uma vida cotidiana não cristã ou em uma ciência não-religiosa, o apologista cristão tende a conceber a crença não como a

conclusão de um processo cognitivo, mas como sua pré-condição. “A familiaridade com os conhecimentos religiosos trata-se de uma pré-condição para uma vida social normal, e a crença (incorporada na prática e no discurso) uma orientação para a atividade efetiva nela” (ASAD, 2010, p.274).

Em certa medida chegando a inserir a figura do ex-presidente Lula em um patamar de endeusamento, a servidora pública declarou o seu amor pelo petista, externando que “quem quiser que o odeie, que o chame de ladrão, do que quiser. Eu não olho o Lula político, eu olho o Lula ser humano. Ele fez muito pelo pobre, pelo carente”. Na época, durante o período de campanha eleitoral em que buscava a reeleição, ele teria prometido que, se ganhasse, “o anistiado de Collor voltaria. E ele cumpriu sua promessa”, entoou a servidora. Nesse sentido, a promessa aparece atrelada a um contexto de “provação” (CISNEIROS, 2014, p.55).

Os percalços da demissão “indevida”, as humilhações sofridas na época da extinta “Rede” e os maus tratos do marido que a traía com diversas mulheres foram algumas das lições de vida da servidora. “Acho que a gente não pode dizer que se decepcionou com nada. Devemos seguir em frente. Nada nas nossas vidas é por acaso”. É tanto que, diferentemente da servidora Mafalda, ela não sente que seu futuro está arriscado no serviço público. Para ela, a forma como o presidente Lula teria feito, em termos de, juridicamente, garantir o retorno dos servidores à administração pública federal, “foi muito segura e o nó não desata, então não tenho medo de ser demitida novamente”.

Contudo, ela contou ter recebido com insatisfação o fato de a ex-presidente Dilma Rousseff não ter assinado o documento que transformaria os servidores da extinta RFFSA em estatutários, o que os tornaria estáveis, deixando de ser celetistas. “Se ela tivesse assinado, a gente poderia estar em casa hoje [aposentados], porque ia contar o tempo de serviço em que estivemos fora”. E prosseguiu: “Quem é do SERPRO ou da CHESF tem seu ‘órgão’ para onde voltar, mas a ‘Rede’ não existe mais. A gente tá voando”. Conforme se percebe, a frustração da servidora com a petista não se refere ao interesse de ter estabilidade, como os servidores “do quadro” ou “da casa”, pois para ela essa questão é irrelevante, não lhe parecendo tornar seu estatuto mais seguro. Sua irresignação jaz em uma questão pragmática, acerca de um benefício que poderia ter obtido.

De um lado, está a servidora Mafalda, oriunda da CHESF, que sentiu diversas inseguranças e incertezas com seu retorno ao serviço público. Não foi fácil para ela

abdicar do que mais amava, que era ensinar, além de ter sua capacidade para o trabalho colocada à prova, sem qualquer consideração do governo de Fernando Collor. Aliás, se o governo Bolsonaro será ou não capaz de repetir o passado não se sabe, mas fato é que, durante a Pandemia da Covid-19, Mafalda finalmente se aposentou. Já tinha tempo e idade, e já não via mais o trabalho com aquele brilho, muito em função do cenário político do país e do desprestígio com os servidores públicos. Já Maria segue trabalhando em *home office*, segura de si e quanto ao seu futuro, com aquela sabedoria que a vida lhe ensinou. (Entrevistas e levantamento de dados encerrados em novembro de 2019).

3.2 PAULO E ANGELINA: ESTRUTURAS DESMANCHADAS

“(...) a cada dia, Bolsonaro faz uma barbaridade diferente”

– Angelina

Toda uma realidade sempre foi imposta aos servidores públicos, referente à ideia de segurança e de tranquilidade que o aparato burocrático e a instituição estatal sempre ofereceram aos seus agentes. E não foi nenhum outro, senão o próprio Estado, que se incumbiu de produzir e garantir esses pensamentos, impondo-lhes tais princípios de visão comuns. Porém, essa mesma mão estatal que, outrora, aflagara o funcionário público, com positivamente constitucionais e legais concedendo estabilidade aos seus cargos, parece tentar confundi-los no tempo presente, mediante a potencialidade de medidas (neo) liberais darem uma nova roupagem à administração pública e modificarem a sua rotina no trabalho.

Para algumas dessas pessoas, como Paulo e Angelina¹⁵, ambos “do quadro” do antigo Ministério da Fazenda, o seu mundo tem se desordenado, pois o governo de Jair Bolsonaro atua retirando os servidores públicos da sua zona de conforto. As noções que perpassam a categoria “nativa” de estabilidade, como a tranquilidade financeira, a manutenção de uma rede mais permanente de amizades e de um espaço físico concretamente estabelecido para o trabalho, em função de uma estadia

¹⁵ Paulo e Angelina são nomes fictícios criados para a preservação da identidade das pessoas. Nasceram entre 1980 e 1985 e entre 1960 e 1965, respectivamente, tendo ela votado em Ciro Gomes, no primeiro turno, e em Haddad no segundo; e Paulo votado em Fernando Haddad nos dois turnos das eleições presidenciais de 2018.

preponderantemente prolongada desse trabalhador no serviço público, diferente do caráter mais passageiro das pessoas contratadas pelo setor privado, parecem desaparecer, notadamente, neste “tempo da política”.

Diante desse contexto, diria Marshall Berman (1986, p.13) serem todos os seres humanos movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança, malgrado temerem a desorientação e a desintegração, persistindo “o terror da vida que se desfaz em pedaços”. Nesse sentido, muito embora os servidores pudessem se sentir fortalecidos por pertencerem a uma grande organização burocrática (precisamente o Ministério Fazenda), o que denota poder e prestígio socialmente reconhecidos, eles estão imersos em transformações emanadas de um centro de poder político sem precedentes em sua história de vida, ao arrepio de sua vontade.

O servidor público Paulo experimentou um desses terrores, a despeito dos seus mais de 40 anos de serviço público – tempo esse que até parece “nada”, segundo ele mesmo expõe, diante de tantos problemas que tem enfrentado. Paulo testemunhou o processo de promulgação da Constituição Federal de 1988 quando já era funcionário de uma das subsidiárias da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), pertencente ao então Ministério do Desenvolvimento Regional, denominada Conesg (Companhia Nordestina de Serviços Gerais), nela entrando no ano de 1979. Por força da Exposição de Motivos da Presidência da República de 1986, os empregados desta e de outras subsidiárias acabaram sendo enquadrados no quadro da Sudene.

Nessa toada, segundo Gouveia (2011, p.86), a legislação teria dado a esses servidores públicos um amparo legal, para efeitos de aposentadoria, além da contagem de tempo de serviço prestado àquelas subsidiárias, como efetivos servidores da autarquia federal. Assim sendo, tornando-se servidor efetivo do quadro da Sudene, após a referida decisão legal, seu trabalho consistia no atendimento ao público tanto no setor de serviço médico como no espaço onde funcionava um restaurante, e revelou que se sentia gratificado quando conseguia atender a necessidade de alguma pessoa. Enquanto conversávamos, ele lembrava com saudosismo que, no serviço médico, quando os doentes precisavam de uma requisição, mas o servidor responsável não estava, ele deixava seu posto para entregar os documentos, pois “sempre chegava cedo”.

De fato, o servidor Paulo sempre foi reconhecido pelo profissionalismo ímpar entre os seus pares. É o primeiro a chegar e, não raramente, o último a sair. Não fal-

ta, nem tira férias. O pobre servidor, nesse sentido, acaba sendo a primeira pessoa da confiança da chefia. O seu perfil dedicado e comprometido sempre o conduziu a assumir funções de confiança, como quando recebia e conferia as compras realizadas, ainda na época da Sudene, além de lidar com assuntos relacionados com dinheiro. “As contas médicas custavam uns R\$ 500 mil reais, mas se você faz a coisa certa, não tem com o que se preocupar”, contou, orgulhoso, incorporando a figura de uma personalidade honesta.

Porém, com a extinção da Sudene em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mediante a Medida Provisória 2.145 de 2 de maio de 2001, os servidores efetivos, detentores de estabilidade, tiveram lotação provisória no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com Gouveia (2011, p.90), houve, na sequência, um processo de redistribuição dessas pessoas para outros órgãos federais “cujas medidas eram ausentes de critérios transparentes, agravando o processo do clima organizacional”. Foi nesse contexto que Paulo se estabeleceu em um dos órgãos do Ministério da Fazenda.

Até mesmo pela sua idade e longevidade no serviço público federal, Paulo experienciou as práticas de diversos presidentes da República. Contudo, o modo de governar de Jair Bolsonaro deixa-o peculiarmente impressionado. Referindo-se, em especial, ao corte de gastos praticado pelo governo federal em 2019, o que lhe conferiu “duros golpes financeiros”, Paulo ficou sem saber como proceder diante de tais tomadas de decisão. Para ele, são tempos turbulentos. Dentro dos 100 dias de governo, em conjunto com o ministro Paulo Guedes, o presidente baixou o Decreto 9.725 de 12 de março de 2019, que dispunha sobre a extinção de cargos em comissão e funções de confiança e limitava a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações. Por conta dessa circunstância, Paulo perderia o valor de, aproximadamente, R\$ 400,00 a ele conferido por assumir a função de chefe substituto de determinado setor onde atuava. Recebendo a função gratificada desde junho de 2015, deixou de recebê-la em 30 de janeiro de 2019.

Em vista da remuneração que ele auferia, o impacto dessa retirada – repentina e inesperada – foi, como ele disse, “gritante”, nada obstante o que mais o incomodou foi a forma como tomou conhecimento dessa perda. Ele se magoou, porque a comunicação ocorreu publicamente, em uma reunião promovida pela autoridade do órgão na frente de todos, quando se enumerou, um a um, o nome das pessoas que perderiam os benefícios remuneratórios. “Deveriam ter sido mais retraídos, mais

discretos, não poderiam ter feito dessa maneira. Você ficou exposto, e aqui ninguém sabia que eu recebia essa gratificação”. Assim como Paulo, outros servidores também sentiram-se chateados por terem sido evidenciados e, de certa forma, tomaram o gesto até mesmo como humilhante. Em alguns casos, as gratificações não passavam de R\$ 200,00.

Como consequência desse anúncio público, o servidor disse ter sido alvo de ironias dos colegas de trabalho, uma vez que recebia a gratificação e “ficava caladinho”, segundo verbalizou um dos seus pares. “Eu disse: claro, não interessa a ninguém...”, respondeu. Apesar de não ter notado “ninguém diferente” com ele em função de receber o dinheiro em silêncio, para além dessas brincadeiras pontuais, o servidor começou a sentir mudanças em sua rotina de trabalho, percebendo as rupturas diante da emergência de um novo governo. Como se sabe, o futuro nem sempre prestigia o passado e a modernidade consiste em uma unidade paradoxal de desunidade. “(...) ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (...) ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’” (BERMAN, 1986, p.15).

Nessa perspectiva, acrescentou o servidor público que sua gratificação teria sido fruto da indicação de um “nome forte do alto escalão” do órgão onde trabalha e, mesmo assim, não acredita que a ação poderá ser desfeita, já que a decisão veio de “Brasília”, sendo essa uma medida do governo Bolsonaro, por meio do Ministério da Economia. Ato contínuo, não fosse suficiente essa perda financeira, que muito o abalou, Paulo ainda se depararia com outra surpresa. O servidor receberia um ofício comunicando-o acerca da perda de mais R\$ 300,00, a fim de que desse ciência dessa informação.

Travava-se de uma gratificação oriunda da antiga Sudene, onde ele havia trabalhado antes do Ministério da Fazenda, mas que ainda era percebida por ele. “Foi rapidinho, e já tiraram o dinheiro no próprio mês do envio do ofício”. De acordo com Holbraad et al. (2019, p.1), conhecendo as formas com que o mundo em torno de cada pessoa muda, diferentes formas de ruptura florescem, entre as quais se encontram algumas que soam familiar, a exemplo do populismo, do protesto e da revolução, e outras são aparentemente novas, como desastres naturais e as respostas às catástrofes ambientais. Em suma, para os autores, as rupturas são momentos nos quais o valor emerge por meio do término de alguma coisa.

Apesar da expressão calma de sua fala, claramente o servidor mostra-se in-

conformado com o que, para ele, tratou-se de inércia do sindicato. “Você recebe um negócio há mais de 20 anos, então eu penso que não tinha como tirar isso”. Somando as duas perdas, foram embora quase R\$ 800,00 de renda de Paulo, sendo que, em sua casa, como ele asseverou, “são quatro bocas para alimentar”, ou seja, ele, a mulher, o neto e a filha. Além de pagar o aluguel, ele também arca com o colégio do netinho e, por estar negativado no consignado, não consegue sequer fazer um empréstimo. “Isso impactou minha renda familiar, me atrapalhou todinho”. Diante disso, na prática, ele acabou tendo que se mudar de uma casa cujo aluguel era R\$ 550,00 para outra de R\$ 350,00, pois “se não fizesse isso, nem o aluguel ia conseguir pagar”. Com os valores na “ponta da língua”, fica evidente que o servidor realmente se atém aos seus gastos e se preocupa muito com isso, já que tem as despesas memorizadas.

Os burburinhos que correm nos corredores da repartição são no sentido de como a sua vida é sacrificada. Entre os comentários, está o fato de que ele está sempre economizando em tudo o que pode. Suas roupas, já bem gastas, e seus almoços em uma marmita simples, preparados pela sua esposa, apontam para sua condição precária. “Dinheiro não é tudo, mas a situação realmente complica quando você está acostumado com um patrimônio, tem uma família pra sustentar, e aquilo muda”. Pela frente, ele revelou ainda ter uns dois ou três anos de pagamentos de empréstimos que fez junto ao Banco do Brasil, que continuam sendo descontados em seu contracheque. “Aí o salário fica desse tamanho. Eu saio atrasando tudo. Atrasa cartão, luz e água, não tem como você acompanhar”. Ainda lamenta porque “nem direito a se aposentar ele tem”.

Se assim ele procedesse, perderia o vale-alimentação e o vale-transporte, o que implicaria uma redução de mais R\$ 600,00 do seu orçamento familiar. “Eu só não me aposentei, porque no momento eu não tenho como reduzir mais nada”, desabafou. Em que pese esse contexto, Paulo ainda externou alguma esperança de ser contemplado por um incremento financeiro, em decorrência de uma suposta inclusão dos servidores em uma nova carreira de cargos e salários. Porém, ao que é de conhecimento do senso comum entre os servidores, “essa história já foi contada tantas vezes que a gente nem acredita mais”, comentou um servidor “do quadro”, também colega de trabalho de Paulo. Ainda assim, mesmo na contramão da sorte, Paulo se prevalece dessa possibilidade.

Já tendo se livrado de “algumas coisinhas pequenas”, referindo-se a algumas

dívidas passadas, o servidor revelou que seu maior peso mesmo é o Banco do Brasil e, se não fosse isso, já estaria melhor, mais tranquilo. Na intimidade de nossa conversa, Paulo afirmou que o seu débito com o Banco estatal ocorreu para se “livrar de uma bronca”. O servidor foi enganado por uma pessoa, ao decidir emprestar dinheiro para ela, a qual não havia lhe restituído o valor. Após sofrer o “calote”, por tentar ser “bom” para o próximo, ele precisou pedir um empréstimo para se ver livre de um agiota, sujeito de caráter duvidoso e que poderia se tornar alguém perigoso, o que “foi o fim da picada”.

Nessa saga que perdas financeiras e de problemas de ordem pessoal, Paulo comentou que somente o Banco do Brasil leva, mensalmente, R\$ 1.400,00 de sua remuneração, além do desconto do imposto de renda retido na fonte, de R\$ 495,22, e o aumento para 14% da alíquota previdenciária (a teor do art. 40, §14, da CF/1988), o que implicou dedução de R\$ R\$ 588,66 de seu contracheque. Apenas a título de informação, segundo o Portal da Transparência, a remuneração básica bruta de um servidor de nível médio em final de carreira, como é o caso de Paulo, sem incidir todos os descontos, é de R\$ 5.212,27.

Apesar dessa situação, o servidor expõe que não vai deixar de trabalhar e, tampouco, de cumprir suas responsabilidades, independentemente da perda de gratificação. “Vou ficar com raiva, vou trabalhar menos? Não ... Vou dando o melhor que posso. Pior era me botar na rua...”. Nesse momento, o servidor Paulo se calou por algumas frações de segundo, olhou firme e continuou: “Poxa, eu já tenho esse tempo todinho [de serviço público]... Não é possível que o governo ainda vai botar a gente na rua”, decepcionou-se. Apesar dessas “ideias do governo de tirar a estabilidade”, em que tudo pode acontecer, Paulo ainda acredita que essa situação não se reveste de concretude.

Embora o servidor não creia que medidas radicais como uma dispensa do serviço público devam alcançá-lo, não se deve perder de vista que tampouco se cogitava que, dentro do Ministério da Fazenda, a ESAF/PE (Escola de Administração Fazendária em Pernambuco), responsável pela realização da política de recursos humanos de órgãos das áreas de finanças públicas, especialmente quanto à seleção, formação e desenvolvimento profissional de seus servidores, estudos e pesquisas, pudesse ser extinta. Mas foi o que aconteceu.

O Decreto 9.680 de 2 de janeiro de 2019 tornou a ESAF um órgão integrante da ENAP (Fundação Escola Nacional de Administração Pública), após o que o De-

creto 9.730 de 15 de março de 2019 aprovaria o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos e funções da ENAP. Segundo a servidora Angelina, a fusão das duas instituições foi muito penosa para os servidores que estavam em exercício naquela oportunidade, tendo em vista tanto o apego afetivo à Escola do Ministério da Fazenda bem como a ocorrência da retirada de suas gratificações.

Com o referido normativo, a ESAF se tornaria, portanto, uma autarquia, integrante da administração indireta da União, deixando de ser um órgão da estrutura da administração direta, como era antes. Segundo a servidora Angelina, “de dezembro de 2018 a março de 2019 foi só choro por lá. O tratamento com os servidores foi péssimo por parte da ENAP”. Salientou, ainda, que a ESAF na verdade não se “fundiu”. Dando um choque de realidade com sua fala, ela expôs com todas as letras que a Escola “se deteriorou por completo, além de que os servidores em nada participaram das negociações”.

Com a publicação do Regimento Interno dos Centros Regionais da ENAP pela Portaria 187 de 4 de abril de 2019, a servidora contou com lamentação que os servidores “cedidos” e que, até então, trabalhavam na ESAF, precisaram retornar às suas empresas de origem, embora tenha havido casos mais complicados, como o de uma servidora integrante do antigo Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), órgão “que nem existe mais e, mesmo assim, ela teve que sair da ESAF”. No final, essa colega finalmente teria conseguido “arrumar” um órgão dentro da própria estrutura do Ministério da Economia aonde ir.

Por sua vez, no caso dos servidores “anistiados” em exercício na ESAF, especificamente, do SERPRO, a informação era de que essas pessoas “não seriam reaproveitadas em nenhum lugar, ou seja, haveria demissão, na ocasião de seu desligamento”. Incerteza, risco e insegurança eram palavras-chaves no imaginário dos servidores “anistiados” que, pela extinção do órgão onde trabalhavam, não sabiam o desfecho de seu futuro, especialmente porque, como já ensaiado ao longo da tese, os “anistiados” retornaram não para atuar na sua empresa de origem, mas, sim, em órgãos de Ministérios como cedidos. Tempos depois, “recebemos a notícia de que, se eles encontrassem lugar para ficar, manteriam o emprego”. Como se nota, as informações eram inúmeras, mas fragmentárias, sem nitidez, ressonância e profundidade, fazendo perder a capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas (BERMAN, 1986, p.16).

A essa altura, a maior preocupação da equipe era que os servidores do SER-

PRO conseguissem encontrar um lugar que quisesse aceitá-los, com a dificuldade de que o órgão que os recebesse se oneraria quanto ao pagamento de suas remunerações. “Sem contar o prazo curto dado a essas pessoas que passaram grande parte de sua vida na Fazenda”. Nesse sentido, Angelina denominou aquele momento da história da ESAF como “tempos pós-apocalípticos”, sendo os servidores obrigados a partir para outros órgãos, onde levariam um tempo até começarem a construir, novamente, uma identificação profissional com o lugar.

Nessa época, ainda houve a retirada de gratificações dos servidores públicos que eram “do quadro” do Ministério da Fazenda e se encontravam em exercício na ESAF/PE. Essas gratificações, denominadas GAEGS (Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo), foram suprimidas por meio da Portaria 232 de abril de 2019, ocasião em que os servidores entraram em profunda tristeza e estado de lamentação. Para se ter noção da perda financeira, os servidores ocupantes de cargo de nível superior recebiam valores de R\$ 3.509,00, se tomarmos 1º de janeiro daquele ano como referência; ao passo que os de nível intermediário recebiam o valor de R\$ 2.246,00.

Após a “fusão”, a então ENAP ainda promoveu um processo seletivo por meio de entrevistas com a finalidade de implantar um novo sistema de coordenação de cursos. Essa decisão teria gerado nos servidores fazendários um sentimento de indignação, pois a ENAP pretendia usar duas de suas gratificações (da ESAF) e direcioná-las para dois novos analistas do INSS (Instituto Nacional de Previdência Social), que acabaram sendo aprovados nesta seleção. Nesses termos, “quem era ‘da casa’ perderia essas funções”. Uma das colegas de Angelina da ESAF, também servidora “do quadro”, comentava considerar justo a ENAP ter aumentado os pontos dos servidores que já integravam o quadro da ESAF/PE, ou seja, iniciarem a seleção com a alguma vantagem, o que não ocorreu. Assim, a ENAP teria, simplesmente, retirado as funções de pessoas que eram “muito competentes e selecionando dois que não eram nossos”, disparou Angelina.

Em função do sentimento geral de desvalorização dos servidores da antiga ESAF, o nível do clima organizacional simplesmente despencou. Ficou péssimo. As pessoas sentiam-se injustiçadas, invadidas em seu espaço. Aquele terreno que era delas estava sendo invadido por desconhecidos, que vinham tomar posse como se fossem seus proprietários. Acredita-se, inclusive, que a intenção da ENAP era, positivamente, não deixar as funções com os fazendários. “Eles simplesmente que-

riam pegar ‘gente’ de fora e dar. Tô te falando, tempos péssimos. Resultado: chuva de pedidos de redistribuição”. Insatisfeitos com a nova roupagem estrutural da ESAF, agora tornada ENAP, e também sem função gratificada, as pessoas estavam cada vez mais imersas em um contexto de fragmentação, de mudanças indesejadas, de desabamento psicológico.

O desfecho dessa história surpreendeu ainda mais, aos olhos de Angelina: depois de todo esse rebuliço, ela contou que os tais dois servidores nem chegaram a assumir suas funções. Tampouco se compreendia de que maneira duas gratificações que antes iam para esses servidores, supostamente pertencentes ao INSS, não poderiam ficar com os servidores fazendários. Tudo estava muito desorganizado. Não havia um plano de encerramento das atividades, além de que as informações eram constantemente alteradas. Como nem todas as pessoas perderam, de imediato, suas funções gratificadas, ficando a critério da chefia a escolha de quem permaneceria com aquelas funções que ainda não haviam sido retiradas, houve embates internos entre os grupos de colegas da ESAF.

Um desses servidores “do quadro” encheu-se de tristeza quando não foi um dos contemplados para permanecer com a sua gratificação de nível médio. Parece que a insatisfação alcançou, inclusive, alguns de seus colegas, que reconheciam o quanto o servidor já havia trabalhado pela administração, sem contar a pessoa “de confiança que ele era”. “Foi uma série de critérios mal explicados pra a escolha de quem receberia essas funções que sobraram. Acho que as pessoas escolhidas eram mais ligadas à chefia”, aplacou o servidor. De toda forma, com o passar do tempo, os servidores foram perdendo, um a um, as suas funções gratificadas. Desde a publicação da Portaria 680 de 30 de outubro de 2019, dispensando os servidores com função de chefes de Centro, o que ocorreu também com a ENAP Polo Presencial Nordeste I – PE, no Recife, até a publicação da Portaria 682 de 30 de outubro de 2019, que dispensava outra leva de servidores do recebimento das GAEGs, em razão da extinção dos polos e centros da ENAP.

Após tantos decretos e portarias publicados, os servidores públicos precisaram “começar do zero” em algum lugar novo, entendendo-se pela necessidade de investir em uma nova identidade funcional e longe dos amigos de longa convivência, já que foram sendo espalhados em diversos órgãos. Para Angelina, considerando que, “a cada dia, Bolsonaro faz uma barbaridade diferente”, e revelando seu desejo obscuro de “dar outra facada nele”, é motivo de indignação o tempo em que o presi-

dente ainda deverá permanecer no poder. Por conta dessa “fusão”, que ocorreu possivelmente porque o governo não quis manter duas Escolas dentro do mesmo Ministério, “teve gente até que passou mal, porque tinha prestações a pagar”, comentou a servidora.

Diante do exposto, pode-se concluir que os relatos biográficos narrados conduzem ao entendimento de que os servidores públicos se encontram em um lugar onde o tempo parou. De acordo com Sennett (2006, p.13), seria dizer que as instituições já não proporcionam um contexto de longo prazo, e o indivíduo pode ser obrigado a improvisar a narrativa de sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo. Em outras palavras, as pessoas tiveram que aprender a se desapegar e agir em prol da adaptação às novas condições de trabalho lançadas, a partir da perspectiva do novo governo.

Conforme mudam as exigências da realidade dos servidores públicos, eles descobrem suas capacidades potenciais com os fenômenos em andamento. Naquela época, Angelina não imaginaria que dar destino a documentos e rasgar outros para jogar fora, além de fechar “a casa” acabaria se tornando as atribuições dos servidores, quando, por fim, a própria ENAP seria extinta em Pernambuco. Portanto, primeiramente ocorreu a “fusão” entre as duas instituições, perdendo a ESAF sua autonomia; segundo, a própria ENAP tem suas atividades encerradas por decisão do governo federal. Diante da desintegração da instituição, os servidores “do quadro” ficaram em situação de suspense quanto ao seu futuro.

Foi quando chegou a notícia, de Brasília, que eles seriam realocados em algum dos seguintes órgãos: SPU (Superintendência do Patrimônio da União), PRFN 5 (Procuradoria Regional da Fazenda Nacional), SRA/PE (Superintendência Regional de Administração) e RFB (Receita Federal do Brasil). Se, por um lado, os servidores deveriam informar quais órgãos eram de sua preferência para lotação; por outro, os gestores desses órgãos também puderam opinar sobre o perfil de servidores de seu interesse, a partir da análise de seus currículos. A ideia era fazer uma espécie de “batimento” dos interesses dos servidores e dos órgãos. Lembro bem dessa época, porque alguns colegas me pediram que eu comentasse caso descobrisse quais servidores a Procuradoria tinha escolhido.

Eu havia ouvido dizer por meio dos comentários da cúpula dos gestores de lá que a ideia seria uma das duas vagas ser destinada para a diretora da ESAF, pelo fato de se presumir sua habilidade de gestão, e a outra para um servidor – homem –

da área de tecnologia da informação. Neste último caso, em virtude de o serviço público estar passando por um processo de informatização, precisando de servidores com habilidades nessa área do conhecimento. Não logrando êxito em sua pretensão, a Procuradoria da Fazenda recebeu outros dois servidores que haviam escolhido, por sua vez, também outro órgão como primeira opção.

Durante nossa conversa, Angelina comentou que “pra onde quer que fosse, iria contente e daria o melhor de si”. No final das contas, ela conseguiu ser lotada onde pretendia. “Aqui é um lugar mais moderno, um local em que eu posso me desenvolver mais, e também tinha mais afinidade com a missão da instituição”. Nesse cenário, manifesta-se o denominado aspecto duplo da ruptura, ou seja, enquanto a ruptura opera como um momento inerentemente negativo, tal qual um corte crítico ou ponto de mudança, ela também pode atuar como um impulso positivo ou dinâmico para a fuga, o redirecionamento, a reconstituição e, até mesmo, a renovação (HOLBRAAD et al., 2019, p.1).

A despeito das ansiedades e atropelos durante o desmoronamento da ESAF/PE, Angelina recorda do tempo em que aguardava ser chamada no concurso do Ministério da Fazenda, tornando-se, finalmente, servidora pública federal. “E chegou! Sou muito grata ao universo pelo meu trabalho, e sinto muito orgulho dele”. Por sua vez, Paulo segue agradecendo a Deus, e pedindo que o governo Bolsonaro não retire ainda mais direitos dos servidores públicos. Dessa maneira, eles usam suas referências pessoais para a realização de “cômputo do tempo” (MARTI, 2017, p.72), relacionando a política de governo com os acontecimentos no trabalho que se deram sob sua égide. Assim, as forças da ruptura, no contexto de suas vidas pessoais e do trabalho, são percebidas como disruptivas, e as mudanças são rechaçadas em prol da manutenção do tradicional já conhecido. (Entrevistas e levantamento de dados encerrados em maio de 2020).

3.3 FLÁVIO E LUANA: RELIGIÃO E GOVERNO NÃO SE MISTURAM

“Se o pastor disser: vote no ‘carcará’, eles votam”

- Flávio

A religião costuma ser um meio de as pessoas se protegerem de inseguranças e, de certa forma, trazerem uma ordem ao seu mundo pessoal. Porém, quando

é o presidente do Brasil quem se inclina a agendas religiosas, uma “moderna” agenda (neo) liberal econômica de Estado pode se mostrar contraditória, notadamente pela intimidade de Bolsonaro com uma religião “polarizante”, que é a evangélica. Assim como o presidente, políticos como Eduardo Cunha e Anthony Garotinho não são evangélicos que foram para a política, mas eles estenderam suas bases para esse universo religioso por meio de atos rituais e narrativas de conversão (ALMEIDA, 2017, p.75). Portanto, entre muitos servidores públicos, essa mescla do Estado com a religião parece interferir na *governamentalidade* do presidente da República, produzindo desconfianças. É o que pensam, por exemplo, os servidores públicos Flávio, que é evangélico, e Luana¹⁶, que é católica.

Diante de episódios importantes da história da política nacional, Jair Bolsonaro evocou Deus para trazer certezas principalmente ao público evangélico, ainda que ele próprio seja teoricamente católico. Isso ocorre porque, segundo Burity (2016, p.2), dentro de um panorama de coalizão liderado pelo Partido dos Trabalhadores, principal partido de esquerda das últimas quatro décadas, os políticos evangélicos refletem uma força reacionária na sociedade civil e na indústria cultural evangélica brasileira. Entretanto, quando passam a ocupar espaços na política, os evangélicos podem ser considerados dentro de um “contexto de trauma, de medo, de antagonismo, de ressentimento e de percepção de que as fontes do mal se multiplicam e tomam conta, tomam lugar” (BURITY, 2016, p.3).

Por essa razão, na visão de parte dos servidores, exsurge um sentimento de ameaça às instituições democráticas e à trajetória de auto-organização da sociedade civil e dos movimentos sociais populares. Embora seja evangélico, o servidor Flávio se manifesta contra vários dos posicionamentos do presidente Bolsonaro, relacionados à sua “política religiosa”, como sua “lógica belicosa de destruição do inimigo” (ALMEIDA, 2017, p.151), e a de que o Deus dele estaria “comprometido com uma ordem nacional anticomunista, autoritária e militar”. Ocorre que, para o servidor, o presidente “tem que ser uma pessoa humana, sentir o que o povo sente”, e não usar religião para se promover ou ganhar votos”. Jair Bolsonaro perde, assim, a credibilidade enquanto gestor público.

¹⁶Flávio e Luana são nomes fictícios para a preservação da identidade das pessoas. Ambos nasceram entre 1960 e 1965, tendo votado em Fernando Haddad no primeiro e segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

É tanto que, na Igreja que frequenta, Flávio comentou que seu pastor não pede voto aos fiéis, diferentemente do que ocorre especificamente na Igreja Assembleia de Deus, cujos fiéis seguem o que o pastor determina. “Se o pastor disser: vote no ‘carcará’, eles votam”, externou. Por essa razão, ele sente insegurança quanto ao futuro dos servidores, dado que o presidente do país está a todo o tempo reforçando o caráter religioso de seu governo a partir de suas tomadas de decisão, modo de se comportar e seus discursos. Nessa toada, Flávio entende que arbitrariedades podem facilmente ser cometidas, se considerado o perfil do presidente, como a retirada da estabilidade do cargo do servidor público.

Além disso, o servidor revelou seu desânimo com a falta de reajuste remuneratório para sua categoria, o que não deve ter o panorama melhorado com Bolsonaro no poder. A situação está tão difícil financeiramente, que ele precisou sair até mesmo do plano de saúde, dependendo do atendimento público pelo SUS. Contudo, sua maior insatisfação reside mesmo no fato de que o aumento salarial ocorre apenas para uma classe de servidores mais abastada, mas não para os servidores administrativos, como é o seu caso. Ele se refere, por exemplo, aos juízes, procuradores da fazenda, auditores e outros servidores com sindicato forte. “Eu num queria que o governo desse aumento pra gente não. Eu queria que ele baixasse as coisas. Já ajudava”, retificou.

Entre as temáticas que mais causou-lhe agitação, encontra-se a Reforma da Previdência. Para sua indignação, ele entende que, primeiramente, ocorreu uma melhora nos “salários” de gerais e de membros do Supremo Tribunal Federal, apenas após o quê a Reforma foi aprovada. “E o povo que se atole”. Dessa forma, Flávio se percebe dentro de um contexto de injustiças, a partir de um plano de governo que não beneficia os mais pobres e, contraditoriamente, se prevalece de um discurso religioso como sua bandeira. Reagindo a essa lógica, demonstrou incômodo e indignação com a ocasião em que o presidente Bolsonaro foi batizado nas águas do Rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo Dias Pereira, candidato à presidência em 2014 pelo Partido Social Cristão (PSC). Apelando para a ironia, por não acreditar na genuinidade do gesto nem do pastor e nem do presidente, exclamou Flávio: “Olha que santidade!”.

Com propriedade de conhecimento para debater religião, o servidor Flávio afirmou ter sido batizado aos 13 anos de idade na Igreja Adventista do 7º Dia por ele visitada até os dias de hoje, dedicando-se a muitos estudos bíblicos desde então.

Tanto ele como sua esposa e filhos têm na religião um dos principais elementos de suas vidas, ao redor do que giram suas práticas no trabalho e nos demais espaços sociais por eles frequentados. Assim, ele critica a banalização da religião e seu uso para fins políticos, porquanto acredita que não deveria ser este o propósito dela. Ao se dar conta de como a religião é utilizada de modo desvirtuado pelo presidente, que, com ela, pretende construir uma imagem positiva em prol de um público definido de eleitores, ele demonstra sua descrença pela política brasileira, que não merece confiança e mostra-se por demais arriscada.

Nessa toada, comentou Flávio que “o negócio é botar os pés e os joelhos no chão e orar, pois só quem tem força é Deus, e o homem só tem interesse”, ao se referir à indiferença dos políticos para com a população brasileira. “Até hoje o nordeste sofre com a seca. E cadê os políticos? Com ‘raivinha’ do nordeste, agora que Bolsonaro não faz nada, e a gente vai sofrer mesmo”. Nesse sentido, ao indicar seu descredito na política brasileira e, notadamente, no presidente da República, especialmente pela suposta aversão que ele teria pelo Nordeste, dada a popularidade do ex-presidente Lula na região, “a única esperança do cristão é que Deus venha buscar o povo dele”. É assim que pensa o servidor Flávio: a salvação ocorrerá com fé no retorno de Jesus Cristo a este mundo.

Percebe-se, assim, uma forma peculiar de agência praticada pelo servidor Flávio, que busca dirimir suas constantes incertezas, a partir de suas orações e práticas corporais relatadas, ainda que ela se assemelhe a uma “antítese de agência”, ou seja, pareça ser tudo menos uma forma de ação. Nesse sentido, ao encontrar em Deus as forças para o enfrentamento das adversidades, como as inseguranças das práticas do governo em direção à administração pública, por exemplo, o servidor reflete nessa sua “passividade insultante e docilidade” uma forma de “agência” que lhe parece ser eficaz.

Nessa linha de raciocínio, bastante entristecido com aqueles que fazem leis injustas e escrevem decretos opressores, conforme descrito no livro de Isaías 10, na Bíblia do Cristianismo, Flávio tem fé nas duas ressurreições que virão: a primeira, sendo esta a dos justos; e a segunda, a dos perdidos. “Bem-aventurados os que fazem parte da primeira ressurreição, porque a morte não terá domínio sobre eles”, pregou. Ele, que ainda menciona Habacuque 1:4, defende ser “por isso que a lei se enfraquece e a justiça nunca prevalece. Os ímpios prejudicam os justos, e assim a justiça é pervertida”. Para Mahmood (2006), essa maneira de lidar com as adversi-

dades pode ser entendida a partir dos discursos e estruturas de subordinação que criam as condições para o seu desenvolvimento. “Neste sentido, a capacidade de agência pode ser encontrada não só em atos de resistência às normas como também nas múltiplas formas em que essas formas são incorporadas” (MAHMOOD, 2006, p.131).

Flávio é o tipo de servidor íntegro e trabalhador. Não se atrasa nem um único dia, e respeita bem a hierarquia na repartição em que trabalha. Já foi militar no período de alistamento obrigatório. Por acreditar ter fielmente servido ao seu país, bem como ser um cidadão correto e que cumpre seus deveres de convivência em sociedade e em família, reluz com alegria a data em que poderá pedir a sua aposentadoria, apontando para um pedaço de papel onde anotara: 14 de setembro do ano de 2020. Isso porque deseja estar recluso de toda essa loucura que é a política e seus reflexos na vida das pessoas, inclusive, no trabalho.

A bem da verdade, Flávio tem medo. Ao se aposentar, ele acredita que estará mais resguardado das práticas danosas do governo, ainda ocultas e imprevisíveis. “Entrei certinho, quero sair certinho, diante dos homens e diante de Deus, principalmente, para fazer o que gosto de fazer, que é comprar um sítio e viver a vida”. Assim sendo, parece que o servidor sente um vazio e, ainda que siga os passos determinados por Deus, ter de lidar contra os ímpios torna-se um martírio.

O servidor, no entanto, não só critica Bolsonaro, mas também os seus eleitores, que afrontam diversos mandamentos da lei de Deus, como testemunhou fato envolvendo uma de suas colegas de trabalho. A servidora, cujo nome será preservado, inclusive de religião católica, e que também é voluntária na Igreja por ela frequentada, além de ser simpatizante das pregações do Padre Marcelo Rossi, não teria um modo de pensar e de se comportar com o próximo condizente com o catolicismo na opinião do servidor. O motivo é que Flávio testemunhou alguns comentários pejorativos e discriminatórios partindo dela, referente às famílias de venezuelanos pedintes de esmolas nos sinais do Recife, os quais ficaram conhecidos por segurarem cartazes, informando estarem com fome ou pedindo emprego, o que acabou, de certa forma, virando tendência durante a Pandemia da Covid-19, até mesmo pelo aumento do desemprego e pelo afastamento social.

A servidora “anistiada”, também ex-eleitora do Partido dos Trabalhadores, manifestou um sentimento de raiva ao observá-los nessa condição, ocupando os espaços da cidade, e acabou relacionando-os com a política “comunista” de Nicolás

Maduro e com a crise financeira do Brasil. Hoje, bolsonarista “doente”, como Flávio a caracterizou, a servidora estigmatizaria essas pessoas como se elas fossem favoráveis ao governo venezuelano. Na realidade, elas estão mesmo é fugindo dele, razão pela qual estão nas ruas do Recife. Assim sendo, religioso praticante e consciente como é, Flávio questiona onde está o amor dessa colega servidora, afirmando: “Jesus disse: se você ama só quem lhe ama, você não tá fazendo nada. O amor verdadeiro é aquele em que você ama seu inimigo”.

Focalizado a defesa de valores tradicionais e de interpretações atribuídas à literalidade de textos sagrados ou a revelações especiais, o fundamentalismo, notadamente característico do governo Bolsonaro aos olhos dos servidores “esquerdistas”, como é o caso de Flávio, também se coaduna com as dimensões sociotécnicas e econômicas da modernidade capitalista (BURITY, 2016, p.15). Nessa perspectiva, observa-se que o servidor critica Jair Bolsonaro quanto ao seu comprometimento com assuntos que apontam para uma moralidade pública mais controladora, uma economia que reduz a função do Estado e se volta para o mercado, além de uma política de segurança mais repressiva e punitiva, em contradição ao que se prega em termos de um evangelho “legítimo”.

A essa conclusão também chega Almeida (2017, p.78) ao estudar o discurso dos deputados federais que evocaram o nome de Deus durante o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, entre os quais se encontrava o próprio presidente Jair Bolsonaro, ainda deputado pelo Partido Social Cristão (PSC/RJ). Para o autor, os referidos deputados inserem-se num contexto denominado de “onda conservadora”, embora saliente que, apesar de a religião, as religiões e os religiosos fazerem parte desse movimento mais amplo, sendo constituintes e constituídos por ele, nem todos os evangélicos são conservadores (ALMEIDA, 2017, p.78). Seria o caso, por exemplo, do próprio servidor Flávio, que é adventista, mas se inclina para algumas pautas auferidas à “esquerda”.

Nessa perspectiva, nosso personagem se depara com dois conflitos internos simultâneos, que o levam a uma profunda reflexão. O primeiro, quando a noção de estabilidade é negligenciada pelo Estado; e o segundo, quando suas concepções de religiosidade vão de encontro às do presidente Bolsonaro, causando-lhe incertezas e desconfiança quanto ao seu modo de governar. Apenas para se ter ideia, durante o período em que era deputado, o presidente disse:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim! (ALMEIDA, 2017, p.75).

O servidor público Flávio começou sua carreira no serviço público federal ao entrar na SUDENE, onde começou no ofício de vigilante, passando para a função de ascensorista e, então, de porteiro, até chegar ao gabinete e, de lá, “não sair mais”. Ele relembra que o aumento salarial dos funcionários era vinculado ao aumento remuneratório dos próprios militares, e revelou sentir muita saudade daquela época. Com um sorriso discreto no rosto, e com os olhos lacrimejantes, exclamou “que era muito bom!”, pensando com saudosismo no trabalho e nas amizades cultivadas naquela época.

Contudo, o saudosismo rapidamente cede lugar para a preocupação diante do desejo do ministro da Economia de retirar a estabilidade do servidor público. “Guedes dizer que os novos que entrarem não terão ‘estabilidade’. Isso é ditadura, né, não? E Bolsonaro querer proibir as filiações partidárias dos servidores. A pessoa vai trabalhar assombrada”, opinou, descrente dos atuais políticos.

Diferentemente do servidor Flávio, que é “do quadro”, a servidora Luana, “anistiada” do SERPRO, passou 18 anos afastada do trabalho, devido às demissões praticadas pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Durante nossa conversa, recordou-se do tempo em que foi demitida. Na época, ela disse que colocaram os nomes dos servidores dispensados numa lista, ao que ela pediu que um colega olhasse se seu nome constava da relação. “Eu fiquei arretada. Botaram os nomes da gente lá como se a gente fosse cachorro”. No SERPRO, a decisão sobre quem seria demitido dependia de as chefias “irem ou não com sua cara” e não necessariamente por que a pessoa trabalhava mal. De acordo com Luana, ocorreu até mesmo o caso de um servidor que ameaçou matar a chefia, caso seu nome fosse escolhido para ser dispensado.

Nessa toada, a servidora guarda lembranças e imagens desgostosas na sua mente daquele tempo. Recorda-se, com clareza, do Ministro do Trabalho de Collor – o tal do Magri –, alegando em entrevistas que “quem trabalha não vai sair”, contou ela, fazendo movimento circular com o dedo indicador, imitando o gesto performático do político, com revolta em sua expressão facial.

Numa tentativa de desmerecer Collor, ela lembrou o suposto envolvimento do ex-presidente e, segundo ela, também da ex-primeira dama, Rosane Collor, com rituais de magia negra, e “macumba”, enquanto governava o país. Observou, ainda, que, ao passar de ônibus em determinada rota de seu dia a dia ao trabalho, se deparou com uma propaganda no muro de uma casa em que um “pai de santo”, ou um “guru”, como ela descreveu, encontrava-se ladeado por Collor e Rosane, junto aos dizeres “recebe celebridades”.

Tão logo a conversa ganha profundidade, a servidora estabeleceu uma analogia entre as práticas de governo do ex-presidente Fernando Collor e do atual, Jair Bolsonaro. A servidora puxou de sua memória que Collor “raspou a poupança das pessoas, e botou as pessoas pra fora do trabalho”, mas Bolsonaro chega a ser ainda pior, porque “dá autonomia pra violência, é desumano, desumano mesmo”. Nessa perspectiva, reiterou que o presidente instiga a violência ao tratar como “conspiração o caso da morte do pajé”, além de afirmar que “aquela deputada não servia nem pra ser estuprada” e, ainda, quando o presidente publica nas Redes Sociais “dois homens pegando na bunda um do outro no Carnaval, mostrando isso ao mundo todo”.

Na verdade, Luana quis se referir ao assassinato do cacique da etnia Wajãpi, do Amapá, supostamente executado por garimpeiros, cujo acirramento da tensão reflete o discurso do presidente ao apoiar a mineração no local. Na sequência, ela mencionou o episódio em que, ainda deputado federal, o presidente Bolsonaro disse que só não cometia estupro contra a deputada Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores, porque ela não merecia. Por fim, lembrou o episódio em que ele compartilhou um vídeo com dois homens dançando sobre um ponto de táxi e, em certo momento, um deles coloca o dedo no ânus e se abaixa para que o outro urine nele. Portanto, apenas com esses exemplos dados por ela, a servidora tentou provar a falta de um perfil religioso verdadeiro do presidente, ao praticar com naturalidade gestos e discursos emanados de violência.

Em vista desse contexto, Burity (2016) explica que a “religião pública” teria essa capacidade de provocar os atores religiosos, e de influenciá-los a solucionarem suas indagações em torno do papel da Igreja no mundo em público, acerca da pragmática de princípios ético-sociais de base religiosa ou da relação entre convicções e comportamentos específicos do grupo religioso e os contextos para além dos espaços físicos das instituições religiosas (BURITY, 2016, p.21).

Assim, Luana ainda mencionou o evento intitulado “Marcha para Jesus”, que

aconteceu em São Paulo, ocasião em que Bolsonaro teria simulado executar alguém caído ao gesticular com as mãos o que parecia ser uma arma. “Um gesto totalmente anticristão”, indignou-se. “E se tiver um padre da Igreja Católica fazendo ‘arminha’, não posso dizer que ele é bom e nem religioso”.

Por essa razão, a servidora defendeu que o governo Lula era bom, haja vista que o ex-presidente “olhava para o social e promovia a diversidade”, sem “misturar” o Estado com religião. Como católica, acredita estar errado um padre ser candidato a cargos políticos e, se esse padre desejasse enveredar para a política, então “que deixasse a batina”. A servidora parece defender o entendimento justamente refutado por Casanova (2010), de que democratização e secularização seriam duas dinâmicas que deveriam vir de “mãos dadas”. Para o autor, existe possibilidade de se encontrar democratização sem secularização, e muito frequentemente secularização sem democratização “(...) uma dissociação que no mínimo questiona a premissa de que um Estado secular é uma condição suficiente ou necessária para a democracia” (CASANOVA, 2010, p.5).

Em que pese tais alegações, de modo contraditório, Luana reclamou que o presidente Jair Bolsonaro não poderia ter deixado de ir para a canonização de Irmã Dulce, no Vaticano, ocasião em que o vice-presidente, General Hamilton Mourão, o substituiu. Para a servidora, “ele, como chefe de Estado, devia ter ido, independentemente de ser (sic) evangélico ou não. Bolsonaro é satanás, menino. Xô, satanás!”. A partir das palavras da servidora, conforme aduz Casanova (2010, p.5), oportuniza-se pensar se seria verdade que as pessoas tendem a não reconhecer expressamente a sua própria intolerância, uma vez que acabam se referindo sempre à religião do “Outro” para tecer suas críticas.

Em análise contínua, observando enquanto a servidora Luana conversava com um colega seu do trabalho, também “anistiado” do SERPRO, ela demonstrava sua indignação e revolta ao tomar conhecimento do que havia se passado “numa festa santa como é a Padroeira do Recife, Nossa Senhora”. Seu colega narrava que, durante a cerimônia de cunho religioso, um grupo de mulheres mostrava cartazes, pedindo para os fiéis orarem pelo ex-presidente Lula, quando este ainda estava na prisão. Nesse momento, uma senhora teria começado a esbravejar “que bandido deveria estar mesmo preso”. “Olhe, meu sangue subiu na hora. Elas não estavam incomodando ninguém, estavam no cantinho delas, bem discretas”, comentou o colega de Luana, afirmando que precisou sua sobrinha puxá-lo para continuar a caminhada

e ignorar o incidente.

Nessa perspectiva, segundo Taylor (2004), demonstrações em massa como essas são organizadas para que as pessoas possam se libertar da indignação sentida e, dessa maneira, forma-se uma mente em comum por meio das trocas promovidas, o que é possível pela constituição da denominada “esfera pública”, um espaço comum em que os membros de uma sociedade conseguem se “encontrar” devido às diversas mídias, como impressa e eletrônica, e onde é possível discutir questões de interesse compartilhado. Assim, esses atores tornam-se capazes de formar uma mente comum sobre elas (TAYLOR, 2004, p.83).

No órgão onde trabalha, Luana mantinha em sua mesa, antes da ocorrência da Pandemia da Covid-19, um copo vermelho com a foto do ex-presidente Lula, com os dizeres “Lula é inocente”, comprado na ocasião do *Festival Lula Livre* ao valor de R\$ 5,00. No mesmo espaço, também era possível observar alguns símbolos católicos, como uma Nossa Senhora de Fátima, uma santinha de “Nossa Senhora Mãe Rainha” e outro santinho com a oração do Salmo 23, que se inicia com a máxima amplamente conhecida “O senhor é meu pastor e nada me faltará ...”. Também mantinha colado sobre sua mesa um adesivo circular com a foto de Lula, apenas retirando quando começou a se sentir pressionada por um colega bolsonarista, após a posse do presidente. “Meu Lulinha, lindo, eu sempre oro por ele, sempre acendo velas pra ele”.

Embora Giumbelli (2011, p.97) ressalte que, dentro de repartições públicas e em outros espaços públicos, símbolos religiosos incorporem o que ele denomina de “invisibilidade ativa”, ou de “perda de agência”, como o caso do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, tornando-se muito mais um ponto turístico, a composição da mesa da servidora leva a crer seu desejo de formar uma zona de proteção em função da pessoa do ex-presidente Lula, uma figura cujo governo lhe devolveu emprego, a tranquilidade, a segurança e o senso de justiça. Assim sendo, é possível dizer que a manutenção das imagens santas pode ser estratégia – consciente ou não – de se auto-resguardar das práticas do governo Bolsonaro.

Conforme se percebe, o conteúdo e a forma dos discursos e práticas de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, dentro do terreno religioso, tornam-se assunto para discussão e contestação, além de comparação com outros presidentes, sendo a presença da religião deste governo fator de reforço das incertezas quanto ao futuro do empregado público federal, em tese, sem a estabilidade, e mes-

mo dos servidores “do quadro”, a exemplo do servidor Flávio.

Ao que se constatou, como se não fossem suficientes as ansiedades causadas nos servidores pelas políticas de caráter (neo) liberal de Estado mínimo, as privatizações das empresas estatais e a Reforma Administrativa, a posição privilegiada que a religião ocupa no governo deixa os servidores públicos ainda mais reticentes. É como se ainda houvesse a associação de que um Estado democrático deve ser um Estado secular. Uma vez que existe uma base forte de apoiadores “evangélicos” do presidente Bolsonaro tanto entre deputados e senadores como entre eleitores, emerge a intolerância de quem acredita na impossibilidade de o presidente ser capaz de gerir o Estado, quando ele tem simpatia por uma religião específica, evocando um conservadorismo ortodoxo e apologia à violência. (Entrevistas e levantamento de dados encerrados em outubro de 2019).

4 ESPERANÇA E BUSCA DE OPORTUNIDADES

Aqueles que votam em Jair Bolsonaro, seja por não visualizarem melhores opções de candidatos, seja porque desejam encerrar a era dos governos petistas, ou pela política de mercado circundante ao economista Paulo Guedes, estão experimentando modos de tomada de decisão e auto-governança orientados em direção a uma indeterminação aberta de incertezas mais do que de limitação (DOW SCHÜLL, 2015, p.47). Seria dizer que a incerteza advinda do governo Bolsonaro desperta um processo de emergência, promotora de uma ética de esperança.

Nesse sentido, de acordo com Akama et al. (2018, p.139), a incerteza estimula, ainda, produção, manifestação coletiva e possibilidades compartilhadas, além de experiência, imaginação e ação no mundo, podendo levar à mudança. Portanto, a eleição de Jair Bolsonaro, sendo este o candidato da oposição, tratou-se de conceder à incerteza um lugar em um contexto não convencional, que é justamente a administração pública e entre os servidores. Ainda durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, inicia-se o processo de polarização ideológica entre os servidores da “direita” e da “esquerda”, com exceção daqueles que ficavam à margem das discussões políticas nas repartições.

A afeição dos eleitores de Bolsonaro encontra guarida, notadamente, nas sempre lembradas delações premiadas contra políticos e empresários; nas manifestações de rua em 2013, 2015, 2016 e 2018; no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff; e no julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da chapa Dilma-Temer, além dos dois pedidos de *impeachment* contra Michel Temer e na prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme relembra Almeida (2019, p.192). Com esse panorama, o autor ainda expõe a existência de uma percepção coletiva da população e, por que não dizer, também entre os servidores públicos, de “insegurança, incertezas, imprevisibilidade, insubordinações, intensidade e inflexões políticas” (ALMEIDA, 2019, p.201). Dessa forma, muitos servidores públicos destinaram seus votos para candidatos “da direita” para uma melhora do país, o que não se poderia obter com a permanência dos partidos esquerdistas.

Numa retrospectiva, tivemos, ainda, a manifestação de rua de eleitores bolsonaristas, em resposta ao evento #elenão, uma semana antes do primeiro turno das eleições, sem contar o grande boneco do general Mourão percorrendo a avenida Paulista, em São Paulo (ALMEIDA, 2019, p.193). Com a realização das eleições, tor-

nou-se concreta a possibilidade de militares no poder, notadamente com o capitão reformado Jair Bolsonaro e o general da reserva Hamilton Mourão, respectivamente, presidente e vice-presidente, o que gerou repercussão entre os servidores públicos. É tanto que cheguei a presenciar uma servidora “anistiada” do SERPRO criticando uma colega “do quadro”, por esta ter votado no candidato Jair Bolsonaro: “Ah, o marido dela é militar, por isso ela votou nele”.

De acordo com Almeida (2019, p.198), os candidatos de interesse do grupo de servidores voltados a uma ideologia mais “à direita” e que tiveram mais de 1% dos votos no primeiro turno podem ser conferidos a seguir:

Figura 11: Os candidatos da eleição de 2018 com ideologia “de centro à extrema direita”.



Fonte: ALMEIDA (2019, p.198).

Enquanto muitos eleitores avaliavam os candidatos com base em sua disposição e disponibilidade em ajudar os mais pobres, o que se concretiza por meio de serviços públicos e programas sociais, associando aqueles que o criaram à imagem de compaixão e gentileza, como foi o caso do presidente Lula, considerado o “pai do Bolsa Família”, o presidente Jair Bolsonaro enfatiza a necessidade de uma estrita segmentação na distribuição do benefício (EIRÓ; KOSTER, 2019, p.91). Nesse sentido, a perspectiva do presidente Jair Bolsonaro, aprovada por muitos de seus eleitores, encontra-se justamente no controle da distribuição do benefício, esperando-se até mesmo sanções de seus beneficiários “não pobres”, além de terem a opinião de que tal oferta torna muitas pessoas preguiçosas. Portanto, tendo em vista as colocações de Eiró e Koster (2019, p.94), a crítica é tecida em torno do assistencialismo característico dos governos passados e que careceria de transformações no atual tempo da política.

As incertezas podem ser tomadas como forças libertadoras, segundo ensaia Fricke (2017, p.29), impulsionando práticas imaginativas, animando relações sociais e moldando a negociação das contingências da vida, para além das definições nega-

tivas que a qualificam pela falta de conhecimento, perda de controle, aumento da vulnerabilidade e inabilidade de prever, conduzir e agir perante o futuro. Nesse sentido, podemos conferir nos relatos biográficos a seguir de três servidores públicos, eleitores de candidatos “da direita”, alguns problemas com os quais eles têm que lidar e de que maneira a gestão do presidente Bolsonaro poderia contribuir para oportunizar mudanças e rupturas com o passado indesejado.

4.1 JOANA: JÁ CHEGOU O FUTURO LIBERTADOR

“Se eu tenho meu carro é por causa do meu trabalho; não tem nada a ver com Lula”.

- Joana

Durante o dia a dia do trabalho, Joana¹⁷ era a servidora pública bolsonarista mais ativa entre todas no órgão onde exerce suas atividades. Na sua roda de amigos, é quem costuma iniciar a maior parte das conversas referentes à política, informando aos demais pares de mesma ideologia as novidades a que havia assistido na televisão ou lido na internet. Com acesso a conhecimento, blindava-se antecipadamente de possíveis acusações provenientes de eleitores “da esquerda” e, dessa forma, agia de modo a resguardar a imagem de Jair Bolsonaro. Como se estivesse pronta para uma guerra, tendo em vista a preponderância dos servidores petistas em seu trabalho, ela adota a estratégia de evitar embates diretos com seus adversários, pregando em favor de seu candidato com cautela.

Durante nossas conversas e entre as pessoas com quem ela se sentia confortável, ela tratava os petistas como associados à “extrema esquerda” ou “um bando de comunistas”. Joana, que era servidora “anistiada” do SERPRO, desejava que um novo governo assumisse o poder para mudar o rumo do país, que estava deteriorado, o que lhe abalava profundamente, pois também afetava o futuro dela e de sua família. Nesses termos, ela enfrentava uma crise de esperança devido à desilusão com o diagnóstico crítico do que restou de pensamento e ação emancipatórios; invocando-se, assim, a imaginação de alternativas para o *status quo* político (JANSEN, 2021, p.2)

¹⁷Joana é um nome fictício criado para a preservação da identidade da pessoa. Nasceu entre 1950 e 1955, tendo votado em Bolsonaro nos dois turnos das eleições presidenciais de 2018.

Era engraçado porque ela me via como uma pessoa que tinha chance de ser convertida para a “direita” pelo fato de eu ouvi-la falar mal da “esquerda” e não parecer chateada ou resistente às suas palavras, afinal, eu sempre buscava entender os seus motivos. Joana é uma pessoa muito querida por todos, tranquila, carismática e não se metia na vida de ninguém. Bastante competente em seu trabalho, sentia-se desconfortável ao ver alguns de seus colegas fazerem “corpo mole” ou inventando desculpas para “não fazer o serviço”, muito embora não externasse esse sentimento para eles. Dessa forma, ela preocupava-se com a avaliação da chefia, até por sua condição de “anistiada”, mas também defendia que, se era paga pelos cofres públicos, era para trabalhar mesmo.

Com seu “jeitinho de menina”, o que a deixava com uma aparência bem mais jovial, inclusive pela sua maneira informal de se vestir, com calça jeans e diferentes estilos de “blusinhas”, Joana tinha trânsito entre as pessoas de diversos setores naquela repartição, encontrando guarida em diversos espaços para suscitar debates políticos. No entanto, quando se deparava com os “esquerdistas”, flagrando debates que a desagradavam, batia em retirada para evitar problemas. Sua defesa vinha depois, quando recorrida aos colegas de “direita”, comentava o que havia escutado, e sentia-se finalmente aliviada por poder ter desabafado. Política era um assunto que a deixava desestabilizada, tanto é que deixava de comer no refeitório para não ouvir os petistas falarem mal de Bolsonaro.

No entendimento de Joana, ao longo dos 13 anos em que o Partido dos Trabalhadores permaneceu ocupando o mais alto cargo do Poder Executivo Federal, primeiramente, com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, na sequência, com Dilma Rousseff (2011-2016), emergiram grupos de servidores públicos que se tornaram críticos quanto ao modo de governar o país pelos petistas, além de serem contestadores do seu compromisso ético com o povo brasileiro.

Nesses grupos, encontra-se justamente ela, que passa a sonhar com um Brasil de um “futuro libertador”, uma vez que as novas eleições presidenciais de outubro de 2018 representavam uma oportunidade de mudança e, com a vitória de Jair Bolsonaro, tal mudança se tornaria realidade. “Liberdade” é a palavra-chave deste relato biográfico, que tem em Joana o protagonismo de uma história que relaciona temporalidades e incerteza.

Durante as conversas, ela sempre legitimou sua aposta no governo Bolsonaro, ao fazer questão de ressaltar o quanto ela, os filhos e diversos familiares já confi-

aram no Partido dos Trabalhadores no passado, ficando decepcionados com o esquema de corrupção em que se envolveu. “A gente chegou a mandar fazer camisetinhas com o rosto de Lula pra presidente, quando ele foi candidato à reeleição”. O ano era 2006. Puxando pela sua memória as lembranças daquele tempo, a partir de suas subjetividades forjadas no presente, Joana foi capaz de afirmar que Lula “representava um sonho”. “Ele fez muito no primeiro governo, mas acho que o poder subiu à cabeça dele”.

Atualmente, a servidora se posiciona contra “fechar os olhos para os erros dele”. Nesse sentido, de acordo com Stewart (p.15, 2017), as fronteiras de inclusão e de exclusão, referentes ao pertencimento, são um processo dinâmico em constante mudança e reprodução, sendo moldadas por interseções incertas de categorias sociais e suas normas associadas.

Certa de seu conhecimento de causa, a servidora pública revelou ter votado no presidente Bolsonaro, porque antes acreditava que o partido era realmente dos trabalhadores, mas depois começou a sentir que não era bem assim. “Ele queria ser mais que Jesus! Ele bateu no peito, e disse que nem Jesus desça aqui eu vou perder a eleição, e não foi *fake news*”. Analisando o referido contexto, passando de eleitora de Lula para eleitora de Bolsonaro, supõe-se que o tempo está constantemente sendo produzido, reproduzido e que é sempre novo.

Foi quando Joana contou que teve um *insight* em uma entrevista de Lula no programa de Geraldo Freire e comentou comigo sobre sua indignação quando o pequista supostamente afirmou que “se a gente der um pouquinho assim pro pobre, ele nunca vai esquecer de você”, o que fez a servidora começar a sentir “ódio por ele”. Nesse contexto, podemos aludir aos ensinamentos de Roitman (2012), quando aborda que, com a temporalização da história, ou quando o próprio tempo se torna um princípio histórico ativo e transformativo, a história equivale a uma mudança temporal na experiência.

A partir daquele momento, ela passaria a prestar mais “atenção nas coisas que ele falava”. Analisando o governo do ex-presidente Lula, à distância temporal do presente, ela acredita que determinadas práticas políticas dele apenas prejudicaram o país, como quando ela disse não acreditar que ele pagou a dívida externa do Brasil e considerá-lo um “ladrão”, que vendeu o Brasil para “Cuba, Venezuela, Bolívia, pra todo mundo e o Nordeste aí lascado”, referenciando o fato de Lula ser nordestino e, ainda assim, a região não ter prosperado. Revisitando seu passado, e o passa-

do político do país, ela defendeu que o “Brasil tá nessa situação não por causa da ‘direita’, mas foi por causa da ‘esquerda’ que ficou no poder duas décadas”.

O posicionamento da servidora refletia sua indignação com o fato de as pessoas não se mostrarem capazes de ver o mesmo que ela vê, dado que todos os seus colegas testemunharam “exatamente” as mesmas práticas corruptas do governo petista – com destaque para Lula – e, ainda assim, gostariam de permanecer votando nele, no caso de ele ser considerado elegível. Segundo explica Carole Ammann (2017, p.95), a autora entende que as experiências e os hábitos de alguém, bem como a imaginação do que pode ocorrer no futuro e o julgamento e a avaliação do presente estão interconectados e, constantemente, influenciam a agência, apesar de a orientação temporal de ações específicas variarem.

Com uma percepção temporal negativa acerca do período em que o Partido dos Trabalhadores permaneceu no poder, Joana não podia vislumbrar esperança e nem que as coisas pudessem mudar. Isso porque o futuro com Dilma Rousseff ou com Fernando Haddad parecia ser a continuação do passado (FRICKE, 2017, p.33). Portanto, uma vez questionando a gestão petista, a servidora realizou julgamentos sobre latências, erros e falhas que devem ser erradicados e, esperançosamente, superados (ROITMAN, 2012).

Dessa forma, a incerteza de Joana acerca de um governo “de esquerda” desdobrou-se em questões sobre “o quê” poderia ser feito com ele e se a maioria dos servidores públicos se beneficiaria com isso. Nada obstante, uma empreitada interpretativa sobre os depoimentos dela até então apresentados nos leva a uma interessante questão antropológica, em torno da noção de *crise*. Segundo Roitman (2012), uma pessoa poderia perceber uma dissonância entre eventos históricos e as representações desses eventos, afinal, a “crise” não é uma condição a ser observada, mas uma observação que produz significado. Essa consiste na razão pela qual, por um lado, Joana percebe os governos petistas como fracassados; por outro, muitos de seus colegas pensam justamente o contrário.

Nesse sentido, emergia uma *crise de temporalidade* a partir da determinação percebida de futuro, com o tempo estagnado. Para Joana, já não havia mais um passado, um presente e um futuro, porquanto tudo parecia a mesma coisa, sempre foi a mesma coisa e sempre seria o mesmo. Nesse contexto, seguindo o entendimento de Fricke (2017, p.34), o presente teria se tornado uma eternidade política para a servidora. Vivendo uma *atemporalidade*, ela teria perdido capacidade de es-

perar, sonhar e acreditar em um futuro, sem mencionar a possibilidade de mudança. Portanto, foi nesse contexto de *não futuridade*, em que o tempo era percebido como “parado” em um presente perpétuo que incapacita qualquer futuro viável de se desdobrar, que a incerteza se tornaria desejável (FRICKE, 2017, p.34). A possibilidade de outro governante assumir o poder significava emancipação e marcaria um rompimento com o passado.

Porém, foi justamente por agenciar a abertura do futuro para a indeterminação, para a possibilidade e para a esperança por meio de seu voto, que a servidora passou a enfrentar outros obstáculos. Muitos de seus colegas, também servidores “anistiados”, desejavam, ao contrário de Joana, a continuidade do *status quo*, para quem a incerteza que a servidora pretendia cultivar, na realidade, anteciparia um pior futuro para todos. Certo dia, Joana revelou que estava sozinha em sua sala do trabalho, durante o intervalo do almoço, quando uma colega petista, servidora também “anistiada” da mesma empresa, adentrou o espaço.

Nesse instante, Joana foi tomada por um impulso que lhe advertiu, em poucas frações de segundo, que aquele momento seria o “momento da verdade”. Então, pensou: “é agora que ela vai falar” [a servidora petista], referindo-se ao eminente discurso de tentativa de sua conversão. A referida servidora, ativista não somente de uma ideologia da “esquerda”, mas, notadamente, do Partido dos Trabalhadores, em função do seu apreço e carinho por Lula, tentaria mais uma vez trazer Joana para o “seu lado” político, aproveitando-se de um momento em que estavam a sós, caso em que uma persuasão poderia ser mais eficiente.

De acordo com Samimian-Darash (2013, p.20), considerando-se que a ação dos atores e, neste caso, dos servidores públicos, deixa pistas, a realização de eventos é afetada antes de eles ocorrerem. Portanto, a consciência aguçada sobre o que estava por vir naquele tempo presente-futuro permitiu que Joana não se surpreendesse quando sua colega decidiu se sentar ao seu lado para “conversar”. Nessa ocasião, a petista disparou: “Você tem seu carro, sua casa, graças a Lula”. Enfurecida com a afirmação-acusação, Joana retrucou com raiva: “Como é, rapaz? Se eu tenho meu carro é por causa do meu trabalho; não tem nada a ver com Lula, nem relação com negócio de política”. Com esse desfecho, Joana “cortou a colega” e “ela não falou mais nada”. Ao se sentirem gratos a Lula pelo seu retorno ao serviço público, muitos colegas de Joana veem aqueles que não respondem da mesma forma como pessoas ingratas.

Refutando a obrigação de ter que ser grata a “um ladrão pelo resto da vida”, apenas porque “lhe devolveu o emprego”, a servidora faz um prognóstico de tempo libertador de seu compromisso moral perante o ex-presidente Lula. Segundo Kavedžija (2016), a esperança permite a imaginação e a emergência de uma situação diferente daquela que seria a continuação de circunstâncias em que as pessoas se encontram, ou seja, seria o “ainda não”. Reorientando seu olhar, a servidora pública foi capaz de ver algo diferente no “mesmo de sempre”, ou seja, nos governos petistas.

Nesse sentido, se as circunstâncias parecem desafiadoras e difíceis ou impossíveis de mudar, seria dizer que alguém pode começar a olhar para elas diferentemente. É este ato, segundo a autora, que pode reavivar a esperança, e finalmente levar à transformação. Em outras palavras, se as pessoas não puderem visualizar um futuro que as ampare, elas podem precisar encontrar um modo diferente de olhar (KAVEDZIJA, 2016, p.9). Assim sendo, quando Joana se decide pela “emancipação política”, ela se arrisca, tornando-se vulnerável dentro de uma comunidade de servidores favoráveis aos governos “de esquerda”. Certa vez, ela me relatou que, em um grupo do *WhatsApp*, ainda durante a campanha eleitoral para presidência de 2018, ela teria perguntado se os colegas estavam “cegos” e se eles não viam as “rouba-lheiras do PT”.

Imediatamente após pressionar a tecla *enter* para enviar sua mensagem, ela lembrou de ter recebido uma “uma enxurrada” de respostas grosseiras. “Eu fiquei chocada. Meus filhos disseram: não responda! Terminou que eu nem dormi de noite”. Para Deborah Bird Rose (2004, p.22), abrir-se é arriscado, porque ninguém sabe o resultado disso. Assim, estar aberto é segurar o “eu” de alguém disponível para os outros: alguém assume riscos e se torna vulnerável. Mas essa também é uma instância fértil, pois o chão de alguém pode ficar desestabilizado – e desestabilizou o de Joana. Após o incidente, lembrou que muitos colegas ficaram com “a cara feia” para ela, excluindo-a do círculo social.

Além de ser impedida de se posicionar no grupo do *WhatsApp* dos colegas “anistiados”, a servidora ainda revelou que os comentários deles eram sempre contra o então candidato Bolsonaro, com postagens satirizando a figura dele e da família. “Olha só o que postam: Promoções dos infernos: aí botou Bolsonaro com os três filhos – vote em mim e leve quatro. É só isso que eles postam, só isso”, criticou, crente no desrespeito dos colegas de trabalho quanto ao seu posicionamento político.

co pessoal, que em nada desabona sua índole ou caráter.

Nessa toada, a forte relação com os compromissos políticos e morais com o Partido dos Trabalhadores e, especificamente, com Lula, desestimularia os servidores públicos “anistiados” a abandonar as perspectivas críticas de onde se presume não apenas ver o mundo como ele é, mas também proferir julgamentos sobre sua inadequação (ROITMAN, 2012). Por essa razão, Joana se incomodava com a persistência da “esquerda” em considerar as eleições justas somente se Lula estivesse livre para sair candidato. “Rapaz, Lula tá preso. Eles são doentes demais. Eles não questionam o que ele errou, não. Tem tantas provas e evidências...”. Nessa linha, ela acredita que os sindicatos colaboram para que os servidores fiquem aprisionados ao tempo em que o PT estava no poder.

Sob nenhuma circunstância, segundo ela, os sindicatos se manifestaram contra as práticas criminosas do ex-presidente Lula. “Todo mundo ficou aceitando, esperando que o governo desse certo. Porque eles só pregam o inverso, né? Que o pobre vai se lascar”, frisou, defendendo que as pessoas não procuram se informar sobre as tomadas de decisão do governo: “mas se você procurar saber, ninguém leu o projeto da Reforma [da Previdência]. E é isso que eles querem: que você escute só o que eles dizem”. Ela ainda se queixou da incapacidade de negociação do sindicato de sua categoria [dos profissionais de informática] no fechamento dos acordos coletivos de trabalho, insistindo em propostas inviáveis.

Para Joana, os servidores da empresa estatal não estavam “no tempo” de pedir nada, então teriam que aceitar as ofertas do “patronato”, referindo-se ao ano de 2019. “Porque você vê aí, eles tão cortando tudo, o governo tá cortando tudo. Aí você vai dar propostas exorbitantes que não tem chance de serem aceitas?”, perguntou. Ainda em reprimenda ao trabalho realizado pelo sindicato, ela expôs não ter sido ele que logrou êxito no retorno dos “anistiados” ao serviço público, embora não desmereça o trabalho dos colegas também servidores que foram para Brasília e que, inclusive, ficaram dormindo ao relento. “Mas não foi por isso que eles conseguiram a ‘anistia’, não. Foram políticos que se envolveram e foram lá conversar com Lula. O sindicato só quer o ‘descontinho’ na conta, e é muito dinheiro”, opinou, sobre o dia do ano descontado do seu salário.

Pela maneira como ela percebe o sindicato, parece não acreditar na sua funcionalidade; adicionalmente, desconfia da idoneidade da instituição, como quando suscita que, antes, o “sindicato era uma casinha de nada”, interpelando que eu pro-

curasse saber como a estrutura da instituição se encontra na atualidade. Do que se externa, a servidora se ressentia do sindicato por associá-lo ao passado, quando o Partido dos Trabalhadores detinha protagonismo por estar no poder, caso em que o sindicato insiste em manter o antigo *status quo*.

Devido à situação peculiar dos servidores “anistiados”, haja vista sua “estabilidade relativa” por serem celetistas, além de serem o resultado da herança das demissões do governo Collor, julgar o tempo e julgar a história conduz a um prognóstico. Segundo Roitman (2012), depende da estabilização de um conceito limitado ao presente com o qual capturar uma nova era que pode ter vários inícios temporais e cujo futuro desconhecido parece libertar o alcance de todos os desejos e esperanças, por um lado, e ansiedades e medos, por outro.

Assim, esperar pela mudança não seria uma opção entre os servidores ansiosos pelo livramento de um “presente e passado odiados”, os quais passam a refletir sobre tais “qualidades de tempo”. Contrariamente, trazer a incerteza para o presente [que agora se faz passado], por meio da aposta no presidente Bolsonaro, desesperadamente desejando-se “um futuro”, consiste em um empreendimento promissor em vez de permanecer em condições inacreditáveis de vida.

Considerar Bolsonaro como presidenciável significava manter o futuro aberto e a indeterminação ativa, com o vislumbre até mesmo na mobilidade dos cidadãos dentro da sociedade, melhorando suas condições de vida em diversos aspectos. Na medida em que a crítica ao que representavam os governos de “esquerda” aumentava, inclusive entre outros servidores públicos para além de Joana, a incerteza colhia uma libertação potencial. Nesse sentido, ensina Jansen (p.7, 2021) que a esperança resulta de investimentos particularmente intensos, o que ocorre justamente pela combinação de idealismo e oportunismo – a capacidade de tirar vantagem de uma oportunidade ou circunstância.

Uma vez diante da vitória do candidato Bolsonaro nas urnas, agora futuro presidente, a servidora assegurou no seu imaginário o “rompimento com o passado” dos governos petistas, porquanto sua figura – a do político – remete à ruptura “dos esquemas da velha política predecessora”. Então, finalmente, a servidora demonstrou sentir confiança de que o “Brasil vai dar um salto triunfante na economia”. Ela dizia que eu “escutasse o que ela estava falando aqui e agora”, além de reforçar a graça daqueles que poderão testemunhar tal advento. “Você vai ver!”. Já entre as ações que deverão ser praticadas pelo presidente Bolsonaro, ela defendeu a retira-

da do “Mais Médicos”, pois “aquilo foi uma nojeira. Pegaram os enfermeiros lá e meteram tudo aqui”. Também acrescentou a servidora que, durante o governo Bolsonaro, retornarão apenas os médicos que fizerem o “Revalida” no Brasil, dado que, na gestão de Lula, “ninguém fez prova nenhuma”.

Passada a eleição, portanto, Joana desabafou não se importar mais com o que afirmam seus colegas contrários a Bolsonaro, afinal, “ele já foi eleito mesmo”. Para ela, a sua entrada no poder representava um marco de melhoria para o país, considerando determinadas pautas políticas bastante positivas, como a Reforma da Previdência. Posicionando-se, formalmente, a favor da privatização das estatais, ela colocou não pensar apenas em si, mas nas gerações de jovens, como nos seus filhos, que estão desempregados. Nesse ensejo, ao ser questionada sobre a possibilidade de demissão, ela alegou ter consciência a respeito, afinal, “já aconteceu uma vez”, aludindo à época do governo Collor.

No entanto, Joana parecia tomar o próprio tempo como seu escudo protetor. “Eles não vão fazer desse jeito que todo mundo tá pensando não, que vai mandar todo mundo embora. E outra coisa: isso leva tempo, isso não vai ser agora, não. Não é do dia pra noite, não”, externou, salientando que o Congresso Nacional ainda teria que aprovar a medida. “Então, vou aguardar os acontecimentos”. Apesar de demonstrar desapego em relação à possibilidade da perda do emprego, com fins de manter uma coerência em sua linha de raciocínio, percebe-se a sua estratégia mental de afastar essa possibilidade para longe no tempo.

Ainda acerca da possibilidade de mudanças no serviço público, notadamente quanto à Reforma Administrativa, que não se sabe se será votada ou não em 2020, a servidora se posicionou a favor da retirada da estabilidade, pois essa seria a única vantagem do servidor público, caso em que as pessoas passariam a procurar emprego nas empresas privadas, onde se paga inclusive melhor, assumindo a opinião de que as pessoas vivem “amarradas a uma estabilização, não buscando melhora”. “Tem que desestatizar ali, entendeu? A pessoa fica ali na mamata só ganhando. Bolsonaro tá fazendo pra melhorar, não é pra piorar”.

A despeito de a servidora crer ter se desamarrado de um “tempo da política” cujas qualidades não a atendiam, mas que apenas foi capaz de percebê-lo com o passar do tempo, esse “passado indesejado” remanesce na sua memória, servindo-lhe ainda que de premissa a não ser seguida. Assim, mesmo após sua reintegração ao serviço público, com a “anistia” legalmente concedida pelo ex-presidente Itamar

Franco (1992-1994), a “mancha” das demissões permaneceu na representação social dos “anistiados”. Segundo a servidora Joana, ela não se incomoda quando a chamam de “anistiada”. “Porém, é o agir do ‘Outro’, o desprezo, é dizer que não vai me colocar para fazer certa atribuição, é dizer que isso você não pode fazer que me magoa”.

Portanto, não é que ela se sinta diminuída pelo mero fato de estar na condição de “anistiada”, entretanto, ela comentou que percebia, no dia a dia do trabalho, que algumas atividades mais complexas ou que requeriam confiança não lhe eram passadas. Na sua visão, essa prática, que é decidida por servidores “do quadro” com funções de chefia, têm fundamento em sua condição de “anistiada de Collor”. Nada obstante, a servidora reiterou sua capacidade de fazer “tudo que eles fazem”, bastando alguém ensinar a ela. “Eu posso ter dificuldade com internet, mas tô aprendendo”. Nesse sentido, já diziam Adams et al. (2009, p.247) que nenhuma pretensão consciente de antecipar o futuro pode se dissociar do passado, ainda que se pretenda a libertação desse passado, pois o desejo de antecipação do futuro não apenas é uma reação ao passado, mas um modo de ativamente orientar a si mesmo temporalmente, o que se evidencia na narrativa de Joana.

Em uma de nossas conversas por telefone, em abril de 2020, apesar de estar “presa em casa” devido à “gripe”, conforme ela qualificou a doença, por constar do grupo de risco por conta da idade, a servidora opinou em favor de Bolsonaro, quando o presidente defendeu a abertura do comércio e o direito de ir e vir. “O povo tá morrendo de fome e as contas pra pagar tudinho. Eu evito ver televisão, sabe? Ninguém sabe se aquilo é real. A Globo enganou muita gente por quantos anos?”. Para ela, nesse tempo de Pandemia, parece-lhe que Bolsonaro tem encontrado dificuldade para governar, encontrando-se “totalmente excluído” em função dos governadores da oposição que não querem o melhor para o país.

Na sequência, a servidora ainda mencionou que o Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, “apoiado pela esquerda”, queria que todos ficassem em casa por uma razão por ela conhecida. “Pra quê? Pra o país falir e tirar Bolsonaro!”, ressaltou. Principalmente para os jovens, a servidora defendeu que o presidente ainda tem muito a dar, pois ele “abre portas”, “ele tá governando”, e mais oportunidades surgirão ao fim da quarentena. “Ele não faz mais por que o Congresso Nacional não bota pauta pra votar. Sérgio Moro botou uma pauta pra aumentar a pena dos presos, e Bolsonaro tentou não cobrar a ‘carteirinha’ de estudante, e vetaram”.

Com as incertezas desejadas, como a vitória do presidente Bolsonaro, e as incertezas negativas, como a insurgência de uma doença a nível mundial, para a servidora Joana, “fabricada pelos chineses”, o futuro se constrói. Nesse futuro, em que ela almeja voltar à sua rotina de trabalho com a valorização de sua condição de servidora, de “anistiada” e “de direita” perante o sindicato, o órgão onde trabalha e seus colegas, Joana prosseguirá aprisionada, inevitavelmente, ao passado. (Entrevistas e levantamento de dados encerrados em março de 2020).

4.2 JOÃO INÁCIO: NÃO HÁ NADA DE NOVO

“(...) o que dizem sobre o atual governo enxugar a máquina pública Bresser Pereira fez isso em 1998”.

– João Inácio

Certo dia, enquanto eu escutava rádio no carro, indo para o trabalho, o locutor de uma estação comunicava aos ouvintes que os servidores públicos teriam que compensar o recesso de que gozam no final do ano. O ano era 2019. A mensagem não era despretensiosa, e tinha relação com o governo ser mais “duro” quanto ao que se considera benefício no serviço público. Como, em regra, o recesso de fim de ano sempre precisou ser compensado pelos funcionários, embora, na prática, isso nem sempre acontecesse, pareceu que dali em diante esse panorama mudaria. Levando o assunto ao debate de colegas do Ministério da Fazenda e, entre eles, destacando-se o posicionamento de João Inácio¹⁸, que, apesar de reconhecer a positividade do novo governo Bolsonaro, também externou a sua descrença em grandes mudanças nas práticas dentro do serviço público, em vista de forças superiores a qualquer capacidade extraordinária de gestão.

Nessa ocasião, João Inácio, que é servidor “do quadro”, afirmou que aquilo não era uma mera crítica de que “regras são regras” e, dessa maneira, devem ser cumpridas, ou que, “se o servidor não trabalha, tem que compensar”. Em se tratando do primeiro ano de mandato do presidente Bolsonaro, parecia haver a defesa de uma bandeira do governo pelo comunicador da rádio, permeando a aprovação de uma reforma na administração pública. “A ideia dele era dizer: tá vendo? O governo

¹⁸João Inácio é um nome fictício criado para a preservação da identidade da pessoa. Nasceu entre 1970 e 1975, tendo votado em Bolsonaro nos dois turnos das eleições presidenciais de 2018.

agora vai pegar no pé de vocês”. Com isso, o locutor pretendia mostrar ao “povo” o que “o governo está fazendo agora com o servidor público”. Assim, se nenhum trabalhador da iniciativa privada tem direito a recesso, a não ser que lhe seja concedido livremente pelo “patrão”, e se o governo não paga ao servidor público para ele ficar “em casa”, então existe realmente a filosofia de que o Estado privilegia o funcionário público, o que estaria na iminência de acabar.

O que o locutor da rádio pretendia, portanto, se coadunava com a noção de *futuros aperfeiçoados*, segundo raciocínio desenvolvido por Abram (2014, p.129), com a devida aplicação de políticas racionais, caso em que o planejamento do tempo seria inerentemente moderno, e as temporalidades seriam contestadas e mediadas. Assim, o planejamento governamental se relacionaria com uma transformação através do tempo, e as possibilidades que o tempo oferece ao espaço (ABRAM, 2014, p.129). Em que pese a noção de futuros aperfeiçoados, João Inácio acredita que se enganou o locutor, porque cobranças como essa [a de compensação das “folgas”] são antigas, e o desafio do ministro Paulo Guedes de promover mudanças na cultura da administração pública parece grande, dado o fracasso das gestões anteriores, a despeito de necessárias.

Quando se fala em futuro próximo, aquele no espaço de um ou dois mandatos, deve-se considerar o apelo de um público putativo [os servidores], enquanto jogos de controle e perícia continuam a ser jogados (ABRAM, 2014, p.129). Nesse sentido, os servidores trariam o seu passado indisciplinado para o processo de planejamento desejado pelo governo atual. “É uma questão de mentalidade. Na administração, um papel cai no chão, então o servidor manda o estagiário apanhar. Aí, acaba o papel da impressora, e todo mundo fica se olhando: quem vai buscar?”. Referindo-se, portanto, a um problema de uma coletividade de servidores, ele defendeu que as pessoas tampouco têm a sensibilidade de aceitar quando a chefia está certa, ao decidir “cortar o ponto” de um servidor que chega sempre atrasado, falta ou apresenta atestados médicos prescritos por parentes. “Aí fica um climão no ambiente, e o servidor coloca os colegas contra o chefe”.

Em uma análise mais ampla, o servidor relembrou da ocasião em que a Polícia Federal tentou executar um mandado de busca e apreensão no gabinete de um senador envolvido em um inquérito de corrupção, sem sucesso. “O que os outros fazem? Se juntam com ele pra irem reclamar do juiz. O problema é que, infelizmente, tanto no serviço público, como num Congresso da vida, ganham força porque são a

maioria”. Dessa forma, assim como em outras gestões, o governo de Jair Bolsonaro também possui um plano, o que se entende como objetivos específicos que se espera alcançar (ARCHAMBAULT, 2015, p.134), contudo, duvida-se muito que eles possam ser realmente realizados.

Oriundo da extinta Sudene, João Inácio revelou que, no lugar de onde ele veio, já existia, por exemplo, o ponto eletrônico. Assim, apesar de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter baixado uma Portaria determinando instalação de ponto eletrônico no órgão onde ele trabalha atualmente, não se trata de nenhuma novidade, sem contar que a data para o início da sua obrigatoriedade já havia sido adiada diversas vezes, permanecendo o uso “inadmissível” de folhas de ponto assinadas manualmente. Com a Pandemia da Covid-19 e os trabalhos em regime de *home office*, o ponto eletrônico até então não foi instalado.

Em sua opinião, as referidas folhas de ponto em papel são indevidamente fiscalizadas pelas chefias, e refletem a cultura da administração pública de “não prejudicar o outro”. Na mesma lógica, essas chefias evitam enfrentar os subordinados desidiosos, pois, se ficam chateados, eles podem se negar a trabalhar ainda mais, tendo o chefe que absorver as tarefas ou sobrecarregar um terceiro que seja dedicado ao trabalho verdadeiramente. Assim, a chefia não se indis põe com ninguém, e ninguém tenta derrubá-lo, além de não correr o risco de perder a gratificação. “É muito raro um chefe que diga assim: olha, se você não fizer o trabalho, pode ir trabalhar em outro setor”.

No entendimento de João Inácio, qualquer mudança na administração pública intentada pela gestão de um governo requer grandes esforços, trabalho e recursos, ou seja, trabalho muito duro. Para alcançar uma mudança intencional e coletiva, talvez fosse necessário que as pessoas “deixassem ir” muitas coisas, como poder, controle, expectativas, hábitos e modos enraizados de pensar e fazer. Nesses termos, a mudança cingiria uma forma de aprender por meio do desaprender. Toman-do emprestado o raciocínio de Kaufmann (p.1, 2011), poderíamos falar que o Estado brasileiro, independentemente de um governo em especial, parece “fraco”, e os próprios atores estatais tomam a frente e regem as iniciativas que devem ou não ser perseguidas dentro das repartições.

Nessa toada, ele mencionou um Projeto de Emenda Constitucional, que teve andamento em 2019, já no governo Bolsonaro, embora tivesse sido proposto em 2015. Dispondo sobre a extinção do abono de permanência para o servidor público

que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade, a PEC 139/2015¹⁹ se encontra pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Entrando no site da Câmara dos Deputados, ao realizar meu cadastro, pude participar de uma votação cuja pergunta era acerca da concordância com a referida PEC. Segundo a proposta, ele acha um absurdo os servidores com requisitos para se aposentar “receberem para permanecer no trabalho”. “Some isso à quantidade de anos que a pessoa recebe esse dinheiro, podendo contribuir para a previdência?”.

Diante do exposto, para João Inácio, o serviço público precisa ser “oxigenado” pelas pessoas “mais jovens”, porquanto prevalece, entre os “mais velhos”, a característica de não desejarem sair da “zona de conforto”, ou seja, de não ensinar o trabalho por medo de perder aquelas atribuições e terem de aprender outras. “Já pessoas ‘mais jovens’ têm uma inteligência de divisão de tarefas, de que se eu dividir o trabalho com um colega, ela própria trabalhará menos”. Nesses termos, projetos como esse abrem para João Inácio incertezas advindas de uma experiência fragmentada, sendo moldada por momentos de trégua, por interlúdios recorrentes ajustados ao ritmo ditado pelas decisões e manifestações públicas do governo (ARCHAMBAULT, 2015, p.129).

Tendo se posicionado a favor da Reforma da Previdência, uma das “poucas mudanças” implementadas pelo governo de Jair Bolsonaro e encabeçada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, João Inácio pontuou a falta de sentido de uma pessoa física e mentalmente bem poder se aposentar cedo. Diante dessa premissa, ele levantou o seguinte problema: que suponhamos uma pessoa legalmente apta a se aposentar aos 60 anos de idade, então ela teria, praticamente, 20 anos de “sobrevivência às custas do Estado. É pensar em uma pessoa de 20 anos de idade que pode ter um filho”.

Nesses termos, enquanto espelho da população brasileira, igualmente indolente e habituada a buscar sempre alguém para resolver as questões por ela, o servidor público de maneira geral não apenas exige direitos, mas não cumpre com suas obrigações na mesma proporção. “Por isso, essa gritaria com a Reforma. E não é só pelo dinheiro não, mas tem que acabar com essa cultura do Estado ficar sustentando as pessoas”. Com pensamento de mudança e de transformação da administra-

¹⁹Ver <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1738617>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

ção pública, conforme se percebe, João Inácio entende a própria máquina como uma barreira para o que ele denomina de progresso.

Essa barreira construída pela administração pública e, de forma mais concreta, pelos servidores públicos, não se trata de um fenômeno adstrito ao tempo da política do governo de Bolsonaro. Em verdade, revisitando o passado, João Inácio não tem como discordar ter experienciado algumas Reformas Administrativas ao longo de outras gestões, como foi o caso do governo de Fernando Henrique Cardoso, auxiliado pelo ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira (1995-1998), “o vampiro da administração pública”, político que era vaiado em “qualquer órgão que ele fosse”. Contudo, as transformações poderiam ser ainda mais contundentes se não houvesse esse levante contrário.

Demonstrando a ordinariedade das ações praticadas no serviço público por Paulo Guedes e pelo presidente Bolsonaro, o servidor acrescentou que “o que dizem sobre o atual governo enxugar a máquina pública Bresser Pereira fez isso em 1998”, para quem o “serviço público era inchado e tinha muita regalia”. Na época, certos direitos dos servidores foram retirados, como a licença prêmio, que garantia três meses a cada cinco anos de exercício como prêmio de assiduidade, e os muitos cargos comissionados distribuídos quase sem nenhuma responsabilidade adicional. “FHC conseguiu implantar o que ele quis no primeiro ano do governo dele, porque o plano real bombou e havia estabilidade econômica e tudo o que ele botava pra ser aprovado passava”.

Diante do exposto, percebemos a concordância do servidor João Inácio quanto a um plano (neo) liberal de governo, com agendas determinadas a retirar benefícios do servidor e melhorar a prestação dos serviços públicos. Em que pese essa filosofia de pensamento, não acredita que o ministro Paulo Guedes e o governo Bolsonaro serão inovadores no sentido de conseguir avançar tanto quanto a essas questões, embora com elas esteja de acordo. Segundo Martin et al. (2016, p.2), a mudança é um ponto essencial no contexto do futuro, e se sabe que imagens e ideias individuais e coletivas de como será o futuro não são estáticas, mas estão sempre embutidas nas condições políticas, econômicas e, sobretudo, nas condições sociais – as quais são dinâmicas e também podem ser influenciadas pelos próprios atores, ou seja, os servidores públicos.

É dizer que muito do que os governos não conseguem realizar seria porque existem servidores públicos em pontos estratégicos, como em chefias e direções

nos órgãos, que não aceitam e não executam as determinações legais. “Só que como elas tão aqui embaixo, lá em cima não vê. Aí o governo não anda, a burocracia continua a mesma”. Segundo o servidor público João Inácio, a mudança de mentalidade, no entanto, não deveria ser apenas dos servidores, mas também da população, que distorce os conceitos de burocracia e busca um Estado que seja a ela subserviente. Certa vez ele comentou que, por ter se negado a realizar um atendimento, alegando que tais serviços agora eram apenas prestados pela internet, ele teve a administração taxada como burocrática por essa pessoa.

Nessa oportunidade, ele retrucou, chateado: “O que o senhor entende de burocracia? Porque burocracia é aquilo que o senhor não pode fazer, é impedido de ter o resultado, porque tem que fazer um monte de coisa”. Nessa perspectiva, se o órgão ofertava a chance de ele ser atendido ficando em casa, o que se passava ali, na verdade, era a “cultura do brasileiro de querer que as pessoas fizessem por ele”. Logo, sem que a população mude sua maneira de pensar, tampouco os políticos mudarão, uma vez que são o reflexo do povo brasileiro.

Com o Partido dos Trabalhadores no poder desde 2002, primeiramente com o ex-presidente Lula e, depois, com Dilma Rousseff até sua saída com o *impeachment*, o servidor João Inácio reclamou “do inchaço na máquina pública”, quando a “quantidade de gente que entrou no serviço público praticamente dobrou”, em função da política promovida pelos governos populistas da época. Para ele, o pensamento “da esquerda” é o uso do próprio aparelho do Estado para tirar as pessoas das cotas de desemprego, com o que ele discorda. “A visão é que o Estado tem que ser assistencialista, que eu tenho que dar o Bolsa Família, em vez de dar condições para que ele tenha um emprego”.

Diante disso, muitas pessoas capazes e aptas para o trabalho acabam enveredando para fazer concursos públicos, sendo que poderiam, no lugar, investir em uma faculdade, criar uma empresa ou uma *startup* ou conseguir um emprego na iniciativa privada. Mas isso não acontece. Sem contar que seria uma grande economia com folha de pessoal, diante do incentivo à terceirização como alternativa para a contratação de pessoas inteligentes e cuja contratação permitiria ao Estado poupar gastos, pois essas pessoas “ganham um salário mínimo ou um pouco mais de um salário mínimo”, ao passo que o servidor é remunerado pelo governo em três ou quatro vezes mais para fazer a mesma coisa”.

Quanto a esse ponto, ele entende já ser uma realidade no serviço público de

muito tempo e espera que seja estimulado no governo Bolsonaro. Nessa perspectiva, defendeu que os acessos aos sistemas do governo federal seriam controlados, ficando sob a supervisão de um servidor público, além de que “concursos” não deixariam de ocorrer, de um modo ou de outro, dado que o “terceirizado” contratado seria o empregado de uma empresa que concorreu para contratar com a administração. “Uma pessoa dessa tem condições de fazer tudo o que a gente faz e sendo celetista”. Para ele, o governo federal apenas precisaria dar uma maior garantia de que a empresa terceirizada se responsabilizaria pelas informações a que tiver acesso, o que não traria riscos. “Então, a senha dela vai ser mais monitorada do que a de um servidor pelos órgãos de controle”.

Nessa lógica de ganho financeiro para o Estado, o servidor posicionou-se favorável a que diversas empresas estatais sejam privatizadas por não executarem atividades de Estado. “O que não pode é a Petrobrás ter uma subsidiária onde o trabalho dela era investir o dinheiro na bolsa da própria Petrobrás! Isso é cabide de emprego, provavelmente indicação política de Dilma e Lula”. Diferente, para ele, seria o caso do SERPRO que, pelas informações sigilosas sob seu controle, deveria ser mantido sob o controle estatal.

De toda forma, acredita que, em caso de privatização, nem todos os funcionários seriam demitidos automaticamente, inclusive, quem tem competência pode se “estabelecer e arrumar órgão” com facilidade, fora os que permanecerão na empresa privatizada já que seria conveniente manter algumas pessoas. “Se eu fosse celetista, e minha empresa privatizasse, eu teria medo de perder meu emprego? Aí é que tá. Quem recebe o limão, e sabe fazer uma limonada, se dá em qualquer lugar. Independente de tá no serviço público ou no privado”.

Nessa toada, diante de alternativas que se abrem para o serviço público, em que pese não serem, necessariamente, práticas aplicadas pela primeira vez no governo Bolsonaro, entende que os servidores públicos precisam ter reflexão sobre suas atitudes dentro da administração, devendo-se buscar medidas de economia para o Estado, como as por ele referidas. Afinal, “ao fim do ano, é menos 1 gaze no hospital, menos uma seringa. Então, se você vai sair da sala e não tem ninguém, tem que apagar a luz”. Ao mesmo tempo em que criticou parcela dos servidores públicos quanto a certos comportamentos, ele mostrou-se contra a generalização, especialmente no que diz respeito a que todos os servidores são “marajás”, que “ganharam muito bem e trabalham pouco”.

Essa marca ou estigma do servidor vem de tempos longínquos, mas se tornou ainda mais latente com o governo de Fernando Collor. Na época, comentou João Inácio, “marajá” teria sido o *slogan* com o qual o ex-presidente foi eleito, impressão essa estimulada no imaginário popular a respeito do servidor. Nesse sentido, ele ainda defendeu que os meios de comunicação, ao que ele cita “O Estadão, a Folha de São Paulo e a Globo”, encarregaram-se de publicar matérias inverídicas sobre os servidores terem altas remunerações, apresentando a média de remunerações dos três poderes, além de incluir os cargos de alto escalão, como juízes, promotores e auditores. Na realidade, quando se fala em servidores administrativos, notadamente os de nível médio, “não justifica botar uma matéria dizendo que servidor é marajá ganhando um salário de três ou quatro mil”.

Por fim, pontuou João Inácio que “a máquina se defende muito bem”. Na tentativa de quebrar privilégios e as “castas”, com a “gritaria se tornando grande” entre os servidores públicos avessos a mudanças, o governo Bolsonaro dificilmente implantará suas ideias a médio prazo para além do que outros governos já tenham conquistado, mesmo porque pode não ser, sequer, reeleito.

Diante do exposto, o Estado constitui-se em um espaço aberto e sua rigidez aparente não impede de modo algum os processos internos de assunção, de contestação e de negociação do poder (MIRANDA, 2005, p.24). Nesse sentido, parece a João Inácio que a ação estatal trilhará caminhos muito próximos daqueles do passado, tendo em vista uma agência atemporal dos perpétuos servidores. (Entrevistas e levantamento de dados encerrados em setembro de 2019).

4.3 RAFAEL: UM PROJETO NÃO CONSTRUÍDO

(...) porque [as decisões do governo] não chegam nas extremidades, e estamos longe do centro decisório de Brasília”

- Rafael

No lugar de usar uma camisa de estilo polo ou alguma de manga comprida para ir ao trabalho, imagine só ter que usar uma camisa de forças. A pessoa não consegue fazer praticamente nada: com os braços presos, sente-se impotente por não conseguir ligar o computador, pegar um cafezinho na copa, apanhar a caneta

caída no chão, abrir a maçaneta de uma porta... Agora imaginemos, de forma análoga, alguém esforçado, dedicado, inteligente e competitivo, que deseja alçar altos voos, mas é impedido. Ele não se encontra atado a uma camisa de forças propriamente dita, mas não encontra saída a não ser se prostrar subservientemente às incertezas da burocracia e, em especial, do órgão onde trabalha.

Se pensarmos no caso do servidor público “do quadro” Rafael²⁰, alguém a quem sempre admirei pela sua capacidade de fazer provas de concurso e lograr diversas aprovações, ele experimenta de perto a frustração de não vislumbrar horizontes de carreira, mobilidade, ascensão e melhora na estrutura da sua remuneração, com a ironia de estar inserido dentro de um “sistema” que era para ser meritocrático. Não é que Rafael deseje fazer carreira fora do cargo para o qual foi aprovado quando de seu ingresso no serviço público, mesmo porque isso é vedado por lei. Tampouco ele espera que a sua chefia distribua bônus financeiro aleatório para todos os funcionários na repartição.

Contudo, com a posse de Jair Bolsonaro, a sua expectativa era de que um novo projeto de governo se materializasse e assumisse uma forma iminente. Em outras palavras, com a construção desse projeto, Rafael poderia migrar do órgão onde estava originariamente lotado e em exercício para algum outro, onde pudesse adquirir uma melhor função gratificada ou, ainda que permanecesse onde trabalha, esperava que, ao menos, pudesse escolher o setor onde se sentiria mais produtivo e mais feliz para desenvolver suas funções públicas.

A despeito das pretensões do novo governo, ele explicou que, por razões alheias à vontade da gestão de Bolsonaro e Paulo Guedes, o referido projeto de tornar a administração mais flexível acaba não sendo construído e, até mesmo, pode-se falar que ele se mostra inacabado. Assim, os estudiosos tendem a usar a noção de projeto não construído ou inacabado como uma folha que revela as suposições implícitas em um campo de investigação, proporcionando assim uma oportunidade de reorientar ou meditar seu significado (CARSE, 2019, p.10).

Assim sendo, o termo “inacabado” reuniria uma série de narrativas de projetos e de *status*, como “proposto”, “planejado”, “financiado”, “em andamento”, “atrasado”, “reprovado”, “abandonado”, entre outros. Por derradeiro, ensinam Carse et al. (2019, p.13) que os cronogramas de planejamento e implementação também apre-

²⁰Rafael é um nome fictício criado para a preservação da identidade da pessoa. Nasceu entre 1985 e 1990, tendo votado em Amoêdo, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, e em Bolsonaro, no segundo.

sentam uma poética social, ensejando estados afetivos que vão desde a esperança até a ansiedade, bem como práticas de especulação e de protesto.

Durante nossas conversas, o servidor Rafael chegou a mencionar algumas das ações iniciadas pelo governo Bolsonaro, sob a gestão de Paulo Guedes, que conduzem ao entendimento de uma proposta de governo gerencialista e com foco no resultado. Foi o caso, por exemplo, da própria criação da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Inicialmente liderada pelo secretário Paulo Uebel, passou, posteriormente, para o comando de Caio Mario Paes de Andrade.

Ainda na gestão de Uebel, a Portaria 13.400 de 6 de dezembro de 2019²¹, definiu o modelo para descrição do perfil profissional desejável para cargos em comissão, notadamente aqueles do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) ou Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), de níveis 5 e 6, alocados nas estruturas regimentais ou nos estatutos dos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional. Na referida portaria, pode-se observar a preocupação em apresentar certos conceitos, como o que vem a ser “atitude”, “competência”, “conhecimento” e “habilidade” necessários ao trabalho.

Assim sendo, era com uma perspectiva de mudança no perfil do serviço público que o servidor ansiava a entrada do novo governo. Contudo, apropriando-nos dos ensinamentos de Carse et al. (2019, p.13), não deixa de ser uma percepção ilusória a crença de que as práticas do governo alcançariam um estado de “acabado”. Nesse sentido, afirmam os autores que o prefixo da palavra “inacabado” implica que o “acabado” é um estado alcançável, o que não procede, afinal, até mesmo a superfície de uma estrada recém-pavimentada está sendo imediatamente destruída pelo clima, pneus, cascos e a vida vegetal.

Considerando, portanto, a gestão do governo um projeto em trânsito com um olhar gerencialista para a administração pública e seus servidores torna-se o eixo estruturante onde temporalidades se manifestam e são trabalhadas de formas imprevisíveis. Nesse contexto, para Karasti et al. (2010, p.403), denomina-se de *tempo de projeto* a sucessão de fases ou estágios orientados em direção ao encontro de objetivos pré-definidos. Portanto, a biografia de nosso protagonista encontra amparo em um repertório que enfatiza justamente a vulnerabilidade e a imprevisibilidade

²¹Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-13.400-de-6-de-dezembro-de-2019-232668480>. Acesso em 19 de agosto de 2021.

dessas transições.

A promessa de uma administração pública repaginada, a ser reconfigurada dentro de um mandato presidencial de quatro anos, pode não prosperar, pelo que Millerand e Bowker (2009, p.151) atribuem a existência e a realidade dos projetos ao engajamento ou desengajamento dos atores nele envolvidos. E tais atores não poderiam ser outros, senão os próprios destinatários das pretensas reformulações: os servidores públicos. Eles são os colegas de trabalho de Rafael, além de suas chefias mediatas e imediatas. Enquanto o servidor preparava-se mentalmente para mudanças desejadas, as esperanças de benefícios que o futuro poderia trazer esvaíam-se com o passar do tempo.

Apossou-se dele o sentimento de *estagnação*, em virtude da falta de mobilidade e ascensão na administração, mesmo com o pano de fundo de um governo que tem em seu plano tornar o serviço público menos burocratizado. Ocorre que Rafael enfrenta condições históricas e sociais de crise permanente, que apenas têm levado o servidor a experimentar a proliferação de tal senso de estagnação – chegando ao nível de ela se tornar normalizada. Dessa forma, a percepção de que poderia estar indo a algum lugar, no que concerne à sua mobilidade social, não acontece e torna-se inviabilizada, notadamente pela inexistência da prática da meritocracia dentro do serviço público.

Para entender melhor essa experiência de incertezas, não prescinde o entendimento acerca da noção de meritocracia, que, para Rafael, tem seu fundamento no impedimento do ingresso de pessoas na administração “apenas por critérios relacionados a serem mais velhas ou por apadrinhamento político, caráter pessoal, avaliações psicológicas ou entrevistas”. Contudo, ele refuta a aplicabilidade dela no local onde trabalha, tornando-se a meritocracia, nesse contexto, relativa. Para Barbosa (2003, p.29), existem diferenças entre “sistemas meritocráticos” e “ideologia meritocrática”, pois, no primeiro, legitimam-se hierarquias apenas para um determinado domínio social. Assim, ainda que se considere o “ingresso meritocrático” por meio de provas, não se quer dizer que haverá toda uma ideologia impregnada nesse sentido entre os servidores públicos.

Nessa toada, a autora ainda frisa que as sociedades reconhecem que seus membros diferem entre si em termos de resultados apresentados no desempenho de certas funções, independentemente de *status* ou poder. “Esse reconhecimento, contudo, pode ser socialmente legitimado ou não mediante o estabelecimento de hi-

erarquias formais específicas” (BARBOSA, 2003, p.31). Portanto, a história de incertezas de Rafael dentro da administração pública muito tem relação com uma não legitimação de sua *performance* pelos detentores de poder.

Quando conheci Rafael, ele estava próximo de ser nomeado no concurso do PECFAZ (Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda), pois havia ficado entre os cinco primeiros lugares, estando dentro das vagas do concurso. Portanto, era certo que ele seria convocado, não se tratando de uma mera expectativa de direito. Na época, por volta de março de 2014, conversando com ele pelo *Facebook*, antes de nos conhecermos pessoalmente, ele contou que estava “numa dúvida danada” acerca do local onde trabalharia, quando decidiu ligar para obter maiores informações. Como o concurso era para o Ministério da Fazenda, a pessoa poderia ser lotada em qualquer um dos órgãos dele integrantes, como a Procuradoria da Fazenda, a Receita Federal, a SAMF/PE e a ESAF/PE. Para sua surpresa, Rafael disse que o servidor que o atendeu desconhecia o certame.

Em outra oportunidade, ele ainda ligaria novamente para o órgão, na tentativa de conhecer mais sobre as possibilidades de lotação e as atividades a serem desempenhadas, porém o servidor que o atendeu desta outra vez sequer sabia da criação do novo cargo de “analista”, haja vista que, até então, todos os concursos promovidos na área administrativa dentro do Ministério da Fazenda tinham sido para nível médio. Na época, eu me recordo que tive a mesma dificuldade. Eu havia feito o mesmo concurso, referente ao Edital 47 de 6 de junho de 2013, ao que acabei ficando em 9º lugar. E, apesar de eu ir pessoalmente mais de uma vez conversar com os gestores locais, eles próprios pouco sabiam informar sobre o concurso, alegando que nada havia sido comunicado por “Brasília”.

Paralelamente, comentávamos Rafael e eu sobre o prédio vistoso da Procuradoria da Fazenda e que, se a SAMF/PE pediu três vagas, era porque estava precisando de muita gente. Além disso, ele teria lido em algum lugar que os servidores estavam perto de se aposentar e, por essa razão, eu poderia nutrir expectativas de ser chamada, já que, ficando em 9º lugar, eu estava fora das cinco vagas inicialmente ofertadas. Quando aconteceu sua perícia médica, na antiga sede do Ministério, localizada no prédio da Engefrio, na Av. Abdias de Carvalho, em Recife, Pernambuco, ele confirmou essa informação, para minha alegria.

Entre tantas conversas sobre possibilidades, riscos e incertezas, a presidente Dilma Rousseff assinou um decreto aprovando a nomeação de mais 50% do número

de vagas do edital, além de que houve um ou outro candidato desistente. Por essas razões, em aproximadamente seis meses, eu também seria nomeada e lotada especificamente na Procuradoria da Fazenda, embora esta não tenha sido a minha primeira opção, pois eu havia escolhido a ESAF/PE. Afinal, sendo uma Escola, acreditava que teria mais relação com minha formação acadêmica em antropologia.

Enquanto eu aguardava, Rafael já estava trabalhando no órgão que escolhera. Tendo ingressado na administração “pelo seu esforço”, conforme ele sempre frisou, comentou saber que não ficaria rico com a remuneração recebida no serviço público, mas o dinheiro era “acima da média do mercado e ainda tinha estabilidade”. Segundo Barbosa (2001, p.21), o termo meritocracia advém do latim “mérito” e do sufixo grego “cracia”, sugerindo a ideia de poder pelo mérito. Trata-se de “um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um”, referindo-se, ainda, ao reconhecimento público da qualidade das realizações do indivíduo, bem como rejeitando-se formas de privilégio hereditário e corporativo.

Apesar de inicialmente bastante feliz, a alegria de Rafael se converteria em muito pouco tempo em frustração, quando descobriu que, se tivesse escolhido outro órgão, receberia uma gratificação cujo valor ultrapassava mais da metade de sua remuneração. Assim, por não deter aquelas informações previamente, aquele candidato que ficou entre os primeiros lugares no concurso manifestou-se sobre ter feito uma escolha equivocada. Embora tenha reportado seu interesse de mudar de lotação aos seus superiores, deparou-se com a sua não liberação.

Todos os colegas de Rafael e, inclusive eu, que ainda não havia sido nomeada, ficamos pasmos com a situação. A pessoa com uma das melhores notas no concurso não ficaria no local onde teria maior retorno financeiro por desconhecimento. Sua decisão mudaria completamente seu futuro. Desde então, atuando no mesmo setor há alguns anos, e sendo obrigado a “estudar legislação antiga, que não serve de mais nada”, ainda precisa lidar com os erros e acertos do servidor público que movimentou e trabalhou com o processo em outras épocas. “Aí a gente depende de outro setor, aí esse outro setor tem aquela má vontade de consertar. Eu aprendi o serviço, mas não me identifico com isso”. Nada restando a ser feito a respeito e tendo que levar a vida adiante, Rafael ainda sentia que seus superiores não incentivavam e não reconheciam os bons servidores.

Porém, quando um novo gestor assume um dos cargos de chefia do órgão

em que Rafael se encontra em exercício, o servidor se arrisca em uma estratégia para obter a desejada liberação. Contudo, desta vez, ele se precaveu antes, buscando a estratégia da *preparação* para melhor estruturar os pensamentos sobre a ameaça de uma negativa, caso em que certos arranjos de respostas foram manejados (LAKOFF, 2008, p.402). Nesse sentido, procurou falar com a chefia do órgão em que gostaria de ir trabalhar em primeiro lugar; então, essa chefia teria ido “por fora e feito o *marketing*” dele. Dessa forma, buscou agir para minimizar os riscos capazes de intervir no seu plano de futuro.

Embora o novo gestor tenha afirmado que o seu “normal” seria não liberar Rafael, uma vez que se tratava de “seu melhor funcionário”, tampouco poderia privá-lo do recebimento de uma gratificação sem que tivesse uma contraproposta. Para Rafael, essa foi uma mentalidade nova, relacionada com o perfil geracional do novo chefe, na casa dos 40 anos. “Ele é competentíssimo, e acabou ficando pouco tempo, porque recebeu uma proposta melhor em outro lugar”. O servidor comentou que esse mesmo gestor teria precisado dessas compreensões dos respectivos superiores, dado que “ele sempre foi promovido”. Diante desse enredo, iniciava-se um novo tempo para Rafael, que passou a realizar atividades mais instigantes no novo órgão, que o deixaram satisfeito e realizado financeiramente.

Em consonância com os ensinamentos de Benton et al. (2017, p.456), a manutenção das práticas de viver de modo positivo ocorre dentro de rupturas e de temporalidades cíclicas, o que representa experiências de tempo, percebendo-se, nesse caso, o que se pode denominar de “segunda chance” propiciada ao servidor Rafael. Esse viver de modo positivo, especificamente quanto ao trabalho realizado, estimula questões envolvendo a normalização da rotina de trabalho, sensação de felicidade, esperança e a libertação das lutas do passado e do presente. Entretanto, esse período duraria menos de seis meses.

Isso porque, quando de sua liberação, outro de seus superiores havia condicionado a permissão de sua cessão ao recebimento da referida função gratificada e, quando o governo federal resolveu cortar, em 2019, parte dessas gratificações, e Rafael perdeu a dele, precisou retornar ao seu órgão de origem. O evento resultou do já mencionado Decreto 9.725 de 12 de março de 2019, que extinguiu cargos em comissão e funções de confiança, além de limitar a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações.

Não desejando retornar ao seu antigo órgão, ficou bastante chateado, porque

sequer chegou a desenvolver de forma consistente as atribuições no “novo trabalho”. “Eu tava começando a aprender o serviço e dar andamento nele, entendeu?”. Assim, se já estava desmotivado antes, o servidor público sentiu-se ainda pior com o seu retorno compulsório, porque não conseguiu sequer mudar de setor internamente, voltando à sua antiga ocupação.

Em desabafo, contou que sua maior insatisfação não foi nem a perda da gratificação, já que não tinha “incorporado o novo padrão financeiro”, mas a experiência da falta de mobilidade dentro do serviço público, sem razão de ser, em sua opinião. “É isso que eu ainda acho falho. Se você não tá mais com tanta disposição pra fazer aquele serviço, você não pode ir pra outro setor, porque você é praticamente do seu chefe”. Esse fato foi bastante marcante para Rafael, pois os traços desse passado indesejado, representados pela negativa de sua chefia, permaneceram como espécies de violações em seu íntimo. Para Igreja (2018, p.87), a concepção de tempo como “antes e depois” permanece influente e molda ideias mais amplas envolvendo intencionalidade, memória, narrativa, história e justiça, donde se depreende que o relacionamento entre ambos tornou-se mais fragilizado e incerto, dado o conflito estabelecido na ocasião.

Muito embora o Estado moderno tenha se constituído sob os pressupostos de uma administração “racional” e de uma justiça “independente”, que deveria ser igualmente obrigatória para todos, não permitindo privilégios ou exceções, tampouco manipulações ou endereçamento a determinados indivíduos (MIRANDA, 2005, p.5), intrigava o servidor Rafael o fato de os servidores “antigos”, que se consolidaram em posições de chefia, não se esforçarem para trazer mais funções para compensar seus subordinados, porque “sabem que não perderão nenhum funcionário. O risco é zero”. Com o retorno ao “pensamento mais antigo” de gestão, Rafael especula que apenas conseguiria liberação se tivesse algum “apadrinhamento”, aduzindo a uma administração de “troca de favores”.

Quando foi no ano seguinte, em 2020, ele ainda participaria de uma seleção, composta das fases de análise curricular e de entrevista, para assumir função de chefia em outro órgão. Aprovado junto com colegas que também participaram do processo, ele acabou novamente não sendo liberado pela chefia, sob a alegação de que existiam muitos servidores em “abono de permanência” e, portanto, não se poderia dispor de um “servidor jovem”. Nesse contexto, para Rafael, “isso no [setor] privado não aconteceria. Imagina: você numa Ambev não poder ser promovido a um

gerente ou diretor, porque existe um monte de funcionário velho, e você faria falta”.

Por conta dos desdobramentos dessa hipotética liberação do servidor Rafael, uma vez que dela decorreriam diversos riscos para a chefia, como a falta de pessoal qualificado e eventual prejuízo para o serviço, a burocracia acaba incentivando que “o servidor seja ruim e medíocre”. Nosso protagonista tem a certeza de que, se não fosse um bom companheiro de trabalho, teria sido liberado. Para Weszkalnys (2016, p.5) seria dizer que a esperança parecia duvidosa, tendo em vista os contornos daquela conjuntura histórica específica.

Diante do apresentado, “absurdos” como esses frustram o servidor no serviço público, pois, diante de tantos reforços negativos de comportamento, não se vislumbram incentivos para melhorar. Ele tampouco acredita que as decisões administrativas tomadas pelo governo Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, no sentido de transformar essa burocracia, darão certo, a despeito das suas intenções relevantes e positivas. “Porque não chegam nas extremidades, e estamos longe do centro decisório de Brasília”.

Parece paradoxal, mas Rafael comentou acerca da existência de uma plataforma de “banco de talentos” para o servidor atualizar seu perfil em vista de uma eventual participação em seleções, como para cargos de chefia, direção e assessoramento. “Desconheço alguém que, por conta desse banco de talentos, tenha conseguido algo. Eu só escuto o pessoal falando que fez o perfil e tal, mas só isso”. Tampouco, as “chefias se preocupam em saber se seu talento é aplicável ao cargo que ocupa. Eles não entendem gestão por competências”.

Conforme as explanações de Alexander et al. (2019, p.5), a ambiguidade é frequentemente usada como se fosse apenas mais um termo para indeterminação, quando ela se refere ao significado preciso de algo sendo pouco claro ou obscuro, o que pode ser visto como a falha de reconhecimento de condições indeterminadas. No entanto, ainda reforçam os autores, as possíveis confusões que surgem da ambiguidade são porque há uma multiplicidade de significados possíveis em um determinado momento que, no caso em tela, referem-se às normas formalmente estabelecidas para o funcionamento da administração pública e como elas realmente se dão na vida real.

Frustrado com o serviço público, ele ainda comentou achar injusto que todos ganhem a mesma remuneração, dado que entregam serviços com qualidades diferentes. Indo de encontro ao conceito de meritocracia, a condição de estabilidade na

qual se encontram os servidores colaboraria, sob sua ótica, para a produção de incertezas. Segundo Rafael, onde ele trabalha, “o que mais tem é gente que falta sem avisar, uma semana, duas semanas e fica por isso”. Raramente, revelou, um chefe mais rigoroso poderá cortar o ponto. “São práticas reincidentes como essa que você percebe que nada acontece”.

Por causa de situações assim, Barbosa (2003) revelou ter surgido o Plano de Avaliação de Desempenho no serviço público federal, datado de 1977, que suspendeu as promoções por antiguidade e estabeleceu as baseadas no método da distribuição forçada (BARBOSA, 2003, p.71), mas que teria durado apenas três anos. Na prática, segundo Rafael, seria dizer que permanecem o privilégio da antiguidade, ao alcance de todos, e das relações pessoais e políticas.

Até mesmo quando existem publicações de editais para interessados em assumir cargos de chefias, o servidor argumentou que a divulgação fica restrita praticamente ao próprio órgão, facilitando a aprovação apenas de seus servidores. Também defendeu que os critérios para o enquadramento na função limitam, desnecessariamente, quem pode concorrer, por exemplo, quando é solicitado que se tenha experiência em recursos humanos. “Quando dão muita ênfase a uma área, e deixam outras de fora que poderiam participar, acaba sendo o mesmo que um concurso interno, né?”. O problema da falta de meritocracia se caracteriza, ainda, pela própria manutenção de certos servidores nas chefias com base em critérios como antiguidade, arriscando o próprio resultado dos trabalhos.

Não é sem fundamento que ele concorda com a terceirização do serviço público. Houve uma época em que se pensava que seria um “verdadeiro caos” a aposentadoria de determinado servidor ocupante de um cargo de chefia de um dos setores do órgão onde ele trabalha, no entanto, com a entrada de uma funcionária “terceirizada” em seu lugar, a funcionalidade do trabalho melhorou. Por isso, ele concorda com a legislação que autoriza a terceirização na área meio do serviço público, e os incentivos do governo federal neste sentido. Em sua opinião, a funcionária terceirizada “domina coisas que os antigos não dominam, e custa um quinto do que o chefe custava. Eles são mais motivados e mais atualizados.

Com a quarentena em decorrência da Pandemia da Covid-19 e o consequente trabalho em *home office*, uma Portaria do Ministério da Economia exigiu a entrega de relatórios semanais dos servidores que passaram a trabalhar de casa. Como sempre muito eficiente no trabalho, Rafael acabou constando, digamos assim, nos

top trendings em relação aos relatórios que entregava. Estes, segundo ele, ficavam acima da média em termos de produtividade, ao contrário de outros colegas servidores que permaneceram em casa “de braços cruzados sem fazer nada”.

E não foi apenas ele, mas outros servidores também comentaram terem essa mesma percepção acerca de alguns colegas. Os servidores interessados em trabalhar eram facilmente identificados, porque procuram tirar dúvidas e interagir nos grupos de *WhatsApp*. Por todo contexto narrado, quando, em fevereiro de 2020, o ministro da Economia, Paulo Guedes, referiu-se aos servidores como “parasitas”, apesar de discordar da generalização, Rafael encontrou “certo fundamento” na afirmação do político. Diante desse cenário, ele não tem a esperança de que os superiores comparem os relatórios apresentados, nem acha que todos os servidores enviam algum relatório e, tampouco, acredita que o governo federal venha a tomar alguma atitude a respeito. Sem o apoio dos servidores nos cargos estratégicos, torna-se difícil essa pretensa realização.

Enquanto muitos servidores públicos, especialmente os “mais antigos”, “moram dentro da bolha criada pela estabilidade” e “se eximem de executar um trabalho eficiente”, Rafael pratica exatamente o contrário. Tratando-se de uma pessoa com um perfil que não gosta de “ficar parado”, além de que seu “senso de responsabilidade” reflete uma postura ética de não desejar penalizar as pessoas dependentes de seu trabalho, ele relatou que “jamais faria isso por conta da minha frustração com a administração pública”. Pelo exposto, percebe-se que o Estado não pode ser visto tão somente como entidade, dado que a governança seria muito mal compreendida se a agência dos atores nela envolvida não fosse levada em consideração (FÖRSTER; KOECHLIN, 2011, p.6).

Portanto, uma vez que os gestores seguem “não liberando quem é bom” e os “mais velhos” se prevalecem “ameaçando se aposentar” ao menor sinal de contrariedade diante da cobrança de produtividade no trabalho, a solução pareceu a Rafael ser apenas uma: retornar à meritocracia de fazer um novo concurso público. Esse ponto de virada ou *turning point* (HUTCHINSON, 2007, p.12), em que um evento da vida produz uma última mudança da trajetória, independeria da vontade de qualquer chefia. Porém, com isso, não apenas o Poder Executivo Federal se enfraquece como também o governo, uma vez que seus servidores empobrecem a *performance* do serviço público, se ficam, ou deixam-no defasado, se partem. (Entrevistas e levantamento de dados encerrados em maio de 2020).

5 SAUDADES DO FUTURO E/OU FUTUROS POSSÍVEIS?

Os relatos biográficos apresentados nesta tese permitiram tornar mais inteligíveis ou, por que não dizer, consideravelmente tangíveis, as percepções e as reações dos servidores públicos federais do Poder Executivo às incertezas manifestas no espaço social de seus trabalhos, ou seja, as repartições dos órgãos da administração pública – em especial, do antigo Ministério da Fazenda, notadamente a ESAF/PE, a SAMF/PE e a PRFN 5ª Região. O estudo deu-se dentro de um pano de fundo específico e bastante peculiar, que é justamente o “tempo da política” inaugurado pelo governo Jair Bolsonaro, auxiliado pelo ministro da Economia, o (neo) liberal Paulo Guedes, simbolicamente no comando da pasta em que se encontram nossos sujeitos estudados.

De maneira mais ampla, tem-se um cenário de desordem no plano global e, de acordo com Cavalcanti e Bonanno (p.7, 2019), trata-se do encerramento de um ciclo de intervencionismo por parte do Estado em direção ao incentivo à privatização de empresas e ativos estatais, em função da prática de medidas neoliberais, em decorrência da desestabilização da economia, da redução do fluxo de caixa e da incapacidade de endividamento internacional, paralisando a capacidade do Brasil de continuar sua política de alta intervenção na economia. Sendo tanto alvos como atores dentro desse panorama estimulado pelo estado mínimo e em consonância com as individualidades dos sujeitos, os servidores públicos encontram-se imersos em um contínuo processual, identificando, refletindo e enfrentando temporalidades, incertezas e riscos no curso de suas vidas.

Ao longo do trabalho, verificou-se, essencialmente, o desdobramento de duas linhas de servidores públicos: aqueles com uma ramificação de pensamento mais arraigada ao passado, ao desejo de mantê-lo no presente e que ele se fizesse futuro. Em regra, são os lulopetistas, devotos de um presidente que, a seu ver, fez muito pelos pobres e faria muito mais, se tivesse tido a oportunidade. Entretanto, devido a uma penca de *personas non gratas* dentro do próprio serviço público, os quais creem pertencerem a uma elite que, na verdade, os enjeita, o futuro, saudoso futuro, não aconteceu. Perdas de gratificações financeiras e a derrocada da ESAF/PE foram apenas algumas das ações do novo governo. Mas, quem sabe, ainda não haja esperança no porvir?

Enquanto a incerteza, para uns, personifica-se pela sua infâmia, pelo grotes-

co, pelos medos e anseios perpassados, no caso em apreço, na mente dos servidores públicos federais, atordoados com seus destinos infíeis, verdadeiros aerossóis, o futuro político do Brasil e da administração pública conta com um novo elemento em um jogo de tabuleiro: o ex-presidente Lula. Este, ao que tudo indica, será o principal candidato da “esquerda” na próxima eleição à presidência da República. Se, para os lulopetistas, é a esperança que se renova, mesmo para os anti-petistas, trata-se de uma fênix que poderá banir, extirpar, metralhar o atual presidente, Jair Bolsonaro, do poder – o que lhes parece ser um desejo compartilhado.

De outro giro, o gostinho da incerteza pode projetar um futuro ab-so-lu-ta-men-te incrível. *Amazing*. E, na realidade, este futuro já se concretizou. É, portanto, passado. Com Bolsonaro ainda candidato à presidência da República, o rebuliço nas repartições públicas fazia-se notório, com o colorido do verde e amarelo estampando acessórios como chapéus, canecas e até mesmo a própria bandeira brasileira prelu-diando a vitória certa de alguém que traria de volta o decoro e a honestidade que a imagem do país perdera. Essa era a vitória de um político que tiraria os trabalhadores da miséria, que melhoraria a eficiência da administração pública, com as pessoas trabalhando mais e melhor, sob a gestão de um verdadeiro e autêntico líder – um capitão reformado.

Esse momento da história consistiria, ainda, na concretização da utopia de uma meritocracia implementada no serviço público em todos os seus termos, em detrimento de uma administração germinada no patrimonialismo, no “sem-vergonhismo” e no comodismo dos seus funcionários públicos, trabalhadores anti-empáticos, preguiçosos, desestimulados, *de cujus*. Até que *Eureka!* Chegado 1º de janeiro de 2019 e Bolsonaro, conseqüentemente, nomeado presidente da República Federativa do Brasil, o regozijo dos servidores públicos do lado de cá ensejou muita, mas muita discórdia entre os colegas da oposição. Ora, o que era o ápice do futuro desejável para estes, para aqueles era o inferno dantesco em forma de gente. O risco, portanto, tornar-se-ia uma palavra-chave para ambas as “tribos”, que tentavam, a partir das informações obtidas por diversos meios, medi-lo contra ou a seu favor.

Já a incerteza, embora conceptualmente aproximada à noção de risco, e igualmente um elemento primordial das relações sociais, consiste em uma incógnita. Não se detém conhecimento a seu respeito e, justamente por essa sua qualidade, ela se torna uma categoria tão atraente. Estudada dentro de um contexto laborativo – administração pública – cuja manifestação mostrava-se risível e até mesmo impos-

sível, a incerteza mostrou-se tanto poderosa e devastadora como calada e oculta. Esse fenômeno ocorreu, justamente, pela natureza do espaço social e dos atores estudados, quais sejam, os órgãos públicos e os servidores públicos federais do antigo Ministério da Fazenda.

Os primeiros, ilhas paradisíacas, tão cobiçados pela sua capacidade de oferecer relaxamento e despreocupação, ardeados de segurança, em meio de um mundo tão turbulento em que tudo muda e tudo é tão arriscado. Aliás, onde o homem é capaz de produzir o risco para, depois, tratar de administrar esse risco; os segundos, os “filhinhos da mamãe” com quem não se mexe, com quem não se brinca, senão já sabe, né? Ela vira uma leoa! “Tranquilões”, os servidores públicos “tão de boa”, com o “salário” certo no fim do mês, independentemente se trabalharam ou não. Se trabalharam bem ou mal.

Ao menos, essa é a percepção que muitos da sociedade têm a seu respeito, em virtude da “estabilidade” dos cargos públicos. Com o presidente Jair Bolsonaro no poder, parece que tais paradigmas poderiam ser, finalmente, modificados, em prol de uma sociedade mais justa, disposta a se abrir para as incertezas, sinônimas de alternativas ou possibilidades. E, nesse diapasão de opiniões e pensamentos, de práticas e de discursos, a incerteza, conforme afirmou Noret (2015, p.2), mostra-se uma “máscara eufemizante de violência”.

Como dito, tudo é um processo. A mudança é latente. É promissora para uns, mas entristecedora para outros. No meio do caminho, ainda há os que não sabem se seus espíritos ainda estão, sequer, no plano terrestre, sendo claramente adeptos da filosofia do “tanto-faz-como-tanto-fez-nada-muda-mesmo”. Dessa forma, as narrativas apresentadas revelam perspectivas, por vezes, inclusive, ambíguas, de “saudades do futuro” e/ou futuros possíveis, apreendidos por meio de relatos dos servidores públicos, que se colocaram como nossos interlocutores.

O servidor público sofreu mudanças em suas rotinas laborativas, sobremaneira em função das novas experiências de temporalidades por eles forjadas, a partir de determinado “tempo da política”. Sendo suas práticas tão imprescindíveis para o entendimento do próprio Estado, entende-se que esta pesquisa se prestou, como sugeriu James Clifford (1986, p.19), a contestar uma cultura emergente e em sua perspectiva temporal, considerando que os servidores públicos são substância necessária para a compreensão de uma dinâmica política bastante atual e que, agora, pode se tornar conhecida em virtude do presente trabalho antropológico.

REFERÊNCIAS

- ABRAM, Simone. **The Time it Takes. Temporalities of Planning**. In: Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.) 20 (S11), 2014, pp.129-147.
- AKAMA, PINK, SURMATOJO. **Uncertainty & Possibility. New Approaches to future making in design Anthropology**. London: Bloomsbury Academic, 2018.
- AKELLO-AYEBARE, Grace. **Wartime children's suffering and quests for therapy in northern Uganda**. Social Science Research at the University of Amsterdam, 2008.
- ALEXANDER, C; SANCHES, A. **Introduction: the values of indeterminacy**. In: Indeterminacy : waste, value, and the imagination. Oxford: Berghahn Books, pp. 1-30. Wyse series in social anthropology. (7), 2019.
- ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente**. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. In: Novos estudos Cebrap. São Paulo, pp.185-213, jan-abril de 2019.
- _____. **Os deuses do parlamento**. In: Novos Estudos CE-BRAP, São Paulo, Especial, junho de 2017, pp.71-79.
- ADAM, Barbara. **Timewatch**. The social analysis of time. Cambridge: Polity Press, 1995.
- AMMANN, Carole. **Looking for Better Opportunities - An Analysis of Guinean Graduates' Agency**. In: Dealing with Elusive Futures. University Graduates in Urban Africa, 2017.
- ARCHAMBAULT, Julie S. **Rhythms of uncertainty and the pleasures of anticipation**. In: Ethnographies of Uncertainty in Africa. Ed. de Elizabeth Cooper e David Pratten, 2015, pp. 129-148.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ASAD, Talal. **A construção da religião como uma categoria antropológica**. In: cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 263-284, 2010.
- AUGÉ, Marc. **Não Lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro/EDUSP, 1969.
- BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia**. A ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- BARRETO, Lima [1918]. **Alvarás, cartas régias, etc**. In: Antologia de artigos, cartas

e crônicas sobre trabalhadores. Org. Antônio Augusto Moreira de Faria e Rosalvo Gonçalves Pinto. Belo Horizonte: Viva Voz, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECK, Ulrich. **La sociedad de riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BECKER, Howard S. **A História de Vida e o Mosaico Científico**. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Tradução: Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BENTON, Adia; SANGARAMOORTHY, Thurka; KALOFONOS, Ippolytos. **Temporality and Positive Living in the Age of HIV/AIDS** - A Multisited Ethnography. In: Current Anthropology, Volume 58, Number 4, August 2017.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIRD ROSE, Deborah. **Reports from a Wild Country**: Ethics for Decolonisation. Sydney: UNSW Press, 2004.

_____. [1972]. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (org). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983, p.46-81.

_____. [1994]. **Espíritos do Estado**: Gênero e Estrutura do Campo Burocrático. In: Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação. São Paulo: Papyrus Editora, 2008.

_____. **Compreender**. In: A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 5ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa S.B. **State Capitalism under Neoliberalism**: The Case of Agriculture and Food in Brazil. Lexington Books, 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Portal da Transparência (2020)**. Visão geral dos vínculos dos servidores ativos. Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/servidores/>. Acesso em 11 de maio de 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **A Reforma do Estado dos anos 90**: Lógica e Mecanismos de Controle. In: Cadernos MARE da Reforma do Estado, 1997.

BURITY, Joanildo. **A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao Poder?** In: Fórum Penses, Campinas, 2016.

CALDEIRA, Tereza P. do R. **A política dos outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANETTI, Elias. **Crowds and Power**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1984.

CARBONELL, Eliseu. **Debates acerca de la antropología del tiempo**. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **PESQUISAS EM vs. PESQUISAS COM SERES HUMANOS**. In: Série Antropologia: Brasília, 2003.

_____. **As “categorias do Entendimento” na formação da antropologia**. In: Anuário Antropológico, 1982. Volume 6, número 1, pp.125.

CARSE, Ashley; KNEAS, David. **Unbuilt and Unfinished – The Temporalities of Infrastructure**. In: Environment and Society: Advances in Research 10 (2019): 9–28.

CASANOVA, José. **O Problema da Religião e as Ansiedades da Democracia Secular Europeia**. In: Revista de Estudos da Religião. Dez, 2010, pp.1-16.

CASTEL, Robert. **La inseguridad social**. ¿Qué es estar protegido? Buenos Aires: Manantial, 2008.

CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio C.; TEIXEIRA, Carla C. **Introdução**. In: Antropologia das práticas do poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Org. Carla Costa Teixeira. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, pp.7-31.

CAVALCANTI, Armando; CALDAS, Klécios. Maria Candelária, 1953. In: FERNANDO, Valdir S. **O perfil do servidor público na sociedade moderna**. ESMAFE – Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, Recife, n.10, p.75-103, dezembro de 2006.

CENTENO, Manish N. et. al. **The Emergence of Global Systemic Risk**. In: The Annual Review of Sociology. 2015.

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal**. In: Rev. antropol. (São Paulo, Online) | v. 62 n. 3: 530-557 | USP, 2019.

CISNEIROS, Paula N. **Se é Promessa, Tem que Fazer**: Etnografia do pagamento de promessas de crianças na Festa do Morro da Conceição. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **Writing Culture: the Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1986.

COHEN, Abner. **Antropología política**: El análisis del simbolismo en las relaciones de poder. In: Llobera, José R. (ed.). Antropología Política. 2 ed. Barcelona: Anagra-

ma. (Biblioteca Anagrama de Antropología), 1985.

DI PIETRO, Maria S. Z. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, Forense: 2018.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: Capa de Edições 70, 1991.

DOW SCHÜLL, Natasha. **The Gaming of Chance**: Online Poker Software and the Potentialization of Uncertainty. In: *Modes of Uncertainty Anthropological Cases*. Chicago: The University of Chicago, 2015.

DUMONT, Louis [1966]. **Homo Hierarchicus**. The Cast System and It's Implications. University of Chicago, 1980.

DUTRA, Joel S. **Gestão por competências**: um modelo avançado para gerenciamento de pessoas. São Paulo: Editora Gente, 2001.

EIRÓ, Flávio; KOSTER, Martijn. **Facing bureaucratic uncertainty in the Bolsa Família Program Clientelism beyond reciprocity and economic rationality**. In: *Journal of Global and Historical Anthropology*, 2019.

ELLIS, C.; ADAMS, T.; BOCHNER, E. **Autoethnography: an overview**. *Forum: Qualitative Social Research*, 12, Article 10, 2011.

ERIKSON, Kai. **A New Species of Trouble**: Explorations in Disaster, Trauma, and Community. New York: Norton, 1994.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Tempo e espaço**. In: *Os Nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, pp.107-150.

FERGUNSON, James. **The Uses of Neoliberalism**. *Antipode*, v.41, pp.166-184, 2009.

FISHER, Elizabeth. **Risk and Governance**. In: *The Oxford Handbook of Governance*, mar, 2012.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso**. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr, n. 10, 1999, p.58-78.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

FRANCH, Mónica. **Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

FRICKE, Christine. **The uncertainty of oil. Balancing through the temporalities and affects of depletion in Gabon**. In: *Revue de la Société Suisse de l'ethnologie*.

TSANTSA, Volume 22, junho de 2017, pp.28-36.

GEERTZ, Clifford. **Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. **Negara: o Estado Teatro no Século XIX**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil. (Coleção Memória e Sociedade), 1991.

GIUMBELLI, Emerson. **Crucifixos invisíveis: polêmicas recentes no Brasil sobre símbolos religiosos em recintos estatais**. In: Anuário Antropológico/2010-I, 2011: 77-105.

GONÇALVES, Custódio. **Questões de antropologia social e cultural**. Porto: Afrontamento, 1992.

GRANJO, Paulo. **O que é Adivinhação Adivinha?** In: Cadernos de Estudos Africanos. Varia e Dossier: Desafios transnacionais de segurança em África do século XXI. (2011), 22, pp.65-93.

GRAEBER, David. **Dead zones of imagination: on violence, bureaucracy and interpretive labor**. HAU: Journal of Ethnographic Theory, 2(2): 105-128, 2012.

HABERMAS, JÜRGEN. **Legitimation Crisis**. Cambridge: Polity Press, 1992.

HAN, Byung Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HERNÁNDEZ-CARRETERO, María. **Hope and Uncertainty in Senegalese Migration to Spain – Taking Chances on Emigration but not Upon Return**.

HOLBRAAD, Martin; KAPFERER, Bruce; SAUMA, Julia F. Ruptures. **Anthropologies of Discontinuity in Times of Turmoil**. London: UCLPRESS, 2019.

HÄNSCH, Valerie; KROEKER, Lena; OLDENBURG, Silke. **Uncertain Future (s)**. Perceptions on Time between the Immediate and the Imagined. In: Revue de la Société Suisse de l'ethnologie. TSANTSA, Volume 22, junho de 2017, pp.4-17.

HARVEY, David [2005]. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOAG, Colin. **Assembling Partial Perspectives: Thoughts on the Anthropology of Bureaucracy**. In: POLAR. Political and Legal Anthropology Review, Vol. 34, n.1, 2011.

HUTCHINSON, Elizabeth D. **A life course perspective**. London: Sage publications, 2007.

IGREJA, Victor. **Negotiating temporalities of accountability in communities in**

conflict in Africa. In: Time and Temporality in Transitional and Post-Conflict Societies, Routledge, 2018.

IGREJA, VICTOR; BAINES, Erin. **Social Trauma and Recovery:** Emergent Themes. In: A Companion to the Anthropology of Africa. Willey Online Library. 2019 (249-270).

JANSEN, Stef. **The Anthropology of Hope.** University of Manchester, jan.2021. Disponível em: <https://oxfordre.com/anthropology/view/10.1093/acrefore/9780190854584.001.0001/acrefore-9780190854584-e-182?print=pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

KARASTI, Helena; BAKER, Karen S.; MILLERAND, Florence. **Infrastructure Time:** Long-Term Matters in Collaborative Development. Computer Supported Cooperative Work 19 (3–4): 377–415, 2010.

KAUFMANN, Andrea A. **But things are coming small small, that's how we're seeing it.** Agency of a Liberian Women's Organisation in a Context of Insecurity, Scarcity, and Uncertainty, 2011.

KAVEDZIJA, Iza. **Introduction:** reorienting hopes. In: Contemporary Japan, 28(1), pp. 1–11, 2016.

KLEINMAN, Arthur; KLEIMAN, Joan. **The Appeal of Experience** – The Dismay of Images. In: Social Suffering, edited by Arthur Kleinman, Veena Das, and Margaret Lock, 1–23. Berkeley, CA: University of California Press, 1997.

LACOFF, Andrew. **The generic biothreat, or how we became unprepared.** Cultural Anthropology 23, pp. 399-428, 2008.

LASÉN, Amparo. **A contratiempo.** Un estudio de las temporalidades juveniles. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000.

LEACH, Edmund. **CULTURA/CULTURAS.** In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, vol.5 – Anthropos — Homem, p.102-135, 1989.

LEIRNER, Piero C. **O campo do “centro”, na “periferia” da Antropologia.** Universidade Federal de São Carlos. Revista de Antropologia, v. 57, n. 1, São Paulo, USP, 2014.

_____. **O Estado como fazenda de domesticação.** Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul./dez., 2012, pp.38-70.

_____. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida.** Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.

LOCKE, John. **O Segundo Tratado sobre o Governo Civil.** São Paulo: IBRASA, 1963.

LUPTON, Deborah. **Risk**. London and New York, 1999.

LUPTON, D; TULLOCH, J. **Risk is a part of life: risk epistemologies among a group of Australians**. Sociology, 2002.

MAHMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito**. In: Etnográfica, vol. 10, núm. 1, maio de 2006, pp.121-158.

MARTI, Irene. Doing (with) time. **Dealing with indefinite incarceration in Switzerland**. In: Revue de la Société Suisse de l'ethnologie. TSANTSA, Volume 22, junho de 2017.

MARTIN, Jeannett; UNGRUHE, Christian; HÄBERLEIN, Tabea. **Young Future Africa – Images, Imagination and its making: an introduction** In: ANTHROPOCHILDREN, 2016.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANNHEIM, K. (1936). **The problem of generations**. In: Altbach P and Laufer R (eds) The New Pilgrims: Youth Protest in Transition. New York: David McKay, 1972.

MEAD, Herbert. **The Philosophy of the Present**. http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/philpres/Mead_1932_toc.html. Acesso em 12 de abril de 2021.

MELLO, Celso A. B. de. **Apontamentos sobre os agentes públicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

MENEZES, Palloma; GUTTERRES, Anelise dos S.; MAGALHÃES, Alexandre; BARROS, Rachel. **Apresentação**. Dossiê Sociologia e Antropologia dos Rumores. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v. 4, n. 12, pp. 15-20, novembro de 2020.

MERTON, Robert King. **Estrutura burocrática e personalidade**. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). Sociologia da burocracia. p. 107-124. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MILLERAND, F; BOWKER, G. C. Metadata standard: **Trajectories and enactment in the life of an ontology**. In M. Lampland & S. L. Star (Eds.). Standards and their stories. How quantifying, classifying, and formalizing practices shape everyday life (pp. 149–165). Ithaca: Cornell University Press, 2009.

MIRANDA, Ana P. M. **Antropologia, Estado Moderno e Poder: perspectivas e desafios de um campo em construção**. In: Avá. Revista de Antropología Universidad Nacional de Misiones Argentina, 2005, pp.1-27.

MONTERO, Paula. **Prefácio**. In: Antropologia – Reflexões sobre deslocamento e comparação em trânsito. Dulley, Iracema, Org.; Jardim, Marta, Org. São Paulo: An-

nablume, 2013.

NUNES, Margarete F.; MAGALHÃES, Magna L.; ROCHA, Ana Luiza C. **Trabalho negro, memória negra no vale dos Sinos (RS):** narrativa etnobiográfica de Vó Nair. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n.39, pp.269-292, jan./jun.2013.

NORET, Joël. **Ethnographies of Uncertainty in Africa** – A Discussion. In: Ethnographies of uncertainty in Africa. Université libre de Bruxelles, Brussels, 2015

ORTNER, Sherry B. **Subjetividade e crítica cultural.** In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, no 28, p.375-405, jul/dez.2007.

PALMEIRA, Moacir G. S.; HEREDIA, Beatriz M.A. **Os comícios e a política de facções.** Anuário Antropológico/94, pp. 31-94, 1995.

PAIS, José M. **The Multiple Faces of the Future in the Labyrinth of Life.** Journal of Youth Studies, vol. 6, nº 2, p.115-126, 2003. PALUDO, Augustinho. Administração pública. São Paulo: Editora Método, 2016.

RABINOW, Paul. **Making Time on the Anthropology of the contemporary.** New Princeton University Press: New Jersey, 2008.

RABINOW, Paul; MARCUS, George E.; FAUBION, James D.; REES, Tobias. **Designs for an anthropology of the contemporary.** Duke University Press: London, 2008.

REESINK, Edwin. **A Inconstância do Mundo. Brevíssimos Apontamentos sobre Identificações Socioculturais e seus Eixos.** Ano 24, Volume 31 (2), 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/249156>. Acesso em: 17 de outubro de 2021.

ROCHA, Camila. **Direitas em Rede:** think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ et al. Direita, Volver! O Retorno da Direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

ROITMAN, Janet. **Crisis: Janet Roitman.** In: Political Concepts, 2012. Disponível em <https://www.politicalconcepts.org/roitman-crisis/>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

SCHAEFER, Bruno M. **Paulo Guedes e o (neo) liberalismo:** apontamentos preliminares acerca da nova (velha) direita brasileira. In: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v.4, n.3 – edição especial, 2018.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo Capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

TURNER, Victor. **O processo ritual:** estrutura e antiestrutura. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.

_____. **Revelation and Divination in Ndembu Ritual.** Ithaca: Cornell

University Press, 1975.

SAMIMI-DARASH, Limor. **Governing Future Potential Biothreats: Toward an Anthropology of Uncertainty.** *Current Anthropology* 54, 2013, pp. 1–22.

STEWART, Beth W. **I FEEL OUT OF PLACE: CHILDREN BORN INTO THE LORD'S RESISTANCE ARMY AND THE POLITICS OF BELONGING.** The University of British Columbia, 2017.

STOCKING JR., George. **Empathy and Antipathy in the Heart of Darkness.** In *Readings in the History of Anthropology* (R. Darnell, ed.). New York: Harper and Row, 1974, pp.281-287.

SUNDFELD, Carlos A. **A administração pública na era do Direito Global.** In: *Revista do Diálogo Jurídico*. Ano I, Vol. I, n. 2, maio de 2001.

TADDEI, Renzo. **Sobre a invisibilidade dos desastres na antropologia brasileira.** In: WATERLAT-GOBACIT Network Working Papers Thematic Area Series SATAD – TA8 – Water-related Disasters – Vol. 1 No 1, 2014.

TAYLOR, Charles. **The Public Sphere.** In: *Modern Social Imaginaries*. Durham, NC: Duke University Press, 2004, pp. 83-100.

TAYLOR, J.D. **Negative Capitalism.** *Cynicism in the Neoliberal Era*. Alresford: Zero Books, 2013.

TEIXEIRA, Carla C. **Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira.** In: *Antropologia das práticas do poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, pp.33-42.

THRIFT, Nigel. **Knowing Capitalism.** London: Sage Publications, 2005.

TURNER, Victor. **Revelation and Divination in Ndembu Ritual.** Ithaca: Cornell University Press, 1975.

VELHO, Gilberto [1981]. **Observando o familiar.** In: *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

VIGH, Henrik. **Youth Mobilisation as Social Navigation.** Reflections on the concept of *dubriagem*. In: *Cadernos de Estudos Africanos. Youth and Modernity in Africa*, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo.** In: *MANA* 8(1):113-148, 2002.

WEBER, Max. **Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal.** In: CAMPOS, Edmundo (org). *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WESZKALNYS, Gisa. **A doubtful hope: Resource affect in a future oil economy.** In:

Visions of Environmental Futures, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, April 2016, 22(S1): 127-146.

WHYTE, Susan R. Epilogue: **Insecurity, contingency, and uncertainty**. In Liv Haram and C. Bawa Yamba (eds.), *Situating Uncertainty in Contemporary Africa*. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2009, pp. 213–216

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

- 1) Em que ano você nasceu?
- 2) Em termos de religião, é praticante de alguma? Costuma levar questões políticas para suas orações? Fale sobre isso.
- 3) Como você se posiciona em termos de ideologia política? Por quê?
- 4) Você vislumbra alguma espécie de mudança na estrutura da administração pública do Executivo Federal desde a posse do presidente Bolsonaro? Quais?
- 5) Paira sobre seu imaginário algum tipo de risco quanto à segurança do cargo do servidor público? Em que sentido?
- 6) Você concorda com a legislação que autoriza a terceirização na área meio no serviço público? Por quê?
- 7) Você acha que os servidores têm muita regalia? Cite algumas delas.
- 8) O que você acha da legislação que autoriza a contratação de servidores no Poder Executivo apenas após uma série de critérios que devem ser seguidos, como imprescindibilidade do cargo, levantamentos estatísticos, etc?
- 9) O que é estabilidade?
- 10) Você estaria de acordo se uma Emenda Constitucional acabasse com a estabilidade? Por quê?
- 11) Você é servidor do Ministério desde que ano? Você pensa em fazer outro concurso? Como você se vê em termos de satisfação com o cargo que tem e com a remuneração que ganha?
- 12) Por que você decidiu se tornar servidor público?
- 13) Em que aspectos o serviço público poderia melhorar?
- 14) O que você pensa sobre a maneira com que são conduzidas as avaliações de desempenho atualmente? Elas refletem a realidade de quem avalia e é avaliado?
- 15) No que concerne aos impactos da Reforma da Previdência para os servidores públicos, qual sua opinião? Ela é uma reforma necessária? E a Administrativa?
- 16) Você consegue perceber a administração pública assemelhando-se com o primado de uma administração gerencial?
- 17) Você pensa no órgão onde trabalha como seu projeto de vida?
- 18) Você já precisou adotar uma postura adaptativa no serviço público, como mudar algum comportamento, em função de temas relacionados à política?

19) O que é burocracia?

20) O que é incerteza para você, hoje, associando o futuro da administração pública e a política do presidente Bolsonaro?